



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

RENON CAETANO RYBKA

**INSERÇÃO DE PESSOAS TRANS NA FACULDADE DE
DIREITO DA UFBA: AVALIAÇÃO PELA RELAÇÃO MOVIMENTO(S)
E INSTITUIÇÃO**

Salvador
2017

RENON CAETANO RYBKA

**INSERÇÃO DE PESSOAS TRANS NA FACULDADE DE
DIREITO DA UFBA: AVALIAÇÃO PELA RELAÇÃO MOVIMENTO(S)
E INSTITUIÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito, apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Carvalho Portugal
Co-orientadora: Profa. Ma. Bruna Portella de Novaes

Salvador
2017

RENON CAETANO RYBKA

**INSERÇÃO DE PESSOAS TRANS NA FACULDADE DE
DIREITO DA UFBA: AVALIAÇÃO PELA RELAÇÃO MOVIMENTO(S)
E INSTITUIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 14 de setembro de 2017.

Daniela Carvalho Portugal – Orientadora _____
Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Bruna Portella de Novaes – Co-Orientadora _____
Mestra em Direito pela Universidade de Brasília
Universidade Federal da Bahia

Ana Luísa Leão de Aquino Barreto _____
Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Lucas Vianna Matos _____
Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade Batista Brasileira

*Mas, se liga macho
Presta muita atenção
Senta e observa a tua destruição!*

“Bixa Preta”, MC Linn da Quebrada

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados
CARE – Coordenação de Atendimento e Registros Estudantis
CEDAP – Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa do Estado da Bahia
CEPAT – Centro Estadual de Tratamento para Pessoas Trans
COG – *Conversion Our Goal, or Change: Our Goal*
ENHAT – Encontro Nacional de Homens Trans
ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS
FUFBA – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia
GBT – Grupo Brasileiro de Transexuais
IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
ICS – Instituto de Ciências da Saúde
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PROAE – Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
RENATA – Rede Nacional de Travestis
SGC – Secretaria Geral dos Cursos
SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil Soares
SUPAC – Superintendência de Administração Acadêmica
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

O presente trabalho se debruça na estruturação da FDUFBA, nos aspectos da inserção de pessoas trans. Para tanto, busca analisar a relação entre esta instituição universitária com o(s) movimento(s)/ativismo(s) trans e reivindicações levantadas pelas pessoas trans. Intenta, também, estabelecer breve comparativo com a realidade apresentada pela FDUFBA e a Faculdade de Direito da UFRGS, somente no que atine à relação entre instituição “Faculdade de Direito” e movimento(s)/ativismo(s) trans. O trabalho se desenvolve trazendo abordagens sobre identidade cultural de um sujeito pós-moderno; identidade de gênero na sua crítica à premissa binária de correspondência entre sexo e gênero; apagamento identitário e epistemicídio; novos movimentos sociais e suas configurações; breve histórico do(s) movimento(s) trans. Com a finalização das questões teóricas, possibilita-se a análise a partir dos dados qualitativos coletados nas entrevistas semi-diretivas com pessoas trans que integram o corpo discente de graduação da UFBA. A pesquisa permite concluir que não são atendidas reivindicações da luta trans pela FDUFBA, bem como percebe não existir relação entre instituição e movimento(s)/ativismo(s) trans.

Palavras-Chave: Pessoas trans. Gênero. Identidade. Movimento trans. Faculdade de Direito.

ABSTRACT

The present paper focuses on the structuring of the FDUFBA in the aspects of the insertion of trans people. In order to do so, it seeks to analyze the relationship between this university institution with the trans movement(s)/activism(s) and claims raised by trans people. It also tries to establish a brief comparison with the reality presented by the FDUFBA and the UFRGS Law School, only in what comes to the relationship between "Law school" institution and trans movement(s)/activism(s). The work is developed bringing approaches on cultural identity of a postmodern subject; gender identity in its critique of the binary premise of sex and gender match; identity erasure and epistemicide; new social movements and their configurations; brief history of the trans movement(s). Ending the theoretical questions, it becomes possible to analyze the qualitative data collected in the semi-directive interviews with trans people part of the UFBA undergraduate student body. The research allows to conclude that there are no claims of the trans struggle attended by the FDUFBA, as well as perceive that there is no relation between institution and trans movement(s)/activism(s).

Keywords: Trans people. Gender. Identity. Trans movemente. Law school.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 IDENTIDADE CULTURAL, GÊNERO E RUPTURAS | 13 |
| 2.1 Configuração da Identidade do Sujeito Pós-Moderno | 14 |
| 2.2 Repensando o Gênero e sua Abrangência | 24 |
| 2.3 Tentativa de Apagamento das Diferenças Identitárias | 41 |
| 3 NOVOS PARADIGMAS DE LUTA NA ERA PÓS-MODERNA | 51 |
| 3.1 Perspectivas Reivindicatórias para além de Direitos | 52 |
| 3.2 Emergência do Movimento Trans | 65 |
| 4 FACULDADE DE DIREITO DA UFBA E MOVIMENTO(S) TRANS | 75 |
| 4.1 (In)Existência de uma relação Instituição x Movimento(s)..... | 77 |
| 4.2 Demandas do(s) movimento(s) e possibilidades de inserção | 83 |
| 4.3 Faculdade de Direito da UFRGS como comparativo..... | 90 |
| 5 CONCLUSÃO | 93 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 96 |
| APÊNDICE | 99 |
| APÊNDICE A | 99 |
| APÊNDICE B | 112 |
| APÊNDICE C | 121 |
| APÊNDICE D | 145 |
| APÊNDICE E | 160 |
| APÊNDICE F | 178 |

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora proposto tem como foco investigar a estruturação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDUFBA) sobre as questões que atinem às pessoas trans¹, para que seja possível pensar na inserção destas pessoas dentro de um espaço acadêmico tão antigo e composto por expressivo quantitativo de discentes, servidores, terceirizados e docentes. Pensar em como esta instituição se posiciona no que diz respeito às pessoas trans, por meio da avaliação da relação com o(s) movimento(s)/ativismo(s) trans, comparando esta realidade com a apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ademais, é também pesquisa que se volta à compreensão sobre as reivindicações levantadas pelas pessoas trans, como representantes de um grupo sociopolítico lastreado numa questão identitária, buscando-se estabelecer conexões entre estas pautas e a FDUFBA: refletir sobre a atuação desta instituição no atendimento destas pautas, caso isto ocorra; do contrário, tentar formular ideias sobre um futuro abarcamento destas demandas pela FDUFBA.

O ambiente acadêmico, não somente entendido em sua escala macroscópica de “universidade”, mas como as unidades – Faculdades, Institutos – que integram este conjunto, é uma instituição elevada ao nível de (re)produtora-detentora de um conhecimento considerado científico, gozando de uma legitimidade social e hierarquia tamanhas. Visando a racionalização da sociedade, de acordo com paradigmas muito bem pré-determinados, esta instituição mantém a hegemonia dominante, a serviço dela e exercendo-a, igualmente, nas questões de classe, raça, orientação sexual e, como interessa ao presente estudo, gênero quanto à sua composição nos setores discente, docente e de servidores técnico-administrativos;

¹ Para os fins deste trabalho, o termo trans está sendo empregado como termo guarda-chuva, em abreviação do termo “transgênero”, englobando as diversas expressões compreendidas, sejam elas identitárias (pessoas transexuais e travestis), sejam elas funcionais (*drag queens/kings*, *crossdressers* e transformistas). Para maior detalhamento sobre as identidades e funcionalidades trans, consultar “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos”, guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, da autoria de Jaqueline Gomes de Jesus, de fácil acesso pelo endereço eletrônico: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Aqui, não está sendo utilizado o termo trans com o asterisco, uma vez que se entende desnecessário, conforme discussão ressaltada em Braga (2014), por ser o “trans” uma forma abreviada que já aborda as múltiplas identidades e funcionalidades transgêneras binárias e não binárias.

quanto ao discurso construído e propagado/divulgado; quanto aos acessos permitidos; quanto às maneiras de expressão aceitas.

A (pre)dominância – para que não se esbarre na redundância de falar em homogeneidade – nos cursos de nível superior, com enfoque na graduação, de pessoas cisgêneras, reflete a manutenção do conhecimento categorizado como científico e técnico-profissional por esta categoria excludente de gênero, edificando a universidade sobre bases impregnadas pela transfobia, entendida como opressão/preconceito de gênero, com expressões diversas e violentas, não apenas pela via física, contra pessoas trans. Pessoas cisgêneras são entendidas como aquelas que apresentam uma autoidentificação de gênero equivalente à mesma designada no momento de nascimento (JESUS, 2012), como verdadeira correspondência de um sexo biológico-médico compulsoriamente significado.

Constata-se que as realidades, existências, vidas, complexidades, subjetividades e grupos trans não são abordadas no processo de formação acadêmica do curso de graduação em Direito da UFBA, seja pela expressividade embrionária das pessoas trans nesta esfera do sistema educacional, seja pelo apagamento de tais situações. Tampouco são suas particularidades suficientemente abordadas nos eixos do tripé universitário (ensino, pesquisa, extensão). Arrisca-se falar, então, em transfobia institucional, como característica edificante da universidade, pelo que se cogita a constatação de marginalização das pessoas e demandas trans por esta instituição.

A positivação do direito, nos termos atual e expressivamente situados no eixo da legalidade/lei, retrata a manutenção do poder dominante legítimo para produção das normas jurídicas. Desta forma, a inexistência de referência direta a determinados grupos de pessoas, considerados minoritário-subjugados pela hegemonia, tais como as pessoas trans, reflete uma opção de rejeição destes grupamentos à ausência de titularidade e efetivação de seus direitos, ao espaço de não consideração de autonomia e cidadania.

Os textos legais, ao não se utilizarem da expressão “trans” ou “pessoas trans”, acabam resultando na ocupação de posição subalternizada por estas pessoas frente à sociedade predominantemente cisgênera, por não serem estas pessoas sequer previstas como existentes legalmente. Entretanto, é incabível se entender que pessoas de gênero divergente do dominante não são titulares de direitos e devem

gozar de proteção jurídica ainda inexpressiva, para que não se diga inexistente. É esta mais uma das facetas de exercício de um poder de gênero, que se utiliza de uma dimensão jurídico-legítima para tanto.

A modificação da realidade fática, com a emergência destas pessoas e suas problemáticas, não encerradas na questão de suas identidades de gênero, precisa ser pensada, também, pelo mundo do direito. Não há como cogitar que a formação acadêmica, num curso de graduação em Direito, dentro de uma universidade pública, não exerça um papel na ressignificação do trato com pessoas trans e continue se mantendo no reto caminho cego da dominância e sua restrição.

É pela necessidade de reavaliação e melhoria da condição das pessoas trans, no que diz respeito à titularidade e efetivação de seus direitos, compreendendo-se suas autonomias, que se volta a pensar a inserção de pessoas trans na FDUFBA, em comparativo com a Faculdade de Direito da UFRGS, como forma de entender as potencialidades que este espaço universitário representa neste aspecto, no atendimento de demandas trans.

Tendo-se a noção de que o processo de construção de uma pesquisa tal está abordando realidades e pessoas que estão colocadas à margem, adota-se como metodologia a entrevista. Quebrando-se a barreira do distanciamento entre pesquisador e pessoas pesquisadas, para não se colocar uma conceituação ultrapassada destas enquanto “objetos de pesquisa”, a ideia é permitir que a fala construída no trabalho não seja apenas do pesquisador, mas, sobretudo, das pessoas trans ouvidas neste processo, entrevistadas individualmente. São as falas das pessoas trans as partes vitais do que compõem o trabalho a seguir, sem as quais não seria imaginável abordar o que este estudo pretende.

Colocadas estas questões, traz-se uma breve descrição sobre as páginas que seguem. O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo os dois capítulos iniciais de abordagem teórica e o último capítulo apresentado constando com a análise dos dados em suas correlações com os objetivos propostos e as bases no texto antecedente.

O primeiro capítulo busca trazer algumas noções sobre o processo de (des)construção de uma identidade, considerada em seu contexto maior de identidade cultural. Esta proposta inicial se volta ao que é esta identidade cultural,

numa égide pós-moderna, o que traduz ser um sujeito nesta era e, portanto, (des)construir-se identitariamente neste período histórico. Em seguida, passa à especificidade da identidade de gênero, numa crítica à sua construção que se baseia numa relação questionável de sexo biológico com gênero, para que se possa entender gênero de outra forma considerada oportuna neste trabalho. Traz-se, ainda, uma abordagem sobre pessoas trans, finalizando-se o capítulo com o trato do processo de epistemicídio exercido para apagamento de identidades.

O segundo capítulo, já partindo destas premissas sobre identidade e gênero, divide-se em dois subtópicos. No primeiro subtópico, a tentativa é de verificar quais os paradigmas solidificados, na era moderna, no estudo do direito e para o direito, para que se possibilite pensar quais as atuações, no período transitório pós-moderno, que repensem este direito. Estas atuações também estão colocadas para os novos movimentos sociais, também tratados no capítulo dois. Sobre os novos movimentos sociais, tenta-se compreender como são suas configurações, aberturas, focos, especialmente situados numa lógica de luta que não se encerra mais na questão de classe e busca mudanças de outras estruturas. No segundo subtópico, encerrando o capítulo mencionado, faz-se um breve histórico do(s) movimento(s)/ativismo(s) trans, como a multiplicidade que é, sem pretensões de ser um tratamento totalizante.

No capítulo final, propõe-se a análise em face dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, sendo, inicialmente, abordado um pouco sobre a escolha e execução da metodologia da entrevista. A análise se divide em três etapas, de acordo com os objetivos do trabalho: 1) pensar sobre a relação entre instituição e movimento(s)/ativismo(s) trans, para que se permita interpretar em que termos se dá a inserção de pessoas trans na FDUFBA; 2) verificar quais as reivindicações do(s) movimento(s)/ativismos(s) trans que são colocadas pelas pessoas trans, relacionando-as com a FDUFBA, no que diz respeito ao possível atendimento destas pautas pela Faculdade e, caso negativo, como estas podem vir a sê-lo; e 3) tendo como base o eixo de análise da relação entre instituições e movimento(s)/ativismos(s) trans, compara-se esta realidade com a apresentada pela Faculdade de Direito da UFRGS.

2 IDENTIDADE CULTURAL, GÊNERO E RUPTURAS

Iniciar este capítulo sem abordar o processo de maturação e chegada ao que segue parece ideia das mais ingênuas. Situar quem lê não apenas com o debruçar teórico das palavras interpretadas e rediscutidas de outras origens, mas também demonstrando como aquele que escreve optou por assim fazê-lo, parece-me a opção viável para compartilhar um pouco sobre os anseios de quem produz este “algo” dentro da FDUFBA.

Neste espaço, abordar as questões de gênero, bem como aquelas atinentes à sexualidade, sempre pareceu um desafio incomum, quase que tabu. Dar-se conta de que, ao longo de pouco mais de cinco anos, os debates vivenciados relativos à temática não se iniciaram em sala de aula, porém em outros ambientes auto-organizados por estudantes e nos diálogos com amizades construídas na universidade demonstra alguns indícios da maneira como a FDUFBA – especialmente em consideração do corpo docente² – lida com isso.

O incômodo pela inexistência de docentes e/ou estudantes trans se iniciou há cerca de dois anos e meio, à medida que a entrada de estudantes trans na universidade teve alguma publicidade chegando ao meu conhecimento. Desde então, a ideia inicial deste trabalho surgiu voltada a evidenciar este dado, demonstrar a ausência física dessas pessoas numa instituição de tamanho porte.

A modificação da pesquisa, porém, foi de suma importância: entender a pretensão de demonstrar para além deste dado e pensar em formas de inserção das reivindicações do movimento trans na FDUFBA. Foi então que o entendimento sobre a necessidade de abordar, a priori, os estudos voltados à identidade cultural, na qual se insere, dentre outras, a identidade de gênero, solidificou-se.

É para este estudo que se volta tal começo: tratar da questão identitária, pensar em como se compreende a sua formação, numa perspectiva pós-moderna,

² Na abordagem do corpo docente de uma Faculdade de Direito, tal como a FDUFBA, deve-se ter em mente que a carreira da docência não é, majoritariamente, prioritária; docentes deste tipo de instituição, por serem bacharéis em Direito, possuem outras ocupações profissionais – advocacia privada e pública, magistratura, promotoria etc. – que são, por vezes, ressaltadas como suas principais fontes de subsídio. São, portanto, operadores do direito – manipulando os saberes jurídicos na construção do discurso acadêmico-científico e na seara prática – os quais atuam no magistério como forma de gozo e prestígio social, o que também é, comumente, reiterado por uma série de docentes da FDUFBA.

utilizando-se dos estudos de Stuart Hall (2014). Posteriormente, direcionar o foco à questão da identidade de gênero singularmente considerada, tendo como base a crítica feminista de Judith Butler (2016), com auxílio de Sara Salih (2015), a fim de situar a transgeneridade neste debate pelas noções apresentadas por Letícia Lanz (2014). Por fim, refletir um pouco sobre a tentativa de apagamento identitário e o papel de uma instituição educacional neste processo, com base nos textos das educadoras Sueli Carneiro (2005) e Guacira Lopes Louro (2008).

2.1 Configuração da Identidade do Sujeito Pós-Moderno

Pensar a identidade do sujeito não é uma atividade que traduz, meramente, uma compreensão da individualidade que vive, cotidianamente, essa identidade. Não se fala de identidade referindo-se apenas ao sujeito singularizado, ainda que entender a identidade seja uma forma de traduzir quem é esse sujeito. O processo de reflexão sobre a identidade é, sobretudo, uma via de inscrição do sujeito em termos de suas possibilidades enquanto ser social e que estabelece interconexões com outras unidades de um meio marcado pela coletividade. Geralmente, questionar-se sobre a “identidade” parte de quem não é hegemônico para determinada expressão identitária (SANTOS, 2008).

É relevante acrescentar a noção de que a própria ausência de abordagens sobre a identidade, ignorando essa dimensão do sujeito, também se revela como algum entendimento sobre essa individualidade e suas caracterizações. Na contramão, é justamente a preocupação oriunda das ciências sociais em problematizar a questão da identidade que culmina no início de um debate (HALL, 2014). A premissa que possibilita o início deste debate é estabelecida quanto à derrocada de identidades estabilizadoras do sujeito como ente unificado (HALL, 2014). Entretanto, Santos (2008), em compreensão não tão afeita à noção de emergência do debate identitário, trazida por Hall (2014), pontua que a preocupação com a “identidade” não é recente. Até mesmo em períodos pretéritos, como da modernidade, já se está pensando sobre esta dimensão da pessoa, às vezes atendendo pela denominação de subjetividade.

O sujeito desta premissa é marcado como o indivíduo moderno, figurando preteritamente como um ser de localização firme no meio social (HALL, 2014). A

identidade funciona, nesta ótica, como forma do sujeito se incorporar ao meio social, de ser indivíduo social e integrar um coletivo. Além disso, aqui se traduz a identidade como uma estabilidade do sujeito, a qual, entrando em colapso, resulta na pressuposição de que o sujeito se fragmenta.

Esse processo de crise das identidades é, historicamente, situado na contemporaneidade, por vezes referida a título de “pós-modernidade” ou “modernidade tardia”. Como momento sócio-histórico específico, a pós-modernidade assume sua posição de crítica às construções paradigmáticas da modernidade ocidental e sua incapacidade, ou mesmo vontade, de criar consensos (BITTAR, 2008). Apresenta-se, por não ser apropriado usar o verbo “ser”, como um período transitório de reflexão sobre as diversas dimensões da vida individual e coletiva. A pós-modernidade, em sua relação com a modernidade, não é momento de ruptura total, nem de continuidade: caracteriza-se, simultaneamente, por proposições de ruptura e continuidade, pela transição (SANTOS, 2008). A ressalva, portanto, de ser necessário algum cuidado na estruturação de ideias sobre a reformulação da identidade é válida, pois se está trabalhando com um fenômeno em ocorrência e situado num período de indefinições. O entendimento sobre a fragmentação da identidade do sujeito moderno é que parece ser ponto comum a partir do qual se inicia o debate (HALL, 2014).

A fragmentação da identidade, provocando seu deslocamento ou descentração, por ser resultado da morte de uma autocompreensão estável do sujeito³, tanto como indivíduo, quanto como ente social, é que caracteriza a referida “crise de identidade” (HALL, 2014). De maneira tal, a crise de identidade, enquanto promoção de um debate que se volta a repensar a identidade, também se configura como momento de reformulação, no sentido de ocupação no meio social, e autorreprogramação do sujeito. Precisamente quando a identidade se encontra nesta etapa é que se evidencia sua anterior suposição como sólida e coerente, sendo a incerteza o início da emergência significativa do debate abordado (MERCER, 1990 *apud* HALL, 2014).

³ Cabe ter algum cuidado na leitura sobre a estabilidade do sujeito e de sua identidade. Como ressalta Santos (2008), até mesmo identidades que aparentam solidez estão inseridas em “negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação”. São as identidades (des)construídas a todo momento, (re)configuradas sucessivamente e dentro de processos de identificação em curso.

As concepções de identidade, por ora, separam-se em três bases associadas ao: 1) sujeito iluminista; 2) sujeito sociológico; e 3) sujeito pós-moderno (HALL, 2014). Iniciando-se pelo sujeito iluminista, trata-se de uma concepção de identidade individualizada e autocentrada, porquanto a essência central da pessoa, de sua singularidade referida como o “eu”, é que constituía sua identidade (HALL, 2014). No Iluminismo, o ser humano parece figurar como uma essência de si mesmo, como projeto autônomo que se autotraduz na percepção do que é esse centro que habita e dá forma à sua própria identidade.

Verificando-se a existência de concepções passadas sobre a identidade, a abordagem se faz oportuna, uma vez que estas são caracterizadas por outras formas de pensamento da identidade e sua relação com a noção de sujeito. A própria visualização das concepções de identidade, separadas pelos sujeitos indicados historicamente, denota o pensar sobre a identidade como verdadeiro pensar imbrincado ao momento temporal e sua contextualização. Situar a reflexão sobre a identidade, nestes termos, é pensar em elementos que confluem à sua configuração.

Entendendo-se que o sujeito é, em verdade, não somente formado por uma essência que habita dentro de si e permanece inalterada no diálogo com outras identidades, mas também se modifica e se constitui na interação com a sociedade, surge a concepção do sujeito sociológico (HALL, 2014). A sociedade ocupa, para a formação desta identidade, a posição de intermédio cultural, a via de facilitação dos valores, sentidos e símbolos que circundam a pessoa (HALL, 2014). A identidade continua sendo formada por uma essência do ser humano, contudo sendo percebida e modelada na interação com outras identidades vividas por outras individualidades.

Existe, desde então, a noção de ser a identidade uma dimensão não estática do sujeito, na possibilidade de ser modificada a partir do diálogo que se estabelece com outras identidades. A identidade do sujeito sociológico é assim pensada como suplantação do distanciamento entre o mundo pessoal e mundo público (HALL, 2014). Coloca-se a imprescindibilidade do sujeito em sua relação com o meio social, pois é o meio social que possibilita ao sujeito a compreensão da sua identidade, quebrando a barreira da individualidade do sujeito iluminista e buscando situar o sujeito dentro de um contexto maior.

A estabilidade que a noção de identidade do sujeito sociológico configura apresenta algum mérito. Atrelando o sujeito à estrutura que vive, esta concepção da identidade faz com que se estabilizem, simultaneamente, sujeito e os mundos culturais vivenciados, unificando-os (HALL, 2014). Porém, essa unidade estabilizada da identidade do sujeito sociológico começa a dar lugar a um processo de fragmentação que compreende o sujeito como habitante – ou habitado – de identidades múltiplas, sejam estas pacificadas entre si ou não (HALL, 2014).

A forma de o sujeito se entender como constituído por uma identidade tal – o processo de identificação – igualmente passou a ser mais “provisório, variável e problemático” (HALL, 2014). Aparenta-se que a questão é de como o sujeito passa a ter um papel muito mais chave em pensar e (re)formular a sua própria identidade. A preocupação é que se desloca para o processo de construção dessa identidade, com o sujeito tendo um papel central nisso, não mais como essência de si, nem produto de sua compreensão pelo meio social.

Fala-se, assim, do sujeito pós-moderno compreendido como não possuidor de uma identidade “fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2014). Alguma confusão surge com a possível noção de que o sujeito pós-moderno vive a possibilidade de uma não identidade, entretanto não parece ser essa a problemática vivida por este sujeito. Como se observa, a identidade está colocada ao sujeito pós-moderno, ainda que como “celebração móvel”, já que sua (trans)formação é uma ocorrência de todo tempo pela maneira de representar ou interpelar o sujeito dentro dos sistemas culturais ao seu redor (SANTOS, 2008).

Para o sujeito pós-moderno, a identidade está colocada como dado histórico, não biológico (HALL, 2014), pelo que existem diferentes “eus” em momentos históricos diferentes. O sujeito vive suas identidades à medida que se compreende parte delas, mesmo que remanesçam contradições entre estas identidades, as quais se apaziguam na coerência do “eu” (HALL, 2014). Cabe ressaltar que o processo de multiplicidade de identidades que ocorre para o sujeito pós-moderno parte da diversificação de representações culturais que surgem no próprio meio social pelas atuações de pessoas proponentes de outras formas de ser uma subjetividade, resultando em novas possibilidades de identidades a serem vividas/vivenciadas (HALL, 2014).

O sujeito da pós-modernidade experimenta as identidades que lhe são fornecidas como viabilidades de um mundo em expansão. Está situado em um momento histórico – lembrando-se que esta identidade é visualizada como historicamente constituída – de sociedades modificadas constante, rápida e continuamente (HALL, 2014). Conquanto seja este período da modernidade assim definido, não é ao caráter de mudança que se limita, apresentando, sobremaneira, um grande potencial de reflexão da/sobre vida, sendo as práticas sociais (re)pensadas a partir dos produtos oriundos da corporificação destas mesmas práticas (GIDDENS, 1990 *apud* HALL, 2014).

A ordem social, nas tradições que mantém, resta abalada. Não somente a pós-modernidade se caracteriza por esse tipo de ruptura com condições pré-existentes, mas também pelo processo de rompimentos e fragmentações de sua estrutura presente, sem perspectiva de encerramento (HARVEY, 1989 *apud* HALL, 2014). Repensar a identidade, portanto, seria um processo sem fim, por meio do qual o sujeito se entende transitoriamente. O sujeito acaba sendo, de certa forma, o limite da existência de suas próprias identidades.

As sociedades modernas – e não só o sujeito – não possuem um centro de poder, e sim uma pluralidade destes (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2014). Diferentemente do que se pensou com o momento histórico do sujeito sociológico, a sociedade não é uma estabilidade, não se apresenta como totalidade bem definida que se produz pela evolução de si mesma. A marca da mudança, na sociedade moderna, é o deslocamento produzido pelas forças atuantes fora de seu interior (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2014).

O caractere da mudança, nas sociedades da modernidade tardia, permite a sua qualificação pelos antagonismos fabricados dentro de sua estrutura. A diferença é a marca de uma sociedade moderna (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2014), posicionando-se o sujeito não mais de acordo com um molde único e sólido, oferecendo-se novas e variadas posições para que indivíduos se situem como sujeito social. Verifica-se que permanece aberto o suporte da identidade (LACLAU, 1990 *apud* HALL, 2014), o que não inviabiliza a articulação de elementos culturais e identidades opostas dentro do meio social. A identidade continua sendo uma forma de ser do sujeito social na modernidade tardia, porém se colocando a perspectiva da

pluralidade de identidades e abandonando-se a pretensão de estabilização unitária na relação entre sujeito e corpo social pela incorporação de identidades modelo.

O processo acima referido – pluralização de identidades – acarreta uma série de consequências políticas (HALL, 2014), até mesmo sendo possível se cogitar, a priori, ser a própria fragmentação uma possível consequência da reformulação das identidades na pós-modernidade. A existência de identidades múltiplas estabelece um verdadeiro leque de possibilidades de manipulação desta dimensão, como num “jogo de identidades”. O sujeito deixa de ser expresso como uma só unidade e passa a existir como conjunto de diversas identidades, as quais podem ceder lugar à prevalência de uma, em detrimento de outras, de acordo com o contexto histórico-social (HALL, 2014). Isso não significa que ocorra a sobreposição de uma identidade sobre outra, mas que uma identidade de maior expressividade em determinada situação tem mais espaço do que outras, ainda existentes e também se expressando dentro de uma “limitação” situacional. O sujeito continua se enxergando como constituído por várias identidades.

As contradições estabelecidas pela variedade de identidades é questão que se revela como fenômeno simultaneamente social e individual (HALL, 2014). O corpo social se pensa em termos de identidades coletivas – aqui há proximidade com a noção de grupos políticos – e o indivíduo pensa na sua identidade e identificação de acordo com a situação na qual está imerso. Importa tratar da identificação do sujeito, em relação às identidades que lhe são possibilitadas. Modificando-se a identidade pela maneira de interpelar ou representar o sujeito, salienta-se que este processo não ocorre de forma automática (HALL, 2014), ou seja, a identificação do sujeito não se dá de forma inconsciente. Pelo contrário, este processo é acentuadamente politizado e assinalado pela conscientização do sujeito sobre si, consequentemente sobre as identidades que fazem parte de sua constituição e as formas de mediação das relações de poder estabelecidas com sujeitos de identidades comparativamente diferenciadas.

O processo de fragmentação das identidades, ocorrendo por meio de cisões no discurso científico formulado na modernidade, é caracterizado por um deslocamento, não apenas pela desagregação (HALL, 2014). Nessa concepção, portanto, marca-se o âmbito discursivo de realização deste processo, entendendo-se que a ruptura de noções estabilizadoras do sujeito precedente àquele situado na

pós-modernidade se opera pela modificação de paradigmas solidificados no discurso científico-cultural.

De acordo com o pensamento de Hall (2014), o processo de deslocamento da identidade para se resultar numa expressão pós-moderna se divide em cinco partes. Dentre estas, apenas duas serão focadas neste trabalho, a seguir. Entretanto, cabe destacar que as três partes do processo de deslocamento colocado por Hall (2014) atinem à questão de reformulação e reinterpretação do pensamento marxista e as noções de agência histórica; aos estudos freudianos sobre o inconsciente humano e seu papel sobre a percepção das alteridades e formação da identidade; e as formulações sobre linguagem em sua relação com cultura, na estruturação de significados.

Passando-se aos dois focos do processo de deslocamento, Michel Foucault, na sua abordagem do “poder disciplinar”, é quem provoca um dos deslocamentos da identidade e do sujeito moderno, culminando no sujeito pós-moderno (HALL, 2014). A preocupação colocada por este poder está centrada no controle, na viabilidade de regular as pessoas coletivamente consideradas, por intermédio da vigilância (HALL, 2014). Para além da regulação, preocupa-se no domínio do indivíduo e do seu corpo. E utilizam-se mesmo as individualidades para pluralizar o exercício do poder disciplinar, o qual não é possuído por uma categoria de sujeitos dominantes, ainda que seja efeito das posições apresentadas por tais sujeitos.

A ramificação do poder disciplinar é uma das formas de garantia da sua extensão de domínio, pois até sujeitos dominados reproduzem e reforçam a lógica do poder disciplinar sob o qual estão inseridos (FOUCAULT, 2011). Veja-se que as formulações sobre o poder disciplinar são no sentido de ser este um poder produtivo de individualidades, a partir do controle que exerce, não sendo um poder meramente opressivo (FOUCAULT, 2011). Pensando no poder disciplinar e seu exercício por meio das instituições (FOUCAULT, 1988), percebe-se que o ser humano é domesticado para reproduzir lógicas precedentes e conformar-se à estrutura à qual está submetido, sendo resultado do poder produtivo:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia,

leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 2011, p. 164)

O poder disciplinar não é monopólio do Estado, ou mesmo de qualquer entidade soberana. Pelo contrário, é um poder que se dilui em diversas instituições e exercido por diversas pessoas, porém de acordo com uma dominância que situa a (re)produção almejada pelo poder dentro de determinados aspectos, como de comportamentos, atos, expressões etc. Nos dizeres de Hall (2014), uma das principais influências exercidas pelo poder disciplinar na concepção de um sujeito pós-moderno é a estruturação em diversas instituições de controle de este poder, da forma mais coletiva e organizada possível, culminando em maior isolamento, vigilância e individualização do sujeito singular dominado.

O outro descentramento colocado atine aos resultados dos novos movimentos sociais da década de 60 (SANTOS, 2008), seja como crítica teórica, seja como movimentos sociopolíticos (HALL, 2014). Tais movimentos vão surgindo para contrapor os paradigmas regulatórios da modernidade, para se direcionar a novas formas de se emancipar (SANTOS, 2008). Importante visualizar, sobre este deslocamento, que o movimento feminista tem destaque como parte integrante deste contexto maior de “novos movimentos sociais”, pelo que devem ser considerados, nas suas proporções, outros movimentos revolucionários e de contracultura, os quais produziram, também, suas modificações nos paradigmas do pensamento moderno. Dentre os diversos impactos causados pelo feminismo e demais movimentos, destaca-se a forma de sustentação individual de cada

movimento pela identidade reivindicada: para o feminismo, o apelo resumia-se às mulheres; para as lutas raciais, volta-se às pessoas negras; para questionamento da política sexual, recorre-se às lésbicas e aos gays etc. (HALL, 2014). Com isso, surge a política de identidade, possuindo, cada movimento, uma identidade base para sua luta (HALL, 2014). As opressões que vão sendo desveladas para além da tradicional opressão de classe vão contribuindo para os forjamentos de identidade dos sujeitos subjugados por outras ordens (SANTOS, 2008). Na política de identidade dos movimentos, percebe-se que estes grupos não têm uma solidificação na sua constituição, eles vão se expandindo à medida que a própria noção da identidade representada por grupo específico vai se modificando (SANTOS, 2008).

Cada grupo político tem sua identidade e sujeitos que se enquadram nesta identidade para melhor representá-la. Por estarem os novos movimentos sociais preocupados com as questões de identidade, as contestações políticas por eles proporcionadas se tornaram maiores, tocando outras áreas da vida social, como ocorreu/ocorre com o feminismo e o questionamento às questões familiares, de sexualidade, de divisão do trabalho etc. (HALL, 2014). A noção de que pensar a identidade e sua satisfação, em seus mais amplos e diversos termos, começa a surgir, inclusive na perspectiva de ser parte da luta dos movimentos sociais. O feminismo trouxe à tona o debate político-social sobre a formação e produção generificada de sujeitos, politizando “a subjetividade, a identidade e o processo de identificação” das pessoas pelos seus “papéis” de gênero (HALL, 2014). Politizando nos termos colocados por Santos (2008), de serem identificadas as relações de poder transpassadas pelos contatos entre diversas identidades dominantes e dominadas, para imaginar caminhos de transformar esta relação hierarquizada em uma “autoridade partilhada”.

Com o feminismo⁴, evidenciou-se que ser de um gênero tal acarretava consequências da forma como esse gênero era valorado na vida de um sujeito e situava sua posição social. O feminismo, inicialmente contestado a posição social ocupada pelas mulheres, foi-se ampliando para tornar-se movimento questionador

⁴ Entenda-se o feminismo como um movimento e filosofia que se destina ao reconhecimento das diferenças entre as experiências de homens e mulheres, reivindicando que estas diferenças não resultem numa tentativa de tratamento igualitário entre homens e mulheres, mas equivalente. (NARVAZ; COLLIER, 2006). Além disso, é movimento que se coloca para demonstrar que o exercício de poder é predominantemente masculino, com objetivo principal de subjugação das mulheres, de suas individualidades, subjetividades, seus corpos (NARVAZ; COLLIER, 2006).

da formação das identidades sexuais e de gênero (HALL, 2014). Este movimento, como colocado por Narvaz e Coller (2006), divide-se em três momentos principais, quando de sua emergência, referidos como “ondas do feminismo”. Estas ondas são assim divididas de acordo com “as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo” (SCOTT, 1986 *apud* NARVAZ; COLLER, 2006). Em sua formulação primeira, é um movimento destacado como significativamente composto por mulheres brancas, intelectualizadas e de classe média.

A primeira onda do feminismo é, historicamente, situada como surgimento do movimento feminista, notadamente um movimento liberal de luta das mulheres para se alcançar uma igualdade de direitos de naturezas distintas: civis, políticos, educativos (NARVAZ; COLLER, 2006). O principal mote do feminismo, na sua primeira geração, é a luta contra a opressão e discriminação das mulheres, para se garantir e efetivar direitos básicos (NARVAZ; COLLER, 2006).

A segunda onda, por seu turno, situada entre as décadas de 60 e 70, ocorre, especialmente, nos Estados Unidos e na França: as estadunidenses focando na denúncia da opressão de gênero de base masculina e na busca pela igualdade; as francesas entendendo ser necessária a valorização de diferenças entre homens e mulheres, para se visibilizar as especificidades da experiência feminina (NARVAZ; COLLER, 2006).

A terceira onda, persistindo na acentuação da proposta francesa, concentra, ainda mais, a análise sobre as diferenças, a alteridade, a diversidade e produção discursiva das subjetividades (NARVAZ; COLLER, 2006). Passa-se, portanto, a um momento em que se tira do plano principal o estudo sobre “mulheres” e sobre os “sexos masculino e feminino”, para se estudar as relações de gênero propriamente, buscando entender, simultaneamente, como se processam as igualdades e diferenças no forjamento de subjetividades masculinas e femininas (NARVAZ; COLLER, 2006). Pensar o feminismo vai muito além de pensar a relação “homem x mulher”, para se pensar o que é cada uma dessas identidades isoladamente consideradas.

2.2 Repensando o Gênero e sua Abrangência

O movimento feminista, tal como apresentado por Hall (2014), é um movimento que apresenta um potencial de modificação das noções de sujeito e identidade, especialmente por evidenciar a natureza política que atua sobre ambas. Como movimento sociopolítico, seu potencial de deslocamento, para a (des)construção de um sujeito pós-moderno é fundamental. Entretanto, nas suas formulações iniciais, apresenta limitações na construção da categoria identitária representada, pelo que Butler (2016) faz um contraponto relevante, podendo ser a autora situada num período de terceira onda do feminismo (NARVAZ; COLLIER, 2006). Trata-se da abordagem sobre a consideração do sujeito do feminismo em termos da categoria “mulher”, pressupondo a existência deste sujeito “mulher” que se define por uma identidade específica e limitada, politicamente representada por este movimento (BUTLER, 2016). Não obstante a evidência de que pensar um grupo político seja pensar, ao mesmo tempo, em quem este grupo inclui identitariamente na sua representação – em termos de estender a visibilidade e legitimidade aos sujeitos abarcados –, vê-se uma limitação desta representação de acordo com uma categoria determinada de mulheres (BUTLER, 2016). A representação do sujeito funciona como condição do próprio sujeito representado, no sentido de assim ser inserido.

Interpretando Foucault, Butler (2016) pontua os sistemas jurídicos – aqui parece que a noção adotada é do sistema jurídico enquanto normatividade, enquanto sistema estruturado pela dominação de normas – de poder como produtores dos sujeitos posteriormente representados por este mesmo sistema. Este sistema jurídico, nesta concepção, é uma forma mesmo de estabelecer representação e, portanto, produzir uma categoria de sujeito submetido ao poder criador. Ou seja, criando o sujeito, o sistema jurídico não o liberta, contudo mantendo-o atado à sua normatização coercitiva. A proposta é que o sujeito criado se defina – ou seja definido – e se reproduza – ou seja reproduzido – em consonância ao sistema que permite esta origem (BUTLER, 2016). Se o sujeito está submetido à ordenação jurídica, ele está, igualmente condicionado por este regramento. Destaca-se que o sujeito que existe para o sistema jurídico, porquanto seja conformado a este e, conseqüentemente, legitimado, é fruto de um sistema que

também produz pela exclusão, de maneira que outras possibilidades de sujeito sejam eliminadas a priori por uma prática não aparente (BUTLER, 2016). A produção de sujeitos pelo sistema jurídico não é feita abertamente em seu discurso, mas o seu discurso produtor de sujeitos é um processo oculto em si mesmo.

O discurso produzido pelo feminismo, pretensamente tratando da categoria “mulher” no intuito de sua emancipação, entende-a dentro de uma concepção de identidade de gênero, colocando o sujeito do feminismo dentro desta formulação e representando aquelas mulheres passíveis de serem alocadas nesse espectro (BUTLER, 2016). Dito isto, a emancipação proposta se refere àqueles sujeitos assim reconhecidos pelo feminismo e penderes de serem emancipados, sem que a própria categoria de sujeito deste movimento seja pensada na perspectiva de sua abrangência e superação de si própria, do discurso que carrega. O equívoco do feminismo de pressupor a existência dessa identidade comum de “mulher” é a problemática apontada (BUTLER, 2016).

O “ser” mulher não traduz toda a existência de uma pessoa situada nesta categoria, nesta identidade de gênero, pois o ser mulher não se encerra nisto; o gênero que se faz pelo sujeito mulher não guarda necessária correlação em diferentes contextos histórico-culturais, sendo, ainda, perpassado por outras questões interseccionando este mesmo sujeito e suas identidades, pensadas em outras modalidades (raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais), as quais são, tal como o gênero, construtos discursivos (BUTLER, 2016). O gênero não exaure a categoria de mulheres, porquanto produzido histórico-culturalmente e preservando relações com marcadores outros próprios do contexto no qual se processa e se estiliza. Como coloca Butler (2016), é “impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Nos dizeres de Butler (2016), a construção do discurso definidor do sujeito do feminismo, como pretensamente universal e unificado, demonstra por si o quão restrito é tal discurso de representação desta categoria de sujeito. Nesta oportunidade é que se coloca a visão contrária sobre a necessidade da política feminista se voltar à construção que ela também faz da identidade de gênero, para que pense na construção variável desta identidade como “pré-requisito metodológico e normativo, senão como objetivo político” (BUTLER, 2016). O feminismo, no pensamento da categoria de mulheres, precisa se guiar entendendo a multiplicidade

dessa identidade e contribuindo para sua ampliação. Faz-se preciso deixar a noção de “mulheres” aberta para que novas identidades sejam inseridas nesta categoria, como forma de repensá-la. Só então a representação pretendida pelo feminismo passa a fazer sentido: quando se rompe a lógica de presunção sobre o sujeito “mulheres”, abandonando-se o fechamento desta categoria (BUTLER, 2016).

Observando-se que a categoria de “mulheres” é utilizada enquanto unidade para dar resultado a uma “solidariedade da identidade”, Butler (2016) percebe que, no sujeito feminista, introduz-se uma separação pela distinção entre sexo e gênero. A separação que o sujeito feminista provoca nesta concepção binária sexo/gênero é no intuito de repensar as ideias de base biológica, visualizando mesmo o sexo como intratável por esse via e o gênero como certamente um construto cultural (BUTLER, 2016). Por consequência, quebra-se a relação causal entre sexo e gênero e a suposta fixidez deste em relação àquele. Se o sexo é construção biológica, dentro do pensamento binário de sexo/gênero, esta dimensão possui uma estabilização diferenciada em comparação ao gênero, que é culturalmente estruturado, portanto dimensão não natural do sujeito, mas em formação contextual ininterrupta e infinita (BUTLER, 2016). O gênero, nesta perspectiva de cisão com a unidade do sujeito, é distinguido para ser compreendido como “interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2016).

O gênero, sendo culturalmente construído, não é expressão exata e determinada do sexo. Porém é de destaque pensar que o gênero opera, também, como interpretação sobre/pelo sexo. O corpo é sexuado a priori, sendo o gênero uma sucessão deste, ainda que não de forma direta, estabelecendo o sistema binário sexo/gênero pela solidificação desta relação – o gênero como reflexo do sexo ou construção restringida por ele (BUTLER, 2016). Mas a proposta parece ser no sentido da descontinuidade entre o corpo sexuado e o construto cultural “gênero”, embora se buscando entender como se processa a hegemonia do binarismo – expressão da associação sexo/gênero como determinante/determinado – ora questionado (BUTLER, 2016).

A indagação de Butler (2016), inicialmente centrada na dimensão do sexo, preocupa-se na demonstração de que a hipótese de “naturalidade” desta dimensão é decorrência de um discurso – ou de vários discursos – científico alocado dentro de uma estrutura de poder e, portanto, servindo a interesses políticos e sociais. O

discurso científico, assim considerado, parece se esconder sob o manto da neutralidade axiológica, quando, em verdade, por ser originado no interior dos sistemas de poder, está, a todo o momento, servindo-os e reforçando-os. Butler (2016) questiona a caracterizando do sexo como dado natural, propondo sua possibilidade de ter sido, desde sempre, um construto cultural, identicamente ao gênero. Por conseguinte, talvez a relação de distinção sexo/gênero não exista, porquanto “o sexo sempre tenha sido o gênero” (BUTLER, 2016). A ideia de que o sexo é culturalmente construído demonstra que a pretensão é pela valoração do sexo a priori como dado identitário e não meramente biológico. Pensar a inexistência da diferenciação sexo/gênero revela que, possivelmente, existem duas faces de uma mesma identidade cultural – a identidade de gênero – sendo tratadas de forma díspares.

Não se sustentando o entendimento do gênero como interpretação exclusivamente cultural do sexo, faz-se necessário inscrever o gênero, além da sua “inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, como designação da estrutura mesmo por meio da qual se compreende o sexo (BUTLER, 2016). No binarismo sexo/gênero, denota-se que o gênero acaba funcionando como meio discursivo de reforço à noção “natural” do sexo, ao estabelecimento dessa dimensão como “pré-discursiva” e, por isto, anterior à cultura na qual se insere (BUTLER, 2016). O grande problema é considerar o sexo – o corpo, então – como uma “superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2016), visto que essa superfície não é dotada, a princípio, de qualquer neutralidade, já que decorrência da construção cultural do gênero. Erigir o binarismo nesta diferenciação de sexo pré-discursivo, enquanto argumento científico-biológico, e gênero discursivo, situado histórico-culturalmente, nada mais é do que a autopreservação proposta por esta mesma estrutura.

Butler (2016) chama atenção para a ideia de construção cultural do gênero, para que não se entenda que toda e qualquer noção que aborde o gênero nesta perspectiva está livre de equívocos. Em determinadas concepções, ainda que seja considerado o gênero de tal maneira, a sua construção cultural tem como subtexto um determinismo de “significados de gênero”, os quais se gravam em corpos de diferentes anatomias, porém receptores passivos de uma “lei cultural inexorável” (BUTLER, 2016). Ressalta-se que pensar no gênero como construção cultural é, por

consequência, imaginar a existência de mecanismos e modos de proceder com essa construção, os quais, por vezes, podem ser entendidos dentro de uma lógica de cristalização e normatividade. Se o gênero é entendido como construído por “leis” culturais, continua-se mantendo a prisão do gênero, pois este será determinado e fixo, já que tratada a cultura tal como a biologia. Acaba sendo forma de anular a autonomia do corpo sobre o gênero, não sendo este o intuito, principalmente do rompimento com a noção binária dominante de sexo/gênero. O cuidado devido para que não se redunde nesta argumentação problemática, quase que filiada à hegemonia do binarismo, é não posicionar o gênero tendo a cultura como destino fixo, tal como ocorre com o sexo, que possui a biologia como base, permitindo a ideia de ser esta dimensão “natural” e sólida (BUTLER, 2016).

O corpo é construção em si mesmo (BUTLER, 2016), ou seja, existe uma autonomia deste corpo sobre os significados culturais que chegam até ele, uma vez que esses significados são repensados pelo corpo. O gênero, neste sentido é uma forma da existir do corpo. As possibilidades de configuração pensáveis e concretizáveis do gênero, no âmbito cultural, serão limitadas pela abrangência da análise discursiva desta dimensão (BUTLER, 2016). Entretanto, isto não redundando na possibilidade infinita de gêneros para além da cultura dominante binária, pois a limitação é produzida pelo próprio discurso hegemônico sobre o gênero e suas análises – especialmente, aquelas com a finalidade da tensão – sugerem se tratar de uma dimensão experimentada dentro de uma estrutura condicionante (BUTLER, 2016).

Outro ponto no qual Butler (2016) se contrapõe a uma perspectiva feminista é no trato do gênero como substantivo. O feminismo humanista entende o gênero como atributo da pessoa, como substância por ela corporificada no meio social, verdadeiro “núcleo” de gênero pré-estabelecido (BUTLER, 2016). Porém, para se iniciar uma perspectiva teórica social do gênero, não há de ser considerado o gênero ponto de partida que possibilita uma compreensão do/sobre o sujeito, pois não existe o gênero como substância da pessoa (BUTLER, 2016). O sujeito é quem entende o gênero como parte de seu “ser”, ressaltado o argumento de ser o gênero um “fazer”, por meio de sua compreensão no meio social e nas dinâmicas de relações que estabelece (BUTLER, 2016).

A construção cultural do gênero, como dito acima, é intermediada por relações outras. Isto leva à afirmação de Butler (2016) sobre a necessidade de entender a categoria “mulheres” com maior amplitude do que o espectro construído pela teoria feminista que entende a mulher como unidade coerente, ignorando interseções de ordem social, política e cultural. Estas interseções são operantes na concretização da categoria abordada (BUTLER, 2016), de modo que pensá-la, numa ótica normativa e excludente, acaba rejeitando outros marcadores identitários interpenetradores do gênero, tais como raça, classe e sexualidade, dentre outros.

Destaca-se, contudo, o equívoco em supor que a categoria “mulheres” somente precisa ser completada pelos outros marcadores referidos anteriormente, uma vez que se redundaria numa compreensão de há completude da categoria, desde que pensada nas suas outras relações de naturezas diversas (BUTLER, 2016). O desígnio é muito maior: pensar que esta categoria enquanto essencialmente incompleta – possivelmente único ideal normativo – para que possa servir como “espaço disponível para os significados contestados” (BUTLER, 2016).

Considerar a categoria de “mulheres” sem a pretensão de construí-la como unidade é mantê-la, portanto, aberta às novas possibilidades de significados sobre “mulheres”, em última instância sobre o que é o gênero mesmo. Por isto, Butler (2016) considera que as ações feministas devem se libertar da visualização da identidade “mulher” como estável e unitária, para que consigam abranger o maior número de “mulheres”, as quais se entendem no espaço da exclusão de uma fixidez do gênero e, inclusive, propõe debates sobre a categoria que, certamente, fazem parte (BUTLER, 2016). A identidade “mulher” não precisa se encerrar pela inserção de múltiplos significados, na tentativa de contê-los todos, pois continuará remanescendo o caráter marginalizador – senão excludente – limitado pela possibilidade imaginativa destes significados.

Perceber, neste contexto, que a abordagem da identidade “mulher” se configura como maneira de abordar o gênero mesmo é de extrema relevância, pois tratando da categoria “mulheres”, está-se buscando evidenciar as falências do modelo binário sexo/gênero, tal como a oposição homem/mulher. A conclusão de que a identidade “mulher” não se encerra pela abrangência de significados se revela válida para o gênero: esta dimensão do sujeito não se encerra, tendo suas possibilidades uma expansão a todo tempo, como a complexidade que é (BUTLER,

2016). E falar de identidade, para Butler (2016), no contexto macro da identidade cultural, é falar de gênero, porquanto construir um discurso sobre identidade, sem considerar, desde o começo, a identidade de gênero, é esquecer que “pessoas” só são assim compreendidas quando já inseridas na dimensão inteligível do gênero.

A noção de “pessoa” em sua correlação com a identidade, esta garantida por “conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade”, ocorre quando há conformação com as normas compulsórias, pois a inteligibilidade do gênero é sua coerência estrutural com sexo, prática sexual e desejo (BUTLER, 2016). O gênero dialoga com estas outras matrizes e carece deste diálogo, estabelecido na perspectiva da dominação vigente, para manter-se “aceito” culturalmente. A aceitação de tipos específicos de “identidade de gênero” pressupõe a não existência de outros tipos desta mesma identidade: aquelas formadas sem a correspondência do gênero com o sexo e/ou das práticas do desejo com o um ou ambos os elementos do binarismo sexo/gênero (BUTLER, 2016). Entretanto, observando-se o fenômeno da emergência cultural de seres de gênero “incoerente” ou “descontínuo”, provoca-se a noção de “pessoa”, porquanto estes seres se assemelham à categoria “pessoas”, só que habitam o espaço fora – se for possível entender essa “zona” como um espaço, em termos de sua possibilidade, para a estrutura de poder dominante – pela sua desconformidade às “normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, 2016). Vislumbra-se, novamente, a proposta de rompimento com uma dada categoria pelo surgimento de descontinuidade e incoerência de sujeitos alternativos às leis impostas.

A correspondência sexo/gênero/desejo sexual, entendendo que o sexo, como dimensão inicial, exige tanto um gênero quanto um desejo sexual⁵ correspondentes é a norma matriz da ordem denominada “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016). O desejo pressuposto por esta ordem configura-se pela heterossexualidade, estabelecendo uma relação de oposição com o outro gênero desejado – se uma pessoa apresenta o sexo tido como masculino, logo sua correspondência de gênero, para este domínio, deve ser na identidade “homem”, por fim exigindo-se seu desejo em oposição, direcionado a uma pessoa do sexo

⁵ Sendo o desejo sexual uma das dimensões integrantes da estrutura da heterossexualidade compulsória, reconhece-se, neste trabalho, que esta dimensão não é o foco, sendo referida para que se compreenda o que é a heterossexualidade compulsória. O foco, aqui, é a dimensão do gênero e a crítica feita ao sexo.

“feminino” e da identidade “mulher” (BUTLER, 2016). Veja-se que a heterossexualidade compulsória é uma estrutura de poder lastreada no binarismo tanto do sexo/gênero – inclusa a dimensão do desejo secundariamente – como na oposição binária da dimensão gênero – entendidas inteligíveis as identidades normatizadas “homem” e “mulher”. Nota-se que esta estrutura não apenas coloca a decorrência do gênero pelo sexo, como situa a dependência do desejo em face do gênero, como reflexo ou expressão deste (BUTLER, 2016), interconectando-se todas estas dimensões do sujeito. Cria-se verdadeira prisão nessa lógica construída pela interdependência destes elementos, condicionando-se a vida do sujeito a priori – se há uma dimensão “natural” deste sujeito inalcançável por questionamentos “discursivos”, como ocorre com o “sexo”, e as demais dimensões são elencadas como decorrência desta, a identificação do sexo já delimita as possibilidades de gênero e desejo da pessoa para que assim seja aceita socialmente. Fica firmada, pela heterossexualidade compulsória, a ideia à qual Butler (2016) se contrapõe do gênero como substância.

Utilizando-se dos escritos de Foucault, no trato da vida de Herculine Barbin, Butler (2016) evidencia ser a intersexualidade a exposição limítrofe do sexo cognoscível, abalando a correspondência sexo/gênero/desejo pela impossibilidade de assimilar o corpo intersexual a priori – na dimensão do sexo – pela lógica de pensamento dominante da heterossexualidade compulsória. Não existindo a viabilidade de definir Herculine dentro do sistema de oposição binária, já que indefinível seu sexo, denota-se que o gênero como substância inexistente, pois sequer existe o sexo como substantivo para permitir uma posterior categorização de gênero – e também do desejo (BUTLER, 2016). O que Butler (2016) entende ser proposto por Foucault, então, é o argumento de uma “ontologia dos atributos acidentais que expõe a postulação da identidade como um princípio culturalmente restrito de ordem e hierarquia, uma ficção reguladora”. Isto é, ao mesmo tempo em que a consideração da identidade “homem” pressupõe um atributo “masculino”, este mesmo atributo é um acidente, sendo, ao contrário, ser possível falar de “homem” com atributo “feminino”, mantendo-se preservada a “integridade do gênero” deste sujeito. Se a ficção controladora do binarismo sexo/gênero tem seu significado multiplamente contestado, é sua própria estrutura a evidência da multiplicidade de

sua construção e a brecha para romper a “postulação unívoca” e coerente de sujeitos inteligíveis para a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016).

É, precisamente, pela via de questionamento às normas de gênero compulsórias, lastreadas na oposição binária homem/mulher, que se concretiza o fenômeno transgênero (LANZ, 2014). Possivelmente, se existe uma aproximação real entre as pessoas transgêneras, esta ocorre pela subversão do gênero promovido (LANZ, 2014). A transgressão proposta pelas pessoas trans, nesta perspectiva, tal como sugerem as ideias de Butler (2016), mantém uma relação com a estrutura de poder dominante, aqui se falando do sistema binário de gênero oposicional: a caracterização desta estrutura como mais ou menos opressiva é uma forma de abordagem sobre o potencial de transgressão desta própria estrutura (LANZ, 2014). É pela via da transgressão mesmo que se abala a hegemonia do gênero binário, na direção do rompimento de suas normas ultrapassadas. Esta quebra normativa tem seu ápice na inversão numérica de pessoas divergentes e pessoas conformadas ao sistema: superando-se o quantitativo destas por aquelas, provoca-se o desaparecimento do sistema como um todo (LANZ, 2014). A transgeneridade, sob esta ótica, propõe-se a romper, em definitivo, as normas de gênero.

Entendido o sistema – também chamado de dispositivo, tendo por base as ideias de Foucault – binário de gênero como “conjunto de normas de regulação e controle baseado em estereótipos, atributos culturais, atitudes, identidades, expressões, papéis de gênero e expectativas sociais de desempenho relacionadas a cada uma das identidades ‘oficiais’ de gênero” (LANZ, 2014), a conclusão é que as pessoas transgêneras estão subvertendo todo este conjunto de regramento que lhes é imposto mesmo antes de um primeiro sopro de existência viva. Agindo desta forma, as pessoas trans ocupam um espaço sócio desviante, de gênero divergente (LANZ, 2014), por óbvio se colocando em posição de sofrer as reações da estrutura de poder do gênero binário, assim como do meio social hegemônico e conformado pelo sistema.

Faz-se necessário atentar para a questão de o termo “transgênero” não ser referência a uma nova possibilidade singular de “identidade gênero-divergente”, pois sua significação é enquanto “circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de

gênero, presente em todas as identidades gênero-divergentes” (LANZ, 2014). Transgênero designa uma multiplicidade não finita de enfrentamentos ao dispositivo binário de gênero pela desconformidade, qualquer que seja a sua intensidade. Inobstante, outras concepções sobre transgeneridade são colocadas, como a trazida por Ávila e Grossi (2010), de ser a pessoa transgênero aquela que sente pertencer ao gênero oposto, ou ambos ou nenhum dos dois “sexos” tradicionais. Porém, aqui a noção de Lanz (2014) é privilegiada, porque posiciona a transgeneridade num espaço muito além do sistema binário oposicional de gênero, abrindo possibilidades para se compreender as pessoas trans não somente como aquelas dentro do espectro binário de “homem” e “mulher”.

As reações às quais são, forçosamente, submetidas as pessoas trans passam tanto pela exclusão sistemática do convívio com pessoas ditas “normais” – aquelas adequadas aos ditames do gênero binário – quanto pelo tratamento desumanizador que considera a pessoa transgênera como resultado de uma perversão ou depravamento, como portadora de doença mental (LANZ, 2014). Nos dizeres de Lanz, as consequências coercitivas reservadas socialmente às pessoas transgêneras se caracterizam pelo “estigma, a marginalização, a exclusão, o ‘limbo social’” (LANZ, 2014).

Para as pessoas trans, entretanto, não existe a possibilidade de conformação ao sistema binário do gênero, a adequação normativa é impossível (LANZ, 2014); abrir-se-ia mão de si, submetendo-se totalmente à violência da hegemonia do gênero de forma ainda mais acentuada. As propostas feitas, expressamente, pelas pessoas trans, na contramão desta dominância falida, são alternativas à imposição binária do gênero, sem que a pretensão seja por um novo encerramento, em uma nova estrutura, nos dizeres de Leite Jr. (LANZ, 2014). Ser transgênero é habitar uma existência de vasta possibilidade, em virtude de ser o indivíduo transgênero a pessoa que “apresenta algum tipo de desconformidade com as normas de conduta que lhe são impostas pelo dispositivo binário de gênero”, seja qual for a abrangência, o nível ou mesmo a “gravidade” desta violação (LANZ, 2014). Cabe ressaltar, em referência à Hovart, ser a pessoa transgênero oposta, necessariamente, ao par binário sexo/gênero, independentemente do seu desejo sexual, porquanto este independe da transgressão do gênero – a pessoa trans não tem uma implicação sobre sua orientação sexual em decorrência direta da variação

do gênero, pelo que pode se apresentar como pessoa heterossexual, homossexual, bissexual, assexual etc. (LANZ, 2014). O cuidado, todavia, se coloca por não significar o desejo da pessoa transgênera em conformidade aos pressupostos da heterossexualidade compulsória, uma vez que rompida a distinção sexo/gênero, já se compromete desde então a estrutura sexo/gênero/desejo sexual arguida por Butler (2016), sendo a pessoa trans inaceitável no seu desejo sexual por sua transgressão do par sexo/gênero.

As consequências de ser pessoa trans são deletérias: é se colocar no contrafluxo de toda a pressão à conformidade da coletividade, da constante e ininterrupta vigilância sobre si, da repressão institucional, sujeitando-se às “sanções, interdições, proibições e punições que as obriguem a viver à margem da sociedade” (LANZ, 2014). Mesmo com a consciência de tudo que arrisca – “status, emprego, família e reputação” – as pessoas trans se tornam transgressoras de gênero, como necessidade de abandonar uma subexistência (LANZ, 2014). E para a pessoa trans não se faculta o não ter noção disto, pois a coerção do meio social sobre sua identidade de gênero é tamanha, sem que haja qualquer brecha para entendimento tácito.

Assim, para todos os efeitos e de todas as maneiras, a pessoa transgênera é, antes de tudo, alguém que viola as normas, que se desvia do que é considerado ‘normal’, que viola a ‘normalidade’, que subverte e transgride a ordem social e política. Por isso, representa uma clara e evidente ameaça à conduta de gênero estabelecida pela sociedade. Assim, por mais que a pessoa apresente atestados de sanidade mental, inteligência e lucidez, será considerada ‘anormal’ por não atender os requisitos de ‘normalidade’ ditados pela ‘ordem instituída’. (LANZ, 2014)

O espaço da exclusão é o reservado para as pessoas trans, pela sua não consideração como pessoa, pela impossibilidade sistêmica de ser entendida como sujeito humano, tal como o são aqueles sujeitos generificados e, portanto, inteligíveis. Possivelmente pela evidência que as pessoas trans propõem sobre a estrutura dominante do gênero binário, pela multiplicidade de alternativas transgressoras, revelando quão limitada é esta ordem normativa (LANZ, 2014) que as reações se caracterizam por uma violência desta magnitude e amplitude.

O fenômeno abordado da transgeneridade, marcado pelo desvio social de gênero, mesmo por ser subversão ao sistema dominante, é capaz de acarretar

“sérios transtornos à saúde física e mental das pessoas gênero-divergentes” (LANZ, 2014). Há um pesado ônus em ser pessoa trans, por se ter que arcar como sobrepeso de toda a estrutura dominante do binarismo, em razão de se colocar no sentido oposto ao da hegemonia, porém dentro desta hegemonia, vivendo no seu interior. Para que as pessoas trans consigam alguma superação deste encargo, a “adoção de canais de expressão que lhes permitam elaborar e manifestar pelo menos os aspectos mais conflituosos da sua transgeneridade” é uma das vias cogitadas (LANZ, 2014).

Na visão de Lanz (2014) sobre a identidade de gênero como “identificação interna do indivíduo com os modelos socioculturais de conduta de gênero que lhe são oferecidos pela sociedade, em determinado lugar e numa determinada época”, permite denotar esta identidade como autoidentificação e autodeterminação, ainda que seja tida como “inconsciente” – o que se ressalvou, anteriormente, ser impossível para as pessoas trans. Por esta perspectiva, sendo a pessoa trans “obrigada a transgredir” a dominância normativa de gênero binário que lhe é imposta desde seu nascimento, na qual foi compulsoriamente ajustada, nota-se que ser trans é buscar ser o que já se é, porém não socialmente aceito: é a autossatisfação de seu autorreconhecimento (LANZ, 2014).

Em linguagem mais técnica, o transgênero pode ser descrito como alguém cuja identidade de gênero apresenta algum tipo de discordância, conflito ou não-conformidade com as normas de conduta socialmente aceitas e sancionadas para a categoria de gênero em que foi classificado ao nascer. (LANZ, 2014, p. 74)

[...]

Dessa perspectiva, a pessoa transgênera é um ‘desviado’ social, um ‘delinquente’, posto que infringe toda uma ordem social firmemente estabelecida ao identificar-se com um modelo referencial que lhe está social, política e culturalmente interdito. (LANZ, 2014, p. 76)

Buscando traduzir e, por vezes, reforçar as ideias de Butler, Salih (2015) acentua a busca daquela autora por romper a lógica da pretensa categoria de “mulher” para o feminismo teórico. Na premissa de que a categoria “mulher”, identidade essência desta perspectiva feminista, determina a existência de certo sujeito do feminismo, o questionamento se volta à consideração disto como categoria. Propõe-se, em contraponto, a ideia de construção de um sujeito em andamento que se edifica na concretização de seus atos e no discurso por eles acarretado (SALIH, 2015). Não existe, portanto, sujeito pré-formado e acabado,

sendo sua construção pautada na discursividade cultural das representações advindas de suas práticas.

O sujeito, construto performativo, vai arquitetando sua identidade dentre as possibilidades de manutenção sistêmicas, podendo fazê-lo no intuito de evidenciar a existência de oposições binárias estruturais (SALIH, 2015). Entretanto, cabe-lhe a contrapartida de fazê-lo como subversão, perturbando as ditas oposições e tendo a “construção” da sua identidade como meio de superá-las. Ao mesmo tempo em que a identidade é aprisionamento, sua construção pode libertar o sujeito das amarras das categorias fixas.

Entender o processo de estruturação da identidade, focando-se na identidade de gênero, viabiliza pensar o rompimento com a dominância operante para esta identidade. Nos dizeres de Salih (2015), Butler situa a identidade de gênero como sequências de atos conexos, não precedidos por um “ator” que os domine, sendo o feito o primeiro plano. O feito é a delimitação do fazedor, pois este não pré-existe àquele, não se construindo o gênero pela ação do sujeito. Argumenta-se que o sujeito, ainda que considerado atipicamente, possui sua existência considerada, apenas em posição diferenciada ao seu feito, à identidade de gênero (SALIH, 2015).

Apresentando-se como esse feito, o gênero parece ter estado sempre presente no corpo que o “carrega”, como se dado fosse (SALIH, 2015). Porém, para Butler, o gênero não é uma categoria de “ser” do sujeito, sendo, em verdade, um “fazer” contínuo que não se finda (SALIH, 2015). O gênero se apresenta como produção do sujeito, não sua imanência, pois é feito histórica e culturalmente pela modulação do sujeito a um discurso. A não naturalidade do gênero é sustentada por Butler (SALIH, 2015), portanto sendo uma condição não biológica do sujeito, mas cultural, acarretando que não se “nasce” com gênero definido, embora a produção hegemônica de um discurso sobre corpo o torne generificado.

Afirmar que o gênero não é natural, para Butler, evidencia o contraponto da afirmação anterior, demonstrando-se que o corpo não possui relação direta com seu gênero (SALIH, 2015). A referência ao corpo trata da dimensão do “sexo”, em termos da constituição física genital. De maneira tal, dizendo-se que o gênero não guarda relação direta com o corpo, argumenta-se que o gênero não é sexo, não sendo expressão da anatomia traduzida. Porém, na lógica dominante, Butler percebe que a construção do discurso de naturalização sobre o sexo revela a

consideração dessa suposta dimensão biológica como o gênero em si (SALIH, 2015). Nesta perspectiva, a proposta de Butler é romper esse raciocínio e, conseqüentemente, a construção da assimilação sexo/gênero/desejo.

A compreensão de Salih (2015) sobre Butler é de que esta coloca o gênero como “escolha”: atenta-se para o fato de que não se está falando da viabilidade do sujeito, na sua liberalidade, exteriorizar-se ao seu próprio gênero e selecioná-lo, porquanto a pessoa já é seu gênero, quando se “conscientiza” sobre tal, e já há limitação, a priori, do “estilo de gênero” apresentado. A escolha do gênero, entendida por Butler, é o ato do sujeito de decifrar as normas compulsórias e prévias de gênero, organizando-as à sua maneira, como forma de a pessoa resignificar histórica e culturalmente a lógica de gênero a ela imposta (SALIH, 2015). O gênero não está sendo feito, no sentido de ser produzido pelo sujeito, mas assimilado pela individualidade, inclusive na possibilidade de inovação e rompimento com a dominância.

Butler coloca, com isto, que o gênero é ato e/ou sequência de atos a todo tempo ocorrendo na vida da pessoa, em razão de sua inteligibilidade social, como agente da coletividade, só é possível desde que nos termos do gênero, desde que seja entendida qual é a expressão deste (SALIH, 2015). Parece se revelar impossível a ageneridade, no pensamento de Butler, visto que se está sempre performando atos e se autoalocando nos termos do gênero. Importa perceber que o gênero é, pela autora mencionada, contextualizado pelo discurso que o delimita e solidifica, tal como ocorre com o sexo sob a falsa noção de sua naturalidade (SALIH, 2015). O gênero e o sexo são, ambos, construções histórico-culturais.

O feminismo, na concepção de Butler, não deve se valer de uma posição firme e permanente a partir da qual construa sua luta (SALIH, 2015). De maneira mais eficaz, acredita Butler que a atitude de deslocar as categorias fixas de sexo/gênero – homem, mulher, macho, fêmea – traz maior potência de contestação ao *status quo* hegemônico da “matriz heterossexual de poder”, evidenciando serem tais categorias um construto discursivo e não natural (SALIH, 2015).

Colocando o gênero como construção cultural, Butler abala a relação estabelecida entre sexo e gênero, situando-o como totalmente independente daquele (SALIH, 2015). Acrescentada a argumentação de que o sexo é, também, construção desse mesmo tipo, fica notório que, possivelmente, o sexo sempre foi o

gênero, na hegemonia, não existindo a distinção sexo/gênero (SALIH, 2015), mas apenas o gênero como reforçado pelo sexo, já que este seria dado biológico, enquanto apenas aquele seria construção discursiva dependente do sexo.

Butler desconsidera a ideia de serem sexo e gênero “substâncias permanentes” – a autora chama de “metafísica da substância” essa compreensão do sexo como ente natural manifestado por si só –, pois é a cultural heterossexual dominante a sobrevivente da coerência sexo/gênero como meio de sustentar a “heterossexualidade compulsória”, cunhada por Adrienne Rich (SALIH, 2015). Esta ordem pressupõe que homens e mulheres – e somente estes gêneros são inteligíveis para esta hegemonia – sejam heterossexuais, forçosamente. São as identidades de gênero opostas à heterossexualidade compulsória sistêmica que, nos dizeres de Butler, tornam inequívoco o caráter socialmente estabelecido e mantido deste domínio (SALIH, 2015). A dissidência torna perceptível, portanto, a problemática normativa de gêneros moldados e permitidos pela heterossexualidade compulsória.

A estrutura de poder que subjuga o gênero provoca a limitação deste aos ditames da heterossexualidade compulsória, porém são as linhas limítrofes desta estrutura as próprias alternativas à sua expansão e subversão, conforme o pensamento de Butler (SALIH, 2015). O gênero está situado em um discurso que o produz, discurso este que reflete a estrutura de poder que o erige e tenta aprisioná-lo, sendo justamente essa “prisão” a possibilidade de se pensar em alternativas fora dessa autoridade. Porém, para Butler, viver dentro do sistema legal e/ou num contexto cultural específico impossibilita a liberdade plena do sujeito na construção de sua identidade (SALIH, 2015), seja na abordagem da identidade cultural, seja na especificidade da identidade de gênero. Quer dizer, tanto a “escolha” do gênero quanto a sua subversão são restringidas pela estrutura à qual estão submetidas, ainda que seja a mesma estrutura o que viabiliza essa “escolha” e a sua subversão, como dito anteriormente, podendo-se pensar na impossibilidade real de “escolha” ou subversão (SALIH, 2015). Só subverte-se a normalização imposta, logo a subversão mantém uma relação com a heterossexualidade compulsória, sendo limitada pela própria estrutura à qual pretende subverter.

A argumentação apresentada por Butler de ser o sexo também um construto cultural funciona como crítica à própria autoridade da “ciência” caracterizadora do

sexo como dado natural. Para Butler, a pesquisa científica é contaminada pelos pressupostos culturais concernentes às posições ocupadas por homens e mulheres, como também em relação ao binarismo de gênero em si, sendo o resultado desta pesquisa também delineado por parâmetros da determinação sexual (SALIH, 2015). A biologia também serve à manutenção do binarismo de gênero, como ciência produzida dentro da estrutura da heterossexualidade compulsória e, portanto, buscando reforçá-la.

A noção de “ciência” é também uma construção de discurso (SALIH, 2015). O discurso produzido pela biologia também é produtor de um determinado “corpo”. Quando Butler afirma que o corpo/sexo não é um dado natural, mas elaboração discursiva, similar ao gênero, fixa-se a ideia de que não há corpo antes de sua inscrição cultural (SALIH, 2015). A reinscrição, performativamente, do corpo/sexo, ou mesmo do gênero, torna patente o aspecto ficcional destas categorias, revelando o quanto são elas construções de um contexto, não existência planificada (SALIH, 2015). Percebe-se que não só o gênero pode ser subvertido, como pode o corpo, igualmente, sê-lo. Esta subversão mencionada, como coloca Salih (2015), é papel executado pelo sujeito em questionamento à lei, constituindo a sua “agência” – conceito trazido por Butler no sentido corromper a lei e “fazê-la se voltar contra si mesma visando fins políticos e radicais”.

Nos dizeres de Salih (2015), Butler cinde a distinção sexo/gênero para afirmar que o sexo é, desde sempre, propriamente o gênero. Com isto, o corpo do sujeito é, da mesma maneira, generificado desde o início da sua existência no meio social – para Butler, o sujeito existe enquanto ser social, pois a existência assim se concretiza, não sendo possível existir, senão socialmente – e não havendo o pretense corpo como dado natural biológico antecedente à inscrição cultural deste (SALIH, 2015). O gênero, como um fazer, distinguindo-se da ideia de essência do “ser”, é tipo específico de processo o qual Butler define como “conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido” (SALIH, 2015). Além disso, por ser o gênero considerado performativo por Butler, denota-se que tal categoria é “constituente da identidade que pretende ser, ou que simula ser”, não pré-existindo um sujeito antecipado ao gênero como um feito (SALIH, 2015). O enfoque é na ação em si, no gênero concretizado, não no sujeito que o “carrega”, pois, para a autora, as expressões de gênero apresentadas pelo sujeito constituem a

própria identidade de gênero na mesma medida em que são seus próprios resultados (SALIH, 2015). O gênero torna, portanto, existente o que é nomeado por ele mesmo.

Percebe-se, uma vez que se trata de construção discursiva, que as identidades de gênero são permitidas dentro de uma linguagem posta, dentro dos limites de expressão por esta via (SALIH, 2015). Butler entende, então, que a identidade de gênero não precede a linguagem, porque a linguagem é uma estrutura que “faz” o gênero, tal como o discurso (SALIH, 2015). A linguagem, nos dizeres de Santos (2008), é via de expressão simbólica tanto da realidade quanto da transformação social através da qual se adentra em uma cultural e/ou sociedade. A linguagem determina e/ou amplia o espectro do gênero. Como prática significativa – associada aos significados contidos na linguagem, mas não sendo o significado em si – a identidade de gênero, em Butler, traduz um sujeito cultural que é um efeito do próprio discurso que oculta sua atividade (SALIH, 2015).

O processo performativo do gênero, enquanto ato ou sequência de atos, revela-se como verdadeira estratégia voltada à sobrevivência cultural da pessoa que apresenta determinada identidade de gênero (SALIH, 2015). Ou seja, “fazer” o gênero, dentro do meio social, é buscar a correspondência com a coletividade e a hegemonia característica, evitando, sobremaneira, a marginalização social pela punição da dominância. Transgredir o gênero “correto”, em contrapartida, é ir no contrafluxo da própria sobrevivência, na consciência da certa punição oriunda da sociedade para erradicar uma identidade dissonante e preservar a estrutura da heterossexualidade compulsória. Lembre-se das considerações já feitas sobre a subversão e seu condicionamento ao discurso do qual pretende fugir, inclusive sendo necessário buscar a crítica feita por Lauretis, em sua obra “Tecnologias de Gênero”, sobre este ponto. Para esta autora, entender o poder vigente como produtor de alternativas subversivas a si mesmo acarreta no desvio da compreensão de sua natureza – portanto característica inata – “opressiva e violenta” (SALIH, 2015). O poder que a heterossexualidade compulsória estabelece e possui, produzindo corpos e gêneros ficcionais, violenta as identidades dissonantes e até mesmo as identidades conformadas ao seu domínio, aprisionando-as num discurso limitado pela lógica binária que institui, buscando elevá-la à condição de naturalidade – ou mesmo mais do que isso, à condição de “normalidade”.

As identidades dissonantes, como “desconstrução” do sujeito estável e fixo pressuposto pela matriz heterossexual e binária, evidenciam o caráter político por meio do qual se articula uma identidade, na perspectiva de Butler (SALIH, 2015). Não é a desconstrução de uma identidade também a desconstrução da política; em verdade, ela evidencia o aspecto político da identidade. Demonstra-se que o deslocamento da identidade de gênero proposto pela proliferação de “novas” identidades vai causando a cisão do sujeito em direção à perspectiva pós-moderna. Coloca-se no sujeito, que carrega o corpo onde se “faz” o gênero, o papel central de subversão e agência da lei que pretende normalizá-lo.

2.3 Tentativa de Apagamento das Diferenças Identitárias

A existência de identidades consideradas dissonantes em sua relação com os sistemas de poder dominantes não se caracteriza como uma relação pacífica. Os sistemas de poder, a todo tempo, apresentam reações às emergências identitárias subversivas, por vias diversas, porém sempre na tentativa de anulação – para não dizer dizimação – destas “novas” identidades. Uma destas vias de enfrentamento que a hegemonia estabelece face às identidades subversivas é denominada epistemicídio.

Carneiro (2005) trata do epistemicídio como elemento que contribui à definição de funções e papéis sociais, por ser um dispositivo do biopoder, conceito trazido por Foucault (1988) e que diz respeito ao exercício de um controle sobre a vida⁶. A leitura que Carneiro (2005) faz do epistemicídio está atrelada às bases de dominação racial. Porém, no contexto aqui trabalhado, o entendimento é pelo epistemicídio como instrumento de oposição às identidades sócio-divergentes, não apenas à questão racial, por se entender que este processo ocorre com outros grupos subalternizados, pelos argumentos a serem expostos.

Conforme cita Carneiro (2005), Sousa Santos (1997) conceitua o epistemicídio como meio de subjugação utilizado por sujeitos dominantes para deslegitimação do conhecimento e da sua produção pelas pessoas categorizadas como dominadas, na perspectiva do poder hegemônico. Em decorrência, nega-se às pessoas subjugadas

⁶ Para melhor abordagem do conceito foucaultiano do biopoder, ver capítulo 2, subtópico 2.1.

a condição de sujeitos de conhecimento. O epistemicídio, então, é instrumento de/do poder que serve à estrutura dominante pela subalternização científica de grupos dominados e não reconhecimento destes grupos enquanto formados por sujeitos.

Na visão de Sousa Santos (1997), referenciada por Carneiro (2005), o epistemicídio apresenta relação com o genocídio: parece que este é também uma forma daquele, pois a eliminação de um povo, em termos de terem suas vidas, literalmente, dizimadas, é eliminação simultânea do conhecimento produzido por este povo. Entretanto, conforme ressalta Sousa Santos (1997), citado por Carneiro (2005), o epistemicídio é de maior amplitude que o genocídio, visto que sua ocorrência sempre cede nas hipóteses de subalternização, subordinação, marginalização ou no intuito de ilegalizar coletividades sociais e suas práticas. Parece que o epistemicídio é um genocídio “oculto”, uma vez que são eliminados práticas e grupos sociais não pela morte física, mas pela morte da condição de sujeitos existentes pelo apagamento de suas expressões culturais e de conhecimento.

Percebe-se que o epistemicídio opera pelo condicionamento das pessoas subalternizadas – para o poder dominante, “os outros”, já que não sujeitos – às formas em que serão integradas ou excluídas, bem como suas práticas e expressões culturais diversas da hegemonia (CARNEIRO, 2005). Este é um dos motivos pelos quais se pode pensar e utilizar as noções do epistemicídio para além da questão racial, em virtude de sua abrangência e resistência à diferença como um todo, pela proposta que a diferença tem de ser subversiva da normatividade imposta. Vê-se até mesmo que o epistemicídio é uma faceta de resistência da estrutura hegemônica quando se destina à integração da diferença, desde que adequada aos moldes desta mesma estrutura condicionante; acaba funcionando para que a diferença seja supostamente permitida, quando está, em verdade, sendo assimilada na lógica legal existente. Mantém-se a relação “colonizador x colonizado”.

A escolha da abordagem de Carneiro (2005), ainda que esta se refira a Sousa Santos (1997) e reconheça seu pioneirismo na abordagem científica do epistemicídio, é pela amplificação que a autora faz deste fenômeno. Entendendo que o epistemicídio também acarreta na “anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjulgados”, para Carneiro (2005) há uma questão maior:

o epistemicídio configura um “processo persistente de produção da indigência cultural”. Os desdobramentos deste processo são diversos: nega-se acesso aos meios educacionais; inferioriza-se intelectualmente; deslegitima-se o conhecimento produzido e propagado pelas pessoas subalternizadas à estrutura; rebaixa-se a capacidade cognitiva “pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo” (CARNEIRO, 2005). A desqualificação é mútua: tanto do conhecimento produzido e portado pelas pessoas subjugadas ao poder sistêmico, quanto destas mesmas pessoas na sua condição de sujeitos cognoscentes (CARNEIRO, 2005).

Expandindo-se o conceito de epistemicídio para além do apagamento do conhecimento de sujeitos subjugados, denota-se o processo também como via de barrar a própria possibilidade de subversão de sujeitos subjugados, por meio da inacessibilidade tanto ao conhecimento produzido quanto à produção de conhecimento. Se as pessoas consideradas dominadas não tem acesso às instituições educacionais, onde se considera ser feita a produção de conhecimento científico, evidencia-se a limitação destas pessoas a produzirem conhecimentos possivelmente considerados válidos pela estrutura dominante. Está-se mutilando a racionalidade de tais sujeitos seja pela negação da intelectualidade, seja pela assimilação cultural violentamente imposta (CARNEIRO, 2005). Aprisiona-se não o pensar, mas a própria possibilidade de usar o pensar, porquanto nada significa a capacidade cognitiva de sujeitos “outros” para a hegemonia.

O epistemicídio é ainda mais brutal e violento do que se possa imaginar, pois sua utilização é para a dominação de mentes e corações, não apenas do corpo individual e coletivo (CARNEIRO, 2005). As esferas de imposição do poder – mentes e corações de sujeitos “outros” – são muito mais profundas e com potencial libertador diferenciado, aniquilando-se as hipóteses de mudança. No que diz respeito à estrutura dominante, a mudança não decorre de sujeitos conformados à sua normatividade, aceitos pelo sistema imposto; são pessoas “outras” as capazes de promover a alteração desta estrutura por evidenciá-la no seu aspecto excludente e limitador de expressões alternativas.

Debruçar-se sobre o epistemicídio é pensar o sistema educacional, por conseguinte, e a relação que o “outro” estabelece com este sistema, marcada pela desigualdade (CARNEIRO, 2005). Não só é pensar essa relação, como a estrutura

do sistema educacional para o “outro”, a visão que há deste sujeito para as instituições educacionais. Esta perspectiva sobre o “outro” considera sua capacidade intelectual como atrelada à sua condição de subalterno (CARNEIRO, 2005). Quer dizer-se, se as pessoas subjugadas pensam por meio/através de sua cultura/diferença e a ciência só possui uma via válida, este pensar não é reconhecido enquanto “válido” e as pessoas subalternas, conseqüentemente, não se constituem como sujeitos cognoscentes “válidos”.

Todos os procedimentos executados a título de epistemicídio servem à reiteração da dominância. Pensando isto em termos de gênero, nota-se que o conhecimento hegemônico – e o discurso por este formulado – reafirma, ininterruptamente, a estrutura da heterossexualidade compulsória e do gênero binário oposicional como forma de propor a naturalização desta pela subjugação de seres e conhecimentos de gênero supostamente ininteligíveis (BUTLER, 2016).

No processo do epistemicídio, pela proposição de manutenção do sistema de poder, delimitam-se quem são os sujeitos “outros” pela relação hierarquizada com os sujeitos hegemônicos. Há, aqui, um diálogo com a postulação apresentada por Butler (2016) sobre ser a própria dominância a produtora da subjugação e de sujeitos cujo espaço destinado é o do domínio; a exclusão é intencionalmente produzida para consideração das pessoas “dominadas” como anormais – opostas à normatividade estabelecida pelo poder – para que se legitime, mais ainda, a inclusão de pessoas “dominantes”. Para Carneiro (2005), o status ao qual os sujeitos subalternos são relegados é de “coisa que fala”. Não se categoriza o “outro” como “pessoa”, retirando-lhe a humanidade e inferiorizando-o, pela coisificação. Reforça-se a verticalidade existente entre hegemônicos e hegemonzados, uma vez que estes sequer são considerados humanos, mas “coisas” viventes, enquanto aqueles são considerados pessoas e sujeitos cognoscentes servindo à estrutura, devidamente.

Estabelecendo e limitando a maneira pela qual sujeitos dominados utilizam e guiam o pensar, atrelando esta atividade intelectual à estrutura cognitiva da hegemonia, o epistemicídio acarreta na percepção do mundo e de uma opção de realidade estabelecida pela estrutura de poder (MILLS, 1997 *apud* CARNEIRO, 2005). No que diz respeito à questão do gênero, as pessoas gênero-divergentes, por existirem dentro da normatividade da heterossexualidade compulsória e do

binarismo oposicional de gênero, são obrigadas a enxergar a pretensa realidade por meio desta única ótica totalizante, tal como se a realidade de suas vivências e existências não pudesse ser assim considerada. Por esta razão, as evidências que estas pessoas trazem consigo sobre a “realidade” factual e sua natureza excludente, especialmente em termos das práticas discriminatórias às quais são submetidas a todo o tempo, são consideradas pelo conhecimento hegemônico como “fruto da ignorância” (CARNEIRO, 2005). Deslegitima-se o que sujeitos subversivos denotam como verdadeira realidade, por serem entendidos na ocupação do espaço à margem, pelo que sofrem, mais diretamente, as opressões e violências sistêmicas.

O problema acarretado por esta lógica de operação do epistemicídio é a retirada de legitimidade epistemológica da cultura mesmo dos sujeitos dominantes (CARNEIRO, 2005). O epistemicídio oculta a farsa que é a estrutura de dominação, mesmo para quem ocupa a posição de sujeito na cultura hegemônica. A ignorância, em verdade, é destes sujeitos “legítimos” e não das pessoas subjugadas e encaradas como não sujeitos/coisas falantes, porquanto estes conhecem o real na sensação das dores diretas da opressão e violência sistêmicas, enquanto aqueles acham que vivem numa realidade, não obstante seja esta inexistente e apenas resultado de um discurso produzido à ocultação.

Trazer consequências aos sujeitos dominantes é um ponto de destaque importante, mesmo porque a negação do discurso sobre a dominação como tal, o qual se constitui como discurso contra-hegemônico e caracterizador da dominação como opressão e controle, é uma forma de manutenção do poder pela ignorância generalizada. Contudo, a preocupação não há de se voltar, preferencialmente, à questão da miséria intelectual das pessoas hegemônicas, mas à pressuposição de que as pessoas não hegemônicas se encontram em tal nível cognitivo, sendo diretamente atacadas pelo epistemicídio. A crueldade é vincular e subordinar a “sobrevivência cognitiva” das pessoas subjugadas aos “parâmetros da epistemologia ocidental” (CARNEIRO, 2005).

Mesmo com a vinculação referida, não se abala, plenamente, o processo do epistemicídio e suas consequências. Ainda que sujeitos alternativos à epistemologia ocidental consigam dominá-la, intelectualmente, mitigando uma das premissas do epistemicídio – a consideração do subdesenvolvimento cognitivo de sujeitos subalternos –, remanesce-se perante tal processo, porque não existe uma

alternativa ao campo epistemológico dominante e muito menos o reconhecimento das formas outras de conhecimento advindas das camadas dominadas (CARNEIRO, 2005). O epistemicídio é tão violento e sistematicamente intrínseco que, mesmo a derrubada de um dos seus pressupostos, sequer chega a ser suficiente para derrocada de toda a lógica do epistemicídio, pois sua atuação é multifacetada. E não há como cogitar a total mitigação do epistemicídio, sem que se rompa a estrutura que instrumentaliza esse processo.

A inexistência de uma alternativa ao campo epistemológico dominante, entretanto, não deve ser interpretada de maneira fatalista. A construção de conhecimento é ressaltada como uma das formas de grupos oprimidos se libertarem da estrutura à qual estão submetidos, principalmente na esfera de dominação das mentes, do pensar, propriamente (HOOKS, 1995 *apud* CARNEIRO, 2005). Inobstante, a construção do discurso intelectual/cultural advindos de tais grupos nada tem de garantia, mesmo sendo esta construção conformada à padronização intelectual dominante (HOOKS, 1995 *apud* CARNEIRO, 2005). Por óbvio, estar neste contraprocessos característicos de sujeitos subversivos não é tarefa fácil. Às pessoas subjugadas pelo poder, quando inseridas no ambiente considerado detentor da produção de conhecimento, não é suficiente que se preocupem apenas com as demandas ordinárias acadêmicas, tal como o é para sujeitos hegemônicos. Faz-se necessário que deem conta, ainda, da eterna defesa de sua própria existência como pessoas e sujeitos cognitivos (HOOKS, 1995 *apud* CARNEIRO, 2005), pois o epistemicídio opera até quando ocorre ascensão acadêmica destes, permanecendo, sempre, como expulsão explícita – para a pessoa subjugada, assim o é, embora para sujeitos hegemônicos não o seja, pela consideração de sua ignorância epistemológica – à qual precisam resistir para ter inserção.

Na disputa dos saberes produzidos em conformidade e desconformidade à estrutura dominante, Carneiro (2005) pensa o papel central gozado pela escola formal como instituição servindo ao poder e, portanto, reproduzindo uma noção de sociedade definida por elites ocupantes de hegemonias de aspectos diversos. Percebe-se que a escola – possibilitada a leitura desta como atinente ao sistema educacional como um todo – é vista como um espaço construído pelo poder e também com o intuito de ser instrumento de sua manutenção pela perpetuação de um repetido saber proveniente das camadas sociais em exercício de dominação. A

instituição educacional exerce o papel de legitimar a ordem hegemônica científica e cultural – aqui, parece ainda mais possível a leitura de “escola” como sistema educacional integrante de um sistema macro de poder.

No aspecto do gênero, em adaptação das ideias de Carneiro (2005), o espaço escolar servirá tão bem à normatividade imposta pela estrutura da heterossexualidade compulsória e do gênero oposicional binário quanto conseguir produzir uma hierarquização de consciência dos sujeitos abarcados por esta instituição. Se as pessoas gênero-conformadas formulam uma “consciência de superioridade”, no contato com este ambiente de ensino, sobre pessoas gênero-divergentes (LANZ, 2014), por consequência ocasionando nestas pessoas a formulação de uma “consciência de inferioridade”, à aparência de naturalidade, então esta instituição nada mais é do que uma das facetas do sistema de poder cisgênero e heteronormativo. A forma de proceder da instituição educacional, tendo em sua formulação inicial o epistemicídio como viés apto ao reforço da estrutura dominante, constitui a noção de que sujeitos dominados não tem a capacidade de produção em termos culturais, quiçá científicos (CARNEIRO, 2005). A hegemonia cultural de dominantes, utilizando-se da escola para reforçá-la, constrói estes sujeitos como os únicos capazes de produção desta espécie, pelo que se acaba redundando, mais uma vez, na negação da humanidade de sujeitos alternativos ao sistema (CARNEIRO, 2005).

A visualização da educação apresentada por Carneiro (2005), não obstante seja este âmbito afeito ao regramento e perpetuação da lógica de poder vigente (LOURO, 2008), é como modificação, como possibilidade de revolução mesmo e aptidão ao trabalho crítico das desigualdades socialmente concretas, a fim de pensar nas vias de combatê-las. Pensar assim é guia de contrafluxo ao epistemicídio, porquanto este seja subdispositivo do poder opressor resultando na naturalização da opressão, normalizando-a discursivamente (ENRIQUES, 2003 *apud* CARNEIRO, 2005) e fazendo-o, dentre outras formas, por meio da escola. Note-se que a escola aqui referida é a de caráter público, como espaço de acesso supostamente ilimitado às pessoas de uma dada localidade, as quais necessitam deste tipo de instituição pela impossibilidade sistêmica de acessar escolas particulares – o que se mostra de maior probabilidade, quando a abordagem é de

pessoas categorizadas pela estrutura como subalternas, já que relegadas à marginalização, inclusa aí a de ordem econômica.

O modo de operar do epistemicídio pela naturalização da opressão e, conseqüentemente, das desigualdades decorrentes traz à tona o problema destacado anteriormente de se viver a realidade inexistente da relação pacificada “dominantes x dominados”. Assim, nos espaços de possível debate sobre esta problemática, tal como se configura a escola, a questão de se pensar a esfera do público sequer é facultada, pois essa dimensão – a ser pensada pela/como política – é negada aos sujeitos não-hegemônicos (ENRIQUES, 2003 *apud* CARNEIRO, 2005). Não existe o espaço público para pessoas de categorias subjugadas, uma vez que a edificação deste espaço é feita pela estrutura dominante e voltada, portanto, às pessoas adequadas à normatividade estabelecida. Para o domínio, não existem desigualdades sociais a serem corrigidas pelo apontamento de sujeitos subalternos; sequer a produção de conhecimento – e de discurso – e cultura destes sujeitos é reconhecida, inviabilizando-se cogitar a validade das críticas feitas ao meio social e suas ramificações preconceituosas.

Pelas considerações acima, fica notório que a percepção das desigualdades – melhor dizendo, a sua aceitação por quem não a vivencia consciente e cotidianamente – é o ponto de partida para promover mudanças dos paradigmas solidificados, no sistema educacional, pela hegemonia (CARNEIRO, 2005). Porém, ressalta-se que a maneira pela qual a educação é estruturada se dá a serviço à estrutura de poder (LOURO, 2008), propondo-se a manter sua dominação normativa sobre corpos e mentes, inclusive aqueles conforme. O epistemicídio possui suas faces de atuação: a questão do acesso e/ou permanência no sistema educacional é uma delas; a subjugação intelectual é outra; congregadas, potencializam-se para lograr seus objetivos (CARNEIRO, 2005). Ou seja, para que se dê o pontapé inicial elencado, a batalha se estabelece contra toda essa sistematização complexa de longa data e – dentro de um parâmetro que leve em consideração a consecução de finalidades já abordadas – exitosa.

A educação/sistema educacional possui um caráter eminentemente político, como meio afeito à transformação social, à proposição de rupturas com lógicas excludentes. Por óbvio que, como espaço político, consolida-se uma luta direta: por um lado, há o papel exercido pela estrutura hegemônica e pessoas por ela

legitimadas, na tentativa de uma sobrevivência à ocultação do debate; na contramão, sujeitos subversivos, os quais, não obstante submetidos a uma perspectiva opressiva, conseguem perturbar a ordem e sua vigência, evidenciá-la nos seus reais termos. A estrutura dominante percebe as práticas subversivas e, como estrutura readaptável e que pretende se prolongar, rearticula-se em si mesma para anular mudanças e incorporá-las à sua maneira (CARNEIRO, 2005). Há uma relação de fluxo/contrafluxo entre a dominância e dominados, sendo necessário algum cuidado na percepção desta relação, pois existem sujeitos “dominados” que buscam – e acreditam na efetivação desta busca – se adequar aos ditames da supremacia existente e acabam reforçando a naturalização proposta.

Atentando-se ao dito sobre a ocultação do debate das desigualdades, por parte da hegemonia, destaca-se uma grave consequência em face das pessoas subjugadas. O silenciamento sobre o debate produz a categorização de sujeitos subversivos – aqueles trazem à tona as problemáticas reais – como “esquizofrênicos ou paranoicos”, já que pessoas viventes de uma realidade desconhecida pelas camadas dominantes majoritárias (CARNEIRO, 2005). Novamente, questiona-se a integridade intelectual de sujeitos “subalternos” pela simples formulação de um discurso contra-hegemônico, invalidando-o a priori pela mitigação das premissas.

A escola também atua nesse sentido: ela reforça o poder do discurso dominante como único conjunto de enunciados válidos, por trabalhar a partir da suposta “realidade”; a construção de sujeitos inseridos nesta lógica; acentua o caráter hierarquizante das relações pontuadas como desiguais – assim erigidas pela própria estrutura de poder. E a escola atua sobre sujeitos desde cedo, nas etapas etárias mais primárias, já bombardeando as pessoas subjugadas pela estrutura por ser parte de uma identidade sócio-divergente (BARBOSA, 1983 *apud* CARNEIRO, 2005), fazendo com que estas se autoquestionem sobre seu pertencimento identitário por meio da opressão e da violência, não pela abordagem de identificação, como coloca Hall (2014), com os elementos significados por esta identidade, sua cultura e seu conhecimento.

Vê-se que o epistemicídio é um processo crônico e inscrito nos sujeitos subjugados desde o início da vida acadêmica – o ambiente escolar – perturbando-os imensuravelmente. E esse processo não cessa em momento algum, continuando com seus efeitos sobre sujeitos dominados mesmo ao se adentrar no nível

universitário (CARNEIRO, 2005); estar neste espaço é chegar à etapa “final” do sistema educacional como verdadeira vitória na luta contra o epistemicídio, mas sem que se encerre este processo.

A resistência ao epistemicídio pode ser feita por diversas vias. Algumas delas são abordadas por Louro (2008), quando do repensar a dicotomia base da educação, que polariza conhecimento de ignorância. Talvez uma das primeiras propostas essenciais para se vencer o epistemicídio seja enxergar ignorância e conhecimento fora dessa lógica que hierarquiza saberes. Além disso, é necessário repensar currículos, para que se abram possibilidades a pensar e abordar diferenças identitárias, seja qual for a natureza: de gênero, de classe, de sexualidade, de raça (LOURO, 2008). A ideia é colocar a diferença como parte do discurso produzido e propagado, para que se entenda a coletividade de uma forma congregada e não cindida, para que o todo seja visto como um todo de partes diferidas, mas que podem coexistir como coletividade. Inclusive, não se limitando aos discursos produzidos dentro do espaço educacional, para que espaços não institucionais sejam vistos também nas suas potencialidades de mudança, na lógica pós-moderna da formalidade na informalidade e vice-versa (SANTOS, 2008). Tendo-se em mente, sempre, a ocupação central de sujeitos à margem como pessoas capazes de subverter a estrutura imposta e sua hegemonia.

3 NOVOS PARADIGMAS DE LUTA NA ERA PÓS-MODERNA

Estabelecidas as bases para se pensar a constituição de um sujeito da pós-modernidade (HALL, 2014) – ainda que a própria ideia de pós-modernidade seja avessa à noção de “constituição” tal como se entende por uma formação gradativa, contínua e fixa (BITTAR, 2008) – e com maior enfoque à questão da identidade cultural de gênero e sua reconcepção fora da lógica binária sexo/gênero (BUTLER, 2016), já se demonstrou, em alguma medida, algum contrafluxo estabelecido pela hegemonia consolidada na modernidade contra o surgimento dessas novas subjetividades e realidades, bem como face às produções discursivas, científico-acadêmicas, sociais, enfim, culturais advindas das camadas subversivas (CARNEIRO, 2005).

A pretensão deste capítulo, então, é discorrer pouco mais sobre como essas novas subjetividades vêm se organizando, coletiva e politicamente, para travar novas formas de rompimento com a estrutura e a racionalidade modernas (BITTAR, 2008; SANTOS, 2008). Pensa-se como os movimentos sociais, tais como os surgidos na década de 60 (HALL, 2014; SANTOS, 2008), e suas novas configurações se direcionam ao combate da dominância cultural vigente – inclusa a ordem jurídica – e ao questionamento das possibilidades a serem utilizadas como norte para se caminhar a um novo momento histórico – se é que a ideia é ter um novo momento histórico, entendido como unidade, ou se a proposta é propor uma abrangência de contextos não finitos e múltiplos.

Com a discussão sobre o surgimento dos “novos” movimentos sociais e suas propostas alternativas de luta político-social (SANTOS, 2008) e luta por reconhecimento na era “pós-socialista” (FRASER, 2001), passar-se-á a traçar um breve histórico do movimento trans, no contexto nacional (CARVALHO; CARRARA, 2013), fazendo-se algumas correlações com o panorama internacional (ÁVILA; GROSSI, 2010) e abordando uma das vertentes deste movimento, denominada transfeminismo (JESUS; ALVES, 2010). Ademais, com a coleta de dados, nesta pesquisa, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, tendo como um de seus questionamentos a percepção sobre o “movimento trans” das pessoas entrevistadas, uma abordagem relevante se destaca, referente ao movimento não-

binário. Por ser uma perspectiva outra que não abordada pela literatura utilizada como referência, será tratada ao final do segundo subtópico deste capítulo.

3.1 Perspectivas Reivindicatórias para além de Direitos

A emergência de novas configurações sociopolíticas de luta para o rompimento com paradigmas pré-existentes não se dá de forma aleatória, muito pelo contrário. É, antes, reflexo de um período histórico-cultural, no qual estão solidificadas racionalidades e lógicas de (co)existência – ou sobrevivência, pensando em termos de grupos subalternizados pela hegemonia dominante, como ocorre no processo já destacado do epistemicídio (CARNEIRO, 2005) – interconectadas econômica, social, política e culturalmente – por óbvio, também juridicamente.

O momento histórico aqui referido se trata da modernidade. São as bases erigidas nesse momento – o qual não se encontra totalmente vencido pelas propostas da pós-modernidade (SANTOS, 2013), porquanto esta nova configuração de vida individual e coletiva ainda se trata de um período em transição (BITTAR, 2008; SANTOS, 2008) que não se refere, necessariamente, a uma descontinuidade e uma ruptura absolutas – que estão sendo postas em questionamento pela existência de novas subjetividades (SANTOS, 2008) e identidades culturais (HALL, 2014) congregadas em grupos políticos questionadores deste *status quo*, como ocorre com as pessoas trans – sendo gênero-divergentes, o questionamento à normatividade do gênero, por exemplo, já está ocorrendo pela identidade dissonante (LANZ, 2014), bem como por outras vias de atuação discorridas na próxima subseção.

De acordo com a visão apresentada por Santos (2013), verifica-se certa preponderância da ordem econômica sobre as demais ordens componentes da estrutura social, como, por exemplo, a ordem cultural. Entretanto, há algum cuidado na visualização desta perspectiva, certamente atrelada às noções socialistas de remodelação econômica da sociedade capitalista moderna. Percebe-se que o npossa reconfigurar a vida em sociedade, entendendo que é este sistema a imposição primeira de uma série de valores às individualidades e suas ramificações na coletividade – e não é que, de fato, não o faça, porém existem outras questões

operantes na sociedade e em suas unidades humanas tão significativamente quanto, mesmo porque a própria mudança do sistema econômico em nada garante a ruptura com outras estruturas de dominação, como o gênero e sua genealogia biologicista (BUTLER, 2016).

É bem verdade que o capitalismo e a racionalidade por ele implicada modelam a vida, as mentalidades, as intersubjetividades, as produções individuais e coletivas, enfim, o modo de ser uma existência inserida neste contexto (SANTOS, 2013), mas a perspectiva apresentada por Butler parece mais interessante, de não visualizar as ordens econômica e cultural desta forma cindida (MATTOS, 2004). Não apenas Santos (2013) o faz, como também procede, em concepção similar, Fraser (2001), ao pensar na possibilidade de lutas sociais que sejam puramente de natureza econômica, como aquelas atinentes à questão da classe operária (SANTOS, 2008), ou de natureza cultural, tais como as referentes à pauta da sexualidade. Frise-se, entretanto, que não é esta a perspectiva adotada aqui, pois a compreensão deste trabalho é da relação intrínseca entre cultura e economia, e vice-versa, pelo que o rompimento referido é com toda a estrutura de dominação em suas diferentes vertentes para que se possa cogitar uma expressão de libertação das subjetividades e suas coletividades na era pós-moderna.

No que concerne às ideias de Santos (2008; 2013), o que interessa é a visão que este apresenta da dicotomia entre regulação e emancipação, a qual pode ser correlacionada com a perspectiva esquemática apresentada por Fraser (2001) das lutas divididas entre os vieses da transformação e da afirmação. Contudo, antes de se traçar o paralelo entre estas concepções, far-se-á um breve apanhado histórico, tal como o apresentado por Santos (2013), sobre a consolidação deste paradigma regulação/emancipação típico da modernidade, o qual vem sendo abalado com as conformações reivindicatórias apresentadas desde a década de 60 (BITTAR, 2008; HALL, 2014), também sendo evidente, no que tange ao(s) movimento(s) trans, não obstante algumas das batalhas travadas ainda se deem, estrategicamente, no campo da regulação – não é que este campo não promova algum nível de emancipação, pois existe um potencial, ainda que reduzido, de visibilidade de sujeitos subversivos dentro da estrutura hegemônica, com as ressalvas da readequação que a dominação procede (CARNEIRO, 2005) frente a tais ingerências.

A modernidade se constrói como projeto mútuo de regulação e emancipação sociais (SANTOS, 2008). Ocorre que, no desenvolvimento de ideias deste período histórico ainda em reverberação, a emancipação foi cedendo à regulação, como resposta sistêmica à necessidade de uma vida coletiva domada e atrelada às bases de dominação da configuração capitalista (SANTOS, 2008), lastreada sobre a vida humana em perspectivas diversas de controle biopolítico, ainda que com base na produção e acumulação de capital (FOUCAULT, 1988). É justamente com essa associação da modernidade ao desenvolvimento do capitalismo que se daria início esse processo de substituição do paradigma emancipatório pelo regulatório (SANTOS, 2013).

Evidente que o direito, na modernidade, também funciona como instrumento que viabiliza uma dominação legítima – ou mesmo uma estrutura erigida para tanto – e acaba se readequando à formulação do pensamento científico moderno (SANTOS, 2013). A ideia é que o direito se torna, então, uma ciência própria e autônoma, constituindo-se tal como outras áreas da “ciência moderna”, para que possa ser compreendido de acordo com um raciocínio lógico e instrumentalizante. Sua construção ocorre de forma a se promover uma maior racionalização dessa ordem jurídica e, conseqüentemente, sua associação com o Estado (SANTOS, 2013), enquanto ente monopolizador e mantenedor do direito – o papel do direito, assim estatizado, passa a ter um caráter muito mais acentuado ao controle social, ao exercício de um poder sobre corpos individuais e a coletividade por eles formada.

A questão é que o direito, diferentemente das outras ciências modernas, teve que lidar com a tensão entre regulação deste corpo social e as emancipações por ele propostas muito mais cedo (SANTOS, 2013), pelo que sua associação com o Estado – no exercício de uma soberania notadamente verticalizada e opressiva – é, por conseguinte, a atribuição ao direito do monopólio de ordenação e controle político-social (BITTAR, 2008), como verdadeira mediação de poder/poderes.

E essa polarização referida – regulação x emancipação – pode mesmo ser remetida até à estruturação do direito moderno (SANTOS, 2013). No momento de formação do Estado moderno iluminista, o sistema jurídico então pluralista, foi-se modificando, em favor da classe burguesa, à época, pretendendo sua emancipação. O propósito era unificar o sistema jurídico para regular a sociedade de forma homogênea, de acordo com os interesses nascentes, para viabilizar o exercício de

dominação política e ideológico (SANTOS, 2013). Note-se, portanto, que esse projeto jurídico de modernidade é orientado pela concretização – nos exatos termos de rigidez – de uma racionalidade crente no seu potencial de dar definições exaurientes para os problemas humanos, ou seja, hierarquiza-se o cientificismo e sua “capacidade” de elaborar verdades plenas:

Validade, legalidade, ordem, impositividade, eram considerados valores supremos de um ordenamento que operava como uma razão científica para a disciplinação da ordem e da desordem sociais. O Estado liberal nasce sob estes dísticos e cristaliza toda uma cultura jurídica que haverá de contaminar as mentalidades do século XX, mantendo-se estável até os mais notáveis sinais de crise desmascararem as pretensões de validade universal e objetividade, de igualdade formal e de regramento social sancionado atribuídos ao ordenamento jurídico. O legal e o racional (poder e saber, na leitura foucaultiana) se somam para o combate ao ilegal e ao irracional que são condenados ao exílio social, à estranheza, ao porão, à prisão. (BITTAR, 2008, p. 145)

A luta burguesa pela conquista de um poder tanto econômico quanto cultural, conseqüentemente, político, fazendo-se uso do direito, como demonstrado, é uma luta que também se trava na tensão entre regulação e emancipação (SANTOS, 2013). Mas, no momento, em que esta classe se configura como detentora do poder pretendido, em suas diversas vertentes, o sentido de se manter a tensão é perdido e reforça-se, então, a regulação como proposta de dominação, para que as emancipações pretendidas sejam intrassistêmicas, logo, filtradas pelo mote regulatório. Quer dizer, toda emancipação pretendida dentro dessa estrutura guiada pela regulação acaba sendo, de alguma forma, trava neste âmbito da regulação e, portanto, limitada desde sua gênese, pelo que acaba sendo requerida uma forma de contestação diferenciada. É como Butler (2016) destaca, para a questão do gênero – também regulado pela via normativa e legal –, a necessidade de se romper a estrutura na sua dimensão macroscópica, romper com todas as suas premissas sustentadoras desta, tendo-se em mente que mesmo essa ruptura ocorre dentro da estrutura e, portanto, apresentando alguma correlação e condicionamento.

Com o desenvolvimento de um direito natural racionalista nos séculos XVII e XVIII (SANTOS, 2013), continua a se manter o binômio entre regulação e emancipação, em nome do estabelecimento de uma “nova boa ordem” que sirva à pacificação de uma vida coletiva, a qual tem por meio um vínculo natural, reconhecendo diferenciações entre grupos diversos: o direito, então, ao mesmo

tempo em que poderia promover a igualdade entre sujeitos parte de um grupo político idêntico, possuía, igualmente, o potencial de acentuar a verticalização, quando no trato entre sujeitos de grupos de poder distintos. Mesmo porque o pertencimento a um dado grupo é visualizado como inerente à pessoa, como essência de sua existência mundana, a ser mantida de tal forma para que a dominação imposta continue sendo orientada pelo mesmo *status quo*.

Observa-se que a tensão entre regulação e emancipação – a qual se processa muito mais pendente no que diz respeito à regulação, já que a emancipação acaba sendo quase que submetida ao seu julgo – vai orientando uma lógica jurídica limitadora e controladora, a qual viabiliza mínimas mudanças para criar a ilusão de que é possível fazer diferente dentro da própria estrutura de poder instaurada e perpetrada, quando, em verdade, nada mais é do que as propostas de readequação desse direito às novas realidades que vão surgindo dentro do corpo social. E essas novas realidades vão surgindo a todo o tempo, como mesmo destaca Hall (2014) e Louro (2008), pois as atuações dos sujeitos, principalmente em termos de sua construção de subjetividade, vem sendo experimentando em direção à reflexão, à expansão de novas vivências que questionem solidificações de longa data.

Encerrando o apanhado histórico breve, trazido por Santos (2013), quanto à formação do direito na modernidade, o último ponto destacado vem a ser a influência que a ideia de contrato social exerceu. Passa-se a dar um destaque muito maior ao controle da coletividade, reconhecendo a sua constituição por uma diversidade de vontades individuais a serem conciliadas, porém que reconhecem necessária a existência de um sistema que promova a ordenação devida. Aqui, a tensão entre regulação e emancipação encontra sua fórmula na qual “o exercício mais elevado da regulação é o exercício mais elevado da emancipação” (SANTOS, 2013), uma vez que as leis são criadas pelos próprios sujeitos sociais para que possam viver em comunidade, “pacificamente”.

O direito se molda à vontade geral e, como expressão desta, goza de uma autoridade inquestionável. O Estado, então, associado diretamente ao direito como detentor da sua produção, seja textual, seja discursivo-cultural, acaba sendo o reflexo dessa vontade geral, o formulador legítimo dessa vontade: o ente todo-poderoso que controla a vida social (SANTOS, 2013). Por óbvio, seu papel de regulação social se centraliza, ainda que sua pretensa científicidade o desconecte,

em grande medida, da realidade do corpo coletivo, já que o conhecimento do direito “científico” não carece do conhecimento social científico da sociedade (SANTOS, 2013):

Neste sentido, contemporaneamente, percebe-se que a legalidade deixa de ser princípio de efetividade do Estado Democrático de Direito e passa a ser medida de contenção ideológica das mazelas formais do sistema jurídico. Trata-se de expediente ideológico porque mantém a estrutura social intacta, ou seja, não intervém de fato na realidade histórica e concreta na qual se encontram os agentes sociais, construindo-se apenas no sentido de sustentar a justificativa do sistema. Neste sentido é que as promessas irrealizáveis, normas abusivamente programáticas, conceitos vagos são texto constitucional sem o respectivo consequente na realidade social. Há, percebe-se, todo um conjunto de necessidades vivendo e convivendo com uma demanda reprimida por justiça social. (BITTAR, 2008, p. 145)

O direito, dentro de sua concepção na modernidade e, em atenção à ressalva já feita, ainda produzindo seus vastos efeitos sobre as individualidades e a sociedade, opera somente em favor da dominância e promove uma estabilização social que a mantenha. Como se discutiu com Carneiro (2005), a estrutura de poder, incluso o poder do direito que é reconhecido pela modernidade como um dos mais relevantes instrumentos de sua hegemonia, serve somente a quem é sujeito detentor e dominante, a quem é mesmo visualizado e entendido como sujeito – e, pelas ideias de Hall (2014) sobre a vivência de uma multiplicidade de identidades e das contrariedades que estas apresentam entre si, há sempre a possibilidade de ser sujeito de direito sob uma dada perspectiva e não sê-lo por outra. Ser pessoa, na estrutura contemporânea transitória – para não ser chamada de pós-moderna, porque resistentes muitos dos paradigmas da modernidade – é ser uma pluralidade de significados culturais que demonstram, simultaneamente, conformidade e desconformidade.

Mesmo pessoas gênero-divergentes (LANZ, 2014), rompendo com uma das estruturas de dominação mais primárias da existência enquanto ser humano vivo, tem a possibilidade de serem não subversivas em outros aspectos, como aspectos raciais, estético-expressivos, de classe etc. – embora se reconheça que ser gênero-divergente, ser pessoa trans, é estar numa posição de subalternização social cotidiana e que compromete a vivência em outros ramos da vida destacados anteriormente.

A pós-modernidade, como insurgência e revelação das falências – reflexos diretos de como as bases de dominação já não dão mais conta dos conflitos por ela mesmo originados – da modernidade, “vem abrir um vasto leque de possibilidades futuras para a sociedade, sendo uma delas um futuro não-capitalista e eco-socialista (o pós-moderno de oposição)” (SANTOS, 2013) – sem embargo de serem reconhecidas outras perspectivas teóricas sobre a pós-modernidade, a adotada neste trabalho é em referência ao potencial transformador e revolucionário.

Abandonando as certezas da modernidade, é o quadro composto por “desmantelamento; desagregação; banalização; abalo; desordem; ilegalidade; contracultura; ineficácia” (BITTAR, 2008) que vem se montando para permitir o “despensar” o direito (SANTOS, 2013). Urge uma vital reconexão entre uma ordem formal/irreal – que é o direito – e uma ordem social/real – que é a coletividade e as unidades nele inseridas, as relações intersubjetivas estabelecidas – para que se possa promover uma mudança deste paradigma jurídico-moderno e se enxergue o formal no informal e o informal no formal (SANTOS, 2008):

Uma vez reduzido à dimensão jurídica do Estado, o direito ficou prisioneiro deste jogo de espelhos. Assim, para resolver os dilemas políticos que impedem que o direito moderno esteja inequivocamente ancorado na sociedade política (nacional, local, transnacional), é imprescindível abandonar o dualismo Estado/sociedade civil e inventar novos instrumentos analíticos que nos permitam abordar a constelação política global das sociedades capitalistas contemporâneas sem subterfúgios, bem como desenvolver estratégias políticas mais eficazes do que as que resultados no dualismo Estado/sociedade civil. (SANTOS, 2013, p. 174-175)

Não à toa as novas formas de luta, contrapostas à lógica da excessiva regulação social, vem surgindo cada vez mais sustentadas na(s) direção(s) da emancipação (SANTOS, 2008), para se superar a dicotomia moderna aqui referida. Do contrário, a prisão moderna será preservada, pelo que se faz imprescindível pensar “em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas e não meramente subparadigmáticas” (SANTOS, 2008).

Uma das importantes noções dos novos movimentos sociais (SANTOS, 2008), é que vencer o capital e sua estrutura de dominação não é tudo, já que existe, mutuamente, uma luta por redistribuição e outra por reconhecimento (FRASER, 2001), possivelmente sendo mais destacada contemporaneamente por razões de ser necessária a legitimação enquanto sujeito à dominância, o qual vive uma

realidade ignorada pela hegemonia (CARNEIRO, 2005), e ter sua identidade cultural nas múltiplas expressões – incluso o gênero – possibilitada fora de limites opressivos.

Os novos movimentos sociais questionam tanto a regulação social capitalista, quanto a emancipação social socialista na sua limitação à dicotomia burguesia x operariado (SANTOS, 2008). A noção de classe vai sendo diluída⁷, porquanto opressões de outras matrizes vão sendo “identificadas” – vale reconhecer que este processo de “identificar” outras opressões sistêmicas, na ótica das lutas políticas, ocorre em face mesmo desses movimentos sociais emergentes da década de 60 (HALL, 2014) e de críticas feitas à constituição das representações majoritárias dos próprios, como a formulada por Butler (2016) em contraposição a hegemonia feminista universalizante e biologicista, para não dizer cisgênera.

As formas de opressão que excedem uma cognição somente atrelada ao questionamento das relações de produção capitalistas, ao passarem ao nível do questionamento, dentro do discurso formulado e das atuações dos novos movimentos sociais, revelam ainda mais o caráter regulatório da modernidade e como a vida humana está submetida a um controle de extensão inquestionável (SANTOS, 2008). Percebe-se que o domínio detido pela estrutura de poder não está sendo exercido em restrição ao espaço de trabalho e produção, mas também aos espaços mesmo de expressão do viver e descansar.

Por esta razão, reconhece-se que a opressão da hegemonia não concerne a uma classe social homogênea, porém a “grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo” (SANTOS, 2008). Reforça-se, então, a noção já trabalhada de que se pode ser sujeito opressor e oprimido, a depender a visualização identitária em foco, portanto do grupo político ao qual está se privilegiando contextualmente (HALL, 2014). Vencer o capital é só mais uma das tantas etapas inevitáveis de uma luta política realmente emancipatória, ocorrendo neste exato momento e a fim de surtir seus efeitos tão logo quanto possível. É como dito por Santos (2008): “a emancipação ou começa hoje ou não começa nunca”.

⁷ Está-se falando de uma noção de classe que tem por base a dicotomia tradicional entre proletariado e burguesia, no sentido daqueles que são massa produtiva e aqueles que são detentores dos meios produtivos e da produção. A diluição, então, é de uma noção de classe limitada ao maniqueísmo trabalhador x burguês, para que seja até mesmo compreendida a “classe trabalhadora” tradicional como perpassada por outras questões identitárias que atuam dentro desta classe, estabelecendo relações de poder desiguais entre pessoas trabalhadoras.

Faz-se relevante a discordância em relação a algumas das noções apresentadas por Santos (2008), quando da abordagem das proposições dos novos movimentos sociais⁸. O autor visualiza a existência de um “contextualismo e particularismo” das relações, por conta da multiplicação e sobreposição dos vínculos de identificação, resultantes na dificuldade de se pensar, estrategicamente, a emancipação, ante a proliferação de “inimigos” pelo que se privilegia um pensamento tático. Visualiza-se um processo de segmentações identitárias em seus microcosmos políticos e, conseqüentemente, a diluição da disputa político-social contra o Estado, o sistema capitalista e as dominações culturais. Não obstante reconheça que essa crise do “pensamento estratégico emancipatório” é produto de uma “crise dos sujeitos sociais interessados na aplicação” dos princípios deste pensamento, é questionável essa visualização de Santos (2008), pois, neste trabalho, entende-se que há um potencial nesta caracterização de variadas identidades em conflito, pois se demonstra a abrangência das opressões e a existência de identidades contraditórias, a possibilidade de ser sujeito regulatório por um viés, contudo emancipatório por outro.

A questão da abrangência do poder é muito bem abordada por Foucault (1988), na sua conceituação de um biopoder exercido sobre a vida humana em dimensões quase que totalizantes. Com a modernidade, a disposição sobre a vida, por parte de uma soberania governamental, passou a ser muito mais acentuada, tendo como limite máximo – ou mesmo um subsídio/instrumento deste controle – o poder de decisão sobre o fim – a morte (FOUCAULT, 1988). Não é que não fora o poder sobre a vida/morte exercido em defesa dessa soberania governamental, no período clássico antecedente; porém, no período moderno, passou-se a um controle da vida em comunidade e uma disposição sobre vidas individualmente consideradas como verdadeira estratégia de dominação estatal. O cerne do poder se deslocou da decisão sobre o fim da vida, típico da era clássica, passando a se localizar em toda a prolongação do viver e na preocupação sobre a trajetória.

O poder, regulando a vida em suas manifestações diversas, coloca-se em defesa da coletividade, atribuindo-lhe maior êxito e abrangência na sua proposição. A legitimidade do poder deixa de se resumir à obediência à superioridade estatal-

⁸ Abordando-se novos movimentos sociais, cumpre ressaltar que uma noção de “velhos” movimentos sociais está associada à questão apenas da luta de classes.

governamental, típica do período clássico no qual se exercia um poder como direito de morte/gládio detido pelo soberano, passando a ser, no período moderno, muito mais centrada na noção de sobrevivência, pela vida em si (FOUCAULT, 1988). Como Butler (2016) coloca para a estrutura de dominação da heterossexualidade compulsória, a questão é pelo controle de todas as existências, em termos não apenas de gênero, bem como de expressão de uma identidade e da correlação sexo/gênero/desejo sexual para que se preserve a hegemonia.

Deixando de ser uma questão de formalidade jurídica, para se construir mais antecipadamente, em um nível biológico de controle, o poder passa a ser muito mais primário, sem ser uma decorrência de “lei”, mas uma forma de administração “da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 1988). Por ser poder exercido sobre a vida, por conseguinte tendo a morte sob seu domínio, o biopoder estabelece uma polarização como sua base, porquanto existem sujeitos que podem, legitimamente, exercê-lo em defesa da dominância, enquanto “outros” (CARNEIRO, 2005) são denotados como sujeitos “perigosos”.

O exercício do biopoder serve à preservação do meio social como está configurado, para que não passe a ter nova(s) configuração(s). As existências contra-hegemônicas, como aquelas referidas por Lanz (2014) da gênero-divergência, são muito mais limitadas como contrafluxo do processo de multiplicidade identitária referido por Hall (2014), visto que a vida é colocada sob monopólio do controle – a permissão de viver é condicionada ao poder estrutural.

O biopoder se segmenta em dois polos interconectados: o poder disciplinar e o poder regulação (FOUCAULT, 1988). O poder disciplinar é aquele por meio do qual o ser humano é visualizado como um receptáculo de padrões precedentes à sua existência viva, a serem incorporados, perpetrados e reproduzidos por esta entidade. Por seu turno, o poder regulação enxerga o ser humano como ser vivo que necessita de condições básicas para se manter existindo:

A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. (FOUCAULT, 1988, p. 131)

É justamente todo o desenvolvimento de uma vida que passa a ser controlado, atrelando-a completamente à dominação, inclusive subtraindo-lhe a consciência (CARNEIRO, 2005) para que entenda este processo como “natural”. E isso é tanto feito por meio da disciplina/domesticação dos corpos, quanto por meio das instituições de controle, como a escola – não à toa este ambiente é visualizado por Carneiro (2005) e Louro (2008) como inevitável à disputa política, para reformulação de seus paradigmas e capacidade de promover modificações sociais reais.

Cabe a ressalva de que o biopoder não é uma questão de total controle sobre a vida, como alerta Foucault (1988), contudo uma questão de ter a vida humana adentrado no nível do controle, conseqüentemente no nível do político – do campo do poder, das hierarquias e desigualdades. E como a vida tem formas diversas – pelo menos no que atine àquelas legitimadas pela estrutura dominante – acabam sendo requeridas normas para que sejam categorizadas como tais – se uma “vida” não é normatizada, ela não é vida para a hegemonia (FOUCAULT, 1988).

Neste aspecto, a lei passa a ser muito mais uma via de regulação, tal como apresentada por Santos (2013) e a instituição judiciária uma dentre vários aparatos de disciplina/domesticação dos corpos, para que a dimensão normativa eleve o biopoder ainda mais na sua legitimação social e propicie vias de exercício “previstas” deste controle (FOUCAULT, 1988). Em contrapartida, não há de se surpreender que as formas de reivindicação sejam pela vida, não apenas por direitos, já que o direito está atrelado ao biopoder, não obstante as lutas políticas possam se fazer por meio de afirmações de direitos (FOUCAULT, 1988).

Essa esfera de luta que está colocada pela vida parece ser o que propõe a teoria do reconhecimento de Fraser (2001), quando reconhece o direcionamento de reivindicações a serem feitas pelo viés de rompimento com a estrutura de dominação de uma ordem específica – gênero, raça, classe, sexualidade etc. Para esta autora, os conflitos contemporâneos estão direcionados muito mais do que pela busca de uma equalização econômica e uma redistribuição de oportunidades – portanto, de direitos –, em verdade, pela satisfação identitária, sendo preciso conciliar essa “dualidade” para que se logrem sucessos em ambos os caminhos quase que paralelos.

Para as injustiças de ordem econômica, as respostas se orientam para uma reestruturação político-econômica, enquanto para as injustiças de ordem cultural são

requisitadas mudanças culturais ou simbólicas, portanto um questionamento à estrutura de dominação em termos muito mais amplos (FRASER, 2001). Como interessa ao trabalho, a questão do gênero, reconhecidas algumas limitações na visão de Fraser (2001), principalmente na sua referência apenas à questão de um feminismo tradicional e sua categoria de “mulher”, como criticado por Butler (2016), forma grupos políticos que necessitam de reparos tanto de redistribuição quanto de reconhecimento.

A mudança precisa ser nos níveis da economia política e da cultura. E essa mudança pode acabar sendo feita por meio da afirmação da estrutura de dominação, requerendo regulações que permitam novos acessos, caracteristicamente limitados, ou por meio da transformação desta estrutura abrindo espaços indeterminados (FRASER, 2001). O dualismo, aqui, é pela questão de que lutas afirmativas acabam promovendo “diferenciações de grupos existentes”, enquanto lutas transformativas tendo a desestabilizar essas diferenciações, “a fim de abrir espaço para futuros reagrupamentos” (FRASER, 2001).

Em relação às pessoas trans (LANZ, 2014), parece que a transformação é muito mais libertadora e uma perspectiva muito mais interessante, já que a ideia é desconstituir o sistema cisgênero e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016) e isso não parece possível pela adoção de lutas afirmativas que reacentuam a estrutura de dominação questionada. A questão é para que se pluralize o campo sexual e de gênero, reconhecendo as diferenças “múltiplas, não-binárias, fluidas, sempre em movimento” (FRASER, 2001).

A transformação que se pretende com os novos movimentos sociais, entretanto, não se trata apenas de uma transformação do coletivo. Com a pós-modernidade, reconhece-se que o sujeito individualmente considerado precisa, na mesma medida, refazer-se, repensar-se, compreender que um dos “inimigos” que há de ser combatido se encontra dentro de si mesmo, pelo que a proposta é de verdadeira autorrevolução (SANTOS, 2008): estando no espaço “entre” da transição, é o momento de o sujeito se questionar frente às consolidações da era moderna, perceber o quanto dos paradigmas deste contexto ainda são carregador em sua mente-corpo, entender o seu pertencimento em termos de sua identidade cultural e, portanto, político.

Veja-se que é esta autopercepção, quando coletivizada, uma das fontes de desmascaramento das opressões, uma forma de trazê-las ao debate político sendo qualificadas como tais. A desocultação das opressões e as lutas que são, então, estabelecidas em contraposição são tarefas sem fim, não existindo um sujeito social uno – como aquele entendido em períodos pretéritos, conceituados como sujeito iluminista e sujeito sociológico (HALL, 2014) – que possa ser o titular destas tarefas, mas uma multiplicidade de sujeitos e grupos heterogêneos: “os valores, a cultura, a qualidade de vida em nome dos quais se luta são, por si mesmos, maximalistas e globalizantes, insuscetíveis de finalização, e pouco inclinados para a negociação e o pragmatismo” (SANTOS, 2008). São os nomes movimentos sociais ordenados pela eterna expansão e tendo em vista o não estabelecimento de estruturas rígidas, evitando-se, assim, novas formas de opressão – a reposição de uma estrutura de modernidade por uma estrutura da pós-modernidade, em termos de rigidez, como já destacado, não garante qualquer libertação/emancipação, mas apenas uma nova forma de se estabelecer um marco regulatório por meio do qual os corpos e subjetividades seriam controlados.

Como pretende Fraser (2001) com sua formulação das lutas por reconhecimento transformativas, as quais abalam a estrutura de dominação em suas diversas vertentes, a ideia é que se maximizem os ganhos pretendidos e se retire os grupos subalternizados deste campo de domínio. A luta é feita cotidianamente, sem descanso, pois a estrutura de dominação não dá qualquer trégua, mesmo quando faz pequenas concessões – dentro de uma lógica afirmativa/regulatória (FRASER, 2001; SANTOS, 2008) – que se revelam mais como forma de readequação para a falsa impressão aos sujeitos subjugados de que é possível estar nesta estrutura e galgar socialmente dentro dela (CARNEIRO, 2005):

Por último, a luta emancipatória, sendo maximalista, dispõe de uma temporalidade absorvente que compromete em cada momento todos os fins e todos os meios, sendo difícil o planejamento e a cumulatividade e mais provável a descontinuidade. Porque os momentos são “locais” de tempo e de espaço, a fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. (SANTOS, 2008, p. 259)

A própria forma de os novos movimentos sociais politizarem questões sociais, culturais e mesmo da vida privada, como não ocorria com a luta tradicional da classe trabalhadora, vai abrindo campos de questionamento e formas de se repensar o exercício de uma cidadania diferenciada da modernidade estatal e individualizante (SANTOS, 2008). A pretensão não é só de pensar uma nova forma de se viver coletivamente, porém regressar mesmo para se pensar uma nova compreensão do que é o viver coletivamente, do que está implicado nisso.

Confronta-se a normatividade imposta de direitos “gerais e abstratos”, para que se estimule a autonomia dos sujeitos e se procure desatrelar de uma estrutura burocrática (SANTOS, 2008). A própria forma de organização dos movimentos, optando, preferencialmente, por maneiras não centralizadas, não hierárquicas e fluidas é questionadora, sendo também as ações políticas mais voltadas à ação não institucional, fazendo largo uso de meios de comunicação social e atividades de protesto (SANTOS, 2008).

3.2 Emergência do Movimento Trans

Verifica-se que a consolidação do movimento trans, em sua gênese associada ao movimento de travestis e mulheres trans, ocorre em consonância a um processo de emergência identitária. A referência de início do movimento trans – aqui, ainda se refere ao movimento dentro de uma noção singularizada, por motivos de sua associação com restrição à questão da composição por mulheres trans e travestis – guarda relação com o movimento gay – compreensão que não coloca como movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT), por entender uma preponderância cisgênera e masculina de produção e propagação de discursos políticos voltados à reivindicação da pauta de sexualidade – e é remetida à década de 60 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Com a carga da heterossexualidade compulsória operando sobre as pautas da sexualidade, a identificação dos gays – leia-se, homens gays cisgêneros, daqui em diante – se dividia entre as categorias de “bicha” – passivo sexual, associado à mulher e ao feminino – e “bofe” – ativo sexual, associado ao homem e ao masculino (CARVALHO; CARRARA, 2013). A travesti, enquanto identidade, não era assim

considerada neste período, sendo relegada ao espaço das festas e concursos, nos quais bichas utilizam roupas e adereços considerados femininos e se colocavam “em travesti” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Numa tentativa de construir uma imagem higienizada da homossexualidade masculina cisgênera, os gays intentaram acabar com a dicotomia binária, na sua impregnação sobre a sexualidade, para se dissociarem da feminilidade e preservarem apenas as referências ao masculino (CARVALHO; CARRARA, 2013). Para tanto, uma das atitudes do movimento gay foi a reivindicação para inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição Federal de 1988 (CARVALHO; CARRARA, 2013). A ideia era que a homossexualidade fosse somente visualizada como uma questão associada ao desejo sexual por alguém do gênero oposto – dentro da lógica binária oposicional – e não por uma “vontade” de ser o gênero outro (CARVALHO; CARRARA, 2013). Separa-se, então, com maior delimitação, quem é “homossexual” e quem é “travesti”, pelo que esta categoria identitária vai se delineando com uma visibilidade diferenciada (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em um contexto para além do Brasil, Ávila e Grossi (2010), similarmente, situam a emergência do movimento trans como um desdobramento do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT). Válida a ressalva feita para o contexto brasileiro, de como o movimento LGBTTT, em verdade, revela-se muito mais movimento gay cisgênero. Tal como ocorre no Brasil, o movimento transgênero no contexto internacional é considerado insurgente na década de 60, momento destacado de “surgimento” de uma série de movimentos sociopolíticos formados pelo agrupamento de identidades não hegemônicas (HALL, 2014; SANTOS, 2008).

Compreende-se que, no final da década de 60, dois eventos foram cruciais para o movimento trans: a invasão policial, ocorrida em 1966, na Cafeteria *Compton*, em Tenderloin, São Francisco, bairro morada de travestis, mulheres trans e outras identidades trans; e outra invasão policial, em 1969, no *Stonewall Inn*, bar localizado em Greenwich Village, Nova Iorque, acessado por pessoas trans (ÁVILA; GROSSI, 2010). Em ambas as ocasiões, a resposta das pessoas trans foi de resistência à arbitrariedade: no primeiro caso, um grupo local de mulheres trans, um ano depois, fundou o *Conversion Our Goal, or Change: Our Goal* (COG) o qual, embora sua curta duração, deu seus frutos para o surgimento de outros grupos; no segundo

acontecimento, as pessoas trans fizeram enfrentamento à polícia, juntamente com pessoas cisgêneras gays⁹ e também possibilitou a formação de grupos voltados à questão trans (ÁVILA; GROSSI, 2010).

A questão da identidade trans, no contexto internacional, esteve, tal como no Brasil, ligada à comunidade gay, pois as pessoas trans eram vistas como parte da identidade gay cisgênera, não como pessoas trans (GARII, 2007 *apud* ÁVILA; GROSSI, 2010). Mas os grupos formados pelas pessoas trans e voltados às pautas trans, em decorrência das revoltas ocorridas, tinham suas reivindicações pelo “reconhecimento social e apoio, direitos legais, políticos e recursos para a comunidade transgênero, definida clinicamente ou socioculturalmente” (GARII, 2007 *apud* ÁVILA; GROSSI, 2010).

Partindo da categoria identitária da travesti, no Brasil, a nova visibilidade social mencionada anteriormente em muito se relaciona com a prostituição, porquanto as travestis não mais se restringem aos espaços de carnaval ou clubes gays fechados, ocupando as calçadas das grandes metrópoles (GREEN, 2000 *apud* CARVALHO; CARRARA, 2013). Reconhecidas como identidade, as travestis emergem como sujeitas políticas, dentro do movimento gay, na construção de uma política identitária (HALL, 2014; SANTOS, 2008) que promove uma especificação das categorias inseridas no movimento (CARVALHO; CARRARA, 2013). Para a categoria de “transexual”, como identidade diferida em relação às travestis, a emergência ocorre pouco depois, no final da década de 90 e início dos anos 2000 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Entende-se que o movimento trans, no contexto internacional, durante as décadas de 70 e 80 estava mais voltado ao apoio pessoal e socialização das pessoas trans do que a um ativismo propriamente militante (BEEMYN, 2008 *apud* ÁVILA; GROSSI, 2010). Porém, na década de 90, tal como ocorre a maturação da militância trans no Brasil, também fora dele os grupos políticos trans vão se expandindo e diversificando, com pautas voltadas aos direitos trans e o fim da violência motivada pela transfobia (BEEMYN, 2008 *apud* ÁVILA; GROSSI, 2010).

⁹ Cabe destacar como tais eventos, nos relatos que são feitos e representações midiáticas, como no filme “Stonewall: Onde o Orgulho Começou”, ainda promovem a invisibilização de pessoas trans que foram a linha de frente efetiva dos conflitos com a polícia, por privilegiar uma narrativa cisgênera e masculina como se tais conflitos tivessem sido protagonizados por homens gays. Uma crítica a essa questão e ao filme referido podem ser conferidas no endereço eletrônico: <<http://ladobi.uol.com.br/2015/09/criticas-stonewall/>>.

Indica-se que o processo de maturação da militância trans também preserva uma relação com a crise da AIDS, responsável por motivar uma nova geração de ativistas trans (ÁVILA; GROSSI, 2010). Em terras brasileiras, a questão da AIDS também opera fortemente sobre o movimento trans, na atuação de ONGs com desenvolvimento de projetos de prevenção à população de travestis profissionais do sexo. Além disto, também surgem auto-organizações voltadas ao questionamento da violência policial contra travestis, no local de prostituição (CARVALHO; CARRARA, 2013):

Assim, o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta. Tal binômio fomentou a criação da primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil. Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, ou seja, aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa passa a se chamar, em 1986, “Casa de Apoio Brenda Lee”, estando em funcionamento até hoje. (CARVALHO; CARRARA, 2013)

Em 1992, funda-se, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL) a qual se consolida como organização percussora do “Movimento Social Organizado de Travestis” e em atenção à insatisfação como o “Movimento Homossexual Brasileiro” pelo não contemplação nas discussões de gênero (SILVA, 2017). A ASTRAL nasce pela urgência de organização das travestis frente à truculência policial na repressão focada nos locais de prostituição tradicionais da cidade do Rio de Janeiro/RJ (CARVALHO; CARRARA, 2013). Suas primeiras ações, portanto, voltaram-se a impedir as prisões arbitrárias de travestis na cidade referida. Importante destacar que o apoio dado à criação da ASTRAL decorre de projeto de prevenção das DSTs e AIDS, denominado “Saúde na Prostituição”; neste projeto, reuniões periódicas eram realizadas com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A ASTRAL, em 1993, promoveu o primeiro encontro nacional para acolher demandas da população das travestis brasileiras e gerar uma interlocução entre estas e o movimento auto-organizado; o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS) ocorreu para ser esse

espaço de angariar recursos e direitos à população das travestis (SILVA, 2017). O slogan deste encontro foi “Cidadania não tem roupa certa”, contando com um total de 95 participantes de cinco estados diferentes do Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Ainda que a AIDS tenha sido um primeiro mote para os agrupamentos políticos de pessoas trans, para formação de uma militância voltada à questão trans, a modificação das políticas sobre a epidemia fez com que as organizações de travestis começassem a considerar outras esferas da vida “para além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento médico” (CARVALHO; CARRARA, 2013). Isso não quer dizer que a questão da prevenção contra DSTs e AIDS tenha sido deixada de lado, mesmo porque ainda se captavam recursos a partir das iniciativas voltadas aos projetos e cursos de capacitação sobre as doenças e a epidemia. Tanto a ASTRAL quanto demais ONGs e grupos auto-organizados que foram surgindo – a Rede Nacional de Travestis e Liberados, posteriormente vindo a se chamar Rede Nacional de Travestis (RENATA); a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), criada nos anos 90, atualmente composta por 190 instituições filiadas, exercendo representação nacional e internacionalmente (SILVA, 2017) –, voltadas às discussões sobre a população de travestis, utilizavam-se dessa via para que “travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político” (CARVALHO; CARRARA, 2013). São inegáveis, inclusive, as influências que a luta contra a AIDS acarretam na estruturação deste movimento inicial, na forma de atuação para as lutas subsequentes, pela inserção de ideologias e práticas de atuação/contestação:

As organizações políticas de travestis e transexuais surgem num momento em que as políticas de AIDS já incluíam termos como *advocacy*, *peer education* e *empowerment*. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa, e é amplamente utilizado pelo movimento LGBT. Os outros dois termos, traduzidos como “educação por pares” e “empoderamento”, fazem parte do vocabulário militante de nossas entrevistadas. É interessante notar que esse vocabulário, nele incluídas certas ideologia e práxis política, originário das respostas à epidemia da AIDS, torna-se fundamental nas elaborações políticas do movimento de travestir e transexuais. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 328)

A não inclusão das travestis e transexuais no Movimento Homossexual Brasileiro ocorreu até início da década de 90, quando este movimento começou a se

construir como uma ação coletiva na qual as mulheres trans e travestis pudessem ter um espaço de representação política (CARVALHO; CARRARA, 2013). Apenas em 1995 foi que as travestis participaram, pela primeira vez, de um espaço do movimento homossexual cisgênero, na ocasião do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que deu ensejo à criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) (CARVALHO; CARRARA, 2013). Foi então que a categoria “travestir”, reconhecida identitariamente, passou a integrar a sigla e, por conseguinte, os nomes dos encontros nacionais (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A inserção da letra “T” na sigla, no momento inicial, apenas se remete à categoria identitária das travestis, não à categoria “transexual”. A inserção desta ocorre posteriormente, sendo situada por Carvalho e Carrara (2013) em meados da década de 2000, porém é feita a ressalva sobre a criação do Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT) em 1995, e Silva (2017) já destaca a existência de um Movimento Social Organizado das Transexuais emergindo no ano de 1997, em decorrência da regulamentação emitida pelo Conselho Federal de Medicina sobre a cirurgia de “transgenitalização”, também chamada de cirurgia de “readequação de sexo”.

Com a transexualidade se constituindo parte do debate do movimento LGBT, entre o final da década de 90 e início dos anos 2000, a militância incorporou ao seu vocabulário, tal como fez com “orientação sexual”, o termo “identidade de gênero”. (CARVALHO; CARRARA, 2013). Tensiona-se, ainda mais, as diferenciações identitárias entre travestis e transexuais, ligadas à questão da identidade de gênero e pautando suas reivindicações nestes termos, em comparação às pessoas cisgêneras gays, lésbicas e bissexuais, atreladas ao campo da orientação sexual e voltando suas mobilizações para tanto (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A menção aos homens trans, enquanto Movimento Social Organizado dos Homens trans, é feita por Silva (2017), relatando que esta vertente do movimento trans se iniciou em 2015, com o primeiro Encontro Nacional de Homens Trans (ENHAT). A realização de tal evento se deu pela protagonismo do Instituto Brasileiro de TransMasculinidades (IBRAT), o qual articulou o encontro para incentivar uma atuação mais ativa, seja na esfera política, seja na esfera da pesquisa, sobre as transmasculinidades (SILVA, 2017). E essa auto-organização dos homens trans contribui para a visibilização das suas demandas específicas, bem como sobre os

impecilhos cotidianos de se viver uma identidade enquanto “homem” (JESUS; ALVES, 2010).

A inserção de homens trans no movimento transgênero, a nível internacional, tem sua remissão feita a período pouco mais antecedente. No ano de 1986, com a fundação de um grupo de apoio para transmasculinos, na cidade de São Francisco, por parte do ativista Lou Sullivan, a situação da presença de homens trans no movimento foi se modificando positivamente (ÁVILA; GROSSI, 2010). Este grupo de apoio foi se expandindo, a ponto de ter passado a se chamar *Female-To-Male International*, atualmente contando com ramificações em vinte países, até mesmo referida como primeira organização transnacional do movimento trans (ÁVILA; GROSSI, 2010).

Percebe-se que a maior frequência da atuação política de homens e mulheres trans e travestis, exercendo um ativismo social mais cotidiano, vai causando uma tomada de “consciência política da própria população transgênero” (JESUS; ALVES, 2010). As pessoas trans vão se percebendo e sendo percebidas como parte de um grupo sociopolítico, anteriormente relegado à invisibilidade, pelo que o compartilhamento de experiências, vivências, sentimentos e concepções com outras pessoas trans vai reforçando o comprometimento pessoal com o coletivo (JESUS; ALVES, 2010). É por isso que, como destacado acima, as participações de outras identidades trans, dentro do movimento, gradativamente vai se acentuando e provocando uma politização do debate do próprio movimento sobre estas identidades e suas necessidades enquanto reivindicação.

A data 29 de janeiro de 2014 é significativa em termos de se pensar a visibilidade do movimento trans, pois foi quando uma série de ativistas do movimento nacional das travestis lançou a primeira campanha voltado ao combate da transfobia no Brasil (SILVA, 2017). O dia 29 de janeiro, então, foi cunhado como Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais (JESUS; ALVES, 2010), a fim de ser destacada a relevância da diversidade e respeito imprescindíveis ao movimento trans brasileiro (SILVA, 2017).

As mulheres trans e travestis não se restringem ao diálogo apenas com o movimento LGBT, o qual tem por premissa os debates em torno da orientação sexual. O próprio desenvolvimento do movimento de travesti e mulheres trans como direcionado às questões de identidade de gênero levam a uma aproximação com o

movimento feminista, inaugurando o que se denomina feminismo transgênero ou transfeminismo: movimento composto por e para mulheres trans na compreensão de que sua libertação depende da libertação de todas as mulheres (JESUS; ALVES, 2010).

A proposta é, tal como ocorreu com o feminismo tradicional cisgênero e brancocêntrico na sua interseção com a questão racial, promover a interseção das pautas feministas com a transgeneridade, para se pensar no reconhecimento da “mulheridade” das travestis e mulheres trans:

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres. (JESUS; ALVES, 2010, p. 14)

Ressalte-se que o movimento transfeminista não está preocupado somente com as identidades travestis e de mulheres trans, porquanto sua abrangência de lidar com as outras identidades está colocada como perspectiva de luta (JESUS; ALVES, 2010). A busca do transfeminismo é pelo “empoderamento das pessoas transexuais (homens e mulheres), travestis e outras enquadradas no universo trans, independentemente de seu gênero, aparência ou sexualidade”, porque se entende que todas as pessoas trans “estão à margem dos processos sociais, excluídas por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas e transfóbicos” (JESUS; ALVES, 2010, p. 15)

Algumas pautas são destacadas por Jesus e Alves (2010) como próprias ao movimento de pessoas trans: 1) despatologização das identidades trans¹⁰; 2) reconhecimento do direito ao gênero, independentemente do “sexo biológico”; 3) adoção do nome social; 4) melhoria do processo transexualizador fornecido pelo Sistema Único de Saúde - SUS; 5) visibilidade trans, englobando questões de publicização das necessidades particulares de pessoas trans, suas histórias e posições sociais. Perceba-se que esta lista não tem pretensão de ser limitativa e

¹⁰ A despatologização das identidades trans é questão que vem sendo discutida, por exemplo, por grupo auto-organizado da cidade de Salvador-Ba, denominado “Coletivo De Transs Pra Frente” (endereço eletrônico: <<https://www.facebook.com/detranssprafrente/>>), vide evento promovido no dia 09 de agosto de 2017, no Teatro Gregório de Matos, na cidade de Salvador-Ba, cujo tema foi “Despatologização trans e travesti”.

nem completa, visto que uma diversidade de outras pautas relevantes está colocada ao movimento trans.

A ideia de movimento trans como unidade, pelo quanto demonstrado, não se sustenta: vê-se a existência de vertentes, tais como o movimento de travestis, o movimento de mulheres trans, o movimento de homens trans, o transfeminismo. No geral, as segmentações políticas decorrem da questão identitária e, conseqüentemente, das pautas particulares, pelo que se fala em movimentos trans. Uma das vertentes deste movimento, como abordado na introdução deste subtópico, trata do movimento não-binário, que apareceu como destaque nas entrevistas feitas com Be Brustolim e Yuretta Sant'Anna.

Nos dizeres de Be Brustolim, as pessoas não-binárias são aquelas que fazem parte de “um grupo de pessoas trans que não se identifica com o binarismo e tal; [...] as pessoas não binárias não se encaixam nem no feminino, nem no masculino, ou às vezes elas se encaixam nos dois [...]” (APÊNDICE C, p. 137). Em decorrência dessa especificidade da identidade não-binária, existe, como ressaltado por ambas as pessoas entrevistadas ora em comento, uma relação complicada com um movimento trans que ainda se insere na lógica da binariedade. Yuretta Sant'Anna coloca a questão de encontrar “resistência dentro de movimentos sociais trans que não se interessam em tensionar esse dispositivo” (APÊNDICE B, p. 117) binário de gênero e Be Brustolim pontua que “é complicado, mesmo dentro da comunidade trans binária, dos homens e mulheres trans e travestis, entender o que é o não binarismo e compreender aquelas pessoas” (APÊNDICE C, p. 137).

Com estas considerações, nota-se que o movimento não-binário está voltado à discussão sobre o dispositivo binário de gênero, como aparece nos dizeres de Be Brustolim:

[...] o movimento não-binário ele trabalha com a questão educativa. O principal viés dele é a educação, porque, assim, o movimento LGB todo ele luta dentro da política e da cultura. A gente precisa alterar as políticas públicas, mas também a gente precisa alterar a cultura. As formas e os meios que a gente vai atingir isso são variados, mas isso que a gente precisa alterar. A gente precisa alterar as formas que as pessoas pensam e se as pessoas pensam sobre a gente e a forma que o Estado pensa sobre a gente, o resto tudo é consequência. O movimento não-binário foca na cultura... [...] Então a gente foca na mudança cultural, a gente foca na produção de conhecimento, na divulgação de conhecimento sobre a não-binariedade, sobre a binariedade também, sobre o que é ser homem, sobre o que é ser

mulher, sobre o que é pertencer a esse mundo generificado, sobre o que é não pertencer a esse mundo generificado e tal. A gente produz conhecimento sobre isso e divulga. A gente produz mídia sobre isso, a gente produz muita coisa sobre isso e divulga e é esse o nosso foco. A gente dá palestra sobre isso, eu sou uma pessoa que dá palestra sobre isso, que sempre que posso, sou... Me proponho a falar sobre isso, a divulgar, a explicar, porque a gente trabalha no âmbito do conhecimento. (APÊNDICE C, p. 138)

Para além da discussão sobre o sistema binário de gênero, o movimento não binário também se propõe ao tensionamento/rompimento deste dispositivo, à proposta de demonstrar sua não naturalidade, adotando como prática de luta principalmente as políticas de educação e cultura.

4 FACULDADE DE DIREITO DA UFBA E MOVIMENTO(S) TRANS

Desenvolver um trabalho sobre uma realidade que não é vivida se coloca como um desafio ao pesquisador, na medida em que são necessários cuidados para não se abordar esta realidade acreditando ser possível manipulá-la, impregnando-se das pretensões acadêmico-científicas dominantes. A realidade das pessoas trans, na sua configuração no(s) movimento(s) trans e nas relações que estabelecem com outros espaços, sejam institucionais, ou não, não está colocada de forma totalmente apreensível para uma pessoa cisgênera. O esforço é feito para que se trate da realidade estudada o mais respeitosamente possível, reconhecidas as possibilidades de questionamentos ao que será proposto como análise, neste capítulo.

Desde o surgimento da ideia para este trabalho, não fazia qualquer sentido abordar a realidade do(s) movimento(s) trans e, portanto, de pessoas trans, sem que houvesse alguma aproximação com estas pessoas. A proposta deste trabalho era ser um espaço para tais vozes se colocarem sobre suas vivências, experiências, subjetividades, complexidades, percepções, críticas e opiniões. É mesmo forma de quebrar o distanciamento típico da ciência moderna em face do “objeto” de estudo, para que se até mesmo proponha um repensar essa noção de “objeto” e da relação do pesquisador com as pessoas, tal como coloca Santos (2008).

A metodologia que propiciou a melhor visualização de como se colocar em proximidade com pessoas trans para escutá-las, para que a pesquisa permitisse que essas vozes falassem sobre si, ante a inexistência dos ecos na FDUFBA, foi a entrevista. Tendo por base as formulações de Ruquoy (2011), a entrevista é, aqui, utilizada na modalidade semidiretiva, por meio da qual se traz um eixo principal de questionamento, o dito objeto da entrevista, porém deixando abertura à pessoa entrevistada se expressar dentro do que entende pertinente. A entrevista é considerada uma via de abordagem profunda do ser humano e dos fenômenos sociais, coletando dados qualitativos, portanto, entendendo as individualidades entrevistadas como representantes do grupo sociopolítico do qual fazem parte. Ou seja, as pessoas trans são, nesta pesquisa, consideradas enquanto representantes do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans.

É crucial para a análise proposta se ter isso em mente, uma vez que o escopo do trabalho se volta para a inserção de pessoas trans na FDUFBA, tendo como base o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans e sua relação com a referida instituição, em termos do atendimento de suas reivindicações, da possibilidade de abarcamento destas pela Faculdade. Ademais, propõe-se analisar a visualização que as pessoas trans entrevistadas, como parte do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, têm sobre a FDUFBA, enquanto possibilidade de recurso às demandas particulares da transgeneridade. Por fim, tratar-se-á da forma como pessoas trans estudantes da UFRGS, dentre duas pessoas entrevistadas, enxergam a Faculdade de Direito desta universidade como meio de acesso a serviços e atendimento, em decorrência da transgeneridade, para que se possa traçar um comparativo com a FDUFBA.

Cabe, brevemente, antes de iniciar a análise, descrever um pouco sobre o processo das entrevistas, relatando a aproximação com as pessoas entrevistadas. As pessoas entrevistadas – Jenny Müller, Yuretta Sant’Anna, Be Brustolim e Francisco Sena, na ordem respectiva de realização das entrevistas – são todas estudantes de graduação da UFBA. A escolha da entrevista com estudantes de graduação se deu pela tentativa de se ter um grupo que está dentro da universidade, possivelmente com maiores chances de ter tido algum contato com a FDUFBA, além das proximidades de linguagem e vivências com o pesquisador.

Ao tempo da pesquisa, Jenny Müller é estudante do Bacharelado Interdisciplinar – B.I. – de Artes, tal como Yuretta Sant’Anna; Be Brustolim é estudante do curso de Gênero e Diversidade; e Francisco Sena é estudante do curso de Psicologia. O contato com pessoas entrevistadas se deu por conhecimento de suas presenças no corpo discente UFBA e por meio da militância LGBT.

Todas as entrevistas foram feitas presencialmente, à exceção da entrevista com Yuretta. Desde o início, ela solicitou a viabilidade de ser feita a entrevista de forma escrita, em razão de ser o meio pelo qual consegue melhor se expressar, especialmente por ser cantora, compositora, poetisa e escritora. Portanto, a entrevista foi feita por meio da mídia social *facebook*, para que a entrevistada pudesse se sentir da forma mais confortável e aberta possível.

O processo das entrevistas feitas com pessoas trans da UFRGS se deu de forma diferente. Um estudante de graduação desta universidade, do curso de Políticas Públicas, Darlam Nascimento, forneceu contatos de pessoas trans parte do

corpo discente de graduação da UFRGS, sendo encaminhados dois nomes. Então, por meio da plataforma *facebook*, foram iniciadas conversas com estas pessoas, solicitando realização da entrevista, por meio do *software Skype*. Ambas não serão aqui identificadas pelos seus nomes, em razão de não ter sido concedida autorização para tanto, pelo que serão indicadas por Entrevistada UFRGS e Entrevistado UFRGS.

4.1 (In)Existência de uma relação Instituição x Movimento(s)

Neste momento da análise, volta-se a pensar a forma pela qual é visualizada a FDUFBA, pelas pessoas trans entrevistadas, consideradas como parte integrante do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, para que se possa pensar na relação que este grupo tem com a instituição – até mesmo para questionar se existe alguma relação. Para tanto, há de se verificar os espaços e serviços já utilizados pelas pessoas entrevistadas, com foco àqueles dentro da/fornecidos pela UFBA, em razão da transgeneridade. Complementarmente, serão retratados alguns espaços externos, muito mais como complemento.

Dito isto, podem ser listados os espaços e serviços utilizados pelas pessoas entrevistadas. Dentro da UFBA, foram mencionados por Jenny: Serviço Médico Universitário Rubens Brasil Soares (SMURB); Hospital das Clínicas; Coordenação de Atendimento e Registros Estudantis (CARE) anteriormente designada por Secretaria Geral dos Cursos (SGC); Núcleos de Saúde do Instituto de Ciências da Saúde (ICS). Yuretta, por sua vez, não fez uso de qualquer serviço e/ou espaço na UFBA, porém ressaltou a possibilidade de recorrer à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). Be colocou que fez uso: do SMURB; da PROAE; e do CARE. Francisco relatou, de acordo com sua vivência, ter acessado: o CARE; e a Superintendência de Administração Acadêmica (SUPAC).

Atentando-se somente à questão dos espaços utilizados pelas pessoas entrevistadas, desde já se percebe não ter sido mencionado qualquer espaço da FDUFBA, qualquer de seus diversos grupos que compõem a instituição, até mesmo aqueles projetos voltados à discussão sobre minorias identitárias e grupos submetidos à opressão da hegemonia dominante nos seus diversos espectros. Já se

percebe a flagrante inexistência de visualização da FDUFBA como uma viabilidade de instituição a ser demandada para questões atinentes à transgeneridade.

Isto se torna ainda mais evidente no momento de serem questionados espaços e/ou serviços utilizados fora da UFBA e/ou que se tem conhecimento de serem possibilidades às pessoas trans. Yuretta abordou a utilização do Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa do Estado da Bahia (CEDAP), localizado no Garcia, Salvador-Ba; mencionou ter conhecimento do grupo Famílias pela Diversidade, o qual possui “equipe de médicos, psicólogos, advogados e professores que fazem muitos trabalhos de conscientização, apoio e atendimento a pessoas trans” (APÊNDICE B, p. 114). Frise-se que, no processo das entrevistas, esse foi o primeiro grupo referido o qual conta com bacharéis em Direito na sua equipe – advogados. Be, embora não tenha feito uso de outros espaços/serviços, referiu-se à implantação do Centro Estadual de Tratamento para Pessoas Trans (CEPAT) e à existência, também, do grupo Famílias pela Diversidade; do Centro de Referência LGBT de Salvador-Ba, localizado no Rio Vermelho; do grupo Tamo Juntas, conhecida organização feminista de Salvador-Ba, a qual presta assessoria multidisciplinar, inclusa a do tipo jurídica, mas que não presta atendimento específico para pessoas trans, embora, nos dizeres de Be: “as pessoas trans que precisam elas ajudam” (APÊNDICE C, p. 131). Entendendo a relevância dos espaços de ativismo, Francisco ressaltou a existência do IBRAT e do Coletivo De Transs Pra Frente; como outros tipos de espaços, o entrevistado colocou a necessidade de acesso à Vara de Registros Públicos de Salvador-Ba e à Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/Ba – que são ambos espaços de atendimento voltado à questão jurídica.

Importa frisar, ainda nesta seara dos relatos, algumas visões apresentadas sobre a FDUFBA e o curso de Direito, em si. Jenny coloca que nunca pensou em fazer Direito e isso não parece tão aleatório e apenas associado à sua aproximação, desde cedo, com as Artes, pensando-se mesmo na estrutura em que a sociedade e suas unidades são, compulsoriamente, inseridas e como alguns caminhos sequer parecem possibilidades a algumas pessoas componentes de grupos subalternizados. Sequer a FDUFBA é colocado como um local em que esta entrevistada já transitou, dentro da universidade, o que reforça um distanciamento

entre pessoa trans – sempre se pensando na sua representação enquanto ativista, enquanto movimento – e instituição “FDUFBA”.

Yuretta afirma já ter pensado em cursar Direito, todavia colocando o contraponto de que “se tratava mais de um apreço pelo prestígio social somado à vontade de mudar o mundo do que um amor específico pelo curso ou possibilidades profissionais” (APÊNDICE B, p. 111). Já se mostra uma perspectiva de como o curso de Direito está voltado a uma ascensão social, a um status diferenciado, como conhecimento que permite modificações, o que é de suma importância para a análise aqui proposta, questão à qual se retornará. No que diz respeito a como a entrevistada enxerga a FDUFBA, ela ressalta que entende “não ser inteligível nesses espaços”, referindo-se à Escola de Administração da UFBA – EAUFBA – e, também, à FDUFBA. Como diz Yuretta, em referência a tais instituições da universidade: “não dá pra me explicar com quem vem do zero, totalmente revestido pelos juízos de valor do senso comum que dizem que gênero é sexo e sexo é genitália” (APÊNDICE B, p. 112). Ou seja, a FDUFBA é colocada como um dos espaços que reforça a lógica do gênero oposicional binário, discutido por Butler (2016) como parte da estrutura da heterossexualidade compulsória.

A FDUFBA é visualizada por Be como um dos “campus (sic) escrotos” (APÊNDICE C, p. 126), tendo sido acessado somente quando se perdeu, uma única vez, “procurando uma palestra” (APÊNDICE C, p. 126). Be ressalta, ainda, referindo-se à comunidade da FDUFBA, que “o pessoal é escroto; já vi” (APÊNDICE C, p. 126). Outra questão interessante, destacada por esta pessoa entrevistada, e que traz uma noção de análise voltada à categoria de ser a FDUFBA uma instituição onde se processa o epistemicídio (CARNEIRO, 2005), é o fato de que não se “aprende sobre os direitos das pessoas trans em Direito”.

O espaço aqui discutido, da FDUFBA, nunca foi visto por Francisco como um local que tenha despertado seu desejo. Discorrendo um pouco mais sobre sua visão acerca da FDUFBA, o entrevistado coloca:

Direito, para mim, é um espaço muito mais, enfim, né?! Uma branquitude, uma corporalidade higienizada... Claro que sempre tem resistência, né?! Em todos os espaços. Psicologia, também ainda é um curso muito branco, elitista, mas acho que já deu uma mexida, uma misturada muito maior, assim... Ondina eu vejo uma mistura, assim... De corporalidades e, enfim... Eu acho que a universidade tem se misturado, mas tem lugares que a gente consegue perceber,

assim... Cursos mais elitistas, brancos... Alguns cursos de saúde mais tradicionais, o curso de Direito, por exemplo... “ADM” ainda sinto esse ar, assim... Desde a corporalidade, a roupa... Como esse corpo é construído para estar, para caminhar; qual a roupa que se utiliza e como isso tá... Isso parece pequeno, mas colado a valor de moral, de eficiência profissional... Acho isso, enfim, né?! E esses usos... De corpo, de contato. E, ai, eu fico: arg! (APÊNDICE D, p. 146)

Percebe-se que, no quanto colocado por Francisco, a FDUFBA é um local de manutenção de hegemonia, de prevalência de dominância e um espaço voltado à domesticação dos corpos que transitam por lá, ditando-se a forma de vestimenta, a forma de expressar – ou não expressar – do corpo, de se mover, de ser e existir e, pior ainda, como essas questões estão conectadas com valores morais e de profissionalismo. Abre-se, então, brecha para a categoria de análise, quanto à relação da FDUFBA com as pessoas trans, parte do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, do (bio)poder (FOUCAULT, 1988).

Iniciando-se pela questão do epistemicídio, para além do quanto afirmado pelas pessoas entrevistadas e já destacado, é necessário pontuar como a FDUFBA sequer fala sobre a realidade trans como uma existência e como uma necessidade de se repensar a dominância opressiva e (re)produtiva da cisgeneridade. Pela obviedade, não se conta com qualquer estudante trans no corpo discente de graduação da FDUFBA; não existem docentes trans fazendo parte desta instituição; o corpo docente, na administração de suas disciplinas e ementas, não tratam das pessoas trans como existentes e como sujeitos de direito a serem pensados pelo sistema jurídico; e os grupos existentes na FDUFBA que prestam serviços de assistência/assessoria jurídica não atendem pessoas trans e não abarcam suas realidades e particularidades.

Mesmo os Coletivos insurgentes e que tocam às temáticas de gênero e sexualidade, como o Coletivo Madás e o Coletivo LGBT, ainda se mostram muito incipientes nas atuações relativas às pessoas/movimento(s)/ativismo(s) trans. Nos semestres letivos de 2016.2 e 2017.1, apenas um evento, intitulado “No Direito de Ser Trans”, foi realizado na FDUFBA tocando a questão da transgeneridade, vide publicação feita na página online do Coletivo LGBT, na mídia social *facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/coletivolgbtiti/posts/320639771654555>; publicado em: 16 de novembro de 2016). Como divulgado, também, pelo Coletivo

LGBT, pela via referida (disponível em: <https://www.facebook.com/coletivolgbtiti/photos/a.166560837062450.1073741828.164135103971690/434434833608381/?type=3&theater>; publicado em: 29 de junho de 2017), também teve uma iniciativa da professora Thaís Bandeira, ministrando a disciplina Direito Penal IV, de convidar Diego Nascimento, homem trans, preto, ativista, integrante do Coletivo De Transs Pra Frente, para palestrar no espaço da aula, em razão do Dia Internacional do Orgulho LGBT, na data de 28 de junho.

As iniciativas que ocorrem, entretanto, revelam-se muito introdutórias, sem a pretensão de desvalorizá-las. É de suma importância ter uma pessoa trans, como Diego Nascimento, tendo o espaço de uma aula, dentro da FDUFBA, para poder falar sobre orgulho LGBT, sobre transgeneridade e afins. O problema é quando se estabelece um comparativo com todo o histórico da FDUFBA de ignorar as pessoas trans e as realidades transgêneras, até o momento atual. Quando se olha para a composição, em termos de gênero, da comunidade integrante desta instituição, quando se escutam os discursos acadêmico-científicos propagados pelas pessoas que fazem parte desta comunidade, denota-se, significativamente, como este espaço serve à estrutura de dominação de sexo/gênero/desejo sexual da heterossexualidade compulsória.

A inteligibilidade das pessoas, dentro da FDUFBA, só é entendida, à medida que os corpos, subjetividades e performatividades identitárias se colocam dentro da estrutura de dominação cisgênera. Somente as pessoas cis ocupam esta instituição e falam por meio/através desta, com as devidas ressalvas às limitações que pessoas cis pertencentes a outros grupos subalternizados, por serem parte de uma identidade não hegemônica em outros termos – raciais, de sexualidade, de classe etc. –, enfrentam, também, para estarem neste ambiente universitário formulador e detentor de poder jurídico. O que se está colocando é que as pessoas cis possuem, sistemicamente, legitimidade de ocupação e de discurso na FDUFBA, nos termos do epistemicídio pensando por Carneiro (2005).

Como destacado ao final do capítulo 1, o processo de epistemicídio se processa de variadas formas. Nega-se o acesso ao meio educacional, para que se barre a hipótese de se manusear o conhecimento dominante, por parte de pessoas categorizadas como subjugadas pela estrutura de poder e se impeça que estas pessoas façam parte do meio onde se “produz” conhecimento, para que elas não

possam ter os meios para tanto. Simultaneamente, o conhecimento proveniente destes grupos sociopolíticos é subalternizado e as narrativas contra-hegemônicas propagadas pelas camadas dominadas são invalidadas, como se inverídicas fossem, para que se releguem tais sujeitos ao espaço da ignorância e da “loucura”.

É precisamente este processo epistemicida que ocorre na FDUFBA, em face das pessoas trans, inexistindo uma relação entre a instituição abordada e o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans. As pessoas trans não só não estão presentes fisicamente neste espaço, como não são incluídas no discurso dominante. E o não abordar a transgeneridade é construção de reforço à dominância da cisgeneridade como única viabilidade possível e “normal” para ser sujeito inteligível dentro do mundo do Direito.

A violência deste processo não cessa aí, porquanto a não inserção destas pessoas no espaço acadêmico ora estudado é forma de se impossibilitar o repensar as normas do direito, também generificadas – cabe recordar Carneiro (2005), quando da sua abordagem sobre a ocultação de discurso também ser forma de produção de dominação – dentro de uma lógica oposicional binária e estritamente cisgênera. É meio de se manter inabalável um poder e fazer jurídico que é manipulado por pessoas cis e para pessoas cis. Impossibilitam-se as propostas de modificações das desigualdades (CARNEIRO, 2005), aqui relevantes as de gênero, em razão de se estar propagando e “produzindo” conhecimento, dentro da FDUFBA, que é um espaço de manutenção de uma estrutura de dominação ligada não apenas ao Direito, somente entre pessoas cis.

Veja-se que esta exclusividade cisgênera, dentro da instituição, é forma de se servir ao (bio)poder, que se propõe a produzir e reproduzir comportamentos, corpos, subjetividades, individualidades, expressões identitárias que estejam conformadas à estrutura dominante. A FDUFBA está domesticando as pessoas para que continuem fazendo parte dos padrões da heterossexualidade compulsória e da cisgeneridade, para que não se desviem dessa falsa normalidade, porquanto culturalmente construída (BUTLER, 2016; LANZ, 2014). O poder exercido pela instituição “FDUFBA” não é apenas o de reproduzir, por meio da inscrição nos corpos e mentes, as normas atinentes à cisgeneridade, mas permitir que apenas as pessoas cis se entendam como sujeitos de direito, capazes de acessar os meios jurídicos para terem suas satisfações, uma vez que já são reconhecidas, em questões da

identidade de gênero não divergente (LANZ, 2014). E isto é feito, como destaca Francisco, em sua entrevista, até mesmo pelos mandamentos de vestimenta pertinente ao exercício profissional.

As formas de se vestir, de falar, de se expressar, de manter relações, de assistir às aulas, de fazer indagações, de se pensar, de ser e de existir, dentro da FDUFBA, é totalmente guiada por um poder que, dentre suas expressões, está colocado em favor da cisgeneridade e dos padrões comportamentais por ela impostos, como controle sobre as vidas existentes e consideradas válidas neste espaço. As pessoas trans são, desta maneira, visualizadas como corpos – ou mesmo vidas – abjetos não pertencentes à esta lógica de poder estabelecida, sem que sejam consideradas, portanto, possibilidades de titularidade para o Direito.

As necessidades de se repensar esta “não relação” que a FDUFBA apresenta com as pessoas trans é mais do que urgente, para que se possa começar a minimizar as violências que este espaço oferece para estas pessoas, para que estas possam, a priori, ser vistas como pessoas mesmo. E isso perpassa toda a comunidade acadêmica desta instituição: é preciso que docentes encarem a realidade da transgeneridade como uma realidade, como questão a ser pensada pelo Direito; que discentes tenham contatos com as realidades trans e possam se graduar tendo alguma capacidade de lidar, profissionalmente, com pessoas trans; que os projetos de extensão existentes na FDUFBA abram suas portas e não apenas aguardem que as pessoas trans acessem seus espaços/serviços, mas que se cheguem até as pessoas e suas demandas, quebrando uma lógica puramente assistencialista, na qual se entende que as pessoas é que precisam chegar até o local que demandam.

4.2 Demandas do(s) movimento(s) e possibilidades de inserção

Questionada a (in)existência de uma relação entre a instituição “FDUFBA” e movimento(s)/ativismo(s) trans, chegando-se à formulação de inexistir uma inserção das pessoas trans neste espaço educacional, parte-se, então, para análise de como as reivindicações colocadas pelo(s) movimento(s) e ativismo(s) trans são – ou não – atendidas pela FDUFBA, como podem vir a ser abarcadas por este ambiente

acadêmico. Isto, também, é forma de pensar a inserção das pessoas trans, nos termos de suas lutas coletivas, em face da referida Faculdade.

O trato das reivindicações que surgiram nas entrevistas é, inicialmente, oportuno, para que se possa visualizar quais as demandas que estão sendo colocadas pelo(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, abrindo-se caminhos para a análise proposta. Portanto, ter-se-á por base as reivindicações que são descritas pelas pessoas entrevistadas, depois se buscando entender quais as suas traduções.

A reivindicação do direito à existência é uma das pautas que aparece em recorrência nas entrevistas. Aparece como formulação direta nas entrevistas de Jenny e Be, até mesmo como destaque e em ordem de prioridade em relação a outras demandas pertinentes às pessoas trans. Jenny coloca o direito à existência como um direito à vida, uma permissão de viver sendo a pessoa que se é, a qual não é desta forma entendida pela estrutura dominante de (cis)gênero oposicional binário. Be vai além, colocando que, para as pessoas trans, o direito à existência está mais como um direito à sobrevivência, que coloca a necessidade desta satisfação para que se distancie a vida trans da sua eterna proximidade com o limite-morte. Isto aparece de forma não direta nas entrevistas de Yuretta e Francisco, mas é perceptível a abordagem de tais no sentido de ser necessário o atendimento da possibilidade de ser existência autônoma e autodenominada para além dos limites da hegemonia imposta. Fica notório quando Yuretta aborda a questão de seu ativismo “solitário” ser voltado à luta, principalmente, anti-binarista, que é o tensionamento do dispositivo de gênero oposicional binário, para que as existências não localizadas neste espectro restrito sejam possibilitadas e aceitas como tal. Já pela abordagem de Francisco, a questão da existência/vida das pessoas trans surge como demanda de serem tais pessoas encaradas fora da categorização social da “anormalidade”, da patologização. Quebrar a noção médica de serem os corpos trans abjeções, incoerências “biológicas”, permite que estas pessoas sejam vistas como pessoas, embora já o sejam desde sempre.

As outras reivindicações se colocam quase como decorrências do direito de existir. Por óbvio, é necessário que se exista, a priori, que se tenha uma vida legitimada de forma autodeterminada, não heterocatalogada, para viabilizar o pensamento de outras demandas também de suma importância. Veja-se, na entrevista de Francisco, aparecerem formulações que também se colocam nesta

categoria do direito à existência. É o que ocorre, por exemplo, quando da sua perspectiva sobre as pessoas trans estarem se colocando em lutas legalistas e burocráticas, num enfrentamento do Estado, mas não se limitando a tal, pois a cultura também é meio a ser modificado, a fim de se ter o reconhecimento das identidades trans e de uma cidadania – e existir com o gozo de cidadania é estar em outro patamar dentro da nossa coletividade política. Importante não se confundir a questão de serem reconhecidas as identidades trans como edificação de uma estrutura pseudorrevolucionária de gênero: a ideia jamais é voltada para que se crie um novo paradigma, pelo contrário, não apenas Francisco, como Yuretta também destaca o cuidado devido de não se encerrar as possibilidades de existências trans em moldes fixos. A luta também é pelas identidades trans, porém sem propostas excludentes de identidades já existentes ou ainda por existir.

Como Jenny coloca, a existência trans é questionadora a todo o tempo, tem um caráter político intrínseco, está se colocando contra uma hegemonia de gênero oposicional binário a todo o instante. Nos seus dizeres: “só da gente estar aqui, viva [...] já é uma atitude política” (APÊNDICE A, p. 105). Vê-se, inclusive, que a perspectiva do direito à existência não se coloca de forma individualizada pelas pessoas entrevistadas, como uma satisfação pessoal que se encerra em si. Nas entrevistas de Jenny e Be, aparece essa formulação sobre a existência de uma individualidade trans se colocar para além dessa unidade, mas por toda uma coletividade de pessoas trans que estão em situações de vivências outras, já que é opinião compartilhada por estas de que também gozam de alguns privilégios, como estar na universidade e serem assistidas, financeiramente, pelo governo, através da UFBA.

O direito de existir se desdobra em uma série de outras categorias de direitos decorrentes da possibilidade de se ter uma vida como pessoa trans, sem ser compreendida de forma distinta do que se é. Como Be coloca, as pessoas trans não possuem o direito de ir e vir, de se locomover sem restrições; direito à liberdade de expressão, à fala; direito de ser parte de uma conjuntura econômica e de consumo; direito de ser sujeito de direito e ter a cidadania reconhecida. E, sobre a questão da cidadania, Francisco aborda que é de suma relevância repensar o que é uma cidadania, o que pode fazer parte dessa noção, para que não se entenda apenas que as pessoas precisam dos moldes já estabelecidos. O(s) movimento(s) e ativismo(s)

trans não estão se colocando apenas em função das formas de ser e existir já solidificadas; a pretensão vai além, para abertura dessas formas, para novas formas, para não formas.

Essa relação de “decorrência” do direito à existência, neste trabalho, está sendo colocada não como relação de dependência dos direitos além da existência para com esta. Não é esta a concepção formulada. A intenção é colocar que a existência/vida é um plano essencial para as pessoas trans serem reconhecidas e inseridas, em termos do meio social e de meios burocrático-legais, como ressalta Francisco, enquanto tais, enquanto pessoas, sujeitos, titulares de direitos que não precisem ser, a todo tempo, reivindicados em suas dimensões mínimas. Nos dizeres de Be, as pessoas trans já tem uma compreensão sobre si, sobre a realidade que vivem, sobre quem são – e isso é até mesmo redundante de ser colocados – em termos de identidade de gênero. É a dominância que não compreende essas existências da maneira que são, marginalizando-as, subalternizando-as e alocando-as em restrições de opressão e violência que se voltam a erradicar as vidas trans.

Outros direitos surgem, como a questão do nome – ainda comumente referido como “nome social” –, colocado por Francisco, com a ressalva de que o tratamento dado funciona “meio que uma gambiarra” (APÊNDICE D, p. 154). O direito à educação aparece, dentre outras vias, como possibilidade de ocupação de espaços educacionais, com destaque à universidade; também o direito à saúde, não apenas em restrição às demandas específicas da transgeneridade; direito à afetividade, a ter amor; direito ao reconhecimento legal da transfobia como violência assim caracterizada, para amadurecer o debate sobre isto, inclusive no que concerne às políticas públicas.

Diversas e plurais são as demandas do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans. As perspectivas das reivindicações, frise-se, apresentam certa homogeneidade para as vertentes do(s) movimento(s) trans em alguns pontos, como a questão do direito à existência e à vida tal como ela é, sem a necessidade de ser medo constante, e os direitos básicos, como saúde, educação, acesso ao trabalho formal. Entretanto, outras demandas não se colocam pluralmente, como ressalta Yuretta e Be, no que atine ao tensionamento do dispositivo binário de gênero oposicional, à ruptura desta estrutura, que também é, nos dizeres destas pessoas entrevistadas, por vezes não questionada por segmentos trans.

As lutas trans percorrem tanto os caminhos tradicionais de luta por direitos nas arenas política, jurídica e legislativa, quanto por outras vias. Atuam na ocupação de espaços de poder, de representações políticas; na discussão de construções legais que atendam às demandas trans, que se coloquem para o reconhecimento das identidades de gênero trans sem os comuns percursos vexatórios; nas instituições judiciárias, para serem satisfeitas questões primárias que sequer são pensadas pelas pessoas cisgêneras, em razão do privilégio que é esta existência. Existem, ainda, vias de luta artísticas, educativas, discursivas, pela produção e propagação de conhecimento, como conscientização da coletividade. Importante ver como mesmo o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans atuam no processo de autocompreensão das pessoas entrevistadas, o que se vê, explicitamente, com as falas de Jenny e Francisco.

As categorias de direitos apresentadas, as quais são reivindicadas pelo(s) movimento(s) e ativismos(s) trans, são perfeitamente compreendidas pela base teórica apresentada neste trabalho quando da abordagem de Fraser (2001) das lutas por reconhecimento e/ou redistribuição. No caso do grupo sociopolítico abordado, as lutas estão colocadas por ambas as vias. Pelo reconhecimento das existências/vidas/identidades trans, não apenas pelo Estado, pelo meio burocrático-legal, como por toda a coletividade, todo o meio social, do contrário, nada basta ter um reconhecimento parcial, porquanto ainda seriam preservados comportamentos de violência em face do nível da existência/vida/identidade. Pela redistribuição de oportunidades de acesso a direitos e riquezas, que se expressam pela via econômica, como quando se reivindica o trabalho formal, o fazer parte de uma camada de consumo e até mesmo outras questões que permeiem e sejam permeadas por isso, como integrar o meio educacional.

As lutas trans, colocando-se em ambas as perspectivas trazidas por Fraser (2001), não se situam num ambiente de afirmação, mas de transformação. Existe uma compreensão direta das pessoas entrevistadas de que não é suficiente elaborar as reivindicações nas lógicas já colocadas pela estrutura dominante nas suas diversas esferas. Até mesmo as reivindicações legais são vistas com ressalvas, são visualizadas como apenas um meio, não fim, para se ter algum avanço nos debates propostos sobre as vidas trans, jamais como erradicação total das problemáticas às quais são, compulsoriamente, submetidas as pessoas trans. É preciso se pensar o

que é essa estrutura colocada nos termos de opressão das pessoas trans, elaborando as reivindicações na compreensão de que são feitas dentro desta estrutura, porém na proposta de rompê-la como libertação, como emancipação (SANTOS, 2008) efetiva, pois ter uma estrutura, ainda que compreendendo identidades trans, porém de maneira fixa, seria alternativa persistentemente limitadora.

Diante deste quadro apresentado, cabe, então, refletir sobre o papel da FDUFBA quanto às reivindicações trans. A primeira das indagações diz respeito ao atendimento destas pautas pela Faculdade. Porém, principalmente com foco à análise proposta no subtópico anterior, no processo de epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e no exercício de um (bio)poder pela FDUFBA, face às pessoas trans, ignorando suas existências, realidades e complexidades, não é possível cogitar que a FDUFBA tenha atendido pautas trans. Não existem contribuições desta instituição para que pessoas trans tenham direito a existir como tais, para que tenham outros direitos, primeiramente, assegurados e, posteriormente, efetivados. Não há sequer o interesse da instituição em debater os problemas que as pessoas trans enfrentam, em decorrência de hegemonia cisgênera imposta, seja com as pessoas trans, seja pela comunidade acadêmica já existente na FDUFBA – e não é necessário que se aguardem pessoas trans ingressarem neste espaço para que tais problemáticas sejam consideradas importantes, ainda que essa ausência física também seja, em si, uma das problemáticas.

Há de se pensar, portanto, em como a FDUFBA pode vir a abarcar tais reivindicações em seus diversos segmentos, sem a pretensão de ser totalizante. Esta instituição é, evidentemente, uma das instituições que produz discurso de ordem jurídica, discurso este que coloca as prioridades em termos de direitos e de sujeitos inteligíveis para essa dimensão, ainda impregnados pelas noções formuladas na modernidade (SANTOS, 2013), atreladas, principalmente, ao direito como propriedade/posse, como tradução da vida em termos do que se tem. Os sujeitos inteligíveis para o direito são aqueles que atendem à hegemonia imposta; no caso deste trabalho, voltado à questão do gênero, tratam-se das pessoas cis, entendidas como aquelas que podem ter, que podem possuir não apenas as coisas, mas os direitos em si mesmos, tal é o grau da noção de propriedade/posse. Isso não quer dizer que as pessoas trans não devam ser pensadas como sujeitos de direito

neste aspecto, porém enfatizando-se que mesmo as noções de propriedade/posse estão sendo repensadas e ainda o serão, por muito tempo, pelas emergências identitárias não hegemônicas, neste período vivenciado da pós-modernidade.

Como uma das formas de atuação da luta trans é pelo discurso e pela educação, nada mais plausível do que se cogitar o repensar os currículos e ementas das disciplinas ministradas na FDUFBA, para que as pessoas trans sejam incluídas como sujeitos de direitos nos diversos ramos, sem restrição a temáticas específicas – por exemplo, não tratar da realidade trans somente no que se refere ao “nome social”, portanto dentro do ramo do Direito Civil, na abordagem dos direitos da personalidade; ou, no ramo do Direito Penal/Política Criminal, somente em relação à legislação protetiva contra violências transfóbicas. É preciso que todas as ramificações do Direito se abram à possibilidade de inserir as pessoas trans, a realidade trans nas suas discussões acadêmico-teóricas, sem que se pense que a questão se encerra na criação de uma disciplina apartada para o trato dessa questão, o que pode acabar reforçando um caráter negativo separatista e de especificação.

Por parte do corpo discente da FDUFBA, acredita-se que os potenciais de atuação de trazer à tona o debate sobre transgeneridade, a serem feitos conjuntamente com pessoas trans, para a comunidade acadêmica está colocado, principalmente, sobre os Coletivos LGBT e Madás, anteriormente citados. Acredita-se que tais potenciais estão assim postos, por serem grupos voltados às discussões sobre gênero e sexualidade, incluídas, pois, as realidades trans. Porém, não há de se limitar ao levantamento das discussões, uma vez que a via de atuação educativa e discursiva das lutas trans não se encerra assim. Existem atuações que estão propostas pelas vias políticas, jurídicas, legislativas. Desta forma, os grupos auto-organizados por estudantes da FDUFBA também podem exercer papel fundamental neste contrafluxo, colocando suas atuações em prol de pessoas trans, trazendo-os para suas atividades como sujeitos relevantes e que também possuem demandas a serem atendidas pelas entidades. Lembre-se, especialmente no que diz respeito às atividades consideradas de extensão, que há uma utilização de espaço público e pretensão de se voltar à comunidade, como um todo, para além dos limites geográficos da FDUFBA.

As instâncias administrativas da Faculdade têm capacidade de fornecer apoios institucionais para o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, seja por meio da concessão de espaços físicos para realizações de atividades, palestras e oficinas auto-organizadas e auto-gestadas, o que já traz um potencial modificar da relação discutida no subtópico anterior, bem como de abarcamento das demandas trans; seja por outros meios de fomento à luta trans, como o incentivo à contratação de profissionais – não apenas docentes, mas pessoas terceirizadas, servidoras etc. – e estabelecimento de parcerias.

O foco principal é abrir caminhos de acesso e questionamentos às pessoas trans, ao(s) movimento(s)/ativismo(s) trans, às realidades e múltiplas existências trans, não somente dentro dos espaços da FDUFBA, como no meio exterior, já que este espaço se configura como de poder e prestígio social. Não apenas abrir caminhos, como buscar as pessoas trans para que elas façam parte deste processo, para que se construa esse repensar a FDUFBA de maneira coletiva e cesse a arrogância e o distanciamento institucional, norteado pelas construções de ideais científicos que entendem as pessoas acadêmicas de Direito como capazes de lidar com qualquer situação, mesmo aquelas que sequer são tratadas no cotidiano da graduação.

4.3 Faculdade de Direito da UFRGS como comparativo

Como parte final e pouco mais breve de análise, propõe-se um comparativo da realidade apresentada pela FDUFBA em relação à Faculdade de Direito da UFRGS, somente na visualização que as pessoas entrevistadas possuem destas instituições, tal como feito no subtópico 4.1. Ou seja, tendo por base a FDUFBA como instituição que não possui qualquer relação com pessoas trans, com o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans, uma vez que as pessoas entrevistadas – Jenny, Yuretta, Be e Francisco – da comunidade discente da UFBA, enquanto representantes de um grupo sociopolítico, não enxergam este local como possibilidade de acesso, pretende-se verificar se tal configuração está colocada para a Faculdade de Direito da UFRGS.

De acordo com as pontuações feitas pelas pessoas entrevistadas da UFRGS, de início, já se nota a diferença na visualização da Faculdade de Direito desta universidade como espaço de acesso/serviço prestado em prol da população trans local. Isso se coloca pela existência de um grupo, dentro de uma dos projetos de extensão desta Faculdade, que é voltado ao trabalho jurídico-prático e levantamento de debates sobre gênero e sexualidade. Trata-se do G8-Generalizando, do Serviço de Apoio Jurídico – SAJU/UFRGS.

O G8-Generalizando é referido por ambas as pessoas entrevistadas estudantes da UFRGS não como serviço e/ou espaço que já foi utilizado/acessado, mas como espaço que se tem conhecimento que desempenha trabalhos com pessoas trans, sobretudo na questão pertinente à retificação do registro civil. Destaca-se, então, que o conhecimento sobre a existência deste grupo, da Faculdade de Direito da UFRGS, é publicizada a nível de ser o G8-Generalizando tido como viabilidade, de ser lembrado mesmo não se tendo recorrido a tal, inclusive sendo ressaltado com um serviço de qualidade, inobstante seja gratuito, como pontua o Entrevistado UFRGS.

Isto demonstra que a configuração da Faculdade de Direito da UFRGS, em sua relação com as pessoas trans, pelo atendimento de demandas do movimento(s) e ativismo(s) trans, por se propor a refletir sobre as complexidades trans, não tendo uma atuação limitada à questão do registro civil, mas, conforme publicações na página virtual do grupo, na mídia social *facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/G8Generalizando/>), também atua prestando assistência jurídica gratuita a pessoas LGBT, inclusas pessoas trans, que se encontram em casos de violência e/ou vulnerabilidade.

Vale enfatizar que a atuação do G8-Generalizando não é recente. Funciona desde 2006, com desenvolvimento de projeto exclusivamente voltado às pessoas trans, intitulado “Direito à Identidade: Viva seu nome!”, iniciado em 2012 e já tendo ocorrido por nove edições. Segundo postagem na página virtual do grupo (disponível em: <https://www.facebook.com/G8Generalizando/>; publicado em 21 de julho de 2017), este projeto consiste num mutirão de retificação de registro civil de pessoas trans. Por meio deste, o G8-Generalizando convoca as pessoas trans, levando ao conhecimento destas o trabalho desenvolvido para que elas possam proceder com sua retificação de registro civil – do nome e do gênero – gratuitamente. Este projeto

aparece na fala da Entrevistada UFRGS, a qual apenas não o havia utilizado, à época da entrevista, por ainda não ter decidido qual nome adotaria. Inobstante, de acordo com a postagem ora referida, o projeto está, temporariamente, suspenso, por ter surgido uma nova demanda de documentação arbitrária e invasiva do juízo competente, reforçando a patologização sobre as pessoas trans.

Verifica-se que a FDUFBA conta com um SAJU, da mesma maneira que a Faculdade de Direito da UFRGS. Os funcionamentos destes grupos são similares e não há de se ter receios em tentar experiências que têm sido bem sucedidas e colaborado com a população trans, em outros espaços acadêmicos, pelos lados de cá. Espelhar-se em trabalhos e projetos considerados de qualidade e que se aproximam das pessoas trans, inserindo-as na instituição e debatendo suas existências, desde que entendendo as particularidades de um possível desenvolvimento na FDUFBA, é oportuno e pode contribuir para inícios de construção e consolidação de uma relação desta instituição com pessoas trans, com movimento(s) e ativismo(s) trans, com as demandas destas pessoas sujeitas de direito.

5 CONCLUSÃO

O trabalho proposto buscou entender como se coloca a instituição Faculdade de Direito na inserção de pessoas trans no seu cotidiano acadêmico, na sua comunidade, nos seus discursos, no seu funcionamento, por meio de uma possível relação com o(s) movimento(s) e ativismo(s) trans. Não se encerrando no pensar esta relação entre instituição e movimento(s)/ativismo(s) trans, para chegar à questão da inserção, o trabalho também se voltou a compreender quais as demandas colocadas pelo(s) movimento(s)/ativismo(s) trans, portanto pelas pessoas trans em suas multiplicidades; o atendimento, ou não, destas reivindicações pela FDUFBA; quais vias a serem adotadas para que se possam abarcar estas pautas das pessoas trans por um ambiente acadêmico que guarda potencial para ser utilizado como transformação. Complementarmente, trouxe-se um comparativo entre a realidade da FDUFBA e da Faculdade de Direito da UFRGS, sobre o aspecto da relação entre instituição e movimento(s)/ativismo(s) trans.

Entendendo-se necessário uma abordagem sobre identidade de gênero e os exercícios de poder hegemônico, especialmente no que se refere às identidades de gênero não inseridas no limitado espectro da dominância, procurou-se trazer algumas noções sobre tais construções de expressão das subjetividades e coletividades políticas. Posteriormente, tratou-se da relação existente entre direito e pós-modernidade, como crítica aos paradigmas construídos na modernidade e que resultaram num grande distanciamento entre direito e corpo social. Não à toa, foram abordados os novos movimentos sociais que surgiram e ainda vem tomando corpo como crítica à luta atrelada, somente, à dicotomia de classe, trazendo-se breve histórico do(s) movimento(s) e ativismo(s) trans como um desses grupos sociopolíticos com propostas de discussões mais amplas.

Estabelecidas as bases teóricas, com a análise dos dados coletados nas entrevistas semidiretivas, realizadas com estudantes de graduação da UFBA, foi possível compreender a inexistência de uma relação entre a FDUFBA e movimento(s)/ativismo(s) trans, pelo que não está ocorrendo inserção de pessoas trans neste ambiente acadêmico. Entendeu-se que a referida instituição está colocada como parte do processo de epistemicídio contra a população trans, contribuindo ao apagamento cultural e intelectual destas pessoas, além de estar

exercendo, fortemente, um poder voltado à (re)produção de corpos conformados à estrutura da heterossexualidade compulsória e cisgênera, como únicas possibilidades inteligíveis dentro do mundo do direito, seja enquanto pessoa operadora do sistema jurídico, seja enquanto pessoa sujeita de direito.

No que diz respeito às reivindicações pautadas pelo(s) movimento(s)/ativismo(s) trans, entendida a sua diversidade de vertentes, geralmente associada às particularidades das identidades trans, foram ressaltadas as pautas voltadas ao reconhecimento da existência/vida trans, das necessidades de serem redistribuídas as oportunidades de acesso aos serviços públicos e espaços formais de sustentação econômica, incluso o mundo do trabalho. Porém, colocou-se que o(s) movimento(s)/ativismo(s) trans têm propostas – ou não propostas – no viés para além da estrutura imposta, para além da proposição de uma nova estrutura, pois a estrutura é a forma de opressão pela preservação de alternativas restritas de ser.

De tal forma, percebeu-se, também, que a FDUFBA não tem se colocado em prol das reivindicações trans, sendo urgentes os questionamentos e reformulações pelas diversas esferas que compõem este espaço/comunidade acadêmica, junto com pessoas trans, sejam elas parte, ou não, da instituição, formalmente. O corpo docente pode exercer seu papel, conjuntamente com discentes – não se esquecendo das pessoas trans, jamais –, de repensar os currículos e ementas das disciplinas ministradas na Faculdade, para que a realidade trans venha a ser tratada na multiplicidade do mundo do direito, sem abordagens apartadas. O corpo discente, com foco principal nos Coletivos Madás e LGBT, podem vir a reforçar a dimensão de atuação discursiva, trazendo à tona os debates sobre transgeneridade, sobre pessoas trans em suas múltiplas formas não finitas, nas suas complexidades, sem se encerrar na questão do “nome social”, juntamente com pessoas trans, para que o fazer não seja para e nem pelas pessoas. As instâncias administrativas, por seu turno, foram facultadas como opções de incentivos pela concessão de espaços físicos e fomento de contratação de profissionais trans.

Qualquer que seja a futura atuação da FDUFBA, para que se repense a posição que a Faculdade estabelece em relação à população trans, é preciso que se permita que as pessoas trans falem sobre suas realidades e vidas; é preciso quebrar a barreira da pretensão científico-moderna do “cientista” que fala por todas as

existências, como se tivesse total capacidade de compreendê-las na sua integralidade, perdendo de vista que estas estão sendo repensadas a todo o tempo para além da dimensão do gênero. A transgeneridade não encerra a existência de uma pessoa – com complexidade de outras naturezas – mesmo que esta existência seja toda transpassada por isto.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora *queer*. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 5., 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <<http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%81SPORA-QUEER-Simone-%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2017.

BITTAR, E. C. B. O direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 57, p. 131-152, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4818234.pdf>>. Acessado em: 14 de agosto de 2017.

BRAGA, J. Vamos falar sobre o asterisco? In: **Medium (página virtual)**, 2014, Local desconhecido. Disponível em: <<https://medium.com/@oibatata/vamos-falar-sobre-o-asterisco-caa5e0314509>>. Acessado em: 07 de julho de 2017.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARNEIRO, A. S. Do Epistemicídio. In: _____. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: FEUSP, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862/4940>>. Acessado em: 19 de julho de 2017.

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, cap. 5, 125-149p.

_____. Os recursos para o bom adestramento. In: _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 39ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011, terceira parte, cap. 2, 164-185p.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução de Julio Assis Simões. **Cadernos de Campos**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50109/54229>>. Acessado em: 04 de julho de 2017.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

_____. ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos: Dossiê Trans-formações em gênero**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acessado em: 19 de julho de 2017.

LANZ, L. Estudos Transgêneros. In: _____. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba: SCHLA-UFPR, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 10 de agosto de 2017.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MATTOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 14 de agosto de 2017.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 de agosto de 2017.

RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBARELLO, L. et al. **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. 3ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2011, cap. 3, 84-116p.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, B. S. O social e o político na transição pós-moderna. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008, cap. 4, 75-114p.

_____. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008, cap. 6, 135-157p.

_____. Subjetividade, cidadania e emancipação. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008, cap. 4, 235-280p.

_____. Para uma concepção pós-moderna do direito. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013, cap. 9, 119-188p.

SILVA, F. M. Histórico do Movimento Político Social Organizado da População T no Brasil. In: **ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (página virtual)**, 2017, São Paulo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/antrabrasil/posts/1476080879143923>>. Acessado em: 10 de agosto de 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista Jenny Müllher

[Renon] A priori, Jenny, eu queria saber como foi a sua trajetória acadêmica. Como foi a sua passagem pelo ensino básico, nas primeiras séries, ensino fundamental, ensino médio... Como se deu esse processo de você entender qual curso queria fazer na universidade, se você queria ingressar na universidade, como se deu esse interesse seu, como você chegou, por exemplo, até a UFBA? Queria realmente saber sua vida nesses termos, como o estudo. O que você quiser comentar sobre isso, à vontade.

[Jenny] Eu não me assumi enquanto criança, como uma pessoa transgênero na infância. Então, eu cresci “normal”, assim, sem violências diretas – claro, com algumas violências porque a gente acaba... O ambiente escolar reproduz a nossa sociedade, então a gente acaba sofrendo violência, sim, mas eu sempre fui uma pessoa extrovertida, muito comunicativa, participativa. Então eu sempre participei de eventos, participei de tudo que estava envolvido na área de artes e, daí, sempre soube que iria para a área de artes. Eu estudei até a 4ª série em colégio particular, com bolsa, aqui em Salvador – é, sou daqui de Salvador – até os 10 anos de idade. E, aí, a partir da 5ª série, eu ingressei – aí fui morar no interior, porque minha família se mudou – na escola pública. A partir daí, a minha visão de mundo e conceitos de educação mudaram, porque o colégio público, no interior, é bem diferente do colégio daqui (Salvador) e, independente do lugar, o colégio público é totalmente diferente do colégio privado. Então eu senti que eu ganhei uma certa liberdade, mas que eu perdi um certo apoio escolar que eu tinha na escola privada. Então eu sempre participei, sempre me fiz presente, sempre tirei notas boas, sempre fui... Muito bagunceira! Sempre fui, mas sempre estive envolvida em tudo no colégio, então... E isso, desse envolvimento, acabou me fazendo pensar sobre as possibilidades de áreas para seguir. Pensava muito em Letras. Eu queria, nesta época, entre meus 14 a 16 anos, ser professora, porque acho que o trabalho de professor é o mais importante da sociedade hoje. Qualquer pessoa tem que passar por um bom professor, então acredito que é um trabalho incrível. Então, até o 2º ano, mais ou menos, eu queria e ainda tinha uma intenção em seguir na área de Letras para trabalhar como professora. Mas eu estava muito envolvida com projetos de artes e, uma professora minha, Cleunice – lembro dela até hoje – ela virou pra mim uma vez, me chamou pra conversar – eu estava no colégio participando de um evento de artes que era um concurso – no qual, ela me inscreveu – ela não me perguntou, ela disse assim: “Você gosta de desenhar, desenha bem, então já paguei a sua taxa de inscrição” – então, todas as coisas que eu poderia dizer pra não participar, ela cobriu. Ela me deu material, deu tudo e ela falou: “Você participa.” E eu estava lá e ela me chamou pra conversar de boa, não como professora, ela tinha um posicionamento muito horizontal, não tinha aquela professoria hierárquica (ela em cima e os alunos embaixo) e ela me perguntou: “Qual curso vai fazer?” Respondi que iria fazer Letras e ela era professora de Português e Literatura, só que formada em História da Arte, também, e ela: “Não! Você não tem que fazer letras, você tem que fazer Artes. Você é de Artes! Você está envolvida em teatro, música aqui no colégio. Vejo você uma das pessoas que mais movimenta arte aqui, então, acredito que você tem que seguir com isso.” Aí, a partir daí, eu decidi que, realmente, o que eu sempre quis fazer, foi Artes. Por um tempo, eu anulei essa possibilidade, porque desse preconceito que tem, de que artista não ganha dinheiro e que Artes é apenas um hobby. Eu tinha, também, esses preconceitos em mim. Então, eu acreditava que Artes seria meu último caminho, que seria apenas algo mais para hobby do que profissão.

[Renon] E você está nas Plásticas ou...?

[Jenny] Eu estou, hoje, no B.I. de Artes, eu entrei aqui em Design. Eu me inscrevi... Me preparei para entrar em Artes Plásticas, no dia da inscrição coloquei Design. Entrei em Design e me mudei pro B.I. Mudei pro B.I., porque eu estava trabalhando com performance. Então eu estava querendo muito estudar Teatro e Dança, e, aí, um amigo virou e disse: “Por que você não vai pra B.I. que dá possibilidade de ter o contato com Teatro e Dança ao mesmo tempo e não individual?!” Aí, acabei mudando. Eu também sempre tive a ideia de que arte é política. Sempre quis muito, em algum momento da minha vida, um trabalho voltado pra Artes. Então, esse é o meu trajeto até entrar na universidade. Eu já tinha passado um ano, antes de entrar na UFBA, na federal do Vale São Francisco...

[Renon] E lá você também fez Artes?

[Jenny] Eu entrei pra fazer Artes Visuais, mas licenciatura. Só que, aí, eu já não queria mais trabalhar como professora, nessa época, de Artes. Primeiro, que queria um trabalho... Meu, me enxergar, me encontrar em algum lugar, porque até lá eu tinha dúvidas; queria muito fazer Teatro, queria muito fazer Dança, mas eu já trabalhava com Artes Visuais. Então eu falei assim...

[Renon] Você já tinha produção?

[Jenny] Eu tinha! Eu desenhava... Pintura e desenho, não era muito grande, era mais... Algo pessoal, mas já era um trabalho. Então decidi, primeiro, entrar no que eu achava que era o meu caminho, mas, aí, aqui na faculdade, eu encontrei com pessoas da área de performance, me encontrei...

[Renon] Você entrou aqui na UFBA quando?

[Jenny] Eu entrei em 2013.

[Renon] Você já está na UFBA há... Quatro anos!

[Jenny] Quatro anos! Vou fazer cinco.

[Renon] E você ficou quanto tempo na EBA mesmo?

[Jenny] Na EBA fiquei cinco semestres...Mas assim, são quatro anos de UFBA, mas são dois de greve, né? (risos)

[Renon] De greve! (risos)

[Jenny]: Entrei na UFBA com greve, passei por outra greve, peguei um final de greve... Já estou com três greves, mais uma, estou num abadá (?)

[Renon] Aí você já vai fazendo todos os carnavais de greve. É maravilhoso! A UFBA realmente é maravilhosa!

[Jenny] Mas esses períodos de greves foram importante pra mim na parte acadêmica, porque eu não pensava em mudar de curso até passar por uma greve. Pegar a minha primeira greve. Eu tinha entrado, estava numa greve...

[Renon] Na primeira que você entrou?

[Jenny] Quando eu entrei, estava pegando o final da greve, que foi de 2012.

[Renon] Foi!

[Jenny] Entrei nesse período, estava tudo uma maluquice. Aí, peguei uma outra greve que teve, peguei essa última. Então foram três greves. Aí, na primeira que eu peguei, já cursando, eu me encontrei nessa dúvida, porque eu comecei a trabalhar muito com... Me envolver com Teatro, eu estava muito fugindo do trabalho de Artes Visuais. Então, aí, foi aí que... Deu essa luz e eu falei: "Não! Eu quero mudar!"

[Renon] Realmente!

[Jenny] Então foi porque da performance que eu acabei trocando de curso. Estagiei no Teatro Martins Gonçalves durante quatro anos. Isso me influenciou, também. Eu... Me envolver com produção, com Teatro em si, acabou me influenciando muito pra essa mudança.

[Renon] Acho que nunca vi um trabalho seu... De performance.

[Jenny] Eu tenho um solo de performance "Emoldurada" que veio de um outro solo que eu tenho que foi feita para a Galeria Cañizares que se chama...

[Renon] Você fez na Cañizares? Foi em alguma amostra de...

[Jenny] Foi numa amostra de performances de 2015.1 (em dúvida se foi em 2015.1 ou 2014.2)

[Renon] Quem dirigiu a performance?

[Jenny] Professor Biriba. Ricardo Biriba. Foi ele uma das pessoas que fez me interessar pela performance. Eu tinha muito preconceito com performance. Eu não entendia, achava muita maluquice, mas isso foi o que me motivou, também. Aí eu tinha um solo. Tenho um solo que se chama...

[Renon] Você ainda trabalha com esse solo?

[Jenny] Eu já o fiz duas vezes, mas o mais recente, que mais trabalhei, foi o que descende desse outro, que é o "Emoldurada". Meu trabalho inicial se deu com o "Espelhos" com a temática voltada para à transgeneridade, também. Então eu me vestia totalmente de espelhos para que as pessoas se vissem em mim. E, aí, basicamente que posso dizer é que, lentamente, a performance é essa, mas que cada um enxerga a performance de uma forma. Na verdade, minha performance era estar vestida de espelho no meio de uma multidão, então...

[Renon] Porra! É uma construção de imagem bem foda!

[Jenny] É, porque a primeira coisa que eu pensei foi: como tratar a transgeneridade para pessoas cis? Empatia! E como a gente treina empatia sem enxergar no outro? Então eu usei o meu corpo como espelho pra outras pessoas. Essa eu fiz na Cañizares e fiz em Iगतú em... Ah! Você foi, né? Então conhece! (risos)

[Renon] Conheço! Não sei se você conhece Mayara, Mayara Ferrão, que é amiga de Chico Brasil.

[Jenny] Ah! Chico eu conheço!

[Renon] Não sei se você conhece Mirella Ferreira... Que é uma galera que já tem um tempo... Mayara entrou junto com você, eu acho. Eu entrei em 2012, Mayara entrou em 2013, com certeza. Possivelmente vocês fizeram vestibular juntas.

[Jenny] É que eu conheço algumas Mayaras, então...

[Renon] Deixe eu lhe perguntar: Nunca, nunca, nunca na sua vida, nunca passou na sua mente fazer Direito? Nunca?

[Jenny] Nunca!

[Renon] (risos)

[Jenny] É uma área em que acredito que a pessoa queira muito estar lá. Eu não tenho... Eu sou da militância, mas não sou envolvida nessa parte, porque tem que ter um pouco de paciência, tem que ter uma dedicação muito grande pra esse tipo de coisa e eu não tenho essa paciência, eu acho. Eu sou muito mais comunicativa do que fazer essa parte de "tijolinho por tijolinho". Eu posso dizer assim: minha militância é dar a cara à tapa. Nas passeatas eu vou na frente, qualquer tipo de coisa em que acredito eu me dou, meu corpo é a minha ferramenta de fala. Tanto nas Artes como na militância. Então, é isso, eu sou de bater de frente, não sou a dos papéis, da parte legal, eu sou a que bate de frente! Que briga!

[Renon] E vem cá, como tem sido na UFBA?

[Jenny] Na UFBA tem sido tranquilo. A rede de amigos que eu tenho, a rede de apoio aqui e das pessoas que eu conheço, contando com professores e funcionários, pró-reitoras que eu já conheci, diretoras de Escolas de Artes. Então eu tenho um suporte muito grande. Minha transição começou na UFBA. Então já estava na UFBA. Tenho que agradecer principalmente por ter esse convívio, por ter

essas pessoas na minha vida, esse grupo, porque foi muito importante pra passar por algumas coisas que passei, de período, como: depressão, negação, aceitação, mudança, de posicionamento político que eu tinha, antes da transição tinha uma outra visão de mundo e outra pós... Realmente dar a cara à tapa, de que a gente fala, né? A comunidade LGBT, como outras pessoas, podem esconder. Nós, pessoas transgêneras, não. Nosso corpo reflete quem somos e o que somos. Então acabamos que tendo que nos preparar para certas violências. Então a UFBA foi um lugar seguro pra mim. Sou residente, entrei na residência em 2013, participo do movimento estudantil também. Então eu acredito que tudo isso influencia para o trabalho que faço hoje.

[Renon] E você vê, tipo, a “EBA” como um espaço muito diferente do campus que você está agora, que é em Ondina?

[Jenny] Eu vejo... Os campi de Artes da UFBA são muito conservadores. A “EBA” é uma das menos conservadoras, mas, por exemplo, a Escola de Música é a área de Artes mais conservadora na UFBA. É a mais inacessível, é a mais violenta com corpos, em todos os tipos de corpos que a gente pode falar, então... A gente sempre pensa que a galera de Artes é a mais mente aberta, mas ainda assim somos um pouco conservadores na academia. Muitas coisas não são aceitáveis, muitas coisas são mal vistas, outras coisas são preferíveis. Então nós temos essa seleção. Temos os artistas que são elogiados, os que têm apoio para participar em bienal, pra viajar. São as mesmas caras que vemos nos processos artísticos aqui em Salvador, por exemplo. São as mesmas pessoas que estão na mesma ordem de contatos, são a panelinha fechada, é chato ter que dizer isso, mas é. Qualquer área a gente encontra panelinha, mas na área de Artes é um pouco difícil porque os contatos, editais, trabalhos e projetos giram em torno das mãos das mesmas pessoas que ficam no revezamento. É um tipo de nepotismo. Então a gente acaba tendo que trabalhar às margens das margens. Já somos das margens e a gente acaba entrando em outro tipo de margem.

[Renon] Então você acaba achando Ondina melhor do que a EBA?

[Jenny] Eu acho. Na verdade, eu gosto de Ondina pelo fluxo de pessoas. Eu gosto de estar entre pessoas, de observar pessoas, então, faz parte, também, do meu processo de trabalho, de pesquisa, de criação, então, acho que Ondina tem sido... A “EBA” já foi um ponto alto da faculdade, como *point* pra pessoas. Hoje vejo a “EBA” muito vazia, muito esquecida, um pouco afastada das vivências acadêmicas, então, eu acredito, também, que deve revitalizar este espaço. Então eu acredito que Ondina tem sido um campus mais revigorante, porque é onde acontece as coisas. A Praça das Artes está sempre movimentada, a gente vê os grupinhos da maconha, de música... Então tem sempre algo acontecendo em Ondina.

[Renon] Gente, eu nem perguntei se você fumava maconha...

[Jenny] Ah! Eu fumo maconha, sim, sou muito maconheira!

(RISOS)

[Jenny] Eu sou a favor da legalização! Pode colocar isso aí!

[Renon] A minha pergunta é: Você já fez uso de algum serviço e/ou já utilizou algum espaço de atendimento dentro da universidade? Em razão de você ser uma pessoa trans.

[Jenny] Já! Já, sim, eu fiz no SMURB e no Hospital das Clínicas. Então foi aí que tive que usar realmente algo focado para minha identidade de gênero, no caso, porque eu iria passar por um endócrino, mas na triagem eu falei que era porque da terapia hormonal, aí me encaminharam para um terapeuta ocupacional e que eu ia fazer um trabalho psicológico, me indicando para as pessoas especializadas no que poderiam me ajudar. Foi a partir daí que eu tive que passar por outros médicos, como ginecologista, urologista, a endócrino, psiquiatria, psicóloga e terapeuta ocupacional.

[Renon] Tudo isso da UFBA?

[Jenny] Tudo isso dentro da UFBA.

[Renon] No SMURB e no Hospital das Clínicas, também?

[Jenny] Isso. Porque o SMURB fica em um núcleo do hospital. Então, aí, eu tive que passar por essas coisas pra acessar endocrinologista, que era o que eu fui fazer inicialmente. Então, a partir daí, eu tive que fazer terapia sobre as questões de gênero, coisas que são exigidas pra quando você precisa de laudos para fazer requerimento de documentação, de transição, até de cirurgias. Então é preciso ter laudos para as pessoas trans, ainda. Porque estamos como CID-10 na Organização Mundial da Saúde.

[Renon] E pra própria burocracia da UFBA, depois de você regularizar a questão do seu nome e tudo mais, de como tava o seu registro na universidade...

[Jenny] Sim. Eu também passei por isso na antiga SGC – não sei qual é o nome novo, agora – que foi pra a solicitar essa mudança. Foi bem tranquilo pra mim, tipo, assim... A UFBA tinha acabado de aceitar o uso do nome social, eu era segundo semestre. Eu achei bem tranquilo e foibem rápido até. Então nada... Na verdade, na maioria das coisas que eu tenho: banco, cartão de SUS, de identidade – o RG – nem o CPF mais da maioria dos lugares, assim, que eu tenho escrito, por exemplo, como no sistema da UFBA, geral, como Jenny. Meu nome. Então quando eu saio da UFBA que eu vejo o “baque” da diferença do uso do nome. Muitos lugares a gente tem que pedir, conversar e, praticamente, implorar pra uma pessoa que não tem nada a ver com aquilo, porque não existe um setor, e a única pessoa responsável não sabe como lidar, então...

[Renon] Sempre isso acontece fora da universidade, no caso?

[Jenny] Na grande maioria, sim...

[Renon] Ou dentro da universidade também acontece?

[Jenny] Dentro da universidade tenho achado... Temos muitos casos de violências ainda, principalmente nos setores mais baixos, onde as pessoas ganham menos, ou o tratamento é um pouco mais violento com as pessoas trans, eu percebo isso. Por exemplo, da pessoa que está varrendo ou fazendo a parte de jardinagem na UFBA, a grande maioria ataca violentamente não só pessoas trans, mas pessoas LGBT no geral, sendo que é uma pessoa que tá ali demonstrando que é LGBT... A violência mais explícita.

[Renon] E tanto no campus de Belas Artes, que foi o campus que você já se colocou, quanto no campus daqui da Ondina?

[Jenny] Eu acho muito mais no de Ondina, porque no de Belas Artes eu acho que, como a galera é menor e todo mundo se conhece, o respeito é maior.

[Renon] Até com os funcionários?

[Jenny] Até com os funcionários, principalemnte. Os funcionários da Escola de Belas Artes são maravilhosos.

[Renon]: E, tipo assim, você me falou um pouco da sua relação com os funcionários, e com a galera que também é estudante...

[Jenny] Porque, assim, eu sou uma pessoa que me posiciono sempre, como eu disse, eu sou da turma que bate de frente... Então o fato de eu sempre me posicionar politicamente, sempre me... A pessoa me tratar pelo gênero masculino, eu vou fazer um “pisiu!” e olhar nos olhos da pessoa e aí dizer: “É ela, o pronome que você tem que usar é esse aqui, oh, amor!”

[Renon] Estudante, qualquer pessoa...

[Jenny] Então, qualquer pessoa, qualquer pessoa, de qualquer setor, de qualquer hierarquia que tenha dentro da universidade, eu trato da mesma forma.

[Renon] A diferença é que você vê mais é de como isso é mais significativo em uma parte, mas acontece também...

[Jenny] Por exemplo, os núcleos de saúde dos quais eu fui, ali no ICS, que tem um laboratório. Eu precisei para a solicitação da própria endócrina, sei lá... Ela pediu que eu fizesse os exames lá. Então, quando eu cheguei, eu não precisei solicitar o nome social. A menina me deu um papel pra... Com uma linha em cima, ela falou: "aqui, você pode colocar seu nome social e, em baixo, você assina com o nome de registro." Então eu nem precisei levantar e me explicar ou dar meu documento pra ser chamada por outro nome, mas... mais ou menos isso.

[Renon] Deixe eu te perguntar outra coisa. Esses lugares que você foi na UFBA, tanto o SMURB quanto o Hospital das Clínicas, como no geral, os atendimentos que você fez foram exclusivamente por você ser trans ou você também já fez uso de outros atendimentos, tipo, assim... Que você identifique que não tenha sido por causa disso, por exemplo?

[Jenny] Não, não, não! Não fui! Eu já fui antes. Antes da transição, eu fui, mas depois da transição eu tenho ido lá porque quando eu preciso passar por endócrino, passar por urologista, hoje, ginecologista, para a preparação dos laudos, é... Onde a gente estava?

[Renon] Eu estava perguntando se você tinha usado o serviço exclusivamente por ser uma pessoa trans.

[Jenny] É isso! Sim. Depois que eu passei a ir pra outros consultórios para ser atendida pela psicóloga, pela psiquiatra e pela terapeuta, eu não fui mais pra nada não voltada para a minha transição.

[Renon] Aí, deixe eu lhe perguntar outra coisa em relação à exclusividade. Esses setores que têm na UFBA que você teve acesso, eles fazem atendimentos exclusivos para pessoas trans? Eles têm algum setor destinado?

[Jenny] Eles têm! O ambulatório para transgêneros, aqui em Salvador, foi aprovado em 2014. E, aí, foi quando eu iniciei o processo de transição. Eu já estava iniciando o físico e me preparando para o hormonal. E, aí, acabei tendo acesso a essa discussão dentro do ambiente do SMURB e, a partir daí, eu comecei a acompanhar. Então, primeiro, foi... Essa aprovação teve, depois foi a aprovação da área que seria usada, do equipamento que seria usado e depois, por último, da equipe médica. Então, ou seja, agora só estamos esperando que a prefeitura – eu acho que é o município – pra liberar o atendimento. Então já está tudo pronto. Um ano e dez meses.

[Renon] Fica onde? Fica localizado onde?

[Jenny] Fica ali no SMURB, depois da reitoria, descendo a ladeira.

[Renon] Esse vai ser o exclusivo?

[Jenny]: Vai ser exclusivo! Que é o que tem em algumas cidades. Que é que faz o processo que as pessoas falam transexualizador. CEPAT?

[Renon] CEPAT?

[Jenny] Eu nunca soube o nome. É porque todo mundo trata como ambulatório. Hum! Mas o que vai ter, aqui, é o que vai dar a parte de acompanhamento hormonal e a cirurgia. (Interrupção externa) Não! Mas quando eu falei aqui de físico, primeiro eu estava começando com o processo físico andrógeno. Quis falar nesse sentindo.

[Renon] É... E, Jenny, como você avalia esses serviços, especificamente, disponibilizados na universidade?

[Jenny] Olha, as pessoas foram, apesar de não ter tido um curso intensivo pra como essas pessoas têm que lidar com essa população durante esses atendimentos, eu senti que a galera... O curso que eles tinham feito rápido, tinha dado uma alerta pra eles. Eles foram muito ativos, assim, proativos, nesse sentindo de eu não ter que debater isso, ter que solicitar, deles já verem ali que a identidade está no registro civil como masculino e a pessoa com o corpo feminino ali na frente dela. Então eu

sinto que precisa de uma preparação maior, porque em outros casos, onde essa aparência física não é tão forte pra o lado feminino, que as pessoas são muito mais violentas.

[Renon] E mantém uma resistência?!

[Jenny] E mantém uma grande resistência. Então, é um pouco complicado para quem está no início.

[Renon] E o serviço em si, por exemplo, o atendimento médico, estritamente, tipo, assim... Pra além do tratamento que lhe foi dado pela questão de gênero... O serviço também foi prestado como uma forma, tipo, que você avalia como boa? Tipo... Realmente atendeu as expectativas que você tinha?

[Jenny] Sim, sim... Não atendeu as minhas expectativas, mas não... Não foi uma coisa que me assustou. Não foi uma coisa que fez me sentir mal em algum momento. Então eu avalio como muito bom. Porque certos constrangimentos que a gente encontra em outros lugares, não passei em nenhum momento.

[Renon] Então, você acha que pelo fato de você ser uma pessoa trans, não teve nenhuma interferência no serviço que foi prestado...

[Jenny] Na minha vivência! Na minha vivência!

[Renon] Mas você já soube de outras...

[Jenny] Já soube de outras que, tipo, buscaram atendimentos e passaram por muitas violências. Então eu sei que eu não.

[Renon] Tanto no trato, quanto nessa questão...

[Jenny] Exatamente! É isso que eu digo: na minha vivência, na minha experiência, pelo que eu passei, pelo que eu precisei usar, eu fui bem atendida. Eu não posso avaliar o serviço como um bom atendimento, como um serviço de qualidade, porque com outras pessoas não foram.

[Renon] Não teve isso, né?!

[Jenny] Exatamente! Então, para mim, é péssimo.

[Renon] Você sente que a sua experiência foi um pouco individualizada, então?

[Jenny] Foi! Totalmente! Não é o que acontece.

[Renon] E mesmo quando os serviços foram prestados depois do seu?

[Jenny] Sim... Os que eu soube foram todos depois. Foram totalmente depois de mim.

[Renon] E o pessoal, tipo, já teve alguma mudança nesse...

[Jenny] Eu não sei, porque já faz tempo que eu não...

[Renon] Não tem um acesso?

[Jenny] Não tive acesso, então, eu estou sem saber com anda.

[Renon] Agora vamos passar pro próximo bloco de perguntas. Você quer fazer uma pausa?

[Jenny] Não! Pode seguir.

[Renon] É, vamos lá! Nessa segunda pergunta, eu quero saber um pouco de você, como você entende o movimento trans. Lembrando que você pode me interromper pra tirar dúvidas do que eu quero saber sobre essa pergunta...

[Jenny] Certo! Então, por que você quer saber essa pergunta?

[Renon] Essa daqui de “como eu entendo o movimento trans” eu quero que você me diga um pouco as formas que você entende que o movimento dialoga, dentro de que lógica ele se insere, aí, entenda lógica como, assim... A forma como o movimento se estrutura, como você entende isso, na concepção de Jenny, sobre o movimento trans.

[Jenny] Ok! Entrei em contato com a militância, primeiramente, foi através do movimento estudantil. Que foi o primeiro ponto. Foi o ponto de partida. Depois eu fiquei mais voltada para a militância LGBT. Aí, foi aí que eu percebi o que era o movimento trans dentro do grupo LGBT, e perceber que as pessoas que estão na militância elas tiveram certos processos que, de certo modo, podemos dizer que deram certos privilégios, então... Outras nem tanto, outras muito mais. No meu caso, muito mais. Tive muitos privilégios. Então não é o que acontece no comum. 99,9% dos casos, né?! Então eu abaixo a cabeça para essas meninas que não tem o que eu tive, que não puderam ter o que eu tive: acessos. Então eu tenho noção que sou privilegiada. Eu tenho um núcleo familiar que me apoia, de certo modo, que eu tenho uma rede de amigos, uma rede afetiva que me apoia e me dá suporte com tudo que eu precisar, que incluí, também, algumas pessoas da minha área profissional, então... Colegas de trabalho. Então eu sei que isso a grande maioria não tem. Então, por isso, que eu sempre pontuo: essa é uma visão do que aconteceu comigo e na minha vivência. Que no “normal” não é, né?! O que acontece.

[Renon] Isso aconteceu tanto antes de você se entender dentro do movimento, quanto já você dentro? Você também começou a estabelecer mais as suas conexões?

[Jenny] Porque, assim... Mesmo antes de assumir a transição, eu já participava da militância trans. Eu já compartilhava, eu já ajudava nos debates, em botar palestras pra isso. Então sempre educar as pessoas à minha volta, porque a gente precisa educá-las, sim. Então... Foi mais ou menos por aí que eu me percebi dentro da militância e entendo o que era militância. Porque, assim como no movimento feminista a gente trata com sororidade, eu digo que a gente tem que praticá-la e não apenas escrever sobre ou estudar sobre. O importante é... Eu digo que sororidade, pra mim, é quando a senhora está na ali na favela, vendendo a bala na porta da casa dela e vê a adolescente, a negra descendo, indo pra faculdade e ela pergunta: “Minha filha, tem dinheiro da passagem pra ir e pra voltar? Tem dinheiro do lanche?” Porque isso, pra mim, que é sororidade, assim como eu percebo a militância trans como um posicionamento. Só da gente estar aqui, viva, dentro de uma residência universitária, já é uma atitude política, já é... Meu corpo é político a todo momento, estar viva é ser política

[Renon] Acordar no dia seguinte...

[Jenny] Exatamente! Estar viva é o maior passo político que eu dou. Todos os dias! Não! O primeiro é estar viva, depois a gente vem pros privilégios que é poder andar na rua, dentro da faculdade...

[Renon] Estar na universidade...

[Jenny] Estar na universidade! Eu moro, estudo e trabalho na universidade, então, meus três pontos de base estão “protegidos”. Exatamente porque começa daí: eu sou uma travesti no ensino superior, e aí?

[Renon] Na universidade federal!

[Jenny] Exatamente! E na maior universidade federal da Bahia, então... Estar viva aqui é estar me posicionando politicamente. Então viver cada dia Jenny é lutar por outras vivências. Então estar viver é manter as outras vivas.

[Renon] A sua existência é o que, também, possibilita que outras também estejam vivas?

[Jenny] Exatamente! Porque quando eu fui a primeira trans a entrar na residência, entrei na representação, e foi um marco histórico, principalmente porque as residências eram, em sua grande maioria, de residentes masculinos, então... (Interrupção externa) Exatamente! “Xibiu” da Pablllo é um posicionamento político. Sério! É uma *dragqueen*, uma bixa preta, que, apesar de ter pele clara, é preta, ela está num clipe de um dos maiores produtores e compositores da indústria musical do

mundo. Então é, assim... É um posicionamento muito político. Ela pode! Pode me fazer a pergunta! Pode continuar!

[Renon] O próximo: Quais as reivindicações que são pautadas pelo movimento trans?

[Jenny] O primeiro é o de existir. Poder existir. Primeiro passo: poder viver. O primeiro é poder viver. Porque a primeira pauta das pessoas trans é essa. Eu não tinha noção de que a Bahia estava no *ranking*, agora, como primeiro estado mais violento do Brasil para pessoas trans, travestis no mundo. Então é saber que a gente está sobrevivendo, porque, por exemplo, toda vez que eu abro meu *face*, eu vejo um rosto de uma mulher ou homem trans assassinado. Sim, hoje eu vi dois. (Interrupção externa) Três? Já? Então depois me mostra, não vi esse, não. Então, assim, eu estou sempre vendo noticiário e conhecendo histórias de pessoas tanto trans quanto gays, lésbicas e bissexuais sendo... E mulheres sendo mortas todos os dias, principalmente mulheres, que a grande maioria das violências é contra as mulheres, sejam elas trans ou cis. Grande parte da violência mais... Que a gente considera desumana com as pessoas trans, mas ainda assim as mulheres cis passam por umas violências muito *hard*. (Interrupção externa) Não, eu sei! Mas eu digo, assim... Eu sei que é, mas eu digo, assim... A morte da população trans é a mais com marca de violência, marca de agressão, de tortura... A gente viu pessoas sendo empaladas. Em pleno século XXI, um assassinato com empalamento. Então é uma situação que a gente percebe que o crime de ódio é todo voltado, praticamente, para a comunidade trans. A gente tem o crime de intolerância contra alguns LGBT... Aí, eu falei, eu falei que... Os crimes são um pouco mais desumanos, eu falo da forma como os crimes são feitos, porque, por exemplo, claro que as mulheres são agredidas a qualquer momento da luz do dia, qualquer hora, mas as pessoas trans elas têm um... São assassinadas a qualquer hora do dia em público. Quando eu falo a qualquer hora do dia, são em espaços públicos, não estou falando de espaços privados que podem acontecer, estou falando de espaços públicos, onde tem pessoas ali, meio dia, vendo uma travesti sendo espancada até a morte e ninguém faz nada. Porque, assim... Hoje em dia, a gente pode dizer que o movimento de mulheres avançou muito. Então, quando uma mulher está sendo agredida na rua, o posicionamento está sendo bem... Muitos casos de, de que não existiam esses casos, antigamente, de apoio, principalmente quando eram relacionadas quando a vítima conhece, como: marido, irmão... As pessoas costumam não intervir, então eu percebo que está avançando um pouco. Mínimo. O mínimo do mínimo, mas está avançando. Então o que eu não vejo, por exemplo, quando tem violência com pessoas trans. O caso de Dandara foi, assim... Muito conversado, muito debatido, porque houve a filmagem, apesar de que existem várias filmagens. É comum filmar travestis sendo espancadas e sendo mortas, mas o de Dandara chocou, porque eram adolescentes, à luz do dia, na porta de um monte de pessoas que estavam ali olhando aquela cena e não fazendo nada. Então as pessoas, tipo, assim... As pessoas tentarem entender “Como assim? Como uma pessoa foi morta na frente de vocês e vocês nem ao menos chamaram a polícia, vocês fizeram? Vocês esperaram a pessoa ser assassinada totalmente pra poder chamar a polícia pra fazer alguma coisa?!” Foi isso que chocou. Não foi o fato da violência contra um corpo travestido, não foi isso. O que chocou não foi isso, porque as pessoas têm o corpo das travestis e das transgêneras como um uso de violência. É permitido aquele corpo ser um corpo violentado, então a qualquer momento... o que chocou Dandara não foi por ter sido espancada e ser morta, foi o fato de uma pessoa estar sendo assassinada na frente de um grupo de pessoas que estavam no momento de lazer e simplesmente não fizeram nada. Foi isso que chocou. É hipocrisia a gente dizer que as pessoas, muitas, se sensibilizaram com Dandara, não foi Dandara o fato, foi a revolta de como a violência está, hoje, nos nossos dias...

[Renon] Colocada como forma de fazer publicidade, né?

[Jenny] Exatamente! Grande parte das vezes é voltada, também, pra isso. Deu branco! É, tem a taxa de genocídio que é a maior do planeta. Porque a gente tem casos que não são contabilizados, porque não são tidos como casos de transfobia, porque as pessoas fazem daquele, tanto a mídia quanto as pessoas jurídicas, o Estado, é que são homens vestidos de mulher. Não são mulheres trans assassinadas, por exemplo, ou quando é o caso contrário não são homens trans, são lésbicas um pouco masculinizadas. E, ainda assim, somos o maior número no mundo. Porque a gente, por exemplo, entre 2014 a... entre 2013 a 2015, foram... Eu estou falando de quando eu entrei na militância, tinha um outro dado que era de 2013 a 2015, que falava que em torno de 1.200 pessoas tinham - 1.248 o número de pessoas - sido assassinadas aqui, no Brasil, por motivo de ódio, enquanto o México, que é o segundo colocado, tinham em torno de 580 pessoas.

[Renon] Que é menos no caso.

[Jenny] Que é menos da metade. Então... Então, a taxa de genocídio, é como Be falou: é a maior no mundo. (Interrupção externa). Exatamente! Quando eu falei no começo sobre privilégios, foi esse: um desses é poder andar na luz do dia. Estar na universidade é um dos maiores privilégios que a gente tá. Tem um... Tá participando da assistência estudantil sendo assistida pela universidade é um outro privilégio muito grande. (Interrupção externa) Exatamente! Não tinha, não existia, porque eu sou a primeira trans na residência, mas eu sou... Mas existiu, depois que eu me assumi trans, eu ainda nem tinha passado pelo processo, ainda, hormonal e social totalmente, mas eu já fui a primeira a assumir isso. Logo, em seguida, vêm as meninas que acessaram por outras bolsas, como bolsa alimentação... (Interrupção externa) Sim, mas logo depois... Quando eu falo, assim, que quando eu me assumi e depois tiveram as meninas que entraram pela... Como bolsa alimentação e bolsa moradia. E, aí, depois a Diega e a Jeise se assumiram dentro da residência.

[Renon] As meninas que são da Vitória, né?

[Jenny] Exatamente! Da R2. Agora elas estão no moradia. Bolsa tipo 2, que é auxílio moradia.

[Renon] Pra morar em outro lugar?!

[Jenny] Exatamente!

[Renon] Você me disse que essa era a primeira pauta. Poder existir.

[Jenny] Exatamente!

[Renon] Segunda, terceira, quarta, quinta... Me diga todas as reivindicações que você acredita que são possíveis.

[Jenny] Tá! Primeiro: poder existir. Segundo: ter acesso aos direitos mais básicos que o ser humano tem que ter, como a saúde, a educação... Então é uma pauta ser vista como uma pessoa que pode ser política, uma pessoa que participa da sociedade... Sim! Eu digo, primeiro, é ter esse acesso e, terceiro, é ser visível. Nos tornarmos visível na sociedade. Porque pra a sociedade a gente não existe, legalmente. Não somos, legalmente, pessoas existentes. Então essa é a terceira pauta. A quarta pauta é ter acesso a uma rede afetiva, somos “negado” isso. A grande maioria... Por isso, que eu digo que sou privilegiada, não aconteceu comigo isso, mas acontece na grande maioria. As meninas são expulsas, espancadas em casa por esse marcador social delas, que é ser uma pessoa trans ou os meninos (trans), também. Porque, aí, tem um fato que é bizarro, que os meninos são muito estuprados, que tem um termo que eu odeio, que existe, né?! Que é o termo “estupro é corretivo”, que é feito. Estupra-se a pessoa que tem, muitas vezes, o órgão genital feminino, tido como do aparelho reprodutor feminino, que é o “xibiu”. Mas, é. O fato de uma pessoa ter uma buceta é como se desse a permissão para que aquela pessoa seja estuprada, para que se tenha essa correção feita social, nela. Então é bizarro o número de casos, porque poucos casos de violência contra mulheres trans, travestis tem o abuso sexual. Tem grande parte, mas em comparação com os homens trans... Não! Mas eu estou fazendo comparação com o que acontece com os homens trans. O grande... Os homens trans, em todas as violências, tipo, 99,9% dos casos, eles sofrem estupro, antes do assassinato. Em alguns casos, agora que eu vou falar, que são grandes casos de travestis que são estupradas depois do assassinato. Eu não tinha noção disso, até uma palestrante me dizer isso. Eu falei assim: “Como assim?” Mas, é o que estou dizendo: é que... Da violência, do assassinato. Eu estou falando do assassinato dos homens trans. 99,9% dos assassinatos dos homens trans inclui violência sexual antes da morte.

[Renon] E você acha que para as mulheres trans e travestis não ocorre do mesmo jeito?

[Jenny] Não! Ocorre, mas não é a grande maioria das mulheres trans que são estupradas antes do assassinato. Entende? Existe muito caso de estupro de mulheres trans, mas não na mesma... No momento do assassinato, entende? É essa a diferença. É o quanto o fato... Ter algo que é tido na sociedade como feminino marca violência. Pelo fato de ter uma buceta, que é dita como algo feminino, é a válvula de maior violência. Pode ter uma aparência masculina, mas, ainda assim, a buceta é algo que vai trazer um pensamento sexual para aquela pessoa. Mas pelo fato de ser um...

De ser uma buceta e ser algo sexual, entende? Isso, também, é uma construção da nossa sociedade através do, por exemplo, pega a pornografia, como exemplo. Pornografia, em toda pornografia é incentivada a violência. Toda pornografia. E grande parte é contra pessoas menores de idade. Então, assim... Isso tudo influencia no pensamento coletivo que resulta nessas violências físicas, como os assassinatos que a gente vê aí. Então a gente está na capital mais violenta contra pessoas trans e travestis no mundo. Não! Eu digo que São Paulo é a capital. É, mas, aqui, a grande parte da violência contra pessoas trans é em cidades do interior, principalmente as que têm menos acessos à políticas públicas.

[Renon] Tem mais alguma reivindicação que você acha que não chegou a...

[Jenny] Tem a representação, a visibilidade, porque a gente, ainda, não tem como deveria ser.

[Renon] Representação em que termos?

[Jenny] Representação midiática, por exemplo. Representação política. A gente não tem, também. Então... Na educação. Então a gente não existe nesses espaços. A gente não tem essa visibilidade. Então... E, ainda, tem uma outra pauta, que eu acho importante, que é o direito de sermos amadas. Somos negadas a isso.

[Renon] Direito de...

[Jenny] Ser amados e amadas. Pessoas trans são tidas como objetos sexuais de uso das pessoas cis. (Interrupção externa sobre Jenny ter um namorado). Não é o comum, não é o que ocorre, não é o que acontece normalmente. Por isso que eu falo o tempo todo: minha vivência é privilegiada. Minha vivência é, totalmente, privilegiada. Eu tenho muitos privilégios que a grande maioria não tem. Então eu tenho que ter noção de dizer isso a todo momento. Porque eu dizer que estou namorando e que estou na faculdade, que estou dentro de uma residência, que eu nunca passei por uma violência dentro da faculdade ou violência institucional, que todos os meus fatores, tipo, assim... Que passo despercebida por grande parte dos lugares... Isso é um privilégio. Eu tenho que dizer que tenho e que isso não ocorre normalmente. O que acontece normalmente é muito violento e que eu não tenho. Não tenho essa experiência. Então é um privilégio não ser violentada, em alguns pontos.

[Renon] Mas, ainda assim, você vê que isso acontece pra... É... Você acha que essas reivindicações que você coloca, elas estão homogêneas pra todo o movimento?

[Jenny] Pra todo o movimento! A gente luta pelo direito de viver. Estar vivo... Quando eu falo que estar viva é um posicionamento político, é isso. É, por exemplo, ver uma Paulete Furacão, aqui, dentro do governo público, tratando de pautas públicas de saúde da comunidade trans. Uma mulher negra, uma travesti, do interior, da região... Como chama? Da região... periférica! Ela vindo da periferia, ali, e sendo do Nordeste de Amaralina. (Interrupção externa) Que apesar de que eu tenho esse privilégio, de poder ter a possibilidade de sair aí, eu ainda tenho esse medo. A "passibilidade" não nos garante um colete de visibilidade 100%. Então, em algum momento, eu posso estar na rua e ser assassinada. Então essa... é um medo constante. (Interrupção externa) Ou, se as pessoas marcarem encontro só pra saber se a gente é pessoas trans, e nos violentarem. Existe muito. A gente é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, que mais violenta pessoas trans e travestis no mundo, e é o país que mais consome pornô trans e travesti no mundo. Mas só quem chega quase perto da gente é a Arábia Saudita, mas o Brasil é o país... (Interrupção externa).

[Renon] Você acha que essas reivindicações tem sido exploradas dentro de que frentes de atuação, em termos assim, por exemplo, uma frente de atuação política, uma frente de atuação jurídica, uma frente de atuação legislativa?

[Jenny] Política!

[Renon] Sempre política?

[Jenny] Sempre política! Pela gente, por nós mesmas.

[Renon] Tentando se organizar de quais formas pra poder formar essas frentes de atuação?

[Jenny] A gente tem essas associações, o ANTRA, e tem uma outra aí, acho que é... ATRAS. Tenho no *Facebook* esse grupo, tô tentando lembrar a sigla, mas, enfim... A gente tem essas políticas que se voltam para as políticas públicas de saúde para pessoas trans.

[Renon] E os coletivos?

[Jenny] Grande parte dos coletivos LGBTs, eles estão iniciando esse processo de incluir a pauta trans, que antigamente não existia. Éramos totalmente invisibilizadas dentro do movimento. Grande parte de gays e lésbicas que praticam esse preconceito dentro do movimento. São pessoas que tentam deslegitimar nossa vivência e nossa existência, e que acreditam que essa pauta, no movimento LGBT, é desnecessária. Então a gente já começa a trabalhar daí. Então, a partir daí, vão se criando outros grupos especializados, até ter os núcleos, como tem o do Nordeste de Amaralina, que é a associação com o nome de uma trans que foi assassinada em 2004, que agora não vou lembrar o nome dela, e que foi a partir do assassinato dela que se precisou fundar uma associação. Então, é isso que digo: tem muitos grupos... (Interrupção externa) É... O Coletivo Dandara!

[Renon] O Coletivo Dandara é de que...

[Jenny] O Coletivo Dandara é... Mas tem um outro... Uma coisa voltada pra Dandara, fica aqui pra baixo, no sudeste... Acho que em São Paulo. Acho que é o da Lei, pra um projeto de lei "Dandara dos Santos". É... tem um grupo Dandara voltado pra criminalizar... (Interrupção externa) Mas é porque já existe um projeto de lei que criminaliza a LGBTfobia. Esse outro é específico, voltado para as necessidades urgentes das pessoas trans e travestis que é o projeto de lei "Dandara dos Santos".

[Renon] E como é que você vê essa reivindicação de lei?

[Jenny] Eu vejo como o mínimo que a sociedade pode fazer pela nossa população, sabendo que é a população, que é o país que mais mata, voltada pra esses corpos que mais sexualiza, ou seja, é o mínimo possível que um tipo de retratação poderia ser feita, agora, nesse momento.

[Renon] Você acha que surtiria algum efeito, assim, realmente?

[Jenny] Sim! Porque a gente sabe que o racismo não pode deixar de existir no Brasil, quando a lei antirracismo foi aprovada, mas a gente sabe que isso foi um fator importante para barrar as primeiras violências que acontecem no dia a dia, que eram muito comum, porque as pessoas, hoje, têm vergonha de se assumirem racistas, elas falam: "não sou racista, mas..." Destila o racismo de várias formas, então a gente vê que isso dá um bloqueio. Que diminuiu um pouco dessa violência, por exemplo, verbal, no dia a dia, com as pessoas negras, por exemplo. (Interrupção externa) Institucionalmente, as medidas cabíveis para aquela situação... Exatamente! Para que as pessoas sejam presas, punidas, então... Também, tem essa garantia.

[Renon] Inclusive reconhecendo que é pela questão de raça, né?

[Jenny] Exatamente! Que seja reconhecida pela violência que é voltada, no caso, de raça, e, no nosso caso, é de gênero. De identidade de gênero. Quando ocorre uma violência dessa... A gente não tem nada garantido, por exemplo, na Lei Maria da Penha, hoje, em alguns lugares do Brasil, a Lei Maria da Penha, ela abarca as mulheres trans, por exemplo, que não existe em outras cidades. (Interrupção externa) Não, mas é o atendimento, que eu falo, é o inicial. O atendimento na delegacia, por exemplo, na DEAM. Eu sei, é o que eu tô dizendo, na grande maioria das cidades... Que tem política voltada pra população – política pública – tem, eles identificam como violência com trans como violência contra mulher, por exemplo. Que em outras cidades, por exemplo, do interior, por aí, não tem. Não existe.

[Renon]: Jenny, só pra encerrar... Eu queria saber se você queria fazer mais algum comentário, falar mais alguma coisa que porventura não tenha falado e que você gostaria de colocar? Essa parte é pra você falar o que quiser falar.

[Jenny] Primeiro, falar pra que... Uma das coisas mais importantes que as pessoas cis podem ter é o reconhecimento do seu privilégio, de poder viver e existir. Então reconheça que você tem esse

privilégio. Reconheça os privilégios que você tem em torno da sociedade, que você tem direito à família, que você tem direito ao mercado de trabalho, que você tem direito à escola e ao ensino, no geral. Então... Direito de amar e ser amada. Então a gente tem que ter noção de que isso ocorre e que é preciso haver um reparo, aí. Então, pra isso, eu peço que as pessoas sejam mais empáticas, enxerguem o outro não apenas como um pedaço de carne, ou um número existente, mas ser reconhecida como uma pessoa, entendeu? No mínimo, ter esse reconhecimento pelas pessoas cis. A grande maioria... Grande maioria, não... A grande maioria das pessoas cis, não. Mas a grande parte das pessoas que não têm acesso a esse debate. São todas que não têm acesso a esse debate que mantém essas violências. É muito comum... Pessoas que continuam na ignorância, na violência, no preconceito. Mas, a grande parte das pessoas, que poderiam ter sido evitadas se tivessem uma política pública, no mínimo de debate sobre. Eu digo que eu tenho zero paciência com violência contra pessoas trans e travestis. Não consigo pensar: "Ah, mas..." Tá. Entendo que aquelas crianças não tiveram acesso a vários debates políticos e não tiveram acessos a certos serviços de... públicos, de órgãos públicos, então, estão condicionados na violência, que a violência é parte do discurso dessas pessoas, da realidade delas. Então são ferramentas que elas usam. Eu tenho que entender isso, mas eu não consigo me sensibilizar com as pessoas que praticam as violências contra pessoas trans e travestis. Não consigo. Eu posso entender. Pra mim, explica, mas não justifica. É isso, essa é a minha raiva.

por escárnios, porradas e ameaças definem essa fase. Por conta disso tudo sempre tive poucos amigos, minhas turmas quase sempre me excluía dos trabalhos e dos momentos de lazer. Me tornei emocionalmente fechada e dificilmente conseguia entrar em relacionamentos amorosos. Terminar os estudos foi um alívio e também uma vitória. A partir daí fui conhecendo outras pessoas, entrei no mundo otaku, depois no cenário do rock, comecei a expor meus trabalhos artísticos e me tornei popular repentinamente. Aqui minha vida dá uma reviravolta monstruosa e que até hoje não sei explicar direito como se deu. E aqui também percebo que a categoria "viado" não dá conta de explicar a complexidade da minha existência. Quem eu era e as violências que eu sofria não eram marcadas exclusivamente pelos meus interesses sexuais sem, antes, serem identificados pela minha transgressão do gênero designado no meu nascimento. Aqui me descubro trans, ou melhor, descubro que trans é o verdadeiro nome daquilo que sempre fui. E quando percebo que posso ser como sou, apesar dos pesares, me jogo nos rituais de transição, os quais ainda se desenrolam. Assim entro na universidade já com essa consciência e engajada em movimentos sociais e transativismos, porém apenas no terceiro semestre a minha leitura social como travesti aparece. Já não tinha como esconder ou mesmo por que esconder. E aparecem também os conflitos ideológicos, as violências mascaradas de conflitos ideológicos e as dificuldades de me fazer entender para um novo sistema, a academia. Não tenho o dissabor de enfrentar a cansativa luta pelo respeito ao nome social porque não me incomoda com meu nome de batismo. Até o momento "Yuri" não me desconforta. Gosto, até. Muito. Penso que generificamos coisas demais. Tudo tem que ter um gênero. Nome é nome. Meu nome é Yuri e eu sou transgênera. Lidem com isso, pois eu já aprendi a lidar. No entanto, essa é a minha experiência subjetiva em relação ao meu nome. Algumas pessoas trans enfrentam dificuldades outras justamente por conta da resistência em respeitar o nome social ou mesmo efetuar a retificação dos documentos. Resistência vinda das instituições.

[Renon] Esses conflitos ideológicos e violências que você passou aqui na UFBA já partiram, igualmente, de colegas, professores, servidores, funcionários?

[Yuretta] Colegas constantemente. Inclusive e sobretudo os que se pretendem progressistas mas não sabem lidar com questões trans. Já fui convidada a me retirar de "espaços exclusivos". Rodas de conversas militantes, por exemplo.

[Renon] Como assim? “:o”

[Yuretta] Em nome de uma corrente ideológica que se pretende "materialista" e "radical". RSRRSRS

[Renon] KKKKKKKKKKKKKKKKKKK

[Yuretta] Risos. Professores não me incomodam tanto, os do BI então, nossa, super acolhedores e politizados.

[Renon] Todas suas aulas são concentradas no campus de Ondina, né?

[Yuretta] Não, eu pego matérias de diversos cursos. Maioria do curso de gênero e música. Mas também letras, dança, teatro, administração.

[Renon] E você sente alguma diferença de campus para campus?

[Yuretta] Só que desde que minha identidade de gênero se materializou em meu corpo e expressão, tenho focado no BI e nas matérias de Gênero. Sinto, claro. Em Administração, por exemplo, hoje em dia eu jamais pegaria matéria. Me sentiria completamente deslocada.

[Renon] É um ambiente bem complicado, né? Direito fica ali perto.

[Yuretta] Muito. E sinto que não sou inteligível nesses espaços. Não dá pra me explicar com quem vem do zero, totalmente revestido pelos juízos de valor do senso comum que dizem que gênero é sexo e sexo é genitália. Eu tenho preguiça. Já passei muito tempo falando sobre isso, hoje eu simplesmente quero existir sem ter que me justificar.

[Renon] !

[Yuretta] Tenho utilizado minha música e minha poesia como forma de protesto porque dessa forma digo mais e melhor do que qualquer palestra ou textão e assim vou fazendo a minha parte no avanço das discussões. Mas já não tenho a mesma força para ficar me explicando toda hora pra todo mundo, meio que como para explicar por que sou humana e mereço respeito. Hehehehe

[Renon] Poxa, eu quero poder ver um trabalho seu. Próximas vezes que você for expor, me fala, quero poder prestigiar sua arte.

[Yuretta] Dia nove estarei no projeto De Transs Pra Frente abrindo a roda de diálogos sobre Despatologização das Identidades Trans. Farei uma número pequeno envolvendo música e poesia.

[Renon] Pera que eu vou marcar aqui na agenda desde já.

[Yuretta] Apareça.

[Renon] Vou sim! Toda vez eu vejo a chamada do De Transs Pra Frente e sempre acontece de eu ter algum compromisso no dia, é incrível. Dessa vez, não falto por nada. Marquei mesmo na agenda.

[Yuretta] https://www.facebook.com/events/702166923308810/?active_tab=discussion

[Renon] “<3” Brigado “<3”. Bote fé que minha presença tá garantida lá. Tinha outro compromisso, mas prioridade, né não.

[Yuretta] Será uma honra! “<3”

[Renon] “(:” Yuretta, agora eu vou entrar no bloco das perguntas da entrevista.

[Yuretta] Certo. Tentarei ser menos prolixa. EIHAEUIOEHUHEAUEAIHAIUHEIEA

[Renon] A primeira pergunta que eu quero te fazer é: você já fez uso de algum serviço e/ou utilizou algum espaço de atendimento, dentro da universidade, em razão de ser pessoa trans? (Por favor, nada de ser menos prolixa, sua expressividade é maravilhosa e você escreve de um jeito tão gostoso de ler)

[Yuretta] Ainda não. Estou no processo ainda e entendendo como melhor utilizar esses serviços. Outro privilégio que tenho é não me importar muito com pronomes de tratamento. Embora tenha adotado o feminino, pouco me importa se as pessoas vão utilizá-lo. Gênero não me pega mais. A luta pelo respeito ao nome e pronomes, por exemplo, não tenho, diferente de algumas amigas que precisam reivindicar esses direitos em diversos setores da universidade. Ouvei boatos sobre o ambulatório trans do Hospital das Clínicas, esse sim me interessa, porque iniciei minha hormonização esse mês por conta própria, totalmente desassistida, mas é a vida, né. Ou a gente faz e morre ou não faz e morre.

[Renon] Então você nunca acessou nenhum serviço ou espaço de atendimento, mesmo fora da universidade?

[Yuretta] Se a situação continuar desandando aqui em casa por conta dos conflitos com meu pai por conta da minha identidade de gênero, talvez eu precise procurar a PROAI para achar uma maneira de sobreviver, mas prefiro pensar que não chegarei a esse ponto. Porque certamente dependeria das ruas de qualquer forma. “xD” Fora da Universidade eu comecei a ir ao CEDAP esses dias. Lá tem uma equipe de psicólogos que fazem consultas gratuitas e dão o tal do laudo necessário para o processo transexualizador.

[Renon] E comé que você visualiza esse serviço que você teve no CEDAP? Comé que você avalia?

[Yuretta] Maravilhoso, apesar de burocrático. A equipe é muito bem treinada, sabe lidar e tratar pessoas trans em sua multiplicidade. Homens e mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias encontram lá um espaço de conforto e acolhimento, além da esperança de um acompanhamento profissional. Porém é burocrático como em qualquer outro espaço. Temos que ter laudo, mas pra ter laudo temos que passar por um assistente social que fará uma entrevista, uma cadastro e lhe

direcionará. E precisamos do laudo para termos atendimento com endocrinologista. E esse laudo é uma pessoa cis que vai atestar que você é trans de verdade. E é preciso dessa confirmação cis para que você, trans, tenha acesso ao médico que vai te dar acesso ao medicamento.

[Renon] Isso dentro da própria estrutura do CEDAP?

[Yuretta] Minha expectativa de vida é 35 anos, não tenho tempo. “xD” Comecei por conta própria. Sim, mas também dentro de qualquer estrutura brasileira entre as poucas que oferecem ambulatório trans. Existe uma portaria que barra qualquer tratamento ou acompanhamento sem passar por essas etapas. A equipe do CEDAP está lutando para democratizar e desburocratizar cada vez mais tudo isso, mas é uma luta difícil.

[Renon] Entendi. Tem algum outro serviço e/ou espaço de atendimento que, mesmo que você não tenha utilizado, Yuretta, você conheça?

[Yuretta] Existe um grupo chamado Famílias Pela Diversidade que conta com uma equipe de médicos, psicólogos, advogados e professores que fazem muitos trabalhos de conscientização, apoio e atendimento a pessoas trans.

[Renon] Aqui em Salvador?

[Yuretta] Sim. É um grupo formado por familiares de pessoas LGBT'S, sobretudo mães de pessoas trans. Aliás, é o que mais tem.

[Renon] Que bala, não conhecia.

[Yuretta] E por isso questões trans são discutidas com frequência.

[Renon] Onde que fica a sede?

[Yuretta] Através desse grupo que uma amiga travesti que veio do Paraná para a UFBA conseguiu um acolhimento, já que a PROAE demorou para conceder um espaço da residência para ela. Acho que até hoje não saiu a resolução, por falar nisso. Eaouiehueieiao. Não sei dizer, só conheço o grupo pelas redes sociais. Minha mãe faz parte, posso procurar me informar melhor.

[Renon] Eu achei uma proposta bem interessante e eu não conhecia mesmo, eu já tinha ouvido falar do Mães pela Diversidade. Eu até tô aqui no grupo do facebook.

[Yuretta] O Mães é o grupo nacional. Famílias pela Diversidade é o antigo "Mães pela Diversidade" de Salvador que se modificou e se desvinculou do grupo nacional após dissidências ideológicas. <https://www.facebook.com/familiaspela Diversidade/>

[Renon] Opa, vò pedir pra entrar no grupo.

[Yuretta] É maravilhoso. Talvez demorem para responder porque o marido da presidenta Inês faleceu ontem e foi enterrado hoje. O grupo entrou em luto e suspendeu as atividades.

[Renon] Nossa, que notícia. “):”

[Yuretta] “:!”

[Renon] Tava aqui animado: vem esse baque.

[Yuretta] É. “:!”

[Renon] Que droga.

[Yuretta] Não sei lidar com a morte.

[Renon] Nossa, é uma coisa bem difícil pra mim também.

[Yuretta] Mal aprendi a lidar com a vida, aliás.

[Renon] Não sei se você já perdeu alguma pessoa do seu círculo, mas é bem complicado.

[Yuretta] Perdi muitas, mas tenho poucas que me farão verdadeira falta e estas ainda estão por aqui.

[Renon] “:~” E que continuem ainda por aqui contigo.

[Yuretta] “:/”

[Renon] Por muito muito tempo.

[Yuretta] “:)”

[Renon] Deixa eu te fazer só mais uma pergunta sobre o serviço que você utilizou no CEDAP, que foi o único que você já acessou, até o momento. Você destacou que o pessoal te atendeu de uma forma muito boa e a equipe era bem preparada. em algum momento, com alguma pessoa específica, em algum atendimento específico, você sentiu interferência no acesso ao serviço, por ser pessoa trans, Yuretta? Teve algo que te incomodou?

[Yuretta] Em momento algum. Da recepção aos profissionais de saúde, tudo muito bem feito.

[Renon] Poxa, que bom mesmo ler isso.

[Yuretta] Inclusive no trato de pautas comumente invisibilizadas ou mal compreendidas, como as das pessoas não-binárias. A maioria dos espaços se limitam a atender a hegemonia "Travesti x Transexual", isso quando incluem as travestis. O CEDAP atende a todos e tem inclusive mais homens trans que mulheres. Fiquei muito contente ao ver isso.

[Renon] Eu tô surpreso, eu não sabia mesmo que era assim. Esse atendimento no CEDAP é específico para pessoas trans, certo?

[Yuretta] Bem, ainda não passei pela endocrinologista, conheci apenas o assistente social e o psicólogo, fase 1 e 2 do processo. Hehehehe. Sim.

[Renon] Tem um espaço de atendimento exclusivo, ou acontece no mesmo espaço de atendimento a pessoas cis?

[Yuretta] Não vi pessoas cis compartilhando dos mesmos espaços, mas não sei informar, talvez tenha sido situacional. A equipe, que eu sei, é treinada especificamente para lidar com pessoas trans.

[Renon] Hm... Entendi. O CEDAP fica no garçaria? Eu lembro do meu irmão comentando sobre.

[Yuretta] Sim.

[Renon] E existe alguma divulgação desse serviço? De que forma você ficou sabendo?

[Yuretta] Vejo divulgação pelas redes sociais, principalmente quando marcam rodas de diálogos. Conheci através de pessoas trans que já são atendidas. Acho que quase todas as trans de Salvador pelo menos já ouviram falar do CEDAP, mas o ambulatório é muito recente. Lembro de ter ido há dois meses e eles ainda não estavam oferecendo todos os serviços.

[Renon] O ambulatório é o local do atendimento que você tá me falando, dentro do CEDAP?

[Yuretta] Somente há algumas semanas me adicionaram ao grupo do whats e informaram que estão ampliando os serviços. Ao que tudo indica teremos acesso aos medicamentos, não sei bem.

[Renon] Porque você me falou antes sobre um ambulatório no hospital das clínicas, só pr'eu não me confundir.

[Yuretta] Espero que sim, porque gasto fodendos 90 reais por mês com remédios. Comprando tudo genérico. Eaiiheiheihe

[Renon] Porra, é um gasto enorme. "D="

[Yuretta] Sim, esse é o ambulatório do CEDAP. O Das Clínicas pra mim nunca deixou de ser lenda. Li uma ou duas matérias, mas nada além disso.

[Renon] Uhum! No CEDAP tem alguma espécie de atendimento de parte jurídica, Yuretta? Caso a pessoa demanda algum acompanhamento dessa espécie...

[Yuretta] Sim. Conversaram comigo algo sobre a carteira do nome social. Li algo sobre retificação de documentos também. Mas não são questões que me incomodam no momento. Minhas urgências são outras. Tô chutando tudo isso pro futuro, o que mais me incomoda é o tratamento hormonal que faço só. "xD" E que demorei pra fazer, por sinal. Comecei agora. 24 anos. Triste. Por sorte sempre fui andróginazinha.

[Renon] Hahahaha. Eu boto fé. Yuretta, agora eu queria saber um pouco sobre como você entende o movimento trans.

[Yuretta] Vamos lá.

[Renon] (Tô esperando, desde já, mais textão <3)

[Yuretta] EHAIEHAIUEHAIUEHAUHEIEHIAHIIHIAHIAHIAHAEH. Não sei se tenho muito a falar do movimento trans, antigamente eu vivia mais no mundo da militância, hoje tô mais tranquila no meu ativismo solitário. O que não abro mão é de criar redes de afetos com pessoas trans mundo afora.

[Renon] E por que você acabou optando por um ativismo mais solitário? Eu realmente queria entender como você visualiza o movimento e essa chegada à concepção de um ativismo solitário.

[Yuretta] Porque cansei do umbiguismo dos grupos e movimentos. Atualmente só tem um que não me decepciona, é o Manifesto Transgente, encabeçado pela Letícia Lanz. As pessoas ainda não estão preparadas para se desapegar das normas de gênero.

[Renon] Me fala um pouco mais sobre o Manifesto Transgente "^^".

[Yuretta] O lema do manifesto é não lutar por identidades, mas por direitos. Eu penso que uma luta identitária ainda se faz necessária, porém a proposta do grupo é muito mais que isso. Ele não trata o "T" da sopinha de letrinhas como de Transexual ou de Travesti. Mas "T" de Transgênero. E Transgênero é um termo guarda-chuva que abarca todas as milhares de trans identidades, binárias e não binárias, mundo e tempo afora. É a abordagem menos excludente dentre todas que tive o prazer de conhecer.

[Renon] A Letícia é daqui de Salvador também?

[Yuretta] Não. Curitiba. Já deu palestra na UFBA. Eu ainda não era aluna na época. Enfim. Mas o transativismo enquanto corrente filosófica é de extrema importância, que fique bem entendido. Porque ele tensiona justamente o cisativismo, que nada mais é que o ativismo que enfrenta o gênero até o momento em que gênero define apenas experiências e problemas de pessoas cisgêneras.

[Renon] Na compreensão da sua militância, um pouco fora da lógica do movimento, pelas questões que você me colocou. Quais reivindicações você entende serem pautadas pelo movimento trans?

[Yuretta] É uma ruptura fundamental para qualquer debate porque não se pode falar de gênero sem falar de sua transgressão, até porque, pela lógica da construção das identidades através da diferença, só existe o cis porque existe o trans. Só existe a normalidade porque existe a anormalidade. Já conhecemos tudo que é considerado desvio. O que o transativismo faz é nomear o sujeito não marcado. A cisgeneridade. Assim como o ativismo gay marcou a heterossexualidade, o

ativismo negro marcou a branquitude e assim vamos provando que o problema se encontra muitas vezes no ponto de partida que adotamos, a epistemologia que utilizamos para ler os fenômenos, etc. Reivindicações Trans na maioria dos grupos se resumem a pautas de travestis e transexuais. Retificação de documentos, empregabilidade, acesso a saúde, educação e trabalho, etc. Acompanhamento jurídico e médico. E conscientização acerca dessas duas identidades. Despatologização das identidades trans talvez seja a tecla mais batida. Bem como a questão da prostituição compulsória e o combate à transfobia que diariamente extermina travestis e transexuais por serem as identidades mais expostas à vulnerabilidade social por conta do histórico de marginalização, principalmente em relação às travestis.

[Renon] Você acha que essas pautas são homogêneas dentro do movimento?

[Yuretta] Acho que existe uma hegemonia sim. O que não significa que as pessoas se importem apenas com isso. Mas é o que chega. O que vai e o que chega para as pessoas. Dia da visibilidade trans aqui é dia da visibilidade de travestis e transexuais. O problema não é ser dia da visibilidade de travestis e transexuais, mas apenas de travestis e transexuais. Percebe?

[Renon] Eu tô entendendo o que você tá colocando.

[Yuretta] Por sorte, falando de Salvador (quando falo "aqui", me refiro ao Brasil de modo geral), existe um grupo de homens trans e pessoas não-binárias muito forte que estão reivindicando tomadas de espaços. E isso tem tensionado o dispositivo binário de gênero cada vez mais. Minha luta é anti-binarista em primeira instância.

[Renon] Quando você falou da existência de uma hegemonia, foi em referência à questão de serem abordadas apenas identidades travestis e transexuais pelo movimento?

[Yuretta] Porque eu acredito que o gênero é uma camisa de força, como ilustrou Butler e demais nomes dos feminismos pós-estruturalistas. Porém o que torna essa experiência angustiante é o dispositivo binário, que enquadra toda uma diversidade de corpos e subjetividades em apenas duas categorias intransponíveis. E como minha luta é anti-binarista, encontro resistência dentro de movimentos sociais trans que não se interessam em tensionar esse dispositivo. "Quando você falou da existência de uma hegemonia, foi em referência à questão de serem abordadas apenas identidades travestis e transexuais pelo movimento?" Sim.

[Renon] Na sua perspectiva, então, você acha que as reivindicações do movimento estão colocadas para todas as pessoas trans, de forma equivalente?

[Yuretta] Se inscrever no sistema para sobreviver faz parte do processo de negociação quando o enfrentamento já não é alternativa. Eu sinceramente entendo quem foca seus esforços apenas ao que convém à sua vivência. De coração, entendo. Mas sigo fazendo a minha parte voltando meu olhar para outras possibilidades. "Na sua perspectiva, então, você acha que as reivindicações do movimento estão colocadas para todas as pessoas trans, de forma equivalente?" Não. Existem as trans-identidades que são invisibilizadas dentro do próprio movimento.

[Renon] Como assim?

[Yuretta] Quantas pautas de pessoas gênero-fluido você já tomou conhecimento nos movimentos LGBT? Ou de bigêneros? Ou de agêneros? Aliás, sabia que essas identidades existiam? E quando as pessoas trans são também intersexo, como o movimento interpreta esses corpos por uma lógica de análise binária, dicotômica?

[Renon] A existência das identidades eu já tinha noção, mas as pautas específicas realmente não conheço.

[Yuretta] Não tem voz lá dentro, bb. Ou é travesti ou é transexual.

[Renon] Tô bem surpreso com isso.

[Yuretta] E a transexual se for mulher, porque homem trans sofre um puta silenciamento. A sociedade está tomando CONHECIMENTO da identidade transmasculina agora por conta da novelinha.

[Renon] Não fazia ideia.

[Yuretta] Antes era tudo sapatão. Assim como a travesti até hoje é a "bicha mais afetada" perante a sociedade. Hoje o movimento social já interpreta essa trans-identidade genuinamente brasileira como transgênera. Aliás, uma identidade que no nascimento tensionava a dualidade de gênero conquanto afirmava: "Não sou homem, nem mulher, sou travesti", apesar de reivindicar a figura social feminina. Assim como as muxes no México. Os dois-espíritos indígenas. Que muitos chamam de berdache, mas li em algum canto que berdache era ofensivo, equivalente a "traveco" para as nossas travestis. Enfim, são identidades trans que rompem a lógica masculino-feminino que conhecemos através do sistema binário de gênero. Enquadrá-las nessas caixinhas de transexualidade é atitude colonizadora. Um atentado, eu diria.

[Renon] Você tá me dando cada letra massa, viu? Porque tem muita coisa que você tá falando, eu diria que quase tudo, basicamente, que eu não fazia ideia e tô ficando aqui até sem saber o que dizer, direito.

[Yuretta] "<3"

[Renon] Real!

[Yuretta] Tô jogando no ar. Eaeioieihahaihueihuhe. Faz tempo que não converso sobre isso.

[Renon] Tanto que eu não consigo interromper você e fazer outras perguntas, porque você vai falando e eu vou achando cada vez mais interessante. Ai eu fico aqui só lendo mermo.

[Yuretta] Eu simplesmente cansei e deixei pra lá tudo. Vez ou outra teço comentários sobre questões de gênero, mas ando cansada. Deixo rolar.

[Renon] Eu só tenho mais uma pergunta, Yuretta, pra gente fechar a entrevista, que tem relação ainda com a questão das reivindicações.

[Yuretta] Vamos lá!

[Renon] Você acha que essas reivindicações têm sido exploradas em que frentes de atuação (política, jurídica, legislativa...)?

[Yuretta] Olha, se tem algo que não posso reclamar é da competência da militância trans em pressionar esses setores. Com muito custo já temos representatividade, nossas pautas entram em discussão, só não são reconhecidas. Tenho visto conquistas inimagináveis a duas décadas atrás. Pessoa trans mudando nome CIVIL? Isso é fantástico. Pena que é raríssimo de acontecer.

[Renon] Você acha então que as reivindicações são exploradas em todas as frentes de atuação possíveis?

[Yuretta] Sim. O sistema que é viciado e não permite grandes diálogos, mas a pressão existe.

[Renon] Captei, captei.

[Yuretta] "🙂"

[Renon] Yuretta, eram essas as perguntas da entrevista mesmo! Eu tô muito feliz com a forma que a gente desenvolveu, eu confesso que fiquei receoso com a questão de fazer a entrevista pela via escrita, mas sua expressividade excedeu qualquer expectativa que eu tinha. E ainda bem que a gente acabou fazendo por essa via, mesmo que eu tivesse vontade de ter o contato pessoal.

[Yuretta] Ah, que bom que gostou. Eu que agradeço por toda a compreensão. Não teria dito metade se tivesse que falar. “:~”

[Renon] Eu queria abrir um espaço para você fazer comentários, pra você colocar algo que, por um acaso, você não tenha falado, seja porque as perguntas não deram brecha para tanto, seja porque não surgiu oportunidade para.

[Yuretta] Acho que falamos de tudo. Penso que qualquer movimento que luta contra o gênero enquanto dispositivo de controle social precisa se abrir para todos os desdobramentos da problemática. A transgeneridade é uma delas, quando percebemos que as categorias não oprimem apenas pessoas cis, em especial mulheres cis. Dentro da transgeneridade, entender que o binarismo precisa ser superado, o que não significa apagar identidades consideradas binárias, mas ampliar o olhar e o abraço para as que não se sentem contempladas. E pensar principalmente em vias práticas de reformar esse sistema para que ele se torne cada vez menos excludente - porque, francamente, não acredito que sejamos capazes de abolir gênero, nem se é necessário, mas deixo quem acredita tentar abolir. Hehehehe.

APÊNDICE C – Entrevista Be Brustolim

[Renon] Você chegou a entrar na UFRGS em algum momento? Porque você é do sul, né!?

[Be] Que UFRGS?

[Renon] Na UFRGS... Na UFRGS.

[Be] O que é UFRGS?

[Renon] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[Be] Não... Eu sou do sul, mas eu não sou do Rio Grande do Sul.

[Renon] Ah...

[Be] Eu sou do Paraná. Eu entrei na UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Que é a cidade onde eu nasci. Eu morei em Curitiba até três anos e em Ponta Grossa até os 19-20. E aí eu fiz dois anos de História na UEPG e... Aí eu desisti de História por diversas questões e vim pra cá.

[Renon] Veio direto pra cá, pra UFBA?

[Be] Não. Eu passei um ano estudando e fazendo cursinho de uma igreja; cursinho gratuito de uma igreja. Foi uma experiência bem engraçada.

[Renon] Realmente esse é o adjetivo? “Engraçado”?

[Be] É, foi engraçado, porque, tipo, eu não sofri violência lá dentro. Só foi engraçado.

[Renon] Foi uma experiência atípica na sua vida?

[Be] É... Eu ocupei vários espaços e puxei várias discussões que não eram, que não existiam. Tipo, o cursinho ele não era tão vinculado à igreja e ao catolicismo, ele ocupava o espaço...

[Renon] Era financiado por...?

[Be] É, ele era um cursinho de caridade dentro do espaço da igreja, mas, tipo, sem muita intervenção da igreja. Vários professores que trabalhavam lá eram católicos e tal, e frequentavam a igreja. Mas nem todos e tal. Inclusive tinham amigos meus que eram professores lá.

[Renon] Do seu convívio social mesmo?

[Be] Da faculdade.

[Renon] Ah... Boto fé. E, deixa eu te perguntar, no ensino básico – aí eu tô me referindo ao ensino fundamental e médio – você estudou lá no sul mesmo?

[Be] Sim. Eu estudei em Curitiba até a 7ª série. Na 8ª e... Da 8ª em diante eu estudei em Ponta Grossa.

[Renon] Até o ensino médio?

[Be] É. O ensino médio e dois anos de faculdade eu fiz em Ponta Grossa.

[Renon] Fez tudo lá... E como é que foi essa passagem no ensino básico? Como é que cê vê essa experiência que cê teve?

[Be] Então, eu sempre fui uma criança bem louca. E bem, tipo, antissocial. Não, bem louca, porque eu realmente tenho diversos problemas mentais. E, tipo, eu alucinava pra caralho, eu desmaiava...

[Renon] Você o quê?

[Be] Alucinava. Eu desmaiava... Eu sofri diversos abusos durante a minha infância de todo tipo, eu, tem... A minha história é perpetuada por todo tipo de abuso possível dos 5 anos de idade até os 13.

[Renon] Isso dentro da escola? Do ambiente da escola?

[Be] Não, não. A escola era um ambiente seguro. Quer dizer, até quão seguro uma escola pode ser. Mas todo o resto da minha vida era perpetuada por diversos tipos de abusos, desde sexual até psicológico, físicos... Enfim. Aí, na escola, eu tinha meu ambiente seguro. E como minha vida era – é, ainda é – muito violenta e eu sempre tive inserida e fui criada dentro de um espaço violento, que era a minha casa, na escola num tinha uma criança, lá dentro, que fosse tão fodida quanto eu era. E por eu ter essa vivência de violência, tipo, quando que é de hostel, que é de prédio, vinham pra cima de mim... Tipo, quando eles tentavam me dar um murro, eu já sabia dar todo o resto da luta. Sabe como? Porque quando você passa sua vida inteira apanhando, você aprende a brigar ou cê morre. E eu aprendi a brigar.

[Renon] Você aprende a resistir.

[Be] E então, tipo, na escola era o único ambiente em que eu conseguia me defender, e eu passei até em Curitiba, na época que eu vivia em Curitiba, sempre tendo a escola como um ambiente seguro. Tipo, era o único lugar onde eu não sofria abuso. Era o único lugar onde eu podia me proteger, e que, tipo, eu era antissocial pra caralho – eu ainda sou. Então...

[Renon] Cê não tinha muitas amizades?

[Be] Não, eu nunca tive. Tipo, eu nunca fui o tipo pessoa que é social. Até porque eu tenho fobia social e ansiedade social.

[Renon] Te entendo...

[Be] Então, tipo, eu interajo muito pouco com as pessoas fora do meu convívio. Apesar de eu interagir muito bem com as pessoas do meu convívio, as pessoas fora do meu convívio eu, tipo, não interajo com elas e não procuro interagir com elas, a não ser que elas venham até mim. Por exemplo, essa parte cê pode ignorar... (Parte não transcrita a pedido da entrevistada).

[Renon] Geralmente as dinâmicas acontecem assim? De interação?

[Be] É, as minhas... 99% ou é o; ou é amigo de amigo... Por exemplo, Everton. Eu só interajo com ele, eu só fiz uma amizade com ele porque ele veio aqui pra casa, também, por causa de Jenny. E assim vai. Eu não procuro amizades, eu nunca procurei amizades fora dos meus ciclos e, por isso que, quando eu era pequena, eu não tinha amizades. Até já tive 2 ou 3, mas bem espaçadas assim, e com crianças bem aleatórias e tão fodidas quanto eu. Mas eram sempre com... Dentro da minha vivência eu não tinha contato com outras crianças. Eu não interagia com outras crianças, nem em casa, apesar que eu tinha quatro irmãos, nem fora de casa porque eu não tinha espaço pr'aquilo. E também eu era toda fodida e eu tinha, por causa das alucinações, eu tinha uma percepção de realidade bem fodida. Desligando o ar...

[Renon] Não, se cê não quiser responder...

[Be] Não, de boa... Aí, tipo, quando eu mudei de cidade eu virei pacifista. Por... Eu não sei porque, eu só virei pacifista. E aí, quando eu virei pacifista, a escola deixou de ser um lugar seguro.

[Renon] Deixou de ser?

[Be] É, porque... A escola, pra mim, eu sempre frequentei a mesma escola até a universidade. E eu frequentava uma escola do centro de Curitiba. Uma escola pública e tal. Mas eu frequentava uma escola do centro de Curitiba. Não era o melhor lugar pra se viver, meus irmãos foram aliciados pro tráfico lá dentro. Mas, pelo meu comportamento, eu fazia daquele espaço um espaço seguro. No... Quando eu mudei de colégio, eu fui inserida em uma outra vivência, uma outra realidade, uma outra

comunidade da qual eu num... Ninguém me conhecia. E como eu tava pacifista, tipo, aí as pessoas montaram em cima de mim. Tinha gente que, tipo, na época eu tinha 1,40m. Tinha um menino, de 1,20m, da minha turma que praticava *bullying* comigo, sendo que eu já bati em gente de 1,80m, quando eu tinha 1,20m. E eu deixava. Literalmente, por não querer conflito. E aí, tipo, se inverteu o papel na minha vida e eu sofri várias violências, no estilo de *bullying* dentro da escola, mas geralmente eu controlava a situação; não deixava brigas acontecerem comigo, porque, apesar de eu não brigar, eu ainda sabia imobilizar as pessoas e segurar as pessoas.

[Renon] Sabia conter aquilo de algum jeito.

[Be] É, exatamente. E eu corro rápido pra caralho também, também tem isso. E aí, nessa época, como os meus abusos, meus traumas, terminaram. Quer dizer, os abusos terminaram e aí eu só vivenciei os traumas, eu fiquei bem louca. Tipo, muito louca: depressão, ansiedade, anorexia, a ansiedade social e a fobia social, as alucinações aumentaram e... Enfim. Aí eu mudei de colégio, porque eu ganhei uma bolsa.

[Renon] Já em Ponta Grossa?

[Be] Já em Ponta Grossa. Eu mudei de colégio, no segundo ano, porque eu ganhei uma bolsa e era um colégio de servi... De assistente social. Não. Era... Centro Social Marista. É um projeto social das, da instituição Marista em que o colégio inteiro funciona a partir de bolsas. Então, tipo, todos os alunos lá recebem bolsa pra estudar lá e é a mesma qualidade, ou deveria ser, é a mesma qualidade da, de qualquer outra instituição Marista. Inclusive os professores que dão aula lá, também dão aula no Marista pago. Enfim. Aí eu lá, tipo, eu continuei minha vida como pacifista, mas, tipo, já tinha uma noção de quem eu era e tal, e deixei de ser tão antissocial, fiz mais amigos, e segue o baile. E foi muito bom pra mim

[Renon] Foi lá que cê terminou o ensino médio?

[Be] Uhum. E aí eu terminei o ensino médio e eu, no último ano do ensino médio, a escola ela obrigava a gente – obrigava não – tipo, parte das notas da, do semestre eram pro, de fazer vestibular. Então cê fazia o vestibular e ganhava parte da nota. Então eu tinha que fazer. E eu fiz, nos dois semestres, eu fiz vestibular e ENEM. Aí eu passei com nota pra entrar em Medicina e Direito. Só que eu passei pra História, porque era o único curso que me chamava atenção na faculdade.

[Renon] Cê não, tipo, queria esses dois?

[Be] Não.

[Renon] Nunca considerou essas outras possibilidades?

[Be] Nah...

[Renon] Só queria História mesmo?

[Be] Não.

[Renon] Cê queria entrar na universidade e essa era a meta principal, eu acho.

[Be] Exatamente, tipo, até hoje eu acredito que o espaço universitário é um espaço em que eu consigo; é o único espaço em que eu consigo me desenvolver e me sentir confortável trabalho e tal. Então eu entrei pra História porque em Direito, Medicina, Administração e todos os outros cursos da faculdade não eram pra mim. Tipo, eu, até hoje nunca quis fazer. Só Psicologia...

[Renon] Não era pra você nesse sentido de você não querer...?

[Be] Exatamente. Psicologia era o curso que eu queria, mas não tive a oportunidade nem de tentar vestibular. Na verdade, tive a oportunidade de tentar o vestibular só que, eu até passei, só que era em outra cidade e minha mãe não permitiu. E eu era dependente, eu tinha 16 anos, então eu era dependente da minha mãe totalmente. Aí eu entrei pra História...

[Renon] Com 16 anos?!

[Be] Aham, 16 pra 17.

[Renon] Você entrou bem novinho, assim...

[Be] E aí eu deixei de ser pacifista, aí eu virei *punk* e passei os quatro anos seguintes – os três, quatro anos seguintes – nessa vivência do movimento *punk*, do, da universidade, do ambiente universitário. Mesmo quando eu larguei a faculdade, eu ainda tava no ambiente universitário e, não sei... Eu larguei a faculdade porque, tipo, num era o que eu queria mesmo e, como eu tenho problemas mentais que dificultam meu aprendizado, pra mim me dedicar a alguma coisa eu tenho que, tipo, querer muito aquela coisa, porque é muito sofrido. Então...

[Renon] Deve ser uma parada muito *bad*...

[Be] Sim, e já é pesado, ainda mais História que a carga de leitura e a carga de...

[Renon] Diária...

[Be] É muito pesada. Então, eu tava indo bem, só que daí, tipo, eu tive crises e foi na época que eu tive uma crise pesada e daí eu tive afasia. Porque é uma consequência, às vezes, de crises; você ter afasia que é a dificuldade de formular pensamentos e manifestar esses pensamentos verbalmente ou de forma escrita e aí eu passei um tempo com afasia – e até hoje eu tenho um pouco. E daí eu comecei meu tratamento psiquiátrico. Só que deu muito errado meu tratamento psiquiátrico, porque não era o tratamento psiquiátrico pro meu problema. Era só pra depressão. E, na verdade, eu tenho dupla personalidade e outros transtornos de personalidade. Eu tenho depressão, eu tenho ansiedade, mas o meu problema real é dupla personalidade, o maior deles. E aí, por isso deu muito errado. Eu acabei, a minha dupla personalidade acabou aumentando e aí não tinha condições de eu continuar na faculdade. Daí, tipo, eu tinha a opção de fopar o semestre... Fopar o semestre e continuar no ano seguinte ou, ou abandonar. Eu abandonei já, tipo, só que eu abandonei já pensando em entrar em outro curso.

[Renon] Lá no sul mesmo?

[Be] Não. Aí eu, nessa época, eu desenvolvi o meu plano de “fugir do sul”. Entre aspas. Que era realmente sair do sul e não voltar mais – que é o que eu vou fazer – já fiz, né, tô aqui e aí eu comecei a me dedicar ao cursinho e a estudar mesmo e consegui entrar pra cá. Daí eu descobri que existia o curso de Gênero e Diversidade, na UFBA...

[Renon] Cê já queria fazer Gênero e Diversidade?

[Be] Não, eu não sabia que existia. Na verdade, a maior parte da população universitária não sabe que existe esse curso.

[Renon] Não sabe, é, pois é.

[Be] E aí, quando eu descobri, eu pense, tipo: “Se não é isso pra mim, é o quê?” Porque mesmo eu querendo muito fazer Psicologia ou planejar fazer Psicologia depois de eu terminar, ainda assim, Gênero e Diversidade é, tipo, a minha militância. É a minha vida e é o assunto que eu domino. Na época eu já dava palestra sobre isso.

[Renon] Na faculdade? Na universidade...?

[Be] No espaço universitário e em outros espaços e... Até aqui eu já dei palestra pro GDR. Não “palestra”, “palestra”, mas eu participei de uma roda de conversa sobre isso. Já dava entrevista, já falava sobre isso. Então já era, já é um assunto que eu já estudava dentro do ambiente universitário...

[Renon] Mesmo fazendo História...

[Be] É, e eu planejava fazer o meu TCC e fazer todas as minhas pesquisas voltadas pra teoria *queer* e pro debate de gênero. Só que aí a História não tem um campo desenvolvido pra isso, uma coisa que me desencantou muito foi isso. E daí eu vim pra cá, descobri que tinha, tinha como eu vir pra cá; vim...

[Renon] Cê veio pra cá em que ano?

[Be] Esse ano, em maio.

[Renon] Esse, então, é seu primeiro semestre na UFBA?

[Be] Sim.

[Renon] Uau!

[Be] É. Minha vida é louca.

[Renon] E cê tá, tipo, tão assim aqui... Eu achava que você já morava aqui há, tipo, uns 5 anos.

[Be] Não... É que a minha vida é louca e eu também.

[Renon] Mas cê consegue se adequar bem ao espaço?

[Be] É, eu tenho isso. Eu já morei na rua. Eu já morei em uma situação confortável, economicamente, e eu já morei na rua; a maior parte da minha vida, na casa da minha mãe onde, tipo, minha mãe sustentava cinco pessoas, além dela, pela maior parte da vida. E, depois, ela passou a sustentar sete: que era a esposa do meu irmão e os filhos dele; o filho dele; a filha dele, depois o filho dele. Então ela sempre teve – a gente sempre teve – problemas econômicos, ela recebia salário mínimo. É... Ela é terceirizada. Então, eu sempre vivi com problemas econômicos. Quer dizer, sempre, não, porque eu já morei em uma situação confortável, provavelmente. Mas... E, por essa diversidade na minha vivência, tipo, eu me adapto muito fácil. Eu consigo viver com muito pouco dinheiro, com muito dinheiro também, porque né? Quem não consegue?! E eu consigo morar na rua e eu consigo morar sozinha; consigo morar em... Porque eu já morei em abrigo também.

[Renon] Então me conta como tem sido sua experiência na UFBA esse tempo

[Be] Tem sido bem louca.

[Renon] Bem louca como?

[Be] Tá de boa, mas também não tá de boa... Tá de boa, porque eu já tenho experiência no ambiente universitário, eu tenho 2 anos de uma graduação bem pesada então os temas que se discutem no ambiente universitário, eu já manjo. Tipo, tavam debatendo Foucault – é, exatamente, eu não entrei caloura – enfim, a gente tava debatendo Foucault, e entendendo Foucault, a gente tava debatendo Durkheim, Weber, Marx e eu sei essas coisas, eu já fiz essas coisas, então essa parte pra mim é de boa. Mas... Eu sou louca, então, tipo, eu tenho uma dificuldade enorme de me concentrar, eu tenho insônia, eu tenho afasia, eu tenho alucinação, que é horrível quando você tá olhando o texto e começa a alucinar as palavras e depois não entende nada. Inclusive, isso aconteceu muito recentemente, e eu tenho depressão, eu tenho ansiedade social, eu tenho fobia social, então todas essas coisas... E eu tenho dupla personalidade, mas isso ainda não interferiu na minha vida acadêmica, só na minha vida social. Mas, dentro do espaço da sala de aula e do ambiente de saber, esses problemas mentais me atacam muito e é foda você ir pra uma aula que você não consegue ler o texto, você não leu o texto, e mesmo eu já tendo esse *background*, esse conhecimento anterior, ainda assim não é suficiente. Eu abandonei uma matéria agora porque ela tava com uma carga muito pesada de leitura e eu não tava conseguindo, abandonei antes da prova.

[Renon] Trancamento *online* é tão fácil, né...

[Be] Não tranquei, não, só abandonei mesmo, não tem trancamento.

[Renon] Agora na UFBA tem.

[Be] Mas já tinha passado o prazo, então eu só abandonei mesmo. Agora eu to com um tempo livre, quarta feira, no caso, porque a carga de leitura é menor, assim, mas às vezes eu vou pra aula e não entendo nada, às vezes eu leio um texto e leio 10 páginas – que demora pra ler 10 páginas - e não entendo nada. Às vezes eu faço um fichamento e não lembro do texto no dia seguinte na aula e tenho que ver pelo fichamento, e não lembro do que o fichamento tá se referindo, o que eu não lembro.

[Renon] Você coloca isso pra seus colegas? Seus professores?

[Be] Então, eu sou meio aberta pra essas questões tanto que eu tô falando pra você de boa, então, eu falo, sempre que, por exemplo, trabalhos em grupo eu sempre falo: “Se vocês forem fazer algo muito grande, estejam avisados que eu sou bem louca, não vou conseguir ler, tenho déficit de atenção, demoro horas pra ler um texto de 20 páginas, não vou conseguir fazer, e... não vai dar certo. Vou ajudar, vou conseguir falar, vou ajudar tudo que vocês precisem que eu explique na hora, mas eu não vou ler tudo, não vou produzir tudo, tenho essa limitação, então, tipo...”

[Renon] É uma coisa que a galera respeita?

[Be] É... Por ser o meu curso, uma boa parte deles entende. Mas sabe que a psicofobia é foda né, então tipo, respeitam, mas...

[Renon] Mas essa galera caga.

[Be] É... E também tá foda, tipo, o outro lado da minha vida que envolve a UFBA, que eu moro na UFBA, né? Literalmente, estou na UFBA 24 horas por dia, 7 dias por semana e tudo que eu faço interfere na UFBA e em tudo que eu faço ou em abas as coisas, então eu tenho tido que lidar com os meus problemas mentais de uma forma muito mais... Porque antes eu não tinha uma cobrança. Eu sempre lidei com meus problemas mentais, mas antes era eu lidando com meus problemas mentais, eu ia pro psicólogo, pro psiquiatra. Hoje em dia não, se eu tenho alguma crise e faço alguma coisa, eu tenho que ir na UFBA e responder por isso, fazer alguma coisa. E a dupla personalidade tá me fodendo horrores, porque eu controlo ela dentro da minha personalidade, mas, por exemplo, não posso beber – e eu descobri recentemente que eu não posso beber – porque minha outra personalidade assumiu o meu corpo e fez um monte de merda, e eu não sabia que eu tinha feito um monte de merda, eu acordei do nada no fim de uma festa. Exatamente, eu sabia onde era porque era um lugar que eu frequentava, que eu morei inclusive, mas não sabia que tinha acontecido e tal e eu já estou acostumada a acontecer isso, tipo, do nada eu acordar em algum lugar e tipo: “Eita, tô aqui.”

[Renon] “Como é que eu cheguei aqui?”

[Be] é... Eu sei como eu cheguei, né... Foi minha outra personalidade, mas não é incomum essa outra personalidade fazer coisas escrotas, mas dessa vez foi, tipo, além da conta escroto.

[Renon] E já aconteceu na UFBA?

[Be] Então, foi na UFBA, essa festa foi na UFBA, esse lugar que eu estava foi a UFBA. E, aí, fodeu minha vida social em diversos âmbitos e fodeu minha vida na UFBA porque... PROAE, né? E algumas pessoas da minha sala tavam lá, aí eu fiz merda pra algumas pessoas da minha sala, que eu nem sei o que eu fiz, porque ninguém veio me falar. Enfim. Daí segue o baile, porque eu tô me fodendo, tô tendo que lidar com isso. E eu não tenho, quer dizer, eu tenho responsabilidade pelo que meu corpo faz, só que eu não tenho noção do que aconteceu e eu também não tenho culpa pelo que aconteceu, tipo, as pessoas esperam que eu vá lá pedir desculpa...

[Renon] E não é uma questão de controle.

[Be] É... Eu não posso ir lá, pedir desculpa por uma coisa que eu não lembro que aconteceu, até porque, se eu lembrasse, eu ia lá pedir desculpa, ate porque eu já fiz coisas bêbadas e pedi desculpa, só que eu também já despersonalizei, meu corpo saiu na rua, fez merda, eu voltei, dai eu acordei em casa e não sabia o que eu tinha feito, e eu estava indo pra aula, eu voltei 2 horas da manhã em casa, acordei 2 horas da manhã em casa, na frente da minha porta sem saber o que tinha

acontecido. No outro dia eu fui descobrir o que aconteceu e, tipo, aconteceram coisas pesadas e tal, mas não pesadas que fodessem minha vida social como agora. Mas não é uma coisa que, tipo, assim, tava indo pra aula, perdi a consciência, voltei a consciência, tava em meu quarto, e, pra mim, foi isso que aconteceu.

[Renon] E você acha que pra além da questão psicológica, na questão de gênero, você já teve algum problema na UFBA?

[Be] É...

[Renon] Você é de Gênero e Sexualidade, então, não conheço como é o pessoal, mas imagino que seja mais...

[Be] Então, a gente debate e tal – gênero e sexualidade – não é gênero e sexualidade da forma como a população debate. Gênero e diversidade, na verdade, não é sexualidade. Mas a gente debate as teorias feministas, a gente debate o debate feminista, a gente faz uma leitura da sociedade, a gente aprende a fazer uma leitura da sociedade, a partir do pensamento feminista. E é mais de boa, as pessoas são mais de boa, são mais mente abertas, então, sabem que tão num espaço que debate gênero, então vai ter uma travesti lá. as pessoas que debatem gênero

[Renon] Onde é que são suas aulas?

[Be] No PAF I, no PAF VI e no São Lázaro, mas o departamento é no São Lázaro

[Renon] Então você acaba transitando por todos os...?

[Be] Não, São Lázaro não abre a noite, então as aulas obrigatórias são à noite no PAF I e PAF VI.

[Renon] O PAF VI é o que tem arquitetura?

[Be] Isso.

[Renon] Você vê diferença de campus pra campus?

[Be] São Lázaro é legal, mas só pela aparência mesmo. Assim, arquitetura no PAF VI tem sempre o pessoal que me olha estranho, né... E lá, no PAF I, tipo, não sei... Como eu cheguei no PAF I direto, eu vivo ali, eu vou, almoço e janto no RU, vou pra aula no PAF I, então tipo, é meu habitat ali, assim, como a UFBA é minha casa, então... Pra mim o PAF I é bem mais de boa, mas o PAF VI é aqui do lado também. A única coisa é que eu não frequento lá sempre só, e numa aula só, que é segunda feira. Então eu não vejo muita diferença, porque eu não frequento os campus (sic) escrotos, tipo o seu.

[Renon] É... Eu não recomendo

[Be] Eu não vou no pessoal, tipo, de...

[Renon] Cê nunca foi lá?

[Be] Eu já me perdi lá, uma vez, procurando uma palestra, mas foi a única vez que eu fui lá. Mas o pessoal é escroto. Já vi... Tenho amigos...

[Renon] É mesmo? Lá em direito?

[Be] O Maicon é de Direito. Mas tipo... Eu sempre tô nesse ambiente e eu me faço confortável nesse ambiente, tirando quando tenho que visitá-lo... Mas se me tocar, "pan", se me xingar, eu xingo de volta, não só xingo de volta, como vejo um meio de denunciar.

[Renon] Aqui na UFBA você já presenciou?

[Be] Não, não. Exatamente por isso, porque eu também não sou uma pessoa que é alvo fácil. Eu não me porto como um alvo fácil – não que isso seja justificativa – mas, tipo, eu tenho cara de uma pessoa brava, tenho postura de uma pessoa brava. É que você não me vê no RU, não me vê indo pra aula.

[Renon] Realmente, não tenho essa impressão. Tenho uma impressão totalmente diferente.

[Be] Tipo, sou uma pessoa muito séria, ainda mais quando não tô nos ambientes confortáveis, no caso, a minha casa, literalmente esse apartamento. Quando eu tô no RU, quando eu tô na aula, eu sou uma pessoa séria, porque eu aprendi que ninguém respeita travesti, ninguém respeita a pessoa trans, é todo mundo escroto, ninguém respeita minoria nenhuma, só que o problema é que pessoas trans são minorias das minorias, então a população negra ainda assim não é tão minoria quanto a população trans. A população de mulheres ainda assim não é tão minoria quanto a população trans, a população LGBT em geral... LGB... Ainda assim não é tão minoria quanto a população trans. Tão minoria no sentido de que a gente é alvo de violência constante de todo o resto da sociedade.

[Renon] Inclusive dessas...

[Be] Inclusive dessas minorias. Inclusive é o mais comum. E... Por isso, tipo, eu fecho a cara mesmo. Eu sou uma pessoa que, por causa dos meus problemas mentais, da minha vivência de abuso e tal, sou uma pessoa que é violenta. Tipo, não é uma coisa que eu me orgulho, mas eu sou uma pessoa violenta. Tipo, se você vier, me abraçar por trás, mesmo que você me conheça tem chance de eu te dar um murro na cara, dar um golpe de judô, cê cair no chão e eu continuar te batendo. Na verdade, não... Atualmente... Não... Mas já aconteceu.

[Renon] Anotado aqui: não te abraçar de surpresa.

[Be] Eu tenho problemas com toque, eu tenho problemas com... Tipo, meus amigos já sabem, eu dou massagem em todo o mundo, mas ninguém me dá massagem. Aqui em casa a gente faz isso às vezes, de dar massagem um no outro e tal. Tipo, são toques que eu permito, se você me segurar pelo braço... Eu já quebrei o braço de um amigo meu, porque ele foi fazer uma brincadeira escrota, foi me dar o golpe de torcer o braço, só que ele não conseguiu, e o meu automático foi conseguir.

[Renon] *Choices*, né... *Choices*.

[Be] *Choices*. E, tipo, isso faz parte de mim, não é algo que eu me orgulho, mas faz parte, tanto que um dos problemas da minha segunda personalidade é que ela também é agressiva, e ela não tem o autocontrole que eu tenho. Então, tipo, e ela também não ter a afetividade que eu tenho pela maioria das pessoas. Então, se eu vejo que é um amigo meu, eu já paro, já controlo, e não deixo o impulso seguir, só que eu tenho afetividade por essas pessoas

[Renon] São pessoas que tipo...

[Be] É... Se chegar uma pessoa que eu desconheço e do nada me abraçar por trás, essa pessoa vai apanhar, e não vai apanhar porque eu quero bater nela, porque eu penso em bater nela, mas vai apanhar, literalmente, porque é minha reação. Tipo, às vezes chegam amigos meus e eu me sinto muito desconfortável, por exemplo, Maicon é uma pessoa que gosta de ficar tocando e eu não gosto, tanto que cê viu que meu pé tava na barriga dele já afastando, né... Então fica aí

[Renon] Limites.

[Be] É, e é uma pessoa que não tem limites, não percebe limites, mas mesmo assim eu consigo lidar com isso, consigo dizer: “para, não”, mas com ele porque eu já tenho essa intimidade com ele, já conheço ele, mas se você vai me tocar, vai levar um tapa, ou eu vou segurar sua mão forte e tirar, que aconteceu. Mas, enfim, como eu tenho essa postura, não é muita gente que mexe comigo e, quando mexem, também, eu paro, olho bem pra a cara da pessoa e se ela der um passo na minha direção ou abrir a boca, eu dou um passo na direção dela... Já aconteceu, foi engraçado.

[Renon] Aqui?

[Be] Não, foi na minha outra universidade, mas foi legal. E na rua já aconteceu de gente mexer comigo, me assediar, mas é a mesma coisa...

[Be] Edita essa parte...

[Renon] Acho que não gravou... É... Cê falou bem baixo, eu não te ouvi. Então, né...

[Be] Era pra você me ouvir

[Renon] Mas eu realmente não consegui

[Be] Enfim...

[Renon] É que eu sou uma pessoa curiosa você falou assim e eu “ai meu deus”

[Be] Depois te mostro

[Renon] Tá bom, eu quero ver isso.

[Be] Não, é que é crime, bixa, é crime. Se uma pessoa ler isso ela pode vir me denunciar.

[Renon] Eu sei.

[Be] Enfim, né, eu sou cuidadoso com essas coisas, porque já faço muita merda com coisas que eu não sei, então...

[Renon] Relaxe, isso não vale...

[Be] Mas, enfim, eu não sofri nenhuma violência na UFBA ainda, e eu fui bem recebida nos diversos espaços pra buscar meu nome social, foi de boa.

[Renon] Você já resolveu tudo...?

[Be] Exatamente, meia hora tava resolvido, e estavam me tratando com respeito e tal. Tem seus problemas, mas são problemas compreensíveis, porque a equipe não sabe lidar, não tá preparada pra isso, mas tá fazendo esforço e tá mudando e tá indo atrás, e tal. E os professores, como é gênero, né? Se me tratassem mal, seria muita escrotisse, muita hipocrisia

[Renon] E os funcionários da UFBA, de forma geral?

[Be] Então... Os funcionários que eu interajo me tratam muito bem, muito bem. Os que eu não interajo, eu também não dou espaço.

[Renon] Indiferente, né...

[Be] Isso, mas a gente recebe aquelas olhadas, né? Mas eu olho de volta e olho com uma cara muito brava pra qualquer pessoa, eu tenho uma cara...

[Renon] Nossa, quero muito conhecer essa cara de muito brava. Eu tô realmente querendo muito ver essa cara pra poder incorporar também essa cara de muito brava.

[Be] Não, não, ela faz parte do meu rosto, ela é específica, mas enfim... E eu faço essa cara, porque... Não é um blefe... É a cara de: “Eu posso descer o cacete em você, posso te denunciar, posso foder sua vida”. Porque, além de tudo, eu sou bruxa, né? Então, tipo, eu posso fazer magia pra você, eu posso denunciar você, posso agredir fisicamente você, se eu precisar, e posso agredir verbalmente você, se eu precisar, e eu posso educar você, eu posso parar e dar sermão em você. E eu tenho essas cinco possibilidades muito bem desenvolvidas, não é algo que algo que, tipo, “Ah...”

[Renon] Conscientemente.

[Be] Isso, e controle sobre todas as cinco. Então, tipo, a minha cara é a cara que representa: “Cê quer brincar? Então vamo. Cê quer me xingar? Então vamo. Cê quer brigar comigo? Então vamo”. Mas a questão é que eu tenho isso, mas a maioria das pessoas não tem, inclusive não é comum das pessoas trans serem como eu, a minha vivência é muito específica. Eu tenho 8 anos de abuso contínuo e você aprende alguma coisa em 8 anos de abuso contínuo. E, tipo, as maiores das pessoas trans tem uma vida fodida, mas não do jeito que a minha é fodida. Tipo, as pessoas trans elas são expulsas de casa, são estupradas, elas moram na rua, e tal... Mas, pra mim, foi que eu fui criada, eu cresci dentro da violência, então...

[Renon] É um recurso seu também, né?.

[Be] É um recurso... Se apropriar disso de todas as formas de violência, foi um recurso meu. Eu consigo ser tão escroto quanto meus abusadores, a questão é que eu escolho não ser. A maior parte do tempo. E quando usar disso. Violência física? O.K., sofri violência física por 12 anos da minha vida. Violência física mesmo. Minha mãe me batia como se ela tivesse brigando com um lutador de MMA, então cê vai brigar com uma pessoa que... Eu tenho uma resistência muito grande, eu tenho costelas quebradas, eu passei 3 meses com as costelas quebradas, sem reclamar, porque eu não podia reclamar, então... Cê vai me pegar e fazer o que? Cê vai me bater? Já levei tanto murro na minha vida que não vai nem doer... Provavelmente, não vai nem me acertar e, tipo, eu posso usar da violência, tudo aquilo que eu sofri a meu favor, assim como a violência verbal, assim como da violência psicológica, assim como da violência econômica, assim como... Não... Abuso sexual é, tipo, não, nojento, a gente não usa de abuso sexual.

[Renon] Não vamo fazer esse tipo de coisa, realmente

[Be] Não, tipo, não tem sentido, abuso sexual é uma coisa que não tem sentido, nenhum abuso psicológico, mas enfim...

[Renon] É uma dimensão barra. Eu vou te fazer umas perguntas agora que são mais assim propriamente da entrevista em si. Vou ler aqui. A primeira pergunta que eu vou fazer é: Se você já utilizou de algum serviço e/ou espaço de atendimento dentro da UFBA, especificamente, e em razão de você ser uma pessoa trans.

[Be] Já fui no SMURB e comecei meu cadastro lá e não terminei meu cadastro, porque não deu certo, questão de horários, enfim... Mas eu fui bem tratada. Já fui na PROAE e a PROAE tenho tido contato com serviços da PROAE, que eu vivo a partir da PROAE, né? Eu tenho... Enfim... A PROAE tem se aberto a essa discussão, eles vão me indicar pro tratamento hormonal, segundo eles, tratamento psicológico também. E o lugar onde muda o nome social...

[Renon] NO SGC?

[Be] No antigo SGC, lá foi...

[Renon] Ah, tô ligado, do lado da reitoria

[Be] É, lá eu fui bem tratada, muito bem tratada.

[Renon] O SMURB, realmente, você não chegou a acessar o serviço, tava fazendo seu cadastro...

[Be] É, eu fiz o cadastro e, aí, eu não fui no clínico.

[Renon] E pra você começar a utilizar, tem que passar primeiro pelo clínico?

[Be] Isso, passar pelo clínico, o clínica me manda pra outros... Eu não comecei, porque o clínico furou duas vezes comigo e, na vez que ele podia, eu não pude, daí fodeu.

[Renon] Mas na PROAE você já utilizou mesmo? Já tá fazendo acompanhamento?

[Be] A PROAE é lenta, mas a PROAE tá aí. É pra rolar, né? Já falei com a pró-reitora, já falei com a assistente social, com duas inclusive. Tá indo, quando eles decidirem que tem que ir: vai. Mas minha parte eu já fiz. Tem que ir lá encher o saco deles de novo.

[Renon] Na PROAE, aqui, já em cima, do lado do DCE? Ou você ainda utilizou lá, quando era perto da reitoria?

[Be] A do DCE. Eu usei a da reitoria, a do DCE e a de Ondina também.

[Renon] Esses três locais? Dentro da universidade?

[Be] Sim.

[Renon] E fora da Universidade?

[Be] Eu consegui a mudança do meu nome, a retificação do meu nome, a partir de uma cláusula do código de retificação civil, que diz que do dia que você faz 18 anos até o dia anterior que você faz 19, você tem direito a solicitar a mudança do seu nome, se seu nome causa vexame, humilhação, violência, ou alguma questão psicológica que está relacionada a seu nome... Eu, por motivos, óbvios, requisitei por questões da minha psique, por motivos psicológicos, porque o meu nome tá diretamente ligado a muitos dos meus abusos, principalmente o físico e o sexual. Então, tipo, meu nome sempre me causou desconforto, tipo, mesmo antes de eu me perceber como trans, o meu nome já era uma coisa que eu odiava. Então eu mudei meu nome, consegui a certidão lá na minha cidade, só que eu ainda não fiz... Ainda não modifiquei meus documentos por questões burocráticas, porque a certidão ela não é... Ela não muda registro nenhum, então todos os registros ainda estão com meu nome de registro, mas a certidão permite que você mude, tipo, independentemente da certidão, o número é um e o nome lá é um, mas eu posso usar da certidão pra mudar outros números. O problema é, eu consegui mudar no meio de 2016, eu já tava inscrita pro ENEM, o ENEM não ia permitir que eu mudasse o nome e os números, daí eu passei no ENEM, e a faculdade também não ia permitir por causa do processo, daí depois PROAE e eu tô nessa faz um ano já... E, aí, agora, que já tá tudo mais de boa, tô pra mudar, provavelmente eu vou mudar dia 04, fazer meu RG dia 04...

[Renon] Agora essa mudança você fez aqui ou iniciou lá?

[Be] Na Bahia. Não, em Ponta Grossa.

[Renon] Mas aqui você já fez alguma etapa dessa?

[Be] Não, vou começar esse mês.

[Renon] E você vai fazer por onde?

[Be] Vou começar pelo negócio do Shopping da Bahia. Pelo SAC

[Renon] Lá no SAC faz?

[Be] É só retificação, é como se fosse minha primeira via. Então é tranquilo e é gratuito. Então agora o que eu tenho que fazer é retificar tudo, fazer de novo a primeira via de todos os meus documentos. Então, isso é tranquilo, posso fazer em qualquer lugar

[Renon] Mas você tá fundamentando na questão psicológica, exclusivamente...

[Be] Eu já fundamentei, já ganhei, já tô com a certidão aqui, se quiser ver tá aí, adoro ela, é super bonitinha, e...

[Renon] É nova, né?

[Be] Isso, é nova, como eu já tenho a certidão, agora posso fazer tudo, só depende de mim pra mudar, quer dizer, depende da minha vida né, como que a minha vida tava cheia de questões burocráticas que dependiam do meu nome, do meu número de registro, eu não podia alterar, mas

agora eu posso alterar e, quando alterar, eu vou ter que alterar todos os documentos burocráticos que ainda estão vigentes. Eu vou ter que alterar minha inscrição na universidade, no PROAE, minha inscrição no SMURB, meu cadastro no SUS, identidade, CPF, carteira de trabalho, licença militar... Mas eu não vou mudar isso que eu tô, tipo, foda-se o exército. E... É... Tudo, todo documento burocrático vigente eu vou ter que alterar.

[Renon] Mas a própria UFBA já deixa você adotar seu nome mesmo, né?

[Be] Sim, o nome social, já permite o nome social faz algum tempo, né? Mas como eu já tenho o meu nome de registro reconhecido pela juíza lá, então...

[Renon] Aqui em Salvador, além desses serviços, você não usou nenhum outro?

[Be] Eu acho que não, porque, basicamente, minha vida é a UFBA desde que eu cheguei em Salvador.

[Renon] Mesmo que você não tenha usado, você conhece algum serviço que você poderia utilizar?

[Be] O CEPAT, o Centro de... Centro Estadual de Tratamento para Pessoas Trans, ou alguma coisa assim.

[Renon] Que fica onde?

[Be] Não faço a mínima ideia. Mas tá aí, é uma possibilidade, inclusive, que eu vou usar. Tem também as diversas ONGs: tem a Famílias pela Diversidade, tem Tamo Juntas...

[Renon] O Tamo Juntas faz atendimento pra pessoas trans?

[Be] Então, eles não fazem "o" atendimento pras pessoas trans, mas as pessoas trans que precisam elas ajudam e, inclusive, quando eu cheguei em Salvador, quem me ajudou foi a Tamo Juntas, e a Sandra Muñoz, que tem um trabalho maravilhoso aqui na cidade. E a Famílias pela Diversidade também me ajudou, pra eu me instalar aqui, pra eu chegar aqui, quase literalmente. E tem também o Centro de Referência LGBT em Salvador, alí no Rio Vermelho. Nunca fui, eu só queria ter pegado aula de autodefesa lá, mas perdi o tempo a inscrição. Tem agora um curso da Polícia Militar de autodefesa, de kravmagá, que eu tô tentando me inscrever.

[Renon] Pras pessoas trans? Gente, da Polícia?

[Be] Pra pessoas trans.

[Renon] Gente... Da Polícia?

[Be] E... Eu acho que é isso.

[Renon] Esses são os que você conhece?

[Be] É... Se tiver mais eu provavelmente conheço mais, só que não lembro.

[Renon] E esses que você acessou na UFBA, como você avalia? A estrutura, o atendimento...

[Be] Ah... É bem fraco, tipo, o SMURB é o SMURB, não tem o que falar do SMURB. É precário, mas é bom, é o que a gente tem, tem que melhorar, mas... É bom. É bom na questão de oferecer serviços pra a população universitária, serviços que não são acessíveis pra gente, tipo, isso é muito bom. Só que é precário no sentido de precisar ser melhor desenvolvido, melhor trabalhado, melhor estruturado, mas isso qualquer órgão público, né? Brasil. A PROAE também é a mesma coisa. É bom, é uma assistência estudantil, é uma das melhores assistências estudantis do Brasil, é muito bom. Mas, pras pessoas trans, ainda tá engatinhando. Nós temos pessoas trans na história da PROAE recentemente, pessoas trans que se assumiram, foram reconhecidas pela PROAE... Isso começou com Jenny. Então ainda é um processo, um caminho que... E o bom é que a PROAE tá disposta a caminhar, ela não tá sendo relutante, não tá sendo escrota, tá aprendendo, as pessoas tão

aprendendo, tão acolhendo a gente, que estamos precisando, porque a gente é fodida, né. E a gente tá conseguindo. Isso é bom, eles estão dispostos a ajudar. E são só esses dois.

[Renon] E o que você foi na reitoria?

[Be] Ah, lá é super bom, lá foi, tipo, muito de boa, a questão burocrática durou meia hora, e na segunda feira tava pronto, eu fiz numa sexta feira se não me engano.

[Renon] E a galera foi de boa?

[Be] Sim, a funcionária que me atendeu foi maravilhosa, ela tava, tipo, foda-se geral assim pra tudo, pra a vida, que eu achei bem legal. E ela... Tipo, só perguntou o que eu queria mudar, onde eu queria mudar, me deu os papezinhos, ela não sabia fazer direito, mas por questões de mudança, tipo, mudou muito recentemente, o documento que é usado pra retificação ou uso do nome social na UFBA foi alterado e ela não sabia fazer, porque eu fui a primeira pessoa que tava requisitando. Aí, a gente descobriu o que tinha que fazer, aí eu fiz e acabou. Fui pra casa.

[Renon] Mas ele teve todo o cuidado.

[Be] É, exatamente, me tratou com muito respeito, muito cuidado, e a gente sabe que as pessoas do serviço público e tal, normalmente, elas não tratam ninguém com respeito, independentemente de tudo, elas estão em um “foda-se geral”, bem escroto, mas ela tava super de boa. Me tratou super normal, com respeito.

[Renon] Em algum desses espaços, você sentiu alguma interferência, não propriamente no trato da pessoa, mas também na questão do atendimento que foi prestado, em razão de você ser uma pessoa trans?

[Be] Sim... É porque tem aquela coisa, né... As pessoas trans são invisibilizadas da sociedade, então você não aprende sobre o corpo trans na escola de Medicina, na escola de Enfermagem, você não aprende sobre os direitos das pessoas trans em Direito, você não aprende sobre a história das pessoas trans na História, você não aprende sobre as pessoas trans como parte da Economia e Geografia, você não aprende sobre as pessoas trans em situação de rua, ou sobre o trabalho com as pessoas trans no Serviço Social, você não aguarda isso. Todas as pessoas que eu entrei em contato nesses espaços não aprenderam isso na formação delas, não aprenderam isso em lugar nenhum, a não ser quando eu entrei em contato com elas, quando outra pessoa entrou em contato com elas. É interessante a gente perceber que, às vezes, não é culpa da pessoa. Na verdade, raramente é culpa da pessoa, a não ser quando ela é escrota mesmo. É uma questão social, é uma questão cultural, a gente tem as pessoas trans como um corpo objeto, como um corpo inexistente, como um objeto sexual. E, aí, quando você, na sua vivência, encontra uma pessoa trans e essa pessoa tá ali viva, com necessidades, no cotidiano, requisitando seu serviço, ou requisitando o produto que você tá oferecendo, dá um choque, porque você percebe que aquela existência é real, aquela existência é material. E aí...

[Renon] E aí é um choque que chega até você, né.

[Be] Sim... Chega até mim. A gente percebe que é a primeira vez que está vendo uma pessoa trans na vida, fora da esquina, fora da zona de prostituição, a gente percebe que a pessoa ali tá desconfortável, ou, às vezes, a gente percebe ali que a pessoa tá sendo violenta, porque esse choque não é confortável. Você ter a sua realidade, você entrar em contato com noções e verdades que não fazem parte da sua crença, da sua cultura, da sua educação, é violento, não violento no sentido “violência”, mas é um choque. Balança as estruturas psicológicas da pessoa, balança as estruturas epistemológicas das pessoas, a pessoa não sabe onde encaixar uma pessoa trans ali dentro. E tem dois tipos de reação, ou a pessoa dá um três ou dá um foda-se e te trata como qualquer outra pessoa, ou se sente super desconfortável, mas não é violenta com você no sentido agressivo, fica na dela, mas ignora você, não te trata bem, mas também não te trata mal, que é o mais comum. E tem a pessoa que vê aquele choque, sente aquele choque, e acredita que o choque é culpa nossa, que nossa existência é em si um ato de violência contra elas... Que o fato da gente existir e reafirmar nossa existência, de estar ocupando um espaço que tecnicamente não nos pertence, teoricamente não nos pertence, culturalmente não nos pertence, é violento pra eles, ou eles

interpretam como violento. E, aí, eles interpretam, também, que eles têm o direito de serem violentos com a gente. Então, até hoje, dentro da UFBA, ninguém teve nenhum problema comigo, tava todo mundo de boa, a maioria das pessoas reage da segunda forma, elas ignoram, tipo, foda-se você, não importa a sua existência, mas também não vou te ajudar, não vou te atrapalhar, fica aí, não interfere na minha vida, que vai ser O.K. Mas tem gente, por exemplo, as funcionárias do RU, elas me tratam como uma pessoa comum, elas, inclusive, me tratam bem melhor do que muita gente, até porque tem muita gente que é escroto com elas por uma questão de poder, e eu, não. Eu sou legal com pessoas que me atendem, que prestam serviços que eu tô utilizando. Velho, a pessoa tá ali sofrendo, trabalhando pra me oferecer um serviço, fazer com que aquilo funcione. Se não funciona direito, provavelmente, não é culpa dela, e se funciona direito, provavelmente é culpa dela, e aquela pessoa tá ali há muito tempo no mesmo lugar fazendo a mesma coisa, e, tipo, o mínimo de educação e respeito da minha parte é requisitado, é, tipo, necessário pra que ela se sinta confortável fazendo o trabalho dela, porque quando eu trabalhei em um espaço público, quando eu trabalhei dando aula, por exemplo, eu sentia que as pessoas eram escrotas comigo e eu tinha menos vontade de ser legal com elas, ou de fazer o meu trabalho pra elas. Então eu não fazia, ou fazia desleixadamente, foda-se.

[Renon] Recíproco.

[Be] Recíproco. E a gente tem uma cultura que a gente espera que a pessoa que tá servindo a gente seja muito boa, seja muito legal, seja muito... Que trabalhe muito bem, que ofereça um produto de qualidade, sendo que, geralmente, elas não têm condições de oferecer um produto de qualidade, não tem condições de oferecer um serviço de qualidade, não tem condições psicológicas e materiais de serem legais, de estarem confortáveis ali, e, tipo, elas são ofendidas constantemente, são ignoradas, tratadas como objeto constantemente, daí se você dá um respeito a elas, elas vão se sentir muito melhor do que quando você é escroto ou só ignora a existência delas. E eu percebo, que eu tratando elas com respeito, elas também me tratam com respeito.

[Renon] Verdade.

[Be] Sim, e não por uma questão de gênero, por uma questão de sexualidade, de raça, que, inclusive, a maioria dos funcionários da UFBA são negros, é interessante perceber como a maioria dos funcionários da UFBA também são mal tratados pelos estudantes, e normalmente são os negros que são mal tratados pelos estudantes, tipo, aquela pessoa que tá ali na minha frente, ela tá se fodendo pra caralho, assim como eu me fodi pra caralho a minha vida toda. Então se eu trato ela com respeito, ela vai me tratar com respeito e vai se sentir mais confortável, prestando aquele serviço pra mim, assim como eu também vou me sentir mais confortável com ela prestando um serviço pra mim se ela me trata com respeito, e assim vai. Eu tenho uma convivência muito boa, e eu consigo isso dessas pessoas, mas ainda assim tenho uma área de convívio muito limitado dentro da UFBA. Eu curso um curso de humanas, eu curso um curso de gênero, eu frequento o RU todo dia, eu moro dentro da UFBA. Outras pessoas trans não tem tanta sorte. Por exemplo, uma pessoa trans que tem aula em Direito... Não, uma mulher que tem aula em Arquitetura, em Engenharia, elas são minorias em um grupo de maioria, em um grupo hegemônico, essa pessoas sofrem muito mais violência do que eu sofro, porque eu tô num ambiente confortável, porque eu tô num ambiente familiar, digamos assim, um ambiente que as pessoas têm mais chance de reconhecer o que eu sou, de entender o que eu sou, e de que eu sou uma pessoa comum como todas as outras, um pouco mais louca, mas faz parte...

[Renon] Mas pessoa, também...

[Be] Sim, principalmente pessoa.

[Renon] Mesmo você tendo se utilizado do tratamento que você tem com as pessoas, como você disse, você já sentiu que mesmo você mantendo a relação de respeito, o retorno não dessa forma?

[Be] Sim, sim, já aconteceu de muitos funcionários do RU que eu sempre dou boa noite, só por causa da afasia, às vezes eu troco boa noite, bom dia, boa tarde, eu já dei até boa madrugada, e era, tipo, de manhã, então... Né. E... Eu lembro que a primeira vez que eu cumprimentei ele, aconteceu isso, era de tarde e eu dei boa noite, daí eu me corriji, daí eu me corriji com bom dia, depois me corriji com boa tarde, aí ele ficou me olhando com uma cara bem estranha e não me respondeu. Aí eu segui minha vida, né, até porque eu não entendi, tá O.K., ele achou estranho, tudo bem, eu também achei

estranho, e eu odeio quando isso acontece – acontece muito. Aí eu continuei cumprimentando outros funcionários, amigos, e tal, mas nunca com ele. Ele nunca mais me respondeu boa noite, e sempre me olha com uma cara fechada, daí eu não sei, né, tipo, se é o boa noite ou o bom dia que foi errado, que ele interpretou como um desleixo meu, ou falta de vontade minha, que eu tava falando aquilo só porque eu era obrigada a fazer aquilo – mas não, eu faço aquilo, porque eu gosto de ser legal com as pessoas que tão prestando serviço pra mim, prestando um serviço que eu tô utilizando, aí ele ficou irritado com isso, não gosta de mim por isso. Ou se é algo tradicional, tipo, não entendo você, então você que se foda.

[Renon] Não sou obrigado, né...

[Be] É não sou obrigado.

[Renon] Ou se ele já não tava afim de falar mesmo e, aí, achou um motivo e, aí, pronto...

[Be] É, exatamente, inclusive eu acho que é isso, porque isso já aconteceu com outras pessoas, inclusive com as tias que eu me relaciono e foi normal – inclusive acontece sempre, é um saco.

[Renon] De você falar e as pessoas...

[Be] De eu falar coisas erradas ou inverter palavras?

[Renon] Não, de você falar e ser ignorada...

[Be] Ah, não. Tô falando de eu inverter palavras, principalmente quando eu tô falando palavras soltas, tipo, boa noite, ou oi ou tchau, essas palavras que são soltas assim, quando você tá na rua você dá “oi”, eu às vezes quando encontro uma pessoa na rua eu dou “tchau”, às vezes a pessoa me diz boa noite e eu respondo com olá. E é totalmente aleatório, mas... Enfim, segue a vida.

[Renon] E nos locais que você foi que você falou, a PROAE, o SMURB, lá na reitoria...

[Be] É... Não sei, foi mais de boa, tipo, na reitoria foi bem de boa, eu tava bem, então foi tudo de boa. Na PROAE também foi de boa, porque a PROAE tem um histórico resistente, mas tem um histórico de interagir com as pessoas trans, então é bem mais de boa. E o SMURB foi de boa, ninguém falou nada, ninguém fez nada, quem me atendeu foi legal, então, segue o baile.

[Renon] Vou te fazer a segunda pergunta: Queria saber como você entende o movimento trans.

[Be] É difícil, porque não existe um movimento trans, existem movimentos trans, existe a ANTRA, existem os coletivos diversos, existe o transfeminismo, existem outros coletivos não binários, de um movimento não binário, que é o que eu faço parte, e existem diversos movimentos trans, assim como existem diversos feminismos, assim como existem diversos movimentos negros, assim como existem diversos movimentos LGBT. E, tipo, eu entendo movimento trans como luta pela sobrevivência, antes de tudo, porque, atualmente, no movimento LGBT não é mais luta pela sobrevivência como era antes, ainda tem, ainda é importante, mas não é a pauta principal. Agora, o movimento LGBT, em geral, ele quer o direito de existir. Não... Não... Calma. Cê lembra do que Jenny falou dos direitos lá? Eu não consigo parar pra dizer: “é aquilo”, mas eles já conseguiram o direito de sobreviver, de existir, de estar ali. A questão é que eles precisam de outras coisas, precisam serem representados, precisam garantir que os novos e as outras pessoas como eles não sofram violências, eles precisam ter os direitos reconhecidos pelo Estado. Só que os movimentos trans estão ainda no começo. Pela questão do movimento trans ter sido apagado da história, ele é antigo, na década de 20 ou foi na década de 30 existia um instituto na Alemanha, que era o maior instituto de pesquisa de pessoas trans do mundo, existiam outros, mas esse era o maior. Daí eles tinham um conhecimento sobre transgeneridade grande, mas foi queimado pelos nazistas e destruído tudo, tudo, tudo... E, nesse momento, todo o conhecimento, toda a teoria sobre transgeneridade se perdeu, um acervo gigantesco se perdeu. E, aí, o movimento trans deu um *steady back* mundial muito grande. E, enfim... E, aí, o... Quando rola o Stonewall, que é uma mulher trans que começa, ainda assim o movimento trans não é a cara, quer dizer, é a cara, mas não é o alvo. Querem direitos pra população LGB... GLS.

[Renon] Mas a galera trans fica pra...?

[Be] Exatamente, a gente puxa esses movimentos, a gente dá a cara a tapa, a gente faz marchas, a gente vai nos eventos, a gente fala, a gente briga, a gente bate em policial. Mas, ainda assim, a gente é esquecido e apagado dentro do próprio movimento. E, aí, agora, recentemente, a gente separa - entre aspas - e começa a se auto-organizar. Coletivos, ONGs, grupos do *facebook*, mas muito mais recentemente, mas auto-organização que levam ao crescimento da discussão entre a gente e depois da busca por direitos, redes de apoio. Isso foi muito importante. A gente tá ainda buscando o nosso direito de existir. Hoje, eu descobri que são 120 pessoas trans assassinadas em 2017. A gente tá na metade do ano, 120 pessoas já morreram. Daqui. Uma boa parte é da Bahia. Pessoas trans que a gente conhece, pessoas trans que a gente não conhece, pessoas trans que a gente poderia ter conhecido...

[Renon] Mas que a gente nunca mais vai conhecer.

[Be] Que a gente nunca mais vai conhecer, porque a gente não tem o direito de existir. A gente não tem o direito de sair na rua, a gente não tem o direito de falar e se expressar, a gente não tem o direito de comprar coisas, a gente não tem o direito de pertencer à economia, a gente não tem o direito de pertencer ao Estado, a gente não tem direito de pertencer a nada... Tirando a prostituição e o tráfico sexual.

[Renon] Por que você disse que há, entre aspas, essa separação entre o movimento trans e os movimentos LGB...

[Be] Por quê?

[Renon] Você falou assim "há uma separação, entre aspas".

[Be] Ah, sim. É porque, se você for ver, o movimento LGBT, por uma boa parte da história recente dele, ele é GGG. É um movimento pela luta dos homens gays.

[Renon] Cisgêneros.

[Be] Cisgêneros. O movimento... As lésbicas tão muito mais dentro dos movimentos feministas e lutando por pautas da lesbianidade, pautas das pessoas lésbicas, das mulheres lésbicas, em específico das cis... Dentro do movimento feminista. Elas encontraram no movimento feminista uma alternativa ao movimento LGBT que é dominado pelo patriarcado dos gays, homens, cisgêneros, e... As pessoas bis são completamente invisibilizadas e atualmente tão se movimentando também, e... Aí, as pessoas trans que tão lá, que a gente tava se fodendo, a gente tava... Continuava indo nas paradas LGBTs, continuava indo nas paradas GLS e nas paradas... LGB, a gente continuava estando naqueles espaços, puxando luta, puxando pauta. Só que os nossos direitos não eram, o nosso debate em específico, o nosso debate da nossa existência, da nossa sobrevivência não era importante pro resto do movimento. Aí, a gente faz o que, a gente faz a mesma coisa que as lésbicas fizeram, a gente vai atrás de um espaço em que a gente possa discutir isso. Aí, surge o transfeminismo, aí, surge as ONGS e aí surge ANTRA, a ATT e todo o resto dos grupos de pessoas trans organizadas no Brasil e no mundo. São espaços específicos para se debater a questão da transgeneridade, por isso se separa. Porque se a gente tá em um espaço coletivo de debater diversas identidades, diversas minorias, diversas questões que nem sempre são concordantes... Quer dizer, são concordantes, mas não nas pormenoridades... Quem tem mais poder vence. E a gente sabe que quem tem mais poder é o homem. Quem tava debatendo não era só o homem, mas quem tinha mais poder era o homem. Ele era gay?! Ele era gay. Mas ele ainda era um homem. E geralmente é o homem que reproduz padrões de comportamento heterossexuais da heteronormatividade... Então a gente não vê dentro do movimento GLS um espaço pra desenvolver a nossa luta e a gente vai atrás da criação, a gente cria esses diversos espaços e a gente não abandona o movimento LGBT. Muito pelo contrário, a gente começa também a desenvolver debates lá, puxar conversa, falar também, mas a questão é que a gente precisou de um espaço pra fomentar o nosso discurso. Pra produzir um discurso hege... hegemônico, não. Orgânico sobre o que é ser trans, o que é ser uma pessoa trans, sobre o que é ser uma travesti, pra falar sobre as nossas vivências, porque o, o... O movimento LGB, não, na verdade o movimento LG, o movimentoGG, movimento GLS...

[Renon] Eu vou botar o G no lugar que ele se entende, né?

[Be] É. O movimento G não permitia esse espaço. E, aí, quando a gente dialoga, tem um discurso pronto, tem um discurso desenvolvido, a gente pode ir lá e falar: “Oh, isso aqui sou eu, isso aqui é você, eu tou morrendo, você já não tá mais morrendo tanto; você ainda sofre, mas eu tou morrendo, eu não existo pro Estado, eu não existo pra porra nenhuma; eu literalmente existo quando eu abro minhas pernas prum macho ou fodo um macho e ganho o dinheiro do meu pão e eu preciso viver a minha vida as escondidas e volto a existir na noite seguinte quando eu tenho que trabalhar pra outro macho, enquanto você tá aí, tem seus direitos - seus direitos não - mas já tem mais espaço, e já tem mais poder...”

[Renon] É reconhecido inclusive como um homem mesmo...

[Be] E é reconhecido.

[Renon] Eu entendo muito que você tá falando dessa coisa de não ser reconhecida como uma pessoa que você é.

[Be] É... Eu não comecei minha transição hormonal, ainda não comecei minha transição física. Não tenho prótese, não tenho a voz fina, não tenho os hormônios, não tenho peito, não tenho bunda. Não tenho nada que me qualifique – não – que me caracterize como uma pessoa trans. Só a minha questão, a minha aparência, a minha performatividade digamos assim. Assim como tem muita pessoa trans que também tá nessa antes de começar o processo, de começar a hormonização, a gente sempre tá nessa. Mas ainda assim as minhas irmãs travestis e as minhas irmãs mulheres trans, e os meus irmãos homens trans, quando eles saem na rua, o corpo deles é reconhecido, o corpo deles é percebido como um corpo abjeto. Olham pra cara deles e “esse corpo não deveria existir”, “esse corpo é errado”, e, aí, a gente sofre violência, a gente morre. Eu ain... Óbvio que pela minha questão da transição social eu ain... Já sofro violência. É diferente, porque eu posso tirar minhas roupas, eu posso colocar uma roupa igual a que você tá vestindo, cortar meu cabelo, cortar minhas unhas, seguir o meu baile e fingir que a minha transição nunca aconteceu, minha transição social nunca aconteceu, que eu não sou uma pessoa trans, eu vou me foder psicologicamente pra isso, eu vou sofrer pra caralho, eu vou provavelmente me matar, mas ainda assim pra mim é uma possibilidade. Eu ainda posso me esconder. E eu preciso me esconder. É uma necessidade, me esconder. Porque a outra opção, a opção de continuar vivendo, a opção de continuar existindo sendo quem eu sou, a opção de continuar com a minha transição e passar pra minha transição física, ela é uma aposta de vida ou morte. Eu posso começar minha transição, eu posso colocar peito, eu posso ficar profunda, fazer uma buceta... Resenha interna.

[Renon] Eu te entendi.

[Be] Eu posso completar, completar não, eu posso seguir o processo... E morrer. Eu posso começar o processo e morrer amanhã. Eu posso começar o processo daqui a um mês, passar dois anos no processo e morrer. Eu tenho isso em mente, não só eu, mas todo mundo, todas as pessoas trans têm isso em mente. Ser trans é uma aposta de vida ou morte. Ou você tá apostando contra si mesmo e se escondendo, ou você tá apostando contra a sociedade transicionando. Então...

[Renon] Então é mais uma aposta de morte do que de vida de qualquer forma.

[Be] Exatamente. É se colocar na mira de uma arma, a diferença é qual arma, quem tá segurando a arma: se é você ou se é a sociedade. E eu acho engraçado que, tipo, as pessoas cis hétero, ou às vezes as pessoas só cis que são lésbicas, ou que são gays, ou que são bis, elas falam que ser trans é uma escolha. Mas não é uma escolha. A nossa escolha é transicionar. Eu posso escolher transicionar ou não. Mas nunca vai ser uma escolha eu ser trans ou não, porque eu sou trans. Eu tenho uma amiga que ela não pode transicionar, porque o ambiente que ela tá não permite. Assim como eu não podia transicionar na minha casa, minha mãe não permitia que eu me hormonizasse e eu dependia economicamente dela... Ela não pode se transicionar, de forma alguma. Ela não pode botar um vestido, uma calcinha, não pode fazer porra nenhuma que ela morre. Ela mora numa favela no Rio de Janeiro, a família dela é violenta e a realidade dela é violenta. Ela tem problemas psicológicos pesados, alguns deles por isso e vira e mexe ela tenta se matar. Ela não escolheu ser

trans. Ela não escolheu também transicionar. Assim como ela também não escolheu não transicionar. Ela é obrigada, pra sobreviver, se esconder. E ela sabe, assim como eu sei, que no dia ela botar um vestido e ela sair na rua, vai ser o dia que ela vai morrer... Tipo, ela já tentou suicídio de várias formas, mas o dia que ela quiser morrer mesmo, ela só precisa botar um vestido da mãe dela e sair na rua. Ela morre... Porque ela já viu pessoas trans morrendo na comunidade dela. Ela já viu pessoas trans sendo linchadas na comunidade dela. Ela já tava passando na rua e viu um corpo de uma mulher trans, de uma travesti... Isso é a realidade dela, assim como é a minha realidade, assim como é a realidade de Jenny e de todas as outras pessoas trans que você tá entrevistando e que ninguém nunca vai entrevistar... Porque tão mortas, ou porque não são interessantes pra academia. Isso... É contra isso que a gente tá lutando, que o movimento trans, os movimentos trans estão lutando, contra essa violência, contra essa impossibilidade de existir... E por isso que a gente precisou de um espaço separado pra falar sobre isso, pra debater isso, pra pegar e abraçar umas as outras e falar sobre as irmãs mortas. Pra pegar e lembrar as pessoas que morreram e derramaram sangue e pra que eu estivesse, esteja dentro de uma universidade. Seria impossível há dez anos atrás, é impossível, ainda é impossível pra muita pessoa trans.

[Renon] Chegar até esse espaço...

[Be] Hum?!

[Renon] Chegar até esse espaço é extremamente complicado para uma pessoa trans.

[Be] Sim, é uma vitória e não é uma vitória minha. É uma vitória de todas as pessoas trans que sobreviveram e passaram e lutaram até hoje pra que eu fosse lá e passasse no vestibular, tivesse a oportunidade de entrar em uma universidade. É uma vitória das pessoas trans que me acolheram e me aconselharam a continuar com a minha mãe pra mim continuar tendo um alimento, pra mim poder estudar e vir pra cá. E as pessoas que me abrigaram, quando eu fui expulsa de casa. É uma vitória das pessoas que se prostituíram e ainda se prostituem pra alimentar as travestis mais velhas. Porque chega um momento que não existe mais a possibilidade de você se prostituir. E você ou morre de fome... Ou você é ajudada por alguém. E travesti não tem família. Quer dizer, muitas têm, mas a maioria não. Porque a maioria perde a família quando tá na sua infância e é expulsa de casa e é violentada em casa. E... Quem cuida uma das outras é a gente. Eu conheci uma... Na minha cidade tinha uma ONG, que é a ONG que me acolheu, me ajudou muito, que é Renascer. E são travestis mais velhas que formaram essa ONG pra atender o público LGBT, mas focando na população trans. E só trabalha... Maior parte da equipe é de travestis, tirando a equipe que é especializada, psicóloga, assistente social e, e advogada. E elas me ajudaram muito, assim, e uma delas passou muito tempo, ela já tava com 70, quase 80 anos, e ela passou alguns anos sendo sustentada pelas mais novas, essas mesmas travestis, desses mesmos lugares, da ONG, sustentaram ela por um bom tempo, porque ela não tinha mais condição de se prostituir. E, aí, quando elas conseguiram a ONG, antes mesmo da presidente da ONG entrar, essa, essa mulher entrou. E ela entrou justamente porque ela tinha necessidade, ela precisava daquele dinheiro, então a primeira ou a segunda, é, a primeira vaga preenchida foi a dela, o primeiro salário que foi pago foi o dela e depois as outras. Depois a que criou, a que trabalhou todos os dias da vida dela pra conseguir aquela ONG, ela entrou depois da irmã mais velha que tava fodida e que ia continuar fodida e que ta, tá ainda fodida. Então, por isso que a gente precisou desse espaço... Acho que é isso, sobre esse ponto...

[Renon] Você me falou que a sua militância tava voltada pro movimento...

[Be] Não-binário.

[Renon] Não-binário. Se você pudesse falar um pouco sobre.

[Be] Então, daí dentro de todo esse rolê, de toda essa questão...

[Renon] Da transgeneridade.

[Be] Aí, tem as pessoas não-binárias, que é um grupo de pessoas trans que não se identifica com o binarismo e tal... Então as pessoas não binárias não se encaixam nem no feminino, nem no masculino, ou às vezes elas se encaixam nos dois e por isso é complicado, mesmo dentro da comunidade trans binária, dos homens e mulheres trans e travestis, entender o que é o não binarismo

e compreender aquelas pessoas. E, aí, a comunidade não-binária sofre dupla violência: ela sofre a transfobia e ela sofre do binarismo. Porque viver numa sociedade que é totalmente generificada e totalmente binária, onde você aprende o que é ser homem e o que é ser mulher no berço...

[Renon] Quando você é um bebê.

[Be] Antes disso até. Você é criada praquilo, exatamente, você é criada praquilo, você é doutrinado praquilo e todo mundo à sua volta é doutrinado praquilo. Mas, quando você é uma pessoa não binária, como eu sou, o binário não te encaixa, tipo... Mesmo que isso, mesmo o... O binário oposto, mesmo se você é designada homem, mas a feminilidade também não vai te encaixar. Nem a masculinidade, nem a feminilidade, essas coisas não te representam, não é aquilo... E a não binariedade é comum em diversas culturas, muitas culturas que foram apagadas, ou tem seus papéis apagados e tal na contemporaneidade, mas ainda existem. E... As pessoas, o movimento não-binário ele trabalha com a questão educativa. O principal viés dele é a educação, porque, assim, o movimento LGB todo ele luta dentro da política e da cultura. A gente precisa alterar as políticas públicas, mas também a gente precisa alterar a cultura. As formas e os meios que a gente vai atingir isso são variados, mas isso que a gente precisa alterar. A gente precisa alterar as formas que as pessoas pensam e se as pessoas pensam sobre a gente e a forma que o Estado pensa sobre a gente, o resto tudo é consequência. O movimento não-binário foca na cultura... Porque a gente sabe que se nem as pessoas, nem os gays, nem as lésbicas, nem as pessoas trans binárias, nem as pessoas bissexuais conseguem reconhecimento mínimo do Estado, a gente não vai conseguir assim, não é uma coisa que tá ao nosso alcance... Não é uma coisa que com 20 protestos a gente consegue, não é uma coisa que se a gente queimar ônibus vai resolver. Não é uma realidade, não é palpável. Então a gente foca na mudança cultural, a gente foca na produção de conhecimento, na divulgação de conhecimento sobre a não-binariedade, sobre a binariedade também, sobre o que é ser homem, sobre o que é ser mulher, sobre o que é pertencer a esse mundo generificado, sobre o que é não pertencer a esse mundo generificado e tal. A gente produz conhecimento sobre isso e divulga. A gente produz mídia sobre isso, a gente produz muita coisa sobre isso e divulga e é esse o nosso foco. A gente dá palestra sobre isso, eu sou uma pessoa que dá palestra sobre isso, que sempre que posso, sou... Me proponho a falar sobre isso, a divulgar, a explicar, porque a gente trabalha no âmbito do conhecimento. A gente também morre, a gente também não é reconhecido pelo Estado, a gente também sofre as todas as questões que as pessoas trans binárias sofrem e todas as questões que as pessoas LGBTs sofrem, mas, além de lutar a nossa pauta, a gente luta a deles também. Só que a gente reconhece, que pra gente, aquilo não é tangível, pra gente o direito de casamento não é algo alcançado. Por quê? Porque eu, como uma pessoa binária, tenho direito de casar, eu reconhecendo, reconhecida como uma pessoa binária tenho direito de casar. Mas eu não sou reconhecida como uma pessoa não binária. Então, antes de ser reconhecida como uma pessoa com o direito de casar, eu tenho que ser reconhecida como uma pessoa. E, pra eu ser reconhecida como uma pessoa, não basta só eu lutar contra o Estado, porque o Estado pode reconhecer. Por exemplo, é possível pro Estado reconhecer que uma pessoa trans existe... E o Estado tem mecanismos, tem conhecimento, tem ferramentas suficientes pra atingir esse conhecimento e elucidar essa questão pra si mesmo. Existe muito trabalho acadêmico sobre isso... Então não é algo tão distante. É relutância, é questão cultural, é catolicismo, é evangelicismo, é o cristianismo, é poder, é hegemonia, é corrupção, é o patriarcado, é tudo isso. Mas não muda o fato de que tá ali, é só uma questão de eles não querem fazer isso. Eles podem, eles não querem. Eles têm os meios, eles não querem. Pra gente não, pra gente eles também não têm os meios. Pra gente, a maior parte da população não conhece, não tem noção do que é ser não-binário e do que é binariedade. A maior parte da população não sabem por que são homens e por que são mulheres e se são homens e se são mulheres. Essa doutrinação inconsciente... Que é um dos ataques que a gente faz, porque, né, a gente é doutrinado inconscientemente a obedecer as regras de gênero, os padrões, estereótipos de gênero e os papéis de gênero, mas a maior parte da população não tem esse conhecimento. Então, antes da gente ser reconhecido, a gente tem que fazer com que vocês se reconheçam. Por isso a gente trabalha muito pelo viés da educação. Acho que é isso, estar no movimento não binário, pertencer ao movimento não binário, que é o coletivo que eu participo, é isso. É produzir e divulgar informação, conhecimento, cultura, porque a nossa batalha é no âmbito cultural, é no âmbito intelectual, é no âmbito acadêmico, é no âmbito social...

[Renon] É pelo discurso?

[Be] É pelo discurso. Antes de tudo, a gente tem que mudar o discurso, porque a nossa existência só é reconhecida a partir do discurso... E existem categorias de discursos que reconhecem gays, lésbicas, bissexuais – apesar das pessoas bissexuais serem apagadas – e trans binárias, pessoas trans binárias. Existe uma categoria de discurso, existe um discurso que reconhece eles. Pra gente não. E a gente precisa construir e afirmar esse discurso ainda.

[Renon] Seria outro nível de violência, então, você não ser reconhecida como uma pessoa não binária.

[Be] É. É a invisibilização.

[Renon] Vamo para o último bloco de perguntas. Eu queria que você comentasse quais são as reivindicações que você entende serem pautadas pelo movimento trans e, aí, dentro da sua concepção de movimento trans...

[Be] Já falei, né. Já abordei isso bastante. Mas, enfim, pro movimento trans acho que o direito de existir, depois ser reconhecido, depois ser inserido na sociedade...

[Renon] Inserido?!

[Be] Inserido na sociedade, depois ter representatividade... Depois... E, daí, agora é aquele momento que você vai lá na entrevista da Jenny...

[Renon] Não, eu quero que você...

[Be] E você copia e cola...

[Renon] Eu quero saber de você super.

[Be] É que eu não tou lembrando. Mas é basicamente isso.

[Renon] Mas o que, o que você quer dizer com, quando você fala primeiro essa questão da existência?

[Be] É aquela coisa, já falei inclusive. É que a gente não tem direito a existência, não tem direito de existir. Eu não tenho direito de ir comprar um pão ali, eu não tenho direito de, de andar na rua, eu não tenho direito de usar os serviços públicos, apesar de eu tá usando agora. Apesar de que eu específico, como uma pessoa trans branca, ter conseguido tá aqui. Enquanto jovem, inclusive, isso é um fator muito grande.

[Renon] E por que você diferencia a questão da existência da questão que você falou depois, logo depois de existência...

[Be] Do reconhecimento.

[Renon] Do reconhecimento. Por que você diferencia?

[Be] Porque, pra gente ter o direito de existir, a gente precisa ser reconhecido e pra gente ser reconhecido a gente precisa ter direito de existir. Então... Ser reconhecido não é ter o direito de existir. A gente sabe que os homossexuais, há 30 anos atrás, não tinham o direito de existir, quer dizer, até trinta anos atrás. E a maioria deles ainda não têm, a maioria, não, mas uma boa parte deles ainda não tem. Eles eram reconhecidos, eles faziam parte da cultura, eles faziam parte da sociedade, faziam parte do dia-a-dia, existiam saberes sobre eles... Se debatia a existência deles... Mas eles não tinham esse direito. Eles eram reconhecidos como seres existentes. As pessoas trans, não. As pessoas trans nunca tiveram direito de existir... E elas também nunca tiveram o reconhecimento. Quer dizer, tiveram, em momento históricos específicos, elas tiveram, mas, na modernidade contemporânea, não. Então... na contemporaneidade, aliás. A gente ainda não tem direito de existir fora da prostituição... Fora de um espaço específico que foi criado pra subjugar. E, aí, a gente foi jogada lá pra escanteio naquele espaço, a gente teve aquele espaço pensado nas nossas vivências e a gente só existe, só é reconhecida a partir daquele espaço que é a prostituição. Então... Quando eu

separa o direito de existir, do reconhecimento, é porque são realmente duas coisas distintas. Existem populações que tem o direito de existir e o reconhecimento e existem pessoas que tem o direito de existir, mas não tem o reconhecimento, por exemplo, as pessoas negras, que tem a sua identidade apagada. Elas têm o direito de existir, mas elas tem a identidade delas apagada, elas têm a cultura delas apagadas, quando elas pertencem a alguma cultura diferente da hegemônica. Então... Elas têm um, mas não tem outro. Quando tem o direito de existir, porque, óbvio, tem muitos casos que eles, que esse direito também não existe... E a gente não tem nenhum dos dois, a gente não pertence a lugar nenhum. Quer dizer, pertence à prostituição, mas não pertence a lugar civil nenhum, a gente não pertence a saber nenhum, a gente não pertence a espaço nenhum, tirando o espaço marginal. E se a gente sai do espaço marginal a gente perde o nosso direito de existir e a gente morre. E às vezes quando a gente tá no nosso espaço marginal a gente também morre.

[Renon] E você acha que essas pautas que você coloca, elas tão pra todo movimento? Numa homogeneidade, todo movimento trans dentro da, inclusive dentro das... Várias vertentes que você colocou. Você acha que eles são homogêneo, essas reivindicações?

[Be] Honestamente, eu não faço a mínima ideia. Honestamente... O movimento trans pra mim... Ele... É o meu movimento, é o segundo movimento. A minha primeira militância é a não-binariedade. E pra não binariedade são essas pautas. É pelo menos isso que a gente entende pautas do movimento trans. Pro, pros outros movimentos trans, pro transfeminismo, por exemplo, também são essas pautas, ou pautas similares a essas, mas eu não tenho, não é minha luta. Jenny... Nem nunca mais procurei ela pra falar sobre isso, porque é a luta dela. Não é a única, mas é a luta mais importante dela. E... A Ariane Sena também tem. Já entrevistou? Vai entrevistar? Não vai?!

[Renon] Ela já graduou, não foi?!

[Be] Não, ela tá cursando gênero, comigo.

[Renon] Ariane não é aquela de psicologia?

[Be] É.

[Renon] Ela terminou e tá fazendo gênero agora?! Eu achei que ela tinha só graduado em psicologia e já tava exercendo.

[Be] Não, ela cursou gênero. Agora ela tá no Fazendo o Gênero, mas semana que vem ela vai tá aqui.

[Renon] Aqui em Salvador?

[Be] É.

[Renon] Não sabia, não sabia. Até vi ela esses dias.

[Be] Mas continue.

[Renon] É... Eu ia fazer até outra pergunta, mas acho que ela não faz sentido. Que era perguntar pra você se essas reivindicações estão pra todas as pessoas trans, mas você já super me respondeu isso.

[Be] É, também daquela questão de que subjetividades e subjetividades. Nenhuma limitação tá pra todas pessoas trans. Porque eu, ainda mais as minhas, porque eu sou uma pessoa trans branca que... Tive condições de estudar, tive condições de focar apenas nos meus estudos, não precisei me prostituir, até o momento, e tive condições de entrar em uma universidade, antes de me perceber como trans. Eu tive uma base, eu tive condições de entrar em cursinho, estudar e tá aqui... Eu sou sustentada pelo Estado da Bahia. Não, mentira, pelo Estado Federal. Olha só. Eu sou sustentada pela Federação. Agora parece que eu tou no *Star Wars*.

[Renon] Acho que, talvez, seria o Império, viu?!

[Be]..Mas é que a Federação é a Federação.

[Renon] Mas é que depois o Império toma o poder.

[Be] Momentos históricos, meu bem. Vários momentos históricos.

[Renon] Você acha que a gente tá em qual momento histórico? Eu acho que super o Império tá dominando.

[Be] O Império é os Estados Unidos. O Império ainda tá na Guerra Fria entre o Império e a Federação. O Império domina, mas a Federação ainda existe.

[Renon] A Federação existe, mas quem tá dominando?!

[Be] Mas quem domina a minha vida é a Federação, quem paga as minhas contas é a Federação.

[Renon] Aí depois você faz um PIBIC e tem uma bolsa também do Estado da Bahia, é uma possibilidade, oh.

[Be] É uma possibilidade.

[Renon] Você pode estudar...

[Be] Não, não tem PIBIC pra minha área.

[Renon] Não tem PIBIC pra Gênero e Sexua... Gênero e Diversidade?!

[Be] Não, minha área não é científica. Ah, não, minha área é científica, não tem PIBID pra minha área.

[Renon] Nem PIBIC?

[Be] PIBIC tem.

[Renon] Então?!

[Be] Eu confundi, eu confundi os dois.

[Renon] PIBIC tem do Estado da Bahia.

[Be] Não, eu sei...

[Renon] Última pergunta. Última pergunta mesmo. Você acha que essas reivindicações têm sido exploradas em quais frentes de atuação? E aí com frente de atuação eu tou querendo falar frente de atuação política, frente de atuação legislativa...

[Be] Então tem... O movimento trans, o movimento LGBT... Mais em foco, a ANTRA e os outros grupos de pessoas trans... Nacionais, tem levado pra frente muitos desses debates. João Nery... Tá dando a cara a tapa faz 40, 50 anos pela gente... E, na mídia, a gente tem diversas representações horríveis, limitadíssimas, só que, daí, a gente tem a Laverne Cox, que é maravilhosa, né?! Não vamos nem falar de Cate Jenner.

[Renon] De quem?!

[Be] Cate Jenner. Caitlyn Jenner... Me recuso. A gente tem Laerte... Pessoa maravilhosa. A gente tem essas pessoas que tão ali, tão no debate, tão em espaços de poder, ou que tão ocupando espaços de poder. Na Bahia, a gente tem Ariane Sena. Tá em um espaço de poder e tá ocupando um espaço de poder e tá resistindo em um espaço de poder. E... E a gente tá ocupando esse espaço, tá abrindo discussões e tá levantando pautas. Na universidade, a gente tem Jenny Müller, que tá, ali, lutando pela gente, que tá, ali, fazendo, tá indo dar a cara a tapa pro reitor, assim como Ariane Sena

tá indo dar a cara a tapa pro reitor, tá indo falar na PROAE, tá indo brigar com a PROAE e todo o resto. A gente tem pessoas que tão lutando como indivíduos por uma causa maior. E a gente tem a contra cultura que sempre foi um espaço gigantíssimo de produção de... Da cultura LGBT e da cultura *queer*, em geral, no mundo, que a gente tem... A contra cultura, aqui, por exemplo, eu me refiro a Linn da Quebrada, a... Linniker, que agora já não é mais contra cultura, mas, né, que inda assim se encaixa em vários momentos da contra cultura. A gente tem os *punks*, não todos, mas alguns dos grupos punks que incluem as pessoas LGBTs. A gente tem a produção de arte pelas próprias pessoas trans, a gente tem a produção de saberes acadêmicos pelas próprias pessoas trans para pessoas trans e também tem a produção de saberes acadêmicos por pessoas cis sobre as pessoas trans, que geralmente não são muito bons. É verdade.

[Renon] Eu fiquei assim agora, tipo...

[Be] Não, não, mas é verdade, porque a, quando você tá falando... Não, no seu caso é outra coisa. Eu tou falando de pessoas cis que definem o que é transgeneridade, por exemplo, que definem o que, que tão produzindo saberes sobre aquilo. Você tá, tá definindo ou... Você, o teu tipo de trabalho é outro. Você tá lidando com a área em relação a, as pessoas trans. Mas o problema é quando uma pessoa cis vai lá e pega e faz um livro de 500 páginas sobre o que é ser trans. E é isso, tipo, a gente tem esse espaço, a gente tem pessoas lutando nesses espaços, só que a gente ainda tem uma relutância, a gente ainda tem representações horríveis na mídia surgindo agora. Ainda tem uma novela com uma representação horrível de uma pessoa trans, na Globo. A gente ainda tem isso sendo passado, a gente ainda tem um histórico de personagens trans na Globo, no SBT - no SBT menos -, mas na Globo, em específico, desde que eu me conheço por gente, eu vi pessoas trans na TV. Tanto na Globo, como na SBT, quanto na Record, mas eram pessoas trans estereotipadas, eram pessoas trans que ocupavam lugares marginais, eram pessoas trans que faziam e eram, e geralmente morriam. Tudo aquilo que o estereótipo diz que ela deveriam ser. Então... O que a gente tá querendo fazer é exatamente o contrário: é mostrar que eu existo, é mostrar que Jenny existe, é mostrar que a Ariane Sena e que a nossa existência ela é tão válida e complexa quanto qualquer outra existência. A principal questão da minha vida não é eu ser trans, é tipo a menor das minhas questões. Eu ainda tenho a minha produção acadêmica, eu ainda tenho a minha questão mental, minha questão psicológica, eu ainda tenho... Eu acho que é isso mesmo, você entendeu o que eu quis dizer.

[Renon] Outras complexidades.

[Be] É, exatamente. Eu, eu tenho que... Definir: eu tenho problemas muito maiores com a minha psique do que com a minha transgeneridade. O fato de eu precisar da minha hormonização, por exemplo, ou da minha transição não faz diferença nenhuma em comparação com o fato de eu ter dupla personalidade, com o fato de eu ter depressão, com o fato de eu ter uma caralhada de doenças mentais. Então, aí, tipo, a minha vida é complexa e a vida de todas as outras pessoas trans é complexa e a gente tem uma péssima representação na mídia sobre isso e, tipo, o que a gente tá tentando fazer agora, como movimento, também é isso. Principalmente o meu movimento que foca nisso, mas os outros movimentos também fazem isso. É ocupar esses espaços e produzir mídias, produzir séries, produzir filmes, produzir conhecimento sobre transgeneridade, sobre pessoas trans a partir da gente, a partir da nossa narrativa sobre a nossa existência que é o mais importante. Não me importa, como pessoa trans, ver qual é a sua interpretação sobre mim, o que me importa é ver qual a interpretação de Jenny, de Jenny, ou de mim por mim. Assim, eu convivo, tou convivendo com pessoas trans muito mais agora porque eu tou vivendo com Jenny, tou vivendo com Deuza. E... Eu percebo que as nossas transgeneridades não são iguais... A narrativa dela, a existência dela é muito mais complexa do que a, não é muito mais, não, ela é complexa em diferentes formas do que a minha, assim como a de Deuza também é...

[Renon] E não se reduza...

[Be] Assim como a minha é. E não se reduz, é. E o menor dos nossos problemas é esse, o menor das nossas questões é isso. Transpassa toda a nossa vida?! Óbvio. Mas só porque a sociedade vive implicando com isso, só porque se a gente sair na rua, a gente morre. Só que pra sair na rua, a gente tem que pensar se a gente vai morrer. Só se pra ir na universidade, que é aqui do lado, é, tipo, nem 100 metros de distância da minha casa, eu preciso pensar se eu vou ter que brigar na rua, pensar se eu vou ter que matar alguém, pensar se vão ter quatro pessoas e me dar um tiro, ou se uma pessoa

vai me dar um tiro ou quatro pessoas vão me botar num carro e me estuprar. É pensar tudo isso só pra mim sair da minha casa e ir estudar. E todas essas questões... Elas são... Obrigatórias pra gente, sabe como, não são questões que a gente aborda só porque a gente quer abordar, não são questões que a gente fala só pra falar sobre elas. Se, se eu pudesse, eu só ia falar aqui sobre a minha transgeneridade com a minha psicóloga, com as minhas amigas... Eu não ia precisar ficar vindo dar palestra sobre isso, não ia ficar tipo me dispondo a dar palestra sobre isso, eu não ia ocupar esse espaço, até porque pra mim não tem graça, pra mim tipo é minha vida. Eu tou literalmente indo na frente de 50 pessoas falando sobre a minha vida, pra mim voltar pra minha casa e continuar vivendo a minha vida. Então a sociedade e a cultura e a mídia e o poder público e o Estado fazem disso uma necessidade. Porque não é uma necessidade real, é uma necessidade do Estado, é uma necessidade da sociedade, é uma necessidade da cultura... De, de marginalizar a gente, invisibilizar a gente que cria... A resposta, que cria a contra cultura, que cria a gente precisando falar de nós mesmas pra ser reconhecidas. Então acho que é isso.

[Renon] Deixa eu te perguntar se você tem mais algum comentário que você queira fazer que por um acaso as perguntas não te deram abertura pra falar sobre.

[Be] Não, eu tou de boa.

APÊNDICE D – Entrevista Francisco Sena

[Renon] Antes de começar a entrevista, Francisco, eu abro espaço para que você consiga me colocar um pouco da sua trajetória mesmo, para além da universidade. Entender como é que foi, tipo, pra você estar no sistema educacional, como foi estar no ensino fundamental, como foi estar no ensino médio, como foi entender que queria estar na universidade, como foi entender que curso você queria fazer na universidade, sabe... Como foi entender que você queria fazer parte da UFBA e ter essa vivência nesses outros espaços?

[Francisco] Eu sou do interior, então fiz até meu ensino médio lá em Ipirá, no sertão, e majoritariamente, na rede pública. Finalizei meu ensino médio numa escola estadual. Eu não tive uma – acho que isso é importante de falar – eu não tive uma vivência educacional, antes da universidade, enquanto pessoa trans; a minha transição ocorre dentro da universidade, então, certamente isso me faz ter uma outra trajetória, né? De não vivenciar a transfobia na escola, enfim, né?! Não disputar os direitos enquanto pessoa trans nesse ambiente educacional e com menos de 18 anos, por exemplo, né?! Que, pensando nessa perspectiva legalista, é um marcador importante e não sei, assim, vir para Salvador era algo que sempre pairava o horizonte, assim. Aqui tem uma residência de Ipirá, uma residência para pessoas de Ipirá, no Tororó, que agora vai ser nos Barris, porque caiu uma parede, enfim, a casa vai passar por reformas, inclusive, minha irmã está morando lá agora e eu morei 3 anos. É, tenho uma irmã que mora aqui agora tem poucos meses, minha irmã de 18 anos. Eu sou mais velho, e aí eu morei 3 anos nessa residência que já era um espaço que eu conhecia pela movimentação social e cultural que a residência construía na cidade. Então, tem um evento lá que se chama “Semana de Cultura”, que existe há mais de 23 anos, que é um evento que a residência – a IPI – 44, 45 anos tem muito tempo, é uma instituição de resistência, assim, em diversos aspectos, porque a prefeitura tem um, tipo, manda um subsídio ridículo, mas a resistência política de estar aqui, de ser um espaço auto-organizado que a prefeitura não dá conta das questões administrativas, porque também a residência não quer que dê, né?! Porque é um espaço autogestado e, enfim... Aí, morei 3 anos nessa residência, fiz parte dessa diretoria dessa residência, também, a diretoria dividida por cargos: secretaria de cultura, de nutrição, tesoureiro, presidente, enfim. Então, tinham contato com algo do movimento estudantil em Ipirá por parte da residência, mas lá eu nunca fiz parte de nenhum movimento organizado e nem de uma outra ordem, assim. E aí terminei o ensino médio, vim pra cá, fiz um ano de cursinho, aí eu pensei em fazer algumas coisas, assim, tipo, História, Letras, Medicina, depois pensei em Ciências Sociais, mas isso foi mais para frente, assim... e, aí, eu pensei que eu ia fazer Psicologia primeiro, porque depois queria fazer Medicina e, naquele momento, eu pensava que fazer Psicologia era importante para mim para que depois eu pudesse fazer Medicina no sentido de... ter uma outra compreensão, sabe? De relação e de cuidado. E, aí, eu achei que aquilo fosse fazer, enfim, que era um passo que eu precisava dar primeiro. Hoje eu não pretendo mais fazer Medicina, e, aí, escolhi Psicologia meio que assim, né?! Por afinidade com comunidades, por essa questão de cuidado e relação pessoal e social, também, que foi algo que sempre atravessou na minha trajetória e depois de morar na residência enquanto uma entidade de luta política, também, de questões sociais, isso ficou muito mais acentuado em mim e conviver com pessoas que faziam Psicologia lá, também, e, aí, conheci a UFBA, que era um espaço que eu não frequentava antes de... Não conhecia muito, assim, a universidade, ficava muito no campo de um imaginário, né?! E de uma trajetória de narrativas em comum, de pensar de alguém do interior, do sertão, de uma cidade que não tem universidade pública, que nem é tão longe de Salvador, são 202km, mas que em termos de acesso é muito longe, né?! Em termos de possibilidade social, de acesso e permanência é muito distante, sim...

[Renon] De realidade!

[Francisco] Total! De construção subjetiva de que esse é um espaço possível de se ocupar e de se construir, de construir de uma outra forma, sabe?! E de vir para cá, e de ser uma pessoa do interior, da linguagem... Eu tinha um professor de – horrível, isso me marcou muito – um professor de literatura e de letras do cursinho que me chamava de Ipirá, que é o nome da cidade, por causa do meu sotaque que era muito mais forte, né?! Quando eu cheguei aqui, e era horrível. Então, marcadores como a fala, enfim, tudo isso de um espaço tão pequeno, né?! De uma cidade... De um espaço de distância, assim, espacial, digamos, distante, mas que culturalmente hierarquizada de forma muito distinta, enfim, né?! Dominações, né?! Enfim, tudo isso que a gente já sabe. Aí, comecei...

[Renon] O primeiro curso que você já entrou foi Psicologia? Então você já está quase terminando, né?!

[Francisco] É... Eu fiz cinco dias de Serviço Social. Eu fiz o Enem e, aí, eu consegui uma bolsa numa universidade privada, no comércio e, enfim, Serviço Social também, de repente, parecia algo que podia ser interessante, mas eu queria muito estar numa universidade federal, eu queria muito poder construir e fortalecer as possibilidades políticas que existem aqui, que naquele momento, para mim, eram fundamentais, sabe?! Que, enfim... E que meus amigos faziam parte, que, enquanto pessoa do interior, esse espaço para mim ainda tinha outros sentidos, não era só uma dimensão de formação técnica, sabe?! Era, enfim, muitas outras.

[Renon] Serviço Social é bala!

[Francisco] É, nossa! Acho que hoje eu faria Serviço Social.

[Renon] Quando você falou que só fez cinco dias, eu fiquei: "porra, só cinco dias?"

[Francisco] Eu fiz cinco dias, de segunda a sexta. Ai, eu falei – eu fiquei muito doido, assim – aí, eu falei: "minha mãe, não quero isso, não quero estar nessa universidade, eu quero estar num outro lugar" – assim, com todas as críticas que têm à UFBA e tal, mas... "Mas" não, "e". Porque as coisas coexistem. Esse ainda era um espaço que eu queria disputar, aí fiquei com medo de não passar. Vim de um ensino fundamental público e ensino médio muito fragilizado. Quando eu me deparei com o cursinho, eu vi como a minha formação foi precarizada e, enfim... Caí na lógica meritocrática que era acionada o tempo inteiro de: "ah... Se você... Se você" Se você o caralho, sabe?! Tem um histórico de formação escolar aí muito defasada. Que Línguas? Que História? Que Química? Não tinha, sabe?! Unidade sim, outra não. E, aí, me deparar com uma realidade – claro – que não é um ano que vai ter uma equiparação, né?! Tem uma trajetória marcada por isto, tem uma trajetória de acesso, de negação, de violência subjetiva, de tudo que atravessa e que forma. Mas, aí, eu larguei, voltei para o cursinho. Faltavam três meses para o vestibular, eu falei: "não vou passar". Enfim, fiz e passei. Passei lá pra segunda lista, assim. Eu tô fazendo e estou no décimo semestre agora, mas...

[Renon] Você já forma no próximo...

[Francisco] Não, não! Não sei se estarei no próximo. Tem outros processos acontecendo. Mas, sim, estou há quase 5 anos. Vou fazer mais dois, porque eu tenho mais um ano de estágio. Aí, enfim... Acho que é um pouco isso, assim... A universidade entra como uma perspectiva que traz muito, também... Hoje menos, assim... Mas a questão familiar, e meus pais sempre fortaleceram muito, né?! Para poder tá aqui, enfim... Tanto que não trabalho ainda e são eles que – hoje menos – mas que, sobretudo no início, me mantiveram muito. Aquela ideia do filho na universidade, numa universidade federal, e no curso que tem uma representação social que hoje eu compreendo, né?! Ainda, muito elitista, com várias problemáticas, mas que, também, me dá uma possibilidade de alcançar e construir de dentro, de um outro lugar, né?! De uma outra forma e tal... E, aí, é isso, hoje eu já não quero mais fazer Medicina.

[Renon] Seria muito bom se você fizesse também.

[Francisco] É, eu acho bala, assim... Mas, enfim, né?! Estou enveredando por outros caminhos, que não sei exatamente quais são, mas... Me interessa muito mais, hoje, pelos estudos culturais, por antropologia. Teve um momento que eu pensei em sair de Psicologia e fazer "ciso", mas aí acabo que eu pesquiso mais por isso, então, eu posso, né?! Coexistir e tocar isso adiante, enfim...

[Renon] Terminar e, depois, fazer, sei lá, um mestrado...

[Francisco] É... Em estudos culturais, em sociedade e cultura. Não sei, vamo ver, aí. Psicologia Social também me interessa.

[Renon] Pensa em fazer outra graduação?

[Francisco] Agora acho que não, agora acho que não. Tô tendo muito... Muito... Muito problema com a universidade, assim... De ordem de violência, aí, enfim... Tenho reorganizado a minha vida para

que esta instituição não esteja tão centralizada como ela está agora, né?! Porque eu estudo na UFBA, pesquiso na UFBA, como na UFBA, tenho redes afetivas e sexuais, enfim... De repente, a universidade tá muito, é... E, aí, acho que eu quero aprender com/de outros lugares, não institucionalizados, sabe?! Não científicos, não positivistas, e, enfim... Tenho tentado sair um pouco disso, mas é difícil. Que eu tenho me deparado com várias questões, assim... Que os últimos anos de minha vida foram...

[Renon]: Você pensou vários cursos. Você me falou que pensou em Letras, pensou em Psicologia, em “ciso”, em Serviço Social... Você nunca pensou em Direito?

[Francisco]: Não!

[Renon]: Gente, por favor... Nunca, nunca, nunca passou pela sua cabeça?

[Francisco]: Não, assim... Nunca! Não posso dizer nunca... Depois de ingressar em Psicologia e conhecer uma galera de Direito, também, assim... Uma galera de esquerda e que tem essas perspectiva anticapital e que tenta trazer pautas, né?! De marcadores que são usados para subalternização, eu falei: “pô... É importante ter”. Mas, aí, enfim... Nunca foi um desejo elaborado na real, assim... Acho foda ter sempre de nós em todos os lugares, mas, enfim... Não foi um espaço que me despertou desejo, sabe?! Tenho várias “bads” com Psicologia também. Não é nenhum espaço romantizado, pra mim, mas é algo que ainda consigo ter uma identificação.

[Renon]: Eu ia te perguntar uma coisa: eu te vi tendo aula naquele dia, aqui na FACED... Psicologia também tem aula aqui?

[Francisco]: Não. Eu pego um ACC aqui. Eu faço uma ACC aqui de saberes e fazeres da cultura popular. E foi a viagem que a gente faz para o Quilombo que eu te falei. E, aí, é uma turma super mista e tal e, aí, é uma turma incrível...

[Renon]: E tem aula, tipo, também...?

[Francisco]: É uma outra perspectiva, assim, de, sabe... De... A gente faz aula em roda e usa corpo e capoeira, instrumento musical, e canta e dança e fala de ancestralidade, fala de corpo, sabe?! Inteiro, qnquanto potência, enquanto afeto, subjetividade, enquanto possibilidade de construir conhecimento também. Então... É, nesse semestre tem sido meu espaço de respirar fora, sabe?! Dessa lógica cartesiana e separatista, assim... De corpo e mente, que eu sinto muita falta de usar o corpo de forma mais integrada, sabe?! Sinto muita falta mesmo, assim... Mesmo em psicologia, que eu achei que isso já fosse ser, né?! Um pouco mais... Mas ainda...

[Renon] Todas suas outras aulas são lá?

[Francisco] Sim... algumas em... Eu já tive aula no hospital também, algumas em Ondina... Mas a hegemonia é lá, a maioria é lá, a imensa maioria é lá.

[Renon] E você enxerga alguma diferenciação entre espaços, tipo... Entre campus “São Lázaro”, campus “Ondina”, aqui o “Canela” e as Faculdades e assim por diante?

[Francisco] Aqui no Canela... Eu penso o Canela: “FACED” e “pra lá” e “pra cá”. Eu penso o Canela em três espaços, assim... Não circulo muito por aqui, mas, por exemplo, Direito, para mim, é um espaço muito mais, enfim, né?! Uma branquitude, uma corporalidade higienizada... Claro que sempre tem resistência, né?! Em todos os espaços. Psicologia, também ainda é um curso muito branco, elitista, mas acho que já deu uma mexida, uma misturada muito maior, assim... Ondina eu vejo uma mistura, assim... De corporalidades e, enfim... Eu acho que a universidade tem se misturado, mas tem lugares que a gente consegue perceber, assim... Cursos mais elitistas, brancos... Alguns cursos de saúde mais tradicionais, o curso de Direito, por exemplo... “ADM” ainda sinto esse ar, assim... Desde a corporalidade, a roupa... Como esse corpo é construído para estar, para caminhar; qual a roupa que se utiliza e como isso tá... Isso parece pequeno, mas colado a valor de moral, de eficiência profissional... Acho isso, enfim, né?! E esses usos... De corpo, de contato. E, ai, eu fico: arg! Ai, por exemplo, Dança, Teatro... É uma outra coisa, né?! Que, enfim, agora também aponta inúmeras questões, mas, enfim... Tem uma outra possibilidade de corpo, já se parte de um outro lugar, já se

parte de um outro lugar, de uma outra compreensão. Então, eu vejo muita diferença.

[Renon]: Na relação tanto da galera que é estudante, quanto a galera que é professora, quanto com os funcionários, tipo... Você vê que a relação com esses setores é diferenciada também, tipo... Com a galera que estuda você se relaciona de um jeito; com a galera que está lecionando é outro jeito; com a galera que é servidora, é técnico, é terceirizada... É outro jeito?

[Francisco]: Se as relações são distintas de acordo com os cargos, assim...?

[Renon]: Não como cargo, mas como, tipo assim... Grupo mesmo, tipo... A galera que estuda, tipo... A relação que você tem é de um jeito... A relação que você tem com...

[Francisco]: Sim, sim... Mesmo não querendo, mesmo, tipo... Pensando numa perspectiva de que algumas professoras tentam fazer uma parada mais horizontalizada, mas, sim, sim... As relações de poder marcam o tempo inteiro. São distintas... São distintas e desiguais; não só distintas por que é distinto, enfim... Com qualquer pessoa é distinto, mas distinto, porque são grupos que estão alocados com valorações diferentes, com possibilidades de troca, de afeto, de, sabe?! De trocar uma ideia mesmo diferente, né?! Com falas validadas de formas distintas, claro... Eu vejo muito diferente.

[Renon]: Você acha que, na UFBA, a sua experiência tem sido... Eu queria entender como é que você avalia estar nesse espaço, especificamente da UFBA, tipo... Depois desse todo esse entendimento de que você queria estar na universidade, de que estar nesse espaço é resistência... Você chegando hoje, no seu décimo semestre, como você visualiza “estar na UFBA”?

[Francisco]: Que pergunta complexa, viu?! Porque...

[Renon]: Ela nem está aqui, eu que acabei de...

[Francisco]: Ah! Você ainda botou essa sinuca de bico! Obviamente... Obviamente, não. Na minha experiência acho que é importante marcar alguns momentos, assim... Eu transicionei no final do terceiro semestre, mais ou menos. Então eu tive uma trajetória muito distinta, mesmo sendo os três primeiros semestres iniciais. E eu não digo distinta só porque é o início do curso, porque as complexidades, as demandas e a compreensão do que era o curso, do que é a minha atuação profissional, do que a universidade, é outra. Claro... Por isso, também, né?! A minha trajetória hoje me possibilitou outras experiências e outras lentes, outros recursos para lidar, para entender isso. Mas, porque... Até o terceiro semestre eu não precisava ter nenhuma disputa interna burocrática e nem de ordem judicial, como eu tenho hoje um processo contra universidade para reconhecer a minha existência, por exemplo, enquanto gente. Então isso é um marco... Eu não saberia mensurar, sabe?! Como isso atravessa minha experiência acadêmica de perda, de reavaliar minha... Minha... Sabe?! Minha permanência aqui, e isso é muito forte para mim, porque eu não enxergo isso como: “Ah! hoje eu desejo outros caminhos”. E, enfim... A universidade não é mais algo que... Um espaço que eu queira estar ou vou dar uma pausa aqui e vou fazer outra coisa. Mas eu sinto um processo de expulsão. É distinto, sabe?! Por isso que aquela hora eu te falei... Não acho que as pessoas são... Óbvio que as razões são muito diversas, mas eu penso muito mais numa construção de fracasso, sabe?! Eu fiquei pensando isso que, sabe?! Aquilo de pato... E pensar, em relação a pessoas LGBT – ai, eu to falando de pessoas trans, porque é a minha vivência mais próxima. Mas é muito construído isso, assim... Eu sinto em diversos âmbitos, é desde retomar... Imagina! No terceiro semestre...

[Renon] Por isso que eu perguntei antes sobre sua relação com diferentes setores, com diferentes grupos. Era também saber se isso foi diferentes, sabe?! Com estudantes, com professores, com a galera que trabalha... Era muito saber disso, sabe?! O quanto esses grupos também afetaram a sua subjetividade.

[Francisco] Eu não tive nenhuma questão com os meus colegas de turma, assim... Por exemplo, né?! Questões, eu digo, de violência, nem de nada... E, foi massa, pelo contrário, assim... Eu já tinha uma galera que já era minha amiga e que foi super parceira, assim... Parceira, parceira mesmo. Muito bacana ter pessoas que estavam mais próximas, é... Do meu processo de transição e que, repensando suas corporalidades, repensando todo o processo compulsório de gênero, de sexualidade, e que ficaram super afetados, assim... Eu tenho amigos que, sei lá... Quase transicionaram junto comigo, sabe?! Guardadas as devidas proporções, mas que tiveram uma

reavaliação muito profunda, assim, sabe?! Da sua existência, ai... No caso, uma bixa cis. Mas como isso, também, pensar a corporalidade dele na universidade, as violências, tudo que atravessava. Então, eu não tive questões, assim... Com os colegas. Com os professores, de forma geral, é... Eu não tive problema, eu tive uma questão com um professor, assim, em específico, que foi um caso de violência muito foda pra mim. E, ai, eu não senti que, não sei, assim... Não sei... Eu não senti que Psicologia, politicamente, compreende do que se trata. E eu fiquei muito desapontado com isso, porque eu tive muita questão burocrática com a universidade, assim... A nível estrutural de, por exemplo, ingressar com um processo para solicitar mudança de nome, o uso do nome social, né?! Nos registros. Porque eu já usava por acordos verbais, mas era super desgastante, porque, imagina... Lista, todo semestre tinha que conversar com todo mundo e, enfim... Isso não salvava de nenhuma eventual... Horrível, violento; exposição, diversas questões, né?! Parecia algo não tão legítimo quanto que a burocracia guardava. Isso me violentava muito: ter que depender de um ok burocrático para parecer, então, que era legítimo. Isso sempre... Horrível. E, ai, ingressar com esse processo, que a universidade já tem uma portaria, mas que se mostrou tão ineficiente, sabe?! Diante da demanda. Porque eu fiquei mais de seis meses com o processo... Parece que era muito no início também, sabe?! De que a portaria começou a atuar. Mas isso não justifica, porque, enfim... Eu sofri violência lá com os técnicos, com as pessoas que não sabiam para que setor encaminhar, para onde ir, não sabiam elaborar nada. E, ai, eu também entendo que não é uma questão pessoal do funcionário, né?! Óbvio que tinha uma atuação, ali, que era dele, mas tem uma questão anterior, que é a falta de informação, que é a universidade que faz uma política, mas que não incorpora isso no dia a dia. A UFBA não fez uma campanha, até hoje, para que isso faça sentido, sabe?! Para que isso ecoe nos corredores da universidade, para que as pessoas técnicas compreendam. Hoje, já ouve formações e tal, enfim, né?! Dois anos para cá as coisas mudaram, relativamente, em alguns aspectos, assim... Mas não tinha vida a portaria, entende?! Então era um pedaço de papel que, supostamente garantia algo, mas que a pessoa funcionária, que tava ali, não foi habilitada, não compreendia, não sabia por onde fazer, não tinha força de vontade também, às vezes não tinha empatia, nem respeito. Ai, misturava um caldeirão de violências. E, ai, foi horrível... Foi horrível, foi uma disputa muito desgastante. Eu me senti muito violentado, muito deslegitimado em diversos momentos. E foi quando culminou a “bad” com o professor também e ele passava a lista e expunha o nome e, enfim... Foi um semestre... Isso já foi no sexto semestre e eu quase abandonei a faculdade. Na verdade, abandonei. Fiquei duas semanas fora, depois mandei um e-mail para ele e para todos os professores do meu semestre, o colegiado, falando que eu estava retomando e que eu tinha me afastado por motivos de transfobia. Expliquei, assim... E o colegiado não fez nada, não recebi nenhuma mensagem de professor de volta. Foi tão ridículo. Eu não sei... Foi uma contradição tão doida, assim... De um curso que forma a gente para pensar a subjetividade, o cuidado, a saúde mental. E eu tava sendo expulso e violentado na universidade, por diversas questões, mas, uma delas, era por um professor que é psicólogo e, para além da formação que ele tem... Mas ele... Depois que eu retratei o que ele fez e como aquilo me violentava, o e-mail que ele me respondeu dizia que aquilo não se tratava de uma violência. Então, além de não acolher a violência que eu denunciei – eu não tava perguntando a ele se se tratava de uma violência, porque não é ele, homem cis, que vai legitimar a violência a transfobia que eu sofri – mas ele ainda disse que não se tratava de uma violência.

[Renon] É entender que ele tem a possibilidade de dizer isso para você...

[Francisco] É, imagine... O quão autorizado ele se sente a deslegitimar o que é apontado. Ai foi horrível. E, ai, depois, eu já tinha retificado os documentos na justiça e o meu... Você perceber o quão lento foi isso... E o processo de retificação... O processo de nome social, aqui, ainda não tinha nem finalizado e eu já teria que abrir um outro, que era pra alteração cadastral geral. Porque eu já tinha mudado o nome na justiça. Então não ia se tratar mais só... Não ia se tratar de nome social. Eu ia ter que fazer uma alteração cadastral geral, né?! Um outro processo aqui dentro. E o primeiro não tinha saído ainda. Outro processo aqui. Ai, o primeiro não tinha saído ainda, que era algo muito simples, que era só de nome social. Não só no sentido, mas, assim... A universidade não conseguiu responder a portaria que ela mesma elaborou, entende?! E isso me desencadeou uma porção de coisas.

[Renon] Nível você ter que fazer um processo na justiça, também. Mesmo com esse processo na justiça, você demonstrando que você tinha...

[Francisco] O processo na justiça foi à parte, né?! Era para retificação dos meus documentos...

[Renon] Mas até com essa decisão também, você não conseguiu... Teve que...

[Francisco] O processo tava desenrolando, tava desenrolando. Mudou os documentos e abriu um outro processo, enfim. Foi muito desgastante. Ai, hoje, eu tenho um processo contra a universidade, porque, depois de ter retificado os documentos aqui também, eu tive minha bolsa bloqueado por cinco meses. Porque, em algum momento, o sistema, duplicou meu CPF e ele leu como se meu CPF tivesse cadastrado em dois nomes, como se meu antigo nome civil e meu nome "Francisco", e nome civil também já, estivessem cadastrados com o mesmo CPF. E, simplesmente, minha bolsa foi bloqueada durante cinco meses. Eu fiquei cinco meses com minha bolsa bloqueada. Eu passei cinco meses com minha bolsa de pesquisa – minha bolsa permanecer, que é uma bolsa de assistência estudantil. Eu fiquei cinco meses com a... Ai, enfim... Eu recebi um e-mail da UFBA me convocando a comparecer numa determinada secretaria, portando os documentos oficiais. Me chamando no feminino e ainda se reportando a mim com o antigo nome civil. Foi horrível, assim... Esse e-mail foi a gota d'água.

[Renon] A todo tempo?

[Francisco] Depois que eu já tinha retificado os nomes e o nome interno, inclusive. Várias questões. Me manda: "senhora fulana, por favor comparecer...". O e-mail num tom de acusação, assim... Ai, depois que a gente descobriu que o sistema havia tido essa questão e duplicado meus dados. E eu fiquei cinco meses sem receber a bolsa. Eu recebi esse e-mail que, enfim... Já tinham ocorrido vários outros episódios. E, ai, eu ingressei com um processo contra a universidade. Inclusive, em breve...

[Renon] Na instância administrativa da universidade? Um processo...

[Francisco] Não, um processo judicial. Eu abri um processo contra danos morais e materiais que eu...

[Renon] Você não teve resultado desse?

[Francisco] Não, ele tá em curso e a audiência já tá em...

[Renon] Foi aqui no Tribunal mesmo?

[Francisco] Sim... Não sei, não sei... Como assim, "no Tribunal"?

[Renon] Se ele foi, tipo... Você fez aqui na Justiça Federal?

[Francisco] Sim... Quer dizer, não sei se é âmbito federal...

[Renon] Mas você tá assistido?

[Francisco] Tô, tenho advogado, um advogado particular, um parceiro da causa.

[Renon] É porque, às vezes, eu... Eu pensei que você poderia ter recorrido, por exemplo, à Defensoria, por isso que eu perguntei...

[Francisco] Ah! Sim... Não, não. A minha retificação de documentos foi pela Defensoria, mas, esse processo não...

[Renon] Você meio que já acabou antecipando um pouco a próxima pergunta que eu ia te fazer, que é perguntar, assim... Quais foram os serviços e espaços que você precisou acessar, dentro da universidade, por ser uma pessoa trans, assim... Especificamente por essa questão. Onde é que você teve que passar, aqui dentro da UBFA, tanto em termos de serviço, quanto de espaço... Queria que você pudesse me dizer como é que foi isso pra você, sabe?!

[Francisco] Não lembro se SUPAC... Realmente tenho muitas questões com siglas, ainda mais esse espaço que foi tão horroroso. Mas aquela secretaria que a gente vai pra trancar matéria... E, ali... Nessa e em outra secretaria...

[Renon] Não precisa se prender à sigla, não. Pode falar, assim... Por exemplo: reitoria...

[Francisco] Eu não sei... É a secretaria... Eu realmente não sei... De superintendência, algo assim, que é pra alteração cadastral. Ai, tive que passar lá tanto para acessar esse espaço para solicitar o uso do nome social e fiquei indo lá para ver o desenrolar das coisas, né?! Que não desenrolava. E, ai, depois, para abrir um outro processo de alteração cadastral, que já era de uma outra ordem. Hm... Não sei... Conte com a ajuda de um professor, também, que nem é de Psicologia, assim... Que foi meu professor, que foi Colling, que me ajudou muito. Ele é meu orientador hoje da pesquisa – eu faço parte do CUS. E Colling me ajudou bastante também nesse desenrolar burocrático, assim... Que a gente teve vários entraves e não compreendia como esse processo tão simples estava sendo barrado, assim... E, também, porque, agora, no ano passado, eu tive as minhas bolsas, eu tive as bolsas bloqueadas, né?! E, ai, ele tava comigo, nesse momento, que foi a bolsa da pesquisa que a gente faz junto, que tá terminando agora, né?! Que tá rolando. É... Acessei esses espaços mais pra essas questões administrativas, eu não sei... Agora, eu não me recordo de... Talvez... Talvez, não. Outros espaços de ativismo também. Eu lembro que, antes de eu entrar com um processo para retificação de nome e gênero, teve um Chá da Diversidade, se não me engano – isso tem um três anos, acho que já vai fazer uns três anos – e foi a qualificação da dissertação de Vivi. E, ai, Jaqueline tava aqui, Hailey tava aqui. Tinha uma galera massa, assim... E lá que eu fiquei sabendo que a Defensoria fazia um mutirão para retificação, que, na época, uma estudante de Direito – Gabriela Almada, não sei se você conhece. Ai, Gabriela falou... E foi a partir daí que eu mobilizei para abrir o processo. Eu abri nesse mutirão que a defensoria fez em julho, se não me engano. Têm uns três anos. E meu processo durou um ano e três meses. Quinze meses na justiça, até conseguir.

[Renon] Pra você dizer que você é quem você é.

[Francisco] Pra juíza dizer se ela entende assim. Pra o sistema, supostamente, legitimar o que já tá dado, ai, no mundo. Mas é isso. Acho que só, assim... Não me recordo de outros.

[Renon] E fora da universidade?

[Francisco] Você pode ser um pouco mais específico, assim...?

[Renon] Eu queria saber, dentro das suas demandas que você teve por você ser uma pessoa trans, quais locais que você precisou acessar, ou você entendeu que precisou acessar, e foi até esse espaço, e você entende que tenha sido por isso? Pela questão da transgeneridade, especificamente.

[Francisco] Muitos espaços de ativismo, assim... De formação política, de fortalecimento pessoal também. Na época, eu fazia parte do IBRAT e a gente tava construindo um núcleo aqui na Bahia. O IBRAT é o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Ai, hoje, tem o Coletivo De Transs Pra Frente, que, há um ano, vem atuando, também, em Salvador. Vários espaços na universidade, em outras cidades, em outros estados também, pra construção de... Tive na UFSB, tive na UFPE, em Jequié também, enfim, né?! A gente faz esse trabalho de ativismo, assim... Outras instituições, não só universidade também. No IFBA... Oficinas. No IFBA em Simões Filho, no “IFBailando”, no primeiro que teve. Eu fui no ano passado, não sei se foi o primeiro. E, em termos de outros serviços, é... As caminhadas pra varas da família, pra ver... Nem sei se é da família. Não, a de registros públicos. Alguns serviços de saúde, mas a gente é muito precarizado, né?! O serviço é muito precarizado...

[Renon] Aqui em Salvador?

[Francisco] Uhum... Agora que tá construindo um ambulatório, né?! No CEDAP. Deveria ser no HUPES, mas... Até onde acompanhei as reuniões – que já faz um tempinho também que estou afastado disso – mas tava em *stand-by*. Mas, agora, no HUPES, já está tendo acompanhamento com endocrinologista, ginecologista, urologista, nutricionista; não sei se atendimento psicológico. Mas uma equipe já está sendo formada. Hoje, já faço uso desse serviço também. Então, agora, eu começo a ter a hormonioterapia e esses procedimentos por acompanhamento médico, né?! Que era algo que eu não tinha.

[Renon] Você tá fazendo pelo CEDAP, ou...?

[Francisco] Não, no HUPES não tem. Eu comecei, agora, a ir ao CEDAP, né...

[Renon] CEDAP é o do Garcia?

[Francisco] Uhum... Endocrinologista, lá tem ginecologista também... Tem uma equipe bacana se formando. E acho que só. Muitos espaços de formação e atuação política mesmo.

[Renon] Você conhece algum que você não tenha tido contato ainda?

[Francisco] Eu nunca fui no Centro Municipal LGBT. Eu acho que tem algum serviço que, não sei se o GGB oferecia/oferece, de atendimento psicológico, não sei... Também nunca utilizei. Atualmente, tem o Centro LGBT, no Rio Vermelho, mas eu não conheço, assim... Não é um espaço que me interessa muito, assim... A gente tenta construir de coletivo uma outra perspectiva de ativismo, fora da perspectiva patologizante e de uma perspectiva de dissidência, de ampliação pras possibilidades de corporalidades e de vivência de gênero. Não to dizendo que o espaço do Centro é patologizante, mas estou falando que muitos espaços institucionalizados tem essa perspectiva, especialmente serviços de saúde, porque as duas portarias que a gente tem de saúde ainda são, estreitamente, patologizantes, partem de uma perspectiva biomédica, enfim... Muito violenta. E, aí, a gente tem sempre esses embates, né?! Ai, acho que é importante de marcar isso, assim... Que muitos espaços institucionais, pra mim, são mais violentos do que acolhedores e, sabe?! Promover cuidado e saúde, ou assegurar direito. Às vezes, é, enfim...

[Renon] E permitir que o espaço faça isso pra você.

[Francisco] E que eu seja um sujeito autônomo que construa ali. Não numa perspectiva vitimista, ou muito tutelada pelo Estado, enfim... A experiência da audiência foi um horror, né?! O que é... Aquilo reverberou em mim de diversas maneiras, assim... Perceber que foi um ambiente estritamente atravessado por questões religiosas, de uma juíza que, assim... De uma, não sei... Uma afetividade católica que me incomodava, relacionando meu nome a santos católicos, pra você ter uma noção... "São Francisco". E cristã, de uma compreensão... Tem o apoio da família, enfim, né?! Ao relatar a minha história. Perceber de como essa questão familiar foi muito valorizada, sendo que a realidade da maioria das pessoas trans é uma, né?! São expulsas da família, tem, enfim... Sofrem violências nessa instituição também, e a juíza, assim... Super feliz e, sabe... Quase chorando, porque, na minha família, eu sou acolhido, enfim... Me senti um sujeito despotencializado, tutelado, diante de alguém que tava e é, enfim... Essa perspectiva... Não.

[Renon] Eu nem preciso perguntar a próxima coisa que eu ia perguntar, que é como você avalia esses serviços. Porque, de alguma forma, você já me colocou super a avaliação que você tem. Inclusive, eu ia perguntar se você sentiu que teve alguma interferência por você ser uma pessoa trans. Mas você já me deixa isso tudo muito claro...

[Francisco] Mas eu respondi já se teve alguma interferência de eu ser uma pessoa trans, mas de usar esses serviços...? Mas achei que esses já fossem direcionados, entendi assim.

[Renon] Mas é se você sentiu alguma interferência na forma que as pessoas lidavam contigo, na própria qualidade do que é prestado naquele serviço...

[Francisco] Hm... Com certeza, com certeza. Em diversos momentos. Na audiência, a promotora chegou a me perguntar qual a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. A representante do Ministério Público e a compreensão que tava posta, ali, de transgeneridade, pra mim foi muito violenta. De pressupor uma heterossexualidade, de pressupor uma trajetória de identificação desde a infância, que é algo que não condiz com a minha vivência. E, que, enfim... Porque essas narrativas são generalizadas, parece que sempre a busca é no foco de um... Me parece uma investigação de patógeno, sabe?! Quando você busca o foco da doença, o início da causa, enfim... Uma perspectiva super pontual e simplória de pensar a identidade. Mais do que simplória: patologizante. Porque...

[Renon] Invasiva...

[Francisco] Não... Invasiva super, né?! Invasiva ter que levar fotos, invasiva ter que levar testemunhas pra dizer que você é quem você está dizendo que é, invasiva desde que se precisa de uma audiência pra que um terceiro te legitime, legitime seu direito fundamental de ter seu nome e sua identidade

reconhecida. Invasiva é a organização disso... É mais do que invasiva. Mas, enfim... De pressupor uma heterossexualidade, de pressupor uma narrativa que não, que não era a minha, que não dizia da minha experiência. E colocar isso, e como eu me senti... Eu achei que meu processo ia ser indeferido, por algumas razões. Quando fez dois anos, né?! Que saiu minha sentença, eu não tinha feito... Eu tinha pouco tempo de hormonização. E, aí, eu tô colocando que pra essa estrutura todas essas modificações corporais são muito importantes, porque, por exemplo, eu poderia ser uma pessoa trans que não desejaria, ou que não faça, por inúmeras questões, hormonização, que não tenha feito nenhuma cirurgia, enfim... Mas, pra compreensão daquele momento, enfim... Da juíza, do Ministério Público e, acredito, que pra própria Defensoria Pública também, por outras questões também que vi na fala e na forma de condução, isso, né... Essas intervenções legitimam a identidade, né... Não é uma autodeterminação, não é o sujeito que diz, mas essas questões. Então eu tinha pouco tempo de hormonização, eu não tinha feito mamoplastia. Minha masculinidade não é nada hegemônica e nem, enfim... Diz muito, né... Do estereótipo que se espera de um homem e, quando se sabe que sou um homem trans, isso parece se agravar ainda mais, porque me cobram uma masculinidade ainda mais estereotipada, ainda mais violenta e, tipo... Eu sou uma bixa e, sabe?! Tudo isso me atravessa. Pra mim, não tem questão nenhuma, muito pelo contrário. Mas, para aquele contexto, eu entendia como marcadores que deslegitimavam minha existência. E, sinceramente, eu imaginei que meu processo não fosse ser deferido. Porque, sabe... Eu acho que minha corporalidade não dizia com o esperado. E, naquele contexto, isso parecia ser muito ruim. E, aí, perceber que as pessoas eram muito despreparadas e muito violentas, sabe?! Deliberadamente violentas, assim... A juíza perguntou se a escolha do meu nome tinha a ver com “São Francisco”, sabe?! Trouxe questões religiosas. Eu fiquei sem acreditar que isso tava acontecendo.

[Renon] E ter que parar e responder mesmo, sabe...

[Francisco] A representante do Ministério Público falar: “Ah! Mas, na real, qual a diferença entre ser lésbica e ser trans, assim...?” Eu fiquei: “Porra, sério?!” Sabe... É isso. Perceber que a Defensoria Pública não tava ali atuando como instituição autônoma e a parte que iria me defender para além da perspectiva do Ministério Público. Por exemplo, parecia muito mais que elas tinham três perspectivas alinhadas...

[Renon] E como ela já tava concordando, elas já tavam...

[Francisco] E que, sabe?! Quando ela falava do laudo psicológico, que ainda é necessário, com um laudo... Um laudo, não. Na verdade, se trata de um parecer, porque, em Psicologia, laudo seria um documento emitido após a avaliação de alguma coisa. E não se trata de um processo de avaliação. E, inclusive, o Conselho Regional já emitiu uma nota orientando que seria um parecer, pois não se trata de um laudo, pois não se trata de avaliação, porque a Psicologia não compreende como uma patologia. Mas, enfim... Ainda existem muito equívocos nisso. E a defensora falava da importância de ter esse laudo, sabe?! Se eu não quisesse abrir o processo com laudo, com parecer? Se eu quisesse peitar a justiça de uma outra maneira, como é isso? Eu não senti que a Defensoria tava ali sustentando, tava ali comigo enquanto parte e que iria contrariar a tese do Ministério Público se fosse... Nem sei se é tese que fala, enfim... Mas a perspectiva. De que ela tava ali como mais uma integração das três partes e que – foda-se – assim, sei lá... Isso me incomodou muito. Muitas violências no decorrer do processo. Dos atendimentos de saúde é como já falei, né... As políticas públicas que a gente tem para pessoas trans são estreitamente biologicistas, patologizantes... O CEDAP tem desenvolvido um trabalho muito interessante, muito mais humanizado e, dos que eu já acessei, até agora, foi o melhor, assim... No entanto, ainda é fundado na portaria, então eles têm limitações legais, né... De atuação também.

[Renon] O CEDAP é governo do estado?

[Francisco] Não sei... Realmente desconheço. Então, por exemplo, precisar ainda desse relatório psicológico...

[Renon] Vocês precisam antes de ter acesso?

[Francisco] É... Porque algumas pessoas entram e começam a fazer hormonização no processo. Como eu venho em um outro momento, né... Também, da transição, assim... Então, por exemplo, não iniciei minha hormonioterapia lá, nem passo por lá para fazer nenhuma cirurgia, nada nesse sentido...

Mas a portaria ainda é necessária. Então ter essa avaliação psicológica, e o que é isso? É uma avaliação que vai o quê, validar? De uma perspectiva ética, a Psicologia discorda disso, mas, de alguma maneira, numa equipe multidisciplinar o poder biomédico ainda, né... É o que determina e, aí, como é que fica? Esse laudo que não deveria existir. Enfim... Por exemplo, na portaria não se fala nada sobre direito reprodutivo de pessoas trans, até onde eu sei. E, se em algum momento, um homem trans quiser congelar os óvulos pra gestar depois... Como é pensar a gestação de um homem trans, de uma pessoa transmasculina no sistema público de saúde, hoje? A gente já tem visto mais casos de homens trans que estão gestando, que estão parindo...

[Renon] E no CEDAP zero e outras instituições...

[Francisco] É, porque, eu não conheço outras instituições em termos de vivência, de acesso... Mas não tá garantido, a gente não tem perspectiva pra isso, sabe?! Não sei quando, se isso ocorrer, com uma demanda concreta, como isso vai se desenrolar. Eu to falando que, nas duas portarias que a gente tem, nada disso é tensionado. Então, não sei...

[Renon] Esses espaços de atendimento, eles têm espaços destinados exclusivamente a pessoas trans, ou eles também atendem pessoas cisgêneras, ou se atendem, eles criam alguma espécie de, enfim... Espaço exclusivo.

[Francisco] O CEDAP não seria a estrutura ideal pra implementação do ambulatório, mas, como tá acontecendo lá, eu não sei como está se desenvolvendo. Eu só fui lá umas duas vezes, assim, para esse atendimento. Mas me parece, por exemplo, que a ginecologista de lá atende não só homens trans, mas mulheres cis também. Mas, no caso de, se a gente for pensar em termos de, na idealização legalista das portarias, seria um ambulatório num hospital universitário – no caso, aqui, seria no HUPES ou algum conveniado – mas que, acho que teria alguns serviços específicos. Mas, aí, é foda para pessoas trans, porque a gente não precisa só, em termos de demanda de saúde, de acessar serviços pro processo “transexualizador” – horrível esse nome, detesto, inclusive. Mas, assim... Tem todas outras demandas de saúde que não estão pensadas dentro dessa portaria, né?! Que o ideal é que a gente acesse a rede SUS de forma geral também, né... Não centralizado, não que tenha um hospital que trate só de pessoas trans. A gente tem serviços específicos, porque, enfim... A saúde não tá, a compreensão de saúde não tá ampliada nesse sentido, mas, tipo, que a gente seja acolhido na atenção básica, por território, assim como demanda as diretrizes do SUS. Mas teria esse ambulatório com atendimentos específicos, com serviços específicos: endocrinologia, urologista...

[Renon] Que é o que vai ser do HUPES?

[Francisco] É... Não sei se vai ser, mas é o que está se desenhando no CEDAP, assim... E, aí, ginecologista, nutricionista, psicologia, não sei se psiquiatria também, acho que sim.

[Renon] A minha segunda pergunta, Francisco, e, isso, eu quero que, assim... Você se coloque mesmo, a sua opinião mais pessoal possível, tipo... De como é que você compreende que o movimento trans é, sabe? Tipo, enquanto movimento, enquanto movimento trans, de que forma o movimento dialoga, como ele se insere dentro do, enfim... Do espaço-tempo que a gente vive, dentro da sociedade. Quê que você entende sobre/pelo/a partir de/para o movimento?

[Francisco] Eu acho que é importante começar falando que, eu acho que... Eu acho é ótimo. Não compreendo o movimento trans como “o” movimento de uma maneira homogênea e única, sabe?! Eu sou muito novo em termos de ativismo, assim... Eu tenho cerca de três anos que eu transicionei e, aí, meio que já transicionei no meio, assim... Que o movimento foi muito importante para minha construção de identidade, para o fortalecimento de rede, para me compreender também como essa masculinidade que já não é hegemônica por não ser cis, mas que, além disso, tem outros marcadores. E me construir nessa dissidência também. O movimento foi fundamental. Eu acho que, não sei... Não consigo pensar o movimento de maneira unificada, assim... Não porque ele não se proponha a isso, eu acho que também isso, porque, né... Existem várias formas de alcance e de perspectiva, então, eu acho isso importante. Mas acho que, talvez, seja possível pensar algumas pautas que sejam em comum, assim... Como a questão do nome, do uso do nome social, mas que é meio que uma gambiarra, assim... Porque isso é muito limitador, em diversos sentidos, só diz respeito a algumas instituições, porque isso não dá conta de um reconhecimento de uma identidade,

de uma cidadania mais ampla, né... De acesso legal a outros serviços, a subjetividade mesmo. Já que a gente tá nessa disputa legalista, que documento, que papel, que burocracia organiza a forma como a gente tá vivendo, isso é importante. Então, ao reconhecimento do nome, ao uso do banheiro. A disputa nos espaços educacionais, eu vejo que tem crescido muito. Hoje, eu vejo que tem crescido a discussão sobre crianças transgêneras, que, no Brasil, a gente, enfim, né... Não tem nenhum amparo legal para pensar sobre isso, pensar em termos de saúde, por exemplo. Inclusive de retificação, se a gente for pensar num termo jurídico. Eu conheci o movimento, aqui, o movimento de homens trans, é um movimento mais recente em relação ao de mulheres trans e travestis, por exemplo, porque elas têm uma luta política histórica e que já tem uma trajetória maior, no Brasil. Tem três anos que eu conheço o IBRAT. Sei que, hoje, no Brasil, há outras organizações e o IBRAT tava se expandindo bastante, já tinha uns vinte núcleos pelo Brasil. Hoje, aqui em Salvador, a gente não tem uma atuação do IBRAT organizada, enquanto núcleo. A gente tem uma atuação do Coletivo De Transs Pra Frente, que é isso, né?! A gente não é institucionalizado e nem se pretende ser, a gente tem uma perspectiva transfeminista. O coletivo não tem também essa fala única. É composto por pessoas de vários momentos, de várias realidades, e acho que isso é muito massa, porque torna plural, mas tem algumas coisas que são em comum, né... Que a gente dialoga. Então, de uma perspectiva que pretende pensar as corporalidades, sexualidades, não só de pessoas trans, mas de pessoas cis também, para além dessa perspectiva binária. E a gente tem problematizado, também, a construção de identidade não só de pessoas trans, mas de pessoas cis também, né... Há umas duas edições esse foi o tema da pauta do evento que ocorre no Gregório. Amanhã é sobre despatologização das identidades trans e travestis. E, aí, pra pensar essa cisgeneridade também, porque acho que, assim como, talvez, nos anos 80 o movimento LGBT – até hoje – mas acho que mais nessa época, falava muito sobre essa construção de homossexualidade, era sempre a dissidência que era colocada em questão, sempre se discutia sobre a dissidência, e, hoje, a gente tem procurado pensar sobre a norma também, né?! Que é tão construída quanto as nossas identidades. Então, e a construção da cisgeneridade, nem dessas outras corporalidades, e pensar outras perspectivas de reconhecimento, talvez, né?! Para além de cis e trans. Enfim... Problematizar essas construções para além, né... De pensar ela já inserida nesse aspecto trans, nessa dimensão, nessa possibilidade de se vivenciar o corpo. E acho que isso tem sido legal, um diferencial bacana do que, não sei, assim... Talvez eu não tenha tanta trajetória mais nacional pra pensar, assim... Tem a ANTRA, mas não tenho muito diálogo com a ANTRA, que é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e que é um movimento super importante, que tá aí há muito tempo também, né... As meninas têm uma trajetória bem anterior. Mas, não sei... É que, nesse momento, a gente não tá tão articulado, assim, sabe? Não sei... Pra mim é difícil pensar o movimento como se ele fosse único e ele tivesse uma onda, um plano de ação e uma perspectiva política única, que vai para os lugares definidos, porque não há...

[Renon] E como você entende essa diferenciação que você me coloca de... Pelo menos do tempo de estar mais, assim... Se colocando, entre mulheres trans e travestis e homens trans e outras posições que estão, aí, dentro dos movimentos trans? Que você falou que as meninas tão, aí, há um pouco mais de tempo e tal... Como é que você enxerga isso, Francisco, assim... Como é que você vê, enquanto homem trans, essa questão?

[Francisco] Acho que elas lidaram com – e lidam ainda, se a gente pensar que toda a marginalização e estigmatização que as travestis e mulheres trans, enfim, pensando no Brasil e no país que mais mata – com demandas que, por exemplo, não vivencio tão diretamente. Óbvio que diz respeito à população de forma mais ampla, mas toda a questão HIV/AIDS, por exemplo, assim... E toda a cola que teve, sabe... Com população LGBT, enfim... Todo o estigma que isso foi gerado. E demandas de acesso à saúde mesmo. Hoje a gente tá disputando universidade, despatologização, a gente tá querendo construir um processo de retificação de prenome e gênero que não parta dessa perspectiva. Que a gente construa movimentos auto-organizados, em uma perspectiva autogestada, que a gente possa não necessariamente depender das construções de políticas públicas de Estado, porque a gente compreende que elas não dão conta e que elas dialogam com uma perspectiva de corporalidade e de existência que a gente não concorda e que é de uma outra maneira. E pensar que, muito disso que a gente tem hoje, foi acessado e que essa base partiu delas, sabe?! Então essa disputa ao SUS, não sei... Por exemplo, como elas disputaram o SUS, hoje a gente tem acesso pra modificar cartão do SUS e fazer com nosso nome e tal... Elas que estavam nessa linha de frente, né?! De SUS, de forjar essas portarias de saúde, que são recentes – 2008 e 2013. Então, o que foi a primeira Conferência Nacional de Saúde? Eu não faço ideia, sabe... De como elas disputaram isso e disputaram ser reconhecidas enquanto mulheres dentro do próprio movimento LGBT que já foi – e

ainda é – uma grande questão. Então penso que, sabe... Elas traçaram umas pedras ainda mais... Acesso à saúde e várias questões de raça e classe que atravessam, enfim, né... Eu falo de vários lugares de vários marcadores que me subalternizam, mas também falo de vários de privilégio, que é ser uma pessoa branca, uma pessoa universitária, que tem acesso a alguns espaços, que constrói, que tá dentro dessa estrutura, que, por mais que eu seja violentado por ela, tem focos de resistência e, né... Me estabeleço com essa rede, de que tenho família. Enfim, né... Pensar, que, não sei, assim... Anteontem, passando aqui, alguém na FACED tava fazendo uma pergunta sobre uma pesquisa sobre mestres, sobre quem você reconhece como mestres, e não poderia ser nenhum líder religioso, nem pai e mãe. E eu respondi que, as pessoas que eu vejo como mestres, são essa ancestralidade do movimento LGBT e, especialmente, travestis e mulheres trans, porque trilharam um caminho – e trilham ainda – de que a gente tem poucos dispositivos legais hoje, pouquíssimos, e que tenta articular com isso, e elas disputaram quando isso sequer existia, né... Elas disputaram pra que isso fosse forjado, sabe?! Não tinha precedente. Tinha a vida ali, a demanda carnal da existência, enfim... Então, não sei... Para mim fica muito nisso, assim... E óbvio que há perspectivas que eu discordo que, enfim, né... Tem uma história, tem uma geração marcada nisso, tem uma compreensão de corpo que, enfim... Não é com a qual eu, necessariamente, concorde, mas, para além disso, tem uma história política e de existência de se forjar, subjetivamente, enquanto uma pessoa trans, de disputar qual discurso é construído acerca do seu corpo, como você reivindica ou não, assimila ou resiste contra isso e vai se forjando e vai tentando garantir direito, muito foda, vei... É muito punk. Eu acho que é muito amplo, é muito diverso, sabe?! Marca de uma história, marca de que tem pessoas que se compreende, em alguma medida, nesse discurso biomédico que narra, por exemplo, alguém que nasceu num corpo e numa perspectiva de troca e que não é a minha perspectiva, não é a minha compreensão, nem de transgeneridade, nem da minha compreensão enquanto Francisco, enquanto sujeito. No entanto, não sou eu que vou... A gente vai unificar o discurso? Não é possível, né... Os corpos e as entidades se forjam de maneiras diversas, assim... Acho que eu tento sempre pensar numa perspectiva que amplie as possibilidades de existência e que, cada vez mais, potencializem a autonomia. E, por isso, que às vezes a gente bate – às vezes, não, quase sempre – mesmo esse discurso biomédico que homogeneiza. Isso no tradicional, né?! Isso no que diz que meu corpo é errado, que, enfim... Que eu não posso decidir ou escolher por mim, porque as pessoas cis fazem alterações corporais o tempo inteiro. Mas por que qualquer alteração que eu faça tem que ter uma validação de um laudo ou não? Por que uma prótese de um silicone, no corpo de uma mulher cis, não precisa passar por um laudo, mas uma mamoplastia de um homem trans precisa? E eu não quero, com isso, patologizar todos os corpos. Eu tô falando que alguns corpos são validados e tão naturalizados ao ponto de que nem se precise atentar para isso... Claro que elas sofrem outras violências por serem mulheres, mas, enfim... Inscritas em outros âmbitos. No entanto, a gente parte sempre de uma tutela... Uma tutela pra validar uma retificação de nome, pra validar uma modificação de corporal de qualquer ordem. E o que é isso, né?! Já se presume uma modificação corporal que todo mundo quer fazer igual... Não, né?! Os corpos são diferentes, as trajetórias... Enfim. Acho que o movimento é bem diverso, assim... Tem crescido, ele tem crescido... Pessoas trans estão conseguindo ingressar mais na universidade, têm produzido outros saberes contra-hegemônicos e a gente tem que se utilizar disso também. Não acredito que seja, obviamente, só a universidade, esse campo de disputa. Mas, se ele é um campo de poder a gente constrói e valida algumas coisas a partir dele, eu acho que a gente pode ocupar também... Deve.

[Renon] Dentro dessa concepção que você tem de movimento, quais são as reivindicações que você entende que são pautadas?

[Francisco] Acho que eu acabei adiantando algumas também, né... Então, isso da legitimação do nome... Penso sempre nessa autoidentificação de nome, gênero, utilização do banheiro, pensando questões mais práticas, assim... Nas instituições. Acho que a gente pode ampliar, também, disso que eu falei que as portarias de saúde não pensam saúde reprodutiva de pessoas trans, por exemplo. E acho que patologização que acaba costurando tudo isso. Porque, no Brasil, a gente não tem uma lei de identidade de gênero, que garanta como os processos de retificação vão ocorrer, então fica a cargo da compreensão de cada pessoa juíza. E, aí, em alguns estados a gente tem uma compreensão mais avançada, de uma perspectiva já mais despatologizante ou que promove essa autonomia e essa identificação do sujeito. Em outros, como a Bahia, aqui em Salvador, a gente tem uma compreensão muito ultrapassada, né?! Hoje, os processos não tão saindo com retificação de nome e gênero, por exemplo, as pessoas tão tendo que abrir um outro processo, enfim, né... Ir pra uma outra instância pra retificação de gênero, enfim. Conheço vários casos de violência na audiência, violências expressas de falar que “você não é homem, nunca vai ser, porque você tem um útero”.

Então a recorrência... Isso é muito comum, sabe... Porque são discursos visibilizados, né?! A pessoa tá ali num lugar de poder, tá legitimada por um imaginário social, também que diz: “sim, não é mesmo?” Então acho que a outra é ultrapassar as instituições e, não sei... Às vezes, me parece também que é uma disputa afetiva, porque tem algo de que eu tenho um movimento que disputa algumas coisas, burocraticamente, pela via da legalidade e tal... Mas, não. Acho que tem outros movimentos que acredito que são precisos ser feitos, no sentido de que, não sei... Me falta uma palavra melhor agora que sensibilização. Mas de uma compreensão para além de... Vou dar o exemplo da portaria. Me parece que agora as coisas estão desenrolando de uma maneira menos pior, na UFBA, tá?! Mas, quando eu fui solicitar a alteração do nome, o uso do nome social, e a portaria era apenas um pedaço de papel sem vida, sabe... Sem aplicabilidade, no sentido de compreensão que a pessoa funcionária não sabia do que se tratava... E acho que o movimento tem essas ramificações mais sutis, também, de compreender... Hoje a mídia tem tratado muito de transgeneridade, ainda numa perspectiva super exotificadora, patologizante, é um espetáculo! Um viés sensacionalista. Mas tentar alcançar outros meios de comunicação e construção de espaços de resistência também, né?! Eu tenho pensado nisso, assim... De autogestão, a gente tem tentado mover nesse aspecto. Tem o movimento institucional que, enfim... Tem algumas pautas com o Estado, que tem parcerias e tem alianças. Eu acho que algumas são estratégicas, que se deve ter, sim, também. Mas, acho, que cada vez mais espaços autogestados, espaços que a gente possa construir a partir de dentro, se fortalecer. Tanto de rede afetiva, quanto econômica também. As pessoas trans têm um acesso super precarizado ao mercado de trabalho formal. E, aí, disputa o acesso ao mercado de trabalho formal, sim, mas também constrói, em paralelo a isso, outras formas de resistir, que é super difícil, porque a gente é super descapitalizado: não tem documento, como é que acessa, enfim... Tá tudo no âmbito da legalidade. E, aí, acho que tentar construir, também, fora disso, sabe?! E mostrar que é uma possibilidade tão legítima quanto, sem abandonar o outro movimento.

[Renon] E quando você diz que a patologização costura isso, você tá colocando ela diferenciada de outras demandas, ou você tá colocando de outra forma?

[Francisco] Não, acho que atravessa meio que, sabe... Atravessa, porque a patologização, pra mim, não tá só quando a juíza diz que é necessário ter um laudo psi para validar, ou não, sabe?! Mas ela embasa a compreensão, no dia a dia, de uma forma mais sutilizada e com outras matizes. Mas acho que ela compõe também a compreensão do imaginário social que as pessoas têm acerca de pessoas trans, do que as pessoas pensam quando veem uma travesti, ou um homem trans, sabe... Do que entendem, do que é essa pessoa. Não como mais uma possibilidade de existir por aí, mas como algo tá inscrito num campo de uma anormalidade doentia, sabe...

[Renon] Que precisa, inclusive, ser...

[Francisco] Uhum...eliminado. Não é à toa que o Brasil tá matando aí... Então acho que atravessa isso, atravessa tanto esse âmbito burocrático mesmo, numa perspectiva mais legalista – legalista é a palavra da semana, depois você vai me dizer quantas vezes eu falei legalista aí.

[Renon] Francisco, essas reivindicações que você me coloca do movimento, você acha que elas estão colocadas homoganeamente no movimento e pelo movimento?

[Francisco] Como assim, homoganeamente?

[Renon] Elas estão colocadas para todos os movimentos trans, para todas as suas concepções de movimentos trans? E não só pelo, mas dentro do movimento? Não só pro discurso pra fora, mas como pro discurso pra dentro?

[Francisco] Não sei... Não sei se em todos, porque eu não, obviamente, não alcanço, não compreendo todas as possibilidades, mas acho que, de acordo com o contexto, essas questões se alteram também. Por exemplo, a gente tem discutido – tô falando do De Transs Pra Frente, tá, do Coletivo – essa perspectiva de espaços autogestados, de construção para além das parcerias institucionais e numa perspectiva interseccional também, né. Então, nisso, a gente também pensa raça, classe, a gente pensa acessos, porque eu não sei o que é a vivência de um homem trans negro. E, obviamente, isso é um marcador que atravessa de uma maneira... Muda muito. O que é isso numa abordagem policial, numa construção de subjetividade, numa valoração afetiva, no dia a

dia, nos racismos todos – institucionais e não institucionais. Então não sei se as pautas estão homogeneizadas, eu acho que muitas dialogam, assim... Pelo que eu vejo dos movimentos de outros estados. Então essa disputa pelo nome, essa disputa legal, do acesso à saúde, do acesso ao mercado de trabalho, do acesso à afetividade também, de redes de afetividade... Discutir não só pautas mais burocráticas e legalistas, mas, para além das questões institucionais, de uma perspectiva de humanização também, porque é muito duro, assim, de... As pessoas têm escrito, têm discutido mais sobre isso, né... Sobre solidão da mulher da trans, a solidão da travesti, essa objetificação, essa sexualização do corpo. Então como esse corpo é compreendido pros jogos de afeto e sexualidade do dia a dia, para as redes outras? É um corpo exotificado e posto de lado, porque ele não é válido, dentro dessa perspectiva cisgênera ele é um corpo extremamente abjeto, ou é um abjeto tomado de fetiche, de objetificação também, sabe... Uma outra faceta. Acho que essas são pautas também que estão colocadas no movimento, quando se discute solidão, quando se discute afetividade, sexualidade de pessoas trans. Mas acho que depende do local... Varia, porque, não sei... A intensidade, a urgência das demandas pode diversificar. Por exemplo, eu tenho falado muito dentro da universidade, porque, nos últimos anos, estive muito aqui, mas o movimento... E o desafio também é sair daqui, né?! Quantas pessoas trans estão na universidade? A gente luta para que ingressem, se quiserem, obviamente, e que esse direito de acesso e permanência seja garantido, mas é muito além, né... É na rua, é poder andar de dia, é poder acessar um serviço de saúde, sem que a pessoa ache que qualquer serviço de saúde tem que ser no ambulatório, sacou?! Porque, assim... E o gastro, e o dentista, e a dor de cabeça, e o pé, e o ortopedista? E achar que deva ter um, sabe... Ah! Não, isso é só no núcleo específico – e não é. Não sei... Acho que eu fugi.

[Renon] Não mesmo! Tanto que agora eu já ia te perguntar, assim... Você acha que as pautas que você coloca chegam pras pessoas trans de uma forma equivalente? Ai, dentro dos diferentes marcadores mesmo, da sua compreensão: do homem trans, da mulher trans, da travesti, do homem trans preto, da pessoa não binária? Você entende que para essas outras realidades, essas reivindicações elas tem um...

[Francisco] Alcance?

[Renon] Em termos de quando uma reivindicação ela tem algum avanço... Esse avanço ele é geral?

[Francisco] Eu acho que tem acontecido. Ainda é muito insuficiente, mas tem acontecido. Acho que é desafiador, também, pensar a linguagem, porque, assim... É... Pensando em termos da universidade, por exemplo. Pensar realidades que... Formas de construir, de organizar essas demandas. Não de construir, porque as demandas estão postas no dia a dia. Mas de organizá-las, politicamente falando, de modo que isso seja com, e não para, também, sabe?! As pessoas. Senão fica muito doído, porque, não sei... Acho que não consegui organizar isso direito, mas, assim... Quando a gente fala de acesso à educação e de permanência e tal... De que, por exemplo, estou na universidade, os últimos cinco anos da minha vida foram muito aqui dentro – os últimos seis, porque o anterior eu tava me preparando pra aqui. E, ai, tem uma linguagem, tem o acesso de conteúdo, de forma, de vocabulário muito específico e muito localizado, que não pretende ser massificado, que não se quer... E, ai, a gente tenta fazer o movimento contrário. Mas isso também constrói e algumas coisas são naturalizadas. E, ai, o desafio é se atentar a isso. E não discutir saúde só dessa perspectiva, saúde em universidade, por exemplo, e, sabe... Ouvir de outros lugares, construir de outros lugares. E, ai, acho que bate intersecção de novo. Mas eu acho que tem chegado, eu acho que tem chegado, não sei, assim... Não sei se estou sendo muito otimista e acho que é até difícil ser. Eu acho que os discursos sempre ressalta isso, que são múltiplos mesmos, as compreensões sobre transgeneridades são diversas e, enfim... Acho que eles têm se expandido, inclusive através da própria mídia de massa mesmo, assim... Por mais horrorosa que ela seja – e ela é – mas o alcance chega. Eu não acho que qualquer visibilidade vale a pena, tá?! Tipo, assim... Uma visibilidade rede globo, por exemplo, pra mim não me interessa. E, ai, é foda... Porque também é algo que alcança a massa. Depois de três anos, foi a primeira vez que minha mãe me ligou, por exemplo, pra falar que viu algo na televisão, sobre transgeneridade. E ela viu onde? Ela viu no Bahia Meio-Dia, ela viu no Fantástico. Minha mãe não está na universidade e não leu os livros de transfeminismo, nem de estudos *queer*, nem de Foucault, nem os livros que hoje eu tenho acesso. Minha mãe é uma mulher do interior, sabe... Semiletrada, que tem acesso a um outro tipo de informação, a um outro tipo de mídia, a um outro tipo de discurso, de compreensão de corpo e subjetividade, e é isso que tem chegado nela. Óbvio que todos os outros podem chegar também e a gente vai... Mas, de forma geral, o que chega mais é esse. E, ai, fica, sabe... Na negociação, assim... Então, eu acho que os veículos têm se expandido e

acho que o movimento auto-organizado também tem crescido, e isso é massa, né... Eu vejo, não sei, assim... Acho que chega muito pouco, falta favela, sabe, tipo... Por mais que eu venha de uma pegada super precária, assim... Mas eu, por exemplo, aqui em Salvador, não tenho vivência do que é ser um homem trans e morar na periferia, sabe... Não sei as violências e os outros moradores que atravessam esse contexto. Eu morei, tipo, num bairro muito popular aqui, depois fui pra um espaço branco, classe média, que, enfim... Percebo que me violentava em termos de me compreender como alguém que não desejava ocupar aquele espaço e que pensar, também, que aquilo me dava, também, vários privilégios escrotíssimos, mas me dava. Do que é ser uma pessoa branca, universitária e que, supostamente, se misturava, em alguma medida, naquele bairro, mesmo tendo uma outra construção e sendo uma outra coisa, para além desses dois marcadores, sabe?! E, ai, hoje, já moro em outro lugar que é muito mais misturado e que aciona outras coisas, sabe?! Então, não sei... Uma vivência de um homem trans gordo, de uma pessoa com deficiência, não sei... Acho que a gente tem tentado ampliar e, não sei... Se fazer junto também, porque não é só sobre construir pauta, que atravessa isso, é sobre ser atravessado por isso também, sabe?! É sobre se relacionar afetivamente, sexualmente, tipo, sabe?! Outras corporalidades, para além das diversidades que a gente já enxerga. Mas... E outras, e outras? Não sei...

[Renon] Estar sempre se direcionando na possibilidade de ampliação e subversão...

[Francisco] Uhum... E de autocrítica e de autodeformação também, né... Porque, senão, parece que, tipo, assim... A gente já tá muito pronto dentro da... Que é só pro fora, que o movimento não precisa se deformar e tem que se deformar. Tem que se repensar, porque, senão, a gente cristaliza e pensa que tá pronto, sabe... Como assim, né?!

[Renon] E talvez a perspectiva seja pensar que não tem nada pronto e nem é pra ter nada pronto...

[Francisco] Uhum... Sim. Então, como é isso? Não sei... Essas questões têm me balançado muito, assim...

[Renon] E você acha que as reivindicações que o movimento coloca, ele tem explorado por que vias? E, ai, com vias, eu to querendo dizer, assim... Por que frentes de atuação que o movimento... Você entende que as reivindicações são pautadas. Seja uma frente, por exemplo, política, seja uma frente legislativa, seja uma frente jurídica... E também o que você compreender como uma frente de atuação, sacou?

[Francisco] Acho que tá rolando por várias vias, assim, né... Tem uma galera jurídica que tá organizada, que, de dentro, também tenta... Vejo, assim, mais de fora... Mas que tenta tensionar, fissurar. Pensando no Coletivo que faço parte... Por via artística. A gente tem essa pauta no Gregório, que é um teatro e que é um espaço relativamente aberto, na perspectiva pague o quanto puder. E, ai, tem apresentações artísticas, tem mesas, tem rodas de conversa, tem oficinas, tem espaços fechados, tem espaços abertos, tem exposição, fotografia, e tem vídeo. E, então, sempre pessoas trans artistas são convidadas também, né... Pra que a gente tenha uma produção muito nossa, assim... E, ai, tem, também, pensar essa construção de normatividade, pensar outros, não sei... Acho que tem a frente universitária, mas, não sei... Não sei se frente universitária, daqui de dentro. Não sei... Talvez o movimento LGBT daqui, em situações mais pontuais, toque isso também. O Maio da Diversidade, sabe... Nesse sentido. Eu não participei da construção da portaria daqui, por exemplo, eu sei que uma galera do DCE e de coletivos que fazem parte dessa frente também colaboraram, mas ai já foi um processo que eu não organizei. Não sei... Acho que...

[Renon] Alguma outra via que você colocaria do movimento para suas reivindicações?

[Francisco] Agora não me vem à mente.

APÊNDICE E – Entrevista “Entrevistada UFRGS”

[Renon] Aí, a priori, eu queria muito, muito, muito mesmo, antes da gente começar a entrevista, que você pudesse contar um pouco como é que foi essa sua passagem pelo, pelo sistema educacional, sua trajetória acadêmica mesmo. E aí, tanto no ensino básico... É, fundamental... médio, tal, até você chegar à universidade, como é que foi essa questão de você escolher um curso pra universidade, como é que foi essa sua compreensão de que você queria estar dentro da universidade.

[Entrevistada UFRGS] Hm... Nossa! É uma pergunta bem complexa!

[Renon] Não é nem tanto a pergunta, mas um espaço pra que você possa comentar mesmo como é que foi a sua trajetória de ensino mesmo.

[Entrevistada UFRGS] Sim, é que eu pensei em mil coisas agora com...

[Renon] Joga essas mil coisas aqui que a gente vai se entendendo.

[Entrevistada UFRGS] Quando eu era criança, eu, sei lá, não pensava muito em futuro, assim, não me vinha nenhuma ideia de futuro. Aí quando eu fui entrando na escola, eu lembro que eu tinha uma dinda que me cuidava e me ensinava bastante matemática, assim, e aí eu comecei a aprender com ela um monte de coisas com antecedência, assim, antes de entrar na escola. Tipo, ela me ensinava, sei lá, vezes, multiplicação, divisão, propriedades da matemática que você iria aprender lá na segunda ou terceira série, assim. Então, quando eu entrei na escola, eu, pelo menos em termos de conhecimento, já tava um pouco mais preparada assim, sabe? Eu tinha bastante gosto por estudar, hoje já não tanto...

[Renon] A universidade destrói isso um pouco na gente, é verdade.

[Entrevistada UFRGS] Ai, hoje, melhor coisa do mundo é tomar um vinho e pensar, do que... Ai, que complicado, isso. E aí, eu, sei lá, foi passando o tempo assim, enquanto eu fui estudando no ensino fundamental, assim, eu sempre gostava muito de estudar, de ir bem nos conhecimentos, me apaixonei por história no ensino fundamental...

[Renon] Que ótimo, meu Deus!

[Entrevistada UFRGS] Eu adorava história!

[Renon] Você queria ser professora?

[Entrevistada UFRGS] Sim! Tu já tá entendendo pra onde eu tô indo!

[Renon] Eu queria ser professor de matemática!

[Entrevistada UFRGS] Sim, queria ser professora de matemática! Aí chegou no ensino médico, trocou pra física, chocada!

[Renon] Física? Não, não, não, me desculpa! Física eu tenho certos bloqueios...

[Entrevistada UFRGS] Eu tenho uma amiga que faz, a Amanda, ela tá no programa e faz física.

[Renon] Gente, eu não acredito, que coragem! Que coragem fazer física! E sua relação com o pessoal na escola era tranquila, como é que era?

[Entrevistada UFRGS] Em relação a que?

[Renon] A sua relação com os colegas, com os professores, com o pessoal que trabalhava nas escolas que você estudou.

[Entrevistada UFRGS] No ensino fundamental?

[Renon] É, no fundamental e médio.

[Entrevistada UFRGS] Na época, eu sempre... Eu não sei, eu não conseguia me sentir compatibilizada muito com os meus colegas, sabe, sempre muito distante, muito retraída, assim, e eu acho que foi uma coisa bem difícil. É... Tinha poucos amigos, assim, mas... É, foi algo bem difícil, eu acho que eu gostava da escola no sentido de estudar, porque, como eu não tinha muitos amigos, era o que eu fazia pra divertir, assim, naquela época.

[Renon] E desde, tipo, desde sempre você tinha essa noção de que você queria estar na universidade?

[Entrevistada UFRGS] Não, não, não. Eu comecei a pensar na universidade quando... Lembro até hoje do dia que... Dia traumatizante, foi um dia muito traumatizante, foi um dia que meu irmão chegou assim, eu tava numa lareira, acho que eu tinha uns doze anos, “ah, tu já pensou o que tu vai fazer no futuro?”, aí eu disse pra ele, “ah, não sei, eu já pensei em mil coisas”, “ah, mas tu sabe o que tu precisa fazer pra ser isso, aquilo que tanto diz querer ser?”, “não, o quê?”, “ah, tu precisa fazer universidade”, aí eu “aaah, entendi, aqueles estudos depois do ensino médio”, aí ele “sim, só que pra fazer isso tu precisa passar no vestibular”, e aí foi que ele meteu...

[Renon] Essa missão pra cumprir primeiro!

[Entrevistada UFRGS] “E aí, o que é que é vestibular?” e ele, “é uma prova quase impossível de passar, eu tentei quatro vezes e não passei, tu não vai passar também”

[Renon] Passa sim, negócio de não passar, oxe!

[Entrevistada UFRGS] Hoje eu passei!

[Renon] Quando foi que você entrou na URGs?

[Entrevistada UFRGS] Entrei em 16, 2016.

[Renon] Ai meu Deus, você tem quantos anos?

[Entrevistada UFRGS] Eu tenho 22.

[Renon] Meu Deus, é a primeira universidade que você tá é a URGs?

[Entrevistada UFRGS] Não, na verdade não. Eu... Eu tava, tipo, eu tentei física primeiro na URGs. Aí, eu lembro que eu passei, mas deu uns acidentes bem cruéis, assim...

[Renon] Talvez seja o destino dizendo “olha essa escolha”, talvez...

[Entrevistada UFRGS] Sim, total, miga!

[Renon] Talvez seja o momento de repensar!

[Entrevistada UFRGS] Foi deus e o destino dizendo pra mim. Na verdade, vou te explicar a história: eu me inscrevi na cota errada, tapada! Eu inscrevi na... Eu confundi os valores do ENEM com os valores do vestibular da cota econômica, e aí foi por uma diferença de cem reais que eu não entrei na cota econômica, por ter confundido os valores na hora de se inscrever. Ai, que horror! Mas eu fico feliz, porque eu não ia me adaptar em física, com certeza não.

[Renon] Você tá em que curso agora?

[Entrevistada UFRGS] Eu tô em Ciências Sociais.

[Renon] Ah, você faz CISO! Como é CISO aí na URGs, é parecido com a UFBA? Porque aqui o pessoal primeiro faz a grande área de ciências sociais e depois especifica ou antropologia, sociologia ou sócio-política.

[Entrevistada UFRGS] Isso, isso mesmo, é bem assim, assim também.

[Renon] Então você tá no quinto, quinto, não, quarto semestre agora.

[Entrevistada UFRGS] Isso!

[Renon] É verdade, você tá no quarto...

[Entrevistada UFRGS] Entrando no quarto, fiz o terceiro agora.

[Renon] Ai, o calendário de vocês tá certo?

[Entrevistada UFRGS] É que a gente teve ocupações, isso atrasou o mês o calendário.

[Renon] Mas tá menos atrasado do que o daqui, viu? Que a gente tá em 17-1.

[Entrevistada UFRGS] Aah, a gente tá em 17-1, acabou de acabar 17-1.

[Renon] A gente vai até setembro em 17-1.

[Entrevistada UFRGS] Risos.

[Renon] 17.2 começa, se não me engano, começa na última semana de outubro, ou primeira de novembro.

[Entrevistada UFRGS] Nossa, miga, vocês tão mais atrasados que a gente!

[Renon] A UFBA é maravilhosa, maravilhosa, muito maravilhosa!

[Entrevistada UFRGS] Mas valeu a pena, né?

[Renon] Olha, eu amei passar quatro meses de greve, viu? Amei real, foi, tipo, um ponto alto da minha graduação foi esse período de greve. Eu trabalhei, eu li o que eu queria ler, eu fui no cinema, eu saí com gente, eu... Foi, tipo, fumei muita maconha, foi maravilhoso! Foram quatro meses, assim, na minha vida, incríveis, ganhei dinheiro, não tenho o que reclamar da última greve. Foi incrível de verdade, foi muito bom.

[Entrevistada UFRGS] Ah, gente, acabou ficando tudo... Tudo dentro da universidade e trezentos mil coisas deu pra fazer, muita coisa, mas a galera mais se divertiu mesmo, porque foi bem gostoso também.

[Renon] É, ótimo! Você tem algum grupo específico na universidade, algum grupo estudantil do movimento, alguma coisa assim, ou você tá, tipo, auto-organizada mesmo?

[Entrevistada UFRGS] Não, sim, sim, eu milito sim. Milito numa organização. Milito numa organização bem pequena chamada Ontologia e Combate. Ela tem quatro pessoas, eu e mais três.

[Renon] É na UFRGS mesmo?

[Entrevistada UFRGS] Não, não, ela é uma organização, tipo... sem nenhuma, digamos, instituição social, acho, que defina assim.

[Renon] E vocês atuam em que frente, mais ou menos? Qual a perspectiva de atuação do grupo?

[Entrevistada UFRGS] Ah, é bem comunista, na verdade. Uma perspectiva...

[Renon] Satanista, abortista...

[Entrevistada UFRGS] Uma perspectiva bem revolucionária, como se diz.

[Renon] Eu vejo suas postagens no *facebook* e eu fico tipo “gente, arrasou, arrasou!”, é assim mesmo, se o capital não cair, não tem sentido, o capital tem que desabar nessa porra.

[Entrevistada UFRGS] Miga, destruição de tudo, de capital, de patriarcado, de racismo, de qualquer coisa... Ai, eu fico um pouco nervosa sempre que eu falo...

[Renon] Eu achei que minha câmera tinha travado... Tá travando?

[Entrevistada UFRGS] Não consigo te escutar direito.

[Renon] Você tava falando da organização, você fica nervosa...

[Entrevistada UFRGS] Eu fico nervosa porque tem várias organizações aqui em Porto Alegre, né, e tem umas polêmicas e tudo e aí eu nunca sei como as pessoas vão reagir quando eu falo que milito numa organização. Porque se tu conversa com pessoas mais tipo meu irmão, por exemplo, hm... Já vem toda aquela loucura, né, “seu comunista, sua comunista” e bla bla bla, e aí quando você conversa com uma galera mais anarquista, a galera também não curte muito, então é muito relativo assim. Nossa, alguém tá me ligando...

[Renon] Você quer atender?

[Entrevistada UFRGS] Não, não. É que eu não entro no Skype já faz tantos anos, eu fiquei surpresa.

[Renon] Skype é ótimo, eu adoro Skype.

[Entrevistada UFRGS] É maravilhoso. Em geral é isso, eu acho que eu faço da minha vida, eu estudo, eu milito e tô tentando agora estudar pra um concurso público.

[Renon] De que?

[Entrevistada UFRGS] Acho que... É... Deixa eu ver... É do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

[Renon] Nossa, estuda bastante, porque eu só fiz o daqui da Bahia e foi bem difícil. É bem difícil, é bem chato, é uó.

[Entrevistada UFRGS] Ai, sim, mana, eu tô nesse...

[Renon] Se você estudar uns dois meses, acho que você consegue tranquila passar, de verdade. Acho que dois meses é bem... Por que você escolheu CISO, já que você ia fazer física e depois foi pra CISO, não entendi bem essa mudança sua.

[Entrevistada UFRGS] Oi, não consegui te escutar direito.

[Renon] Eu não entendi bem como que foi essa mudança sua de física pra CISO, como que você acabou escolhendo fazer CISO.

[Entrevistada UFRGS] Ah, é que quando eu estudava, quando eu tava no ensino médio, eu gostava tanto de exatas quanto de humanas, as duas, na verdade. Eu tinha paixão pelas duas, tanto que eu até cogitei fazer pedagogia, assim, porque a pedagogia trabalha com as duas áreas. Mas, no fim eu acabei desistindo de exatas porque exige muito cálculo, é muito trabalhoso, é bastante complexo e aí eu parti pra escolher uma área que eu mais gostasse nas ciências humanas e que eu pudesse ensinar, aí eu escolhi ciências sociais, aí por isso.

[Renon] E você ainda quer ser professora, então?

[Entrevistada UFRGS] Sim, sim, quero ser professora.

[Renon] Por favor, entra na academia, vamo reformular essa parada, que tá na hora. Deixa eu te perguntar, você, em algum momento de sua vida, cogitou fazer direito, já que você tinha essa paixão pelas humanas também?

[Entrevistada UFRGS] Ah... Eu cogito ainda, até, de vez em quando penso em fazer direito.

[Renon] E por que que você não faz, rapaz?

[Entrevistada UFRGS] Ai, tem duas questões. A primeira é que eu já cogitei fazer vários outros cursos que eu acho muito interessante, tudo, cada um por alguma razão, mas é que eu não poderia dar aula, então vou deixar pra segunda formação, assim, sabe.

[Renon] Ah, mas ainda há a possibilidade, então?

[Entrevistada UFRGS] Ah, não, sim, e eu acho direito bastante interessante pro estudo do Estado mesmo, assim, sabe? Como é que funciona toda a extensão legal do estado, acho que seria interessante pra alguém que se propõe a ser revolucionária entender bastante de direito.

[Renon] Entender essa burocracia é importante, meu Deus, é tão importante, mas é tão, tão chato...

[Entrevistada UFRGS] Dá pra ver que você morre com as cadeiras.

[Renon] Eu realmente fiz uma escolha muito complicada em minha vida, de ter feito direito, mas eu vou terminar, vai dar tudo certo, vai dar tudo certo.

[Entrevistada UFRGS] Isso aí, mana, tamo juntos.

[Renon] Deixa eu te perguntar, como é que tem sido a sua experiência dentro da UFRGS, na universidade especificamente, sua experiência em todos os termos, a relação com o pessoal, com o professor, os estudos, a receptividade, a forma que você, tipo, é tratada dentro desse espaço da universidade, como é que tem sido?

[Entrevistada UFRGS] Isso é uma questão que eu reflito bastante, sim, porque eu me assumi no meio do primeiro semestre, assim, sabe? Hm... E aí eu lembro que, quando eu me afirmei como eu sou, bastante gente me apoiou e tudo e eu tinha mais ou menos a ideia de que todo mundo iria apoiar, né, iria me aceitar como eu sou. Só que... Eu acho que as pessoas, mesmo no curso de ciências sociais da universidade, têm ainda um distanciamento que elas não conseguem perceber mais ou menos esse distanciamento, sabe? Algumas são mais próximas, de fato, e eu não posso negar isso, também, mas outras têm um distanciamento maior do que elas mesmas percebem, assim. Eu lembro que, por parte de professores, às vezes solta uma piada burra assim...

[Renon] Na sala?

[Entrevistada UFRGS] É, eu lembro que eu tive área, assim, de política, aí eu lembro que o professor falou "ah, essa ideologia veio travestida dessa ideologia", aí eu odiei o uso do termo, achei bastante desrespeitoso, como se travestir significasse enganação ou mentira. E aí fiquei brava com isso e a questão da militância envolve algumas questões assim, também, a gente... Eu lembro que teve uma menina que... Tem muita defesa de feminismo radical dentro da universidade...

[Renon] Da UFRGS?

[Entrevistada UFRGS] Na UFRGS, sim.

[Renon] Sério?

[Entrevistada UFRGS] Uhum! Lá nas paredes do meu centro acadêmico, tu entra, engraçado que o centro acadêmico tem paredes muito polêmicas, assim. Gente que escreve a foice e o martelo, aí uma pessoa que escreve assim "quem desenha esse símbolo nunca pegou numa foice e num martelo", aí quem escreveu, coloca assim "ah, vem que eu te mostro a minha carteira de trabalho, te provo que eu segurei numa foice e num martelo".

[Renon] Gente, mas agora essa coisa do feminismo radical assim, na URGs, eu não tinha noção, não.

[Entrevistada UFRGS] É, tem umas mulheres que defendem bastante o feminismo radical dentro da universidade. Claro, elas não estão cotidianamente convivendo comigo, né, mas, de vez em quando, tu vê algumas delas falando no *facebook* ou escrito nas paredes mesmo que só existem dois gêneros ou de que mulheres trans não são mulheres. E uma exclusivamente fez esse debate comigo, de que mulheres trans não são mulheres. É, recentemente. Ela disse que nós não éramos homens, mas que nós não éramos mulheres e eu fiquei “tá, nós somos o quê, então?”, me veio essa dúvida. Aí eu, “tá, tudo bem”, eu tinha ficado mais tranquila, porque aquilo era recém no início, sabe? Só que aí teve o dia 8 de março, dia da mulher internacional, e eu, que frequento muitos espaços das organizações de esquerda, assim, eu vi que todas elas tavam fazendo um investimento muito grande nesse dia, porque era a maior parada das mulheres do mundo, assim, maior parada internacional. E aí, quando aconteceu, entre mulheres trans só tava eu naquele protesto em Porto Alegre, sabe? Tipo, milhões de mulheres na rua e a única mulher trans em Porto Alegre, na rua, era eu, assim... E eu fiquei, tipo, muito chocada com aquela cena, sabe? Tipo, me deu um choque muito grande. E aí eu resolvi até falar no caminhão, eu não queria, eu tenho muita vergonha às vezes em público, só que, tipo, ver aquela cena me chocou tanto que, dane-se, eu vou e, sabe? E resolvi...

[Renon] Meteu a louca!

[Entrevistada UFRGS] Sim, bem louca lá, começou tímida e saiu toda arrasando, cabelo e tudo do caminhão.

[Renon] Se não meter a cara... Perfeito, vei, a gente nunca sabe a capacidade que a gente tem.

[Entrevistada UFRGS] Sim, nunca sabe! E aí essa menina, ela tava lá em cima do caminhão, inclusive, essa que debateu comigo, sabe? Aquilo me lembrou um debate que eu fiz uma vez com um amigo, a cara que ela fez quando eu subi no caminhão, assim, que ela não queria que eu tivesse ali, sabe? Dava pra ver.

[Renon] Ela tava bem “o que é que, tipo, essa pessoa que não entendo como mulher nem homem está fazendo aqui num trio de mulheres?”

[Entrevistada UFRGS] Exatamente! Era mais ou menos isso! E quando eu falei no caminhão, assim, no meio daquela multidão, também teve bastante silêncio, né?

[Renon] A galera não, tipo, não te recebeu bem?

[Entrevistada UFRGS] Não, não recebeu. Aquele dia, dava pra dizer que algumas pessoas me abraçaram dizendo que foi um ótimo discurso, mas teve pessoas que cagaram, assim, mesmo.

[Renon] Tipo, foda-se, tô nem aí.

[Entrevistada UFRGS] Aí teve eleição do DCE nesse último período, eu participei, resolvi participar, e aí que aconteceu que essa... Eu contei pra um amigo meu sobre essa menina e aí ela participou de um movimento também, né, e aí um dia eu tava falando muito bem do movimento dela e tudo e que as mulheres daquele movimento eram incríveis. Aí meu amigo disse “eu posso achar todas elas legais, mas eu não vou achar legal a que foi transfóbica com a minha amiga” e aí... Você não tem noção, miga, ele me protegeu e deu uma treta muito grande no período de eleição, assim, porque ela...

[Renon] Esse seu amigo é maravilhoso, ele é maravilhoso!

[Entrevistada UFRGS] Ele é muito maravilhoso! Mas como ele é homem, cis, hétero... Pularam em cima dele que nem umas leas, foram tudo em cima dele, dizendo “que que você tá falando mal de nosso movimento?”, não sei que...

[Renon] Não chamaram de piroco, não?

[Entrevistada UFRGS] Devem ter chamado.

[Renon] Porque feminista radical adora uma coisa chamar o povo de piroco, inclusive mulher trans. Nossa, eu já vi, acho uma coisa tipo...

[Entrevistada UFRGS] Eu vejo online isso, nunca vi pessoalmente.

[Renon] Pessoas com as quais não dialogamos: mulheres do feminismo radical. Não dá, é muito difícil, não dá, não dá. Conheço algumas aqui em Salvador e...

[Entrevistada UFRGS] Nossa, eu fiquei chocada assim. Aí deu toda uma polêmica, ela começou a... A menina mesmo que foi transfóbica comigo começou a agredir ele, né, aí eu tava por perto, aí quando eu vi acontecendo, eu disse "ele falou isso porque, de fato, tu foi transfóbica comigo, tu chegou e afirmou que as mulheres trans não são mulheres e isso pra mim é transfobia, assim", aí ela disse "uma coisa é eu ter uma concepção de movimento, outra coisa é ser transfóbica", só que, tipo, elas participam de um movimento de ocupação de mulheres, sabe, aqui em Porto Alegre e elas auto-afirmaram "não, a gente não é transfóbica porque a gente acolhe mulheres trans também", aí eu disse "tá, mas vocês acolherem mulheres trans e ao mesmo tempo afirmarem que elas não são mulheres não é uma contradição?"

[Renon] É uma violência do mesmo jeito, porque você está não reconhecendo que a pessoa é a pessoa que ela diz que ela é, porque você não acha que ela é aquela pessoa que ela é.

[Entrevistada UFRGS] E, tipo assim, uma ocupação, sabe?

[Renon] Gente! 2017, galera, vamo lá, vamo lá!

[Entrevistada UFRGS] Sim! Me deixou chocada assim, sabe? Nossa, vocês acolhem pessoas transexuais, que legal, mas vocês ao mesmo tempo dizem que essas pessoas transexuais não são mulheres trans, não são homens trans, imagina isso numa ocupação de pessoas trans que estão na rua, sabe? Expulsas de casa, indo ficar em algum lugar que precisa ficar e as pessoas ficam lá falando isso pra ti, sabe?

[Renon] É, porra, foda, foda, foda... E, me diz uma coisa, em relação aos funcionários que trabalham na UFRGS, você já teve alguma situação, aconteceu alguma coisa contigo, já? Porque aqui na UFBA, por exemplo, a gente tem uma... Acontecem problemas com os funcionários especificamente dos setores que são terceirizados. É... Aí eu não sei como é aí na UFRGS, porque não sei como é a configuração aí do setor que acaba ficando terceirizado na universidade.

[Entrevistada UFRGS] Mas tu pergunta como é que eles se relacionam contigo?

[Renon] É, se você tem uma relação tranquila, se acontece alguma coisa ou se é indiferente, você, tipo, existe na universidade e não muda nada na sua vida com relação a servidores...

[Entrevistada UFRGS] Em relação a servidores, falando precisamente, eu nunca tive uma relação que eu pudesse ver se me tratam mal ou me tratam bem, assim, sabe? Eu vou poucas vezes na CONGRAD pra falar com servidores, tudo. É óbvio que vejo eles muito no movimento, defendendo greve e tudo, mas conversas pessoais, assim, foram poucas. E eu acho que pelo menos as pessoas que me atenderam não foram grossas ou transfóbicas, assim, mas não acho que isso seja suficiente pra dar um parâmetro também, porque foram muito poucas vezes. Em relação a pessoas terceirizadas, vou te dizer que eu tenho uma convivência gostosa assim com eles no semestre passado, assim, porque, ao mesmo tempo que a gente fez a ocupação muito bom, eles estavam lutando pelo pagamento de salários deles, aí a gente resolveu apoiar nossa luta com eles e deu pra fazer amizade com bastantes terceirizados.

[Renon] Que foda! Aqui rolou bem assim também, porque a galera terceirizada da UFBA, porra, é tratada como lixo, velho, é tratada como lixo mesmo. A galera passa, tipo, meses e meses e meses sem receber um centavo.

[Entrevistada UFRGS] Inclusive defendi que o movimento da URGS tina que defender a efetivação dos terceirizados sem necessidade de concurso público, sabe? Porque se eles pagassem os salários dos terceirizados, apenas, poderia correr o risco de parcelar e esses confrontos iam levar ao ponto deles serem demitidos, né, e iam chamar uma nova leva de terceirizados pra URGS e isso não ia acabar. Então o único jeito de pôr fim a esse ciclo é acabar com a terceirização e efetivar eles todos, né?

[Renon] Porque aqui já rola, né, a galera reclama, é demitida, resolve lá com a empresa em que você é contratado e aí a universidade fica tranquila, de mãos atadas.

[Entrevistada UFRGS] Enquanto eles trabalham em condições bárbaras, né? Eu lembro, eles não podiam nem almoçar direito.

[Renon] Aqui na UFBA é bem parecidinho. O quadro de terceirização, eu acho que, no Brasil, nas universidades, é bem similar. No Rio também, a coisa tá bem, bem ruim de verdade pra galera que é terceirizada. Porque a galera que é terceirizada, geralmente, é a galera preta, né? E é a galera tratada igual a um lixo, é escroto, muito escroto.

[Entrevistada UFRGS] É uma coisa muito escrota, né? Além de exploração, é racismo, é muita coisa junto.

[Renon] É tipo, não existe seres humanos ali, tá só fazendo um trabalho qualquer. É bem zoado, bem zoado, tem uma galera da universidade que não cumprimenta, não fala, nem enxerga aquelas pessoas. Na verdade, não vê nem que são pessoas, né? Já começa por aí. Nossa, é muito, muito, muito bizarro. Meu bem, vou fazer a primeira pergunta entrevista. Posso fazer a primeira pergunta?

[Entrevistada UFRGS] Pode!

[Renon] A primeira pergunta é a seguinte: eu queria saber se você já fez uso de algum serviço e/ou já utilizou algum espaço de atendimento que seja dentro da universidade em razão de você ser uma pessoa trans.

[Entrevistada UFRGS] Em razão de ser uma pessoa trans?

[Renon] Especificamente dentro da universidade, se você já usou algum serviço ou foi pra algum espaço de atendimento por você ser uma pessoa trans. Por exemplo, você precisou de algum atendimento necessariamente por essa sua questão.

[Entrevistada UFRGS] Eu, eu particularmente, acho que não usei alguma coisa que fosse específica para mim. Hm... Eu lembro que eu tava muito indecisa sobre fazer meu nome social, né, e eu sei que o pessoal do SAJU ajuda bastante com isso também e sei também que, pra poder torná-lo válido dentro da universidade, tem que ir na... Algum setor dela que não me lembro qual o nome, acho que é uma CONGRAD geral, não sei bem o que é, mas eu sei que eu tenho que ir nesse espaço pra encaminhar meu nome social lá.

[Renon] Pra eles poderem regularizar na burocracia da própria universidade.

[Entrevistada UFRGS] Isso!

[Renon] E como você ficou sabendo do SAJU?

[Entrevistada UFRGS] Eu lembro que... que por si próprio eu já sabia que o, que tinha um apoio jurídico ali no direito, mas não sabia que poderiam nos atender também, né, aí acho que foi durante o processo de eleição do DCE que eu lembro que teve o debate no direito que comentaram bastante do SAJU, assim. E aí eu fiquei sabendo disso, por esse debate, achei bem legal. Mas eu acabei não indo pro SAJU porque eu tava indecisa na época e também porque eu tava... Querendo entrar no Clínicas, o programa de identidade do Clínicas, então eu...

[Renon] Como é esse programa?

[Entrevistada UFRGS] Esse programa, ele é um programa que o... é ofertado pelo SUS no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e aí tu pede entrada nele num postinho de saúde, aí leva um tempo, eles te encaminham num clínico geral que vai te encaminhar pro programa.

[Renon] E esse programa é da universidade ou não é? É... Ou é de outra esfera do governo?

[Entrevistada UFRGS] É de outra esfera. Eu acho que a rede é do governo estadual, mas eu acho que tem umas parcerias com a universidade. Tem... Porque tem muito estudante da UFRGS em psiquiatria, em psicologia, em serviço social que estagia no programa de identidade de gênero.

[Renon] Ah, eles tem no Clínicas um programa específico pra questão de gênero?

[Entrevistada UFRGS] Sim, sim, eles tem psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, eles têm vários núcleos diferentes pra nos atender, assim.

[Renon] Você não chegou a ir lá ainda?

[Entrevistada UFRGS] Eu já cheguei já dentro do programa.

[Renon] E como é que foi o atendimento lá?

[Entrevistada UFRGS] Em si, eu acho que... Pra tu chegar até o programa foi bem difícil, assim, no SUS particularmente, porque as pessoas... Pelo menos uma das pessoas que me atendeu lá no postinho dizia que não tinha necessidade de existir esse programa, assim.

[Renon] Já do setor específico pra atendimento de identidade de gênero?

[Entrevistada UFRGS] Isso! Ela falava “não tem necessidade de ter, não tem necessidade de gastar dinheiro da saúde com isso”, foi bem estúpida. O clínico geral me tratava como um objeto estranho, como se eu fosse algo estranho a ele e... Eu lembro que, no início, quando eu entrei de fato no programa, com o pessoal que me atende no programa mesmo... Porque isso que eu falei foi no postinho, né?

[Renon] Que não é o lugar específico pra atendimento de identidade de gênero, né?

[Entrevistada UFRGS] Isso. Clínicas é o lugar específico, postinho é só o encaminhamento, né?

[Renon] Ah, sim, o postinho atende todo mundo e aí depois é que vai fazendo a triagem e encaminhando as pessoas pra os atendimentos específicos dela.

[Entrevistada UFRGS] Isso, isso mesmo.

[Renon] Ah, entendi, então isso foi no postinho?

[Entrevistada UFRGS] Isso, no postinho. Aí quando eu cheguei no Clínicas mesmo, eu lembro que no primeiro dia foi um psiquiatra que me atendeu, ele era estudante até da psiquiatria, aí ele me tratou super bem, assim, foi bem gentil, bem carinhoso, aí eu lembro que, acho que forma geral, os psiquiatras lá foram muito gentis. O psicólogo que eles me encaminharam, não sei se era um psicólogo, mas era um senhor que teve que me atender durante um tempo, que ele mandou fazer um questionário e tudo e eu achei as perguntas meio... Muito íntimas, assim, perguntas muito sobre sexo, sobre como eu reajo ao sexo, como eu me sinto em relação a fazer sexo... Então eu não gostei muito, assim, sabe? Pareciam perguntas, assim, muito de...

[Renon] Invasivas?

[Entrevistada UFRGS] É, exato, como se eu fosse um objeto de estudo assim, sabe? Somente um objeto e não um ser humano. Só que, tipo, é muito coercitivo, porque pra tu se manter no programa, tu tem que ajudar eles a fazer umas pesquisas assim.

[Renon] E esse psicólogo não te dava a opção de não responder as perguntas?

[Entrevistada UFRGS] eu não lembro agora, falando sinceramente, eu, abobada, devia ter pedido na hora.

[Renon] Mas aí ele não colocou, também, essa possibilidade?

[Entrevistada UFRGS] Acho que não deve ter colocado, porque, pra eu não lembrar, acho que não. E aí depois teve só o atendimento no serviço social, que vai encaminhar pro endócrino, pra poder começar meus hormônios.

[Renon] E nesse setor de serviço social, foi tranquilo o atendimento? Como é que foi?

[Entrevistada UFRGS] Foi, foi bem tranquilo o serviço social, foi bem gostoso também.

[Renon] Geralmente é uma galera que é mais legal mesmo, mais receptiva. Deixa eu te perguntar, N., já que você não teve nenhum contato, você conhece alguma pessoa que já teve contato com o SAJU e tenha trocado uma ideia contigo sobre isso especificamente? Ou você ficou sabendo... O SAJU, que você ficou sabendo por causa do debate que teve na época da eleição do DCE, você conhece alguma outra pessoa trans que seja da URGs que já tenha ido até o SAJU?

[Entrevistada UFRGS] Que seja uma pessoa trans ou uma pessoa cis, no caso?

[Renon] Que tenha ido ao SAJU enquanto pessoa trans e tenha pedido atendimento por ser pessoa trans.

[Entrevistada UFRGS] Não, não conheço.

[Renon] Não conhece?

[Entrevistada UFRGS] Não. Até porque eu não vejo muitas pessoas trans dentro da URGs. Eu acho que tem... Eu só conheço duas além de mim. A... A... Como é que o nome? A Amanda, que eu te falei que faz física, e tem um homem trans que faz engenharia, mas eu não lembro o nome dele e nem qual engenharia em específico, mas eu sei que ele faz engenharia.

[Renon] É Phelipe o nome dele?

[Entrevistada UFRGS] Felipe? Não lembro, tô tentando me lembrar.

[Renon] Darlam me mandou o seu nome e o nome de Phelipe e, salvo engano, ele faz engenharia, salvo engano...

[Entrevistada UFRGS] Ah, é, acho que deve ser ele. E tem mais uma pessoa, desculpa, eu esqueci, tem a Lua, que faz letras.

[Renon] E você conhece alguma Amanda?

[Entrevistada UFRGS] Amanda eu conheço, a Lua eu nunca falei com ela, e o Phelipe, ele faz o Clínicas também.

[Renon] Ah, ele faz atendimento lá também.

[Entrevistada UFRGS] Sim, sim.

[Renon] Ai, deixa eu te pedir uma coisa. Fala com a Amanda pra ver se eu posso entrevistar ela também?

[Entrevistada UFRGS] Com a Amanda? Falo sim!

[Renon] Por favor, por favor, porque eu realmente queria entrevistar mais pessoas da URGs, só tô conseguindo te entrevistar.

[Entrevistada UFRGS] E com a Lua, tu já entrevistou ela?

[Renon] Eu não sabia dela, ela só me mandou seu nome e o de Felipe, tanto é que só entrei em contato com você e com ele, porque eu não tenho tipo, como saber quem é a pessoa trans que estuda na URGS. Aqui na UFBA é mais fácil, porque, enfim, eu acabo tendo uma relação por ser LGBT também, por estar na militância, então a gente acaba sabendo quem são as pessoas que estão dentro da universidade, mas aí na URGS é muito complicado pra eu saber. Eu até tentei entrar em contato com o pessoal do SAJU, mas tá bem difícil ter um retorno deles. Aí eu até queria saber de você, N., se no SAJU eles tem algum setor específico pra atendimento a pessoas trans, a pessoas LGBT, se eles têm alguma atividade desenvolvida especificamente pra população LGBT...

[Entrevistada UFRGS] Sendo sincera, eu lembro que, dentro da universidade, às vezes surgem umas atividades, mas um serviço, eu não consigo, não me vem à mente nada, assim, de serviço. Eu vejo às vezes atividades, eu vejo o centro acadêmico às vezes promove algumas coisas, uns debates, eu lembro que... Teve a semana LGBT e aí eles trouxeram debates sobre *Stonewall*, que eu achei bem legal, foi na faculdade de educação, e... Eu tô tentando me lembrar de outras coisas que vem, mas tudo que me vem na mente quando fala universidade e população trans ou população gay, população lésbica e bissexual ou *queer*, me vem sempre a ideia das atividades que eles fazem, mas serviço precisamente eu... Não me vem nenhum à mente.

[Renon] Não, eu boto fé. Nesse Clínicas que você falou, você sentiu alguma interferência no... Além do atendimento que você me disse que sentiu, na questão do serviço especificamente que te foi testado, aí eu tô dizendo, por exemplo, quando você teve a consulta com o clínico, você tinha me dito que ele te tratou de uma forma que foi bem complicada. Além desse trato, você acha que o serviço específico do atendimento médico, a qualidade da consulta, você acha que também teve alguma interferência por você ser uma pessoa trans?

[Entrevistada UFRGS] Ah, tá, no sentido deles serem médicos, se isso teve alguma interferência em me atender?

[Renon] É. Por exemplo, a consulta em si, se você sente que, tipo, é... existiu alguma interferência na consulta por você ser uma pessoa trans.

[Entrevistada UFRGS] Bah, pra mim isso é bastante profundo quando tu fala isso, porque eu acho que existe... Não sei se... Eu me senti bem, com esse senhor que me atendeu, eu me senti mal, teve outro que me atendeu que eu me senti mal. E eu acho que me senti mal, porque essa ideia de nos tornar objeto de estudo, é... Não me agrada muito, sabe?

[Renon] E permaneceu isso o tempo todo durante toda a consulta?

[Entrevistada UFRGS] É... Por exemplo, quando ele mandou eu responder as perguntas da pesquisa, as perguntas envolvido sexo, parece que ele tem um urânio na mão e parece que ele tá tentando entender como funciona aquele urânio, sabe? E eu me senti muito assim, mas eu confesso, assim, que pensando bem sobre, também, como funciona a medicina e isso é uma reflexão minha, mesmo, eu acho que as pessoas na ciência fazem muito isso, né? Elas pegam o que elas estão estudando como se fosse um objeto e é desumanizado, totalmente desumanizado. E aí, nesse sentido, eu me senti mais desumanizada do que costumaria ser antes de me assumir e de ser como eu sou, sabe? E mesmo por parte dos psiquiatras e do serviço social terem tido mais, digamos, ahm... mais sensibilidade, eu acho que, embora essa sensibilidade seja talvez um pouco aparente, também, né? Não sei explicar, mas eu não sinto que, por mais que eles tenham sensibilidade, que a instituição hospital de clínicas vai, de fato, pensar na gente como seres humanos, sabe?

[Renon] Mesmo que o trato seja ok, você também sente que poderia ser, tipo, melhor, poderia ser diferente.

[Entrevistada UFRGS] Sim, porque eu fico pensando pra quê que essa pesquisa tá fazendo ou porque que eles querem um retorno da gente. Porque uma coisa é eles quererem ajudar a população trans, ajudar com os hormônios, ajudar com o endócrino, isso já acho maravilhoso, mas, em retribuição dessa comunidade, eles pedem que a gente responda a essas perguntas e a essas

pesquisas, sabe? Então acaba sendo uma troca de mercadoria a relação. Porque, pra ganhar atendimento de psiquiatria, atendimento de endócrino e de serviço social, tu tem que ceder informações suas como se tu fosse um objeto, entende? Parece uma relação mercadológica, sabe? Eu não sei te explicar, não me sinto tão bem assim.

[Renon] Eu entendi. Até mesmo no próprio serviço que você disse que tinha sido ok você também sentiu isso. Meu bem, deixa eu te perguntar, é... Passando dessa parte do serviço ou de algum espaço, tem algum outro lugar que você já foi, também, ou só o Clínicas mesmo?

[Entrevistada UFRGS] É, de serviço? Deixa eu me lembrar. Hm... Eu cogitava mil coisas, é que eu morava sozinha, não sozinha, eu morava com uma amiga há um tempo atrás, foi na época que eu me assumi e estar longe da família ajuda muito isso, né? Não ter a família por perto pra ficar fiscalizando seu dia a dia, como se veste, e tal. Até a própria maconha, que é maravilhosa, né? E aí isso, eu lembro que, que quando eu me assumi, de certa forma, eu tava muito segura, assim, de mim. Porque a pessoa que tava morando comigo, foi ela que me encorajou muito assim. Ela... Quando eu disse pra ela que eu me sentia como uma mulher, ela reagiu com uma naturalidade tão grande, assim, que eu pensei “nossa, se ela reagiu assim, eu não preciso de mais nada, porque é essa pessoa que tá vivendo comigo”, aí eu fui lá e me assumi. Sim, ela era minha família, exatamente, e aí eu não procurei nenhum lugar, assim, específico naquela época porque eu tinha, de certa forma, uma estabilidade. A minha vida, de certa forma, financeiramente, economicamente, materialmente, ela é bastante estável, porque eu recebo uma pensão do meu pai, hoje em dia ele não quer nem olhar na minha cara, mas pelo menos eu tenho uma base material de onde eu posso viver, assim. E isso é um privilégio, jamais vou negar que isso é um privilégio, muitas pessoas sequer tem essa condição pra poder viver, mas... Como é que eu vou te explicar? Naquela época eu ia deixar de morar com essa minha amiga por causa da mãe dela, que teve uns problemas. A mãe dela não queria que eu vivesse com ela porque queria usar aquele lugar que eu tava ocupando e tudo. Hm... Eu lembro que eu tava procurando tipo um abrigo, assim, sabe? E eu tava indo em tal lugar porque eu não sabia que tipo de abrigo ia me atender assim, né? Então me veio muito essas dúvidas naquele momento. Aí foi um período de transição que eu tive que... Porque a minha mãe não sabia e eu tive que falar pra ela como eu me sentia, como eu sou... E aí foi o período em que eu me aproximei mais da minha família e que foi difícil, né, bastante difícil.

[Renon] Foi quando você voltou a morar em casa?

[Entrevistada UFRGS] Se eu tô morando com a minha mãe de novo?

[Renon] Foi quando você voltou esse período?

[Entrevistada UFRGS] Não, hoje eu tô morando com ela, mas naquele período eu não planejava morar com ela. Eu lembro que, quando eu me assumi, eu me assumi no *face*, aí meu tio milita na anistia internacional, nos direitos humanos, ele viu a publicação e ele queria tentar de alguma maneira que a minha mãe não me violentasse, ninguém da família me violentasse. Então ele foi meio que tentando relatar tudo que tava acontecendo comigo pra minha mãe de uma maneira que ela conseguisse, me aceitasse. E a aproximação foi aos poucos.

[Renon] Ele não mora aqui, né?

[Entrevistada UFRGS] Meu tio? Não, ele mora em Viamão, do lado de Porto Alegre, uma cidade que fica do lado.

[Renon] Ele é um familiar seu que você tem uma relação boa?

[Entrevistada UFRGS] Sim, ele é um familiar bem querido.

[Renon] É sempre bom esses familiares, é sempre bom mesmo! É, deixa eu te perguntar outra coisa sobre serviços, ainda. Você conhece, além do SAJU e do Clínicas, que você já fez, algum outro serviço de atendimento ou algum espaço que seja destinado exclusivamente ao atendimento de pessoas trans? Ou que tenha algum setor específico para atender pessoas trans?

[Entrevistada UFRGS] Eu conheço... É que, um setor específico, não, mas eu conheço setores que podem fazer alguma coisa, né? Eu não sei se isso é verdade ou não, não tô bem informada sobre isso, mas eu lembro que eu tinha lido que o nome social eu poderia fazer no Tudo Fácil, né? Inclusive, eu encaminhei lá. Eles até disseram que foi a primeira vez que fizeram o nome social durante os tantos anos que...

[Renon] Como é o nome do lugar?

[Entrevistada UFRGS] Tudo Fácil.

[Renon] Fica onde?

[Entrevistada UFRGS] Na verdade é um lugar onde todas as pessoas fazem documento na cidade. É um lugar bem público, de serviço público. Me disseram que eu poderia fazer meu nome social lá e me disseram que o Rio Grande do Sul é o único estado que possibilitaria fazer o nome social por lá antes de colocar na minha própria identidade o meu nome.

[Renon] Mas você vai fazer no SAJU, que você tinha me dito, né? Ou vai fazer pelo Tudo Fácil mesmo?

[Entrevistada UFRGS] Eu já encaminhei pelo Tudo Fácil mesmo.

[Renon] Ah, massa, é mais rápido, né?

[Entrevistada UFRGS] Eu não fiz pelo SAJU justamente porque eu já tava no Clínicas, né? E também porque eu tava bastante indecisa também nesse período. Aí a pessoa que me atendeu no serviço social disse pra mim que, assim que eu fizesse meu nome social, que eu pudesse pedir pra ela já encaminhar juridicamente esse nome social pra ser colocado na minha identidade.

[Renon] Como assim encaminhar juridicamente? Fazer um processo e tal?

[Entrevistada UFRGS] Sim, eu não sei exatamente como funciona, mas abriria um processo pra mudar minha identidade e a minha certidão de nascimento.

[Renon] Pelo próprio Clínicas?

[Entrevistada UFRGS] Isso, ela que trabalha no Clínicas. O Clínicas, digamos, oferta esse núcleo de serviço social pra trabalhar com questões assim, de como conseguir o nome social juridicamente ou como... outras questões que eu ainda não entendi direito.

[Renon] Então talvez eles tenham algum atendimento jurídico, também, porque eles encaminham isso...

[Entrevistada UFRGS] Sim, um serviço jurídico.

[Renon] Que massa, que massa mesmo! Terminando esse bloquinho de serviços, nós vamos pra outro bloco. Eu queria que você comentasse um pouco, a sua percepção mesmo, a sua visão de verdade, visão de N. sobre isso. Como é que você, individualmente, entende o movimento trans. Lembre-se que, se você tiver dúvidas, estou aqui para...

[Entrevistada UFRGS] Como eu entendo o movimento trans... Ai...

[Renon] Eu queria saber como que você concebe o movimento, em que lógica ele se insere, de que forma ele dialoga na sua perspectiva.

[Entrevistada UFRGS] Como é que eu vou te explicar? Pra mim, isso é bastante complicado, porque várias questões, e questões, assim... Ai... Eu acho que, de forma geral, eu acho que o movimento trans, ele luta por pautas bastante mediatas nossas e totalmente legítimas que são extremamente importantes, considerando que muitos morreram, assim, eu penso particularmente com o movimento

do feminismo, existe uma ignorância muito grande em relação às pessoas trans, assim. Só que me deixa um pouco triste, porque a minha visão mesmo, de mundo, é que a gente vive numa estrutura desigual, sabe, e de que o movimento trans, se pudesse romper com essas barreiras de estrutura desigual, deveria, mas infelizmente a condição que a gente vive, grande parte da comunidade trans, 90% se prostituindo pra poder sobreviver, porque foi expulsa de casa e eu não tive... Eu não tive essa condição, que, por sorte, a minha conseguiu aos poucos, me aceitando, mas muito aos poucos também e até hoje não me aceita por completo. Eu acho que... Que é bastante compreensível porque grande parte do movimento encara... Encara as nossas pautas de forma tão imediata e não tanto a longo prazo, assim, estruturar mesmo a sociedade em suas raízes. Mas... Acho que, não sei te explicar direito, mas... Como é que eu vou te explicar?

[Renon] você tá sabendo explicar maravilhosamente bem e eu tô sabendo entender super.

[Entrevistada UFRGS] Sim, eu... Por exemplo, como que eu vou te explicar? Sei lá, o Fantástico, sei lá, a Globo, sei lá, o próprio mercado de música, todas essas instituições que a gente vive estão começando a incluir as nossas pautas, mas, ao mesmo tempo que tem a inclusão das nossas pautas, por exemplo, no fantástico, em jornais da Globo, a condição estrutural da vida das pessoas trans continua a mesma, sabe? E isso me deixa muito perturbada ao mesmo tempo, não no sentido de que a gente não tem visibilidade, a gente tem que ter o máximo de visibilidade possível, sabe? Mas, ao mesmo tempo, a gente não pode se iludir achando que essas instituições vão conseguir mudar nossa estrutura de vida, porque não vão.

[Renon] A mudança tem que vir por outros caminhos, então?

[Entrevistada UFRGS] é um problema profundo, né? Bastante profundo!

[Renon] Você também já acabou antecipando um pouco a minha próxima pergunta, que eu ia te fazer, que é quais as reivindicações que são pautadas pelo movimento trans. Você acabou falando das pautas, eu queria que você pudesse discorrer um pouquinho de quais são essas reivindicações que são levantadas pelo movimento.

[Entrevistada UFRGS] Eu acho que principalmente o direito à nossa identidade, acho que isso é uma das principais reivindicações. O direito ao respeito à nossa identidade, deixa eu pensar... O direito ao nosso próprio corpo também, como a gente gosta, como a gente sente bem.

[Renon] No sentido de dispor do corpo?

[Entrevistada UFRGS] Sim, sim. Porque existe muita transfobia por parte das pessoas que não aceitam nossos corpos, né? Então acho que o direito ao nosso corpo como a gente sente bem com e é algo bastante importante. Inclusive uma própria definição homogênea do que é ser trans também. Existe muito nas pessoas cis e héteros, né? Às vezes eu vejo no *facebook* as pessoas dizendo "ah, você não é uma trans de verdade, porque é uma trans de verdade é assim, assim, assim, assim". E aí... Então a reivindicação ao direito ao nosso corpo é muito nesse sentido, assim, no sentido de que a gente possa se sentir bem com nosso corpo tendo nosso gênero, como a gente se identifica. E acho que principalmente, uma das questões primordiais que eu toco, que é uma das coisas também que não me deixa abdicar de outras convicções que eu tenho, que é o direito ao trabalho, né? O direito ao trabalho. Não que eu ache errado ou condene moralmente, jamais vou fazer isso, a prostituição. Mas é fato que grande parte de nós tá se prostituindo porque não se teve oportunidade de ter um outro trabalho antes disso.

[Renon] E dentro da lógica da prostituição, você acredita que precisa ser feito também alguma coisa? Existe alguma reivindicação do movimento trans em relação à questão da prostituição?

[Entrevistada UFRGS] Sim, acho que também existe uma reivindicação à aceitação ao trabalho da prostituição. E acho que isso compreende muito a situação das mulheres trans, de todas nós na sociedade, porque consiste no sentido de que é o trabalho e que grande parte da comunidade usa pra se manter viva hoje, né? Então acho que é uma pauta, sim, do movimento e compreendo como uma pauta legítima pra vida das mulheres trans.

[Renon] Existem outros tópicos que você gostaria de comentar, N.?

[Entrevistada UFRGS] Mas a questão do direito ao trabalho, eu acho que ele, ele entra num leque maior, assim, que a própria prostituição. Porque existem muitas questões que englobam essa questão da prostituição, no sentido de que, se você procura estudar, você procura trabalhar, mas você não pode fazer isso porque existe alguém no mercado que vai te rejeitar por ser uma mulher ou vai ter gente na escola que nem sequer vai querer que tu esteja na sala de aula. Então é muito coercitivo, né? Então eu acho que as mulheres trans, elas não conseguem ter o direito ao trabalho, sabe? E acho que...

[Renon] Elas não podem ingressar nesse mercado como... Em relação às violências, você entende que existe alguma reivindicação específica à violência?

[Entrevistada UFRGS] Sim, sim. É... Eu acho que muita questão envolve a agressão cotidiana que a gente sofre, né? Caso da Dandara evidencia bastante isso, eu acho.

[Renon] E... De que formas você acha que isso é combatido pelo movimento? Como o movimento reivindica essa questão da violência, como o movimento entende que é possível enfrentar isso?

[Entrevistada UFRGS] Sendo sincera mesmo, eu acho que eu só conseguiria ver o fim da violência não só como um fim cultural, porque, pra mim, eu não acho que a cultura seja algo que surja do nada, sabe? Eu sou, eu fico, eu vejo essas coisas bem com uma visão de... Institucional, assim. Eu acho que a única possibilidade de acabar com a violência de pessoas LGBTs, o primeiro passo, que devia ser primordial, deve ser a criminalização da homofobia e da transfobia. Esse devia ser o passo primordial e acho que, sim, a gente consegue produzir relações que não nos matem, não nos ataquem cotidianamente. Só que... Só que... O Estado não tá disposto a isso.

[Renon] Mas, de alguma forma, você entende que essa criminalização legal pode trazer algum potencial pelo menos de debate sobre essa questão?

[Entrevistada UFRGS] Sim, tu diz o debate sobre a criminalização de homofobia, transfobia traria um debate sobre violência?

[Renon] É isso, se a criminalização... Porque você falou que seria uma questão primordial, aí eu queria entender um pouco como você entende essa primordialidade, se você entende que essa questão, ela poderia gerar a, a visibilidade dessa violência, ela poderia gerar o debate da violência? Você acredita que, tipo, quais seriam as consequências que essa criminalização poderia acabar trazendo?

[Entrevistada UFRGS] Olha, na conjuntura atual, eu fico refletindo bastante que isso seria quase impossível de acontecer. É irreal, quase, dizer que a homofobia e a transfobia serão criminalizadas, porque, realmente, não é algo plenamente possível agora. Mas o quê que, pra mim, na minha interpretação, é a criminalização da homofobia e a transfobia, é a institucionalização disso no próprio Estado, é o Estado reconhecer que existe, de fato, uma população que é segregada, que é violentada, que é mutilada cotidianamente, é o reconhecimento do Estado em relação a isso. E... Se o Estado só vai conseguir reconhecer isso, evidentemente no momento que a sociedade reconhecer isso, né? Então eu acho que pra pensar na questão da visibilidade da violência da comunidade LGBT com relação a essa pauta, é uma maneira de tentar pelo menos debater essa pauta, é uma maneira de tentar mostrar que essa violência existe, que ela atinge todos cotidianamente e tentar fazer com que os debates em torno dessa pauta se transformem, deem caminho pra visibilidade dessa violência, sabe? Pelo menos é o que eu penso. E aí, a partir dessa visibilidade, institucionalizar isso dentro do Estado, o Estado reconhecer isso a partir do fato da própria sociedade reconhecer. Só que quando eu digo que a conjuntura é complicada pra isso, é porque tanto o Estado quanto a sociedade não estão dispostos a reconhecer isso.

[Renon] E nem reconhecer que a violência é qualificada contra uma pessoa trans, né? Você já começa sem reconhecer a identidade dessa pessoa. Essa violência não é uma violência praticada pela identidade da pessoa. Também é um dos grandes problemas que acaba sendo... Enfim, falando de estatísticas, bem complicado isso mesmo. Dessas pautas que você me falou, N., você entende que elas estão colocadas pro movimento de uma forma homogênea?

[Entrevistada UFRGS] De uma forma homogênea?

[Renon] Homogênea, essas reivindicações estão colocadas pra o movimento, assim, todo, ou o movimento trans está homogêneo em relação a essas pautas?

[Entrevistada UFRGS] Não, não, não, não acho que existe, deixa eu refletir bastante sobre isso... Não. Por exemplo, eu acho que algumas questões, por parte das mulheres trans e dos homens trans, é bastante homogêneo, como a reivindicação da identidade. Acho que todas as pessoas trans querem ter o direito à sua identidade. Pelo menos, nunca vi uma pessoa trans afirmar que não, é pouco possível. O direito ao seu corpo, eu acho que... Existe também muita, muita gente na comunidade trans que, que... Realmente quer poder se manifestar corporalmente como quer, mas existe também, acho que ataque dentro da própria comunidade em relação a isso também. É uma coisa que poucas pessoas observam, assim, mas eu tava me lembrando que recentemente eu tava num grupo de hormônios e aí várias pessoas mostram as suas mudanças conforme tá passando os medicamentos, os efeitos que eles tão tendo no corpo e aí eu lembro que teve uma menina que compartilhou a imagem de uma mulher trans que ela tirou uma foto com as amigas e ela tava excitada e aí ela disse que o cara que compartilhou isso chamou aquela foto de armadilha e que aquilo era uma transfobia e que tinham que pressionar essa pessoa a não cometer mais transfobia. E aí eu lembro que grande parte das pessoas concordaram, inclusive eu, o cara era um babaca, dizer que a gente era uma armadilha, acho um desrespeito, uma transfobia muito canalha falar isso com a gente, só que teve mulheres trans que defenderam que o cara tinha razão, que ela não tinha que estar excitada naquela foto.

[Renon] Mas, peraí, o cara que você tava falando era um cara trans também?

[Entrevistada UFRGS] Não, não, era um homem hétero. Um homem hétero pegou uma foto de uma mulher trans que tava excitada e ele disse “como identificar se era armadilha ou não”, bem transfóbico, machista e nojento, né? E aí uma mulher trans compartilhou isso dentro do grupo de hormônios e disse que aquilo era absurdo e muitas mulheres trans concordaram com ela, que aquilo era um absurdo, mas houve também uma parcela muito pequena que disse que ela não tinha que estar excitada, então, o que me veio na mente, que existem pessoas não majoritárias dentro da nossa comunidade que, que... acabam dando abertura pra transfobia também, por parte dessas pessoas héteros e cis que já fazem isso cotidianamente com a gente. E isso, de alguma maneira, pra mim, se relaciona com a questão de direito ao nosso copor, assim, no direito ao que é que é ser trans, assim, sabe? Muitas pessoas querem definir o que é que é ser trans homogenemante. Inclusive, dentro da própria comunidade isso acontece. Então eu acho que essa pauta não é uma pauta, talvez, homogênea.

[Renon] E as outras que você falou, do direito ao trabalho, a questão da criminalização, você acha que também são homogêneas?

[Entrevistada UFRGS] Direito ao trabalho e o direito à criminalização... Eu não sei dizer. O direito ao trabalho, eu acho que sim, bastante... Nunca vi... É porque, quando a gente fala de trabalho, é uma coisa bastante complexa, porque é ele que... que nos dá a vida, né? Nos possibilita morar, comer, dormir em algum lugar que não seja um lugar que a gente sofra bastante. Mas o direito a... Qual era a outra?

[Renon] Você falou direito ao trabalho e a questão da criminalização da violência.

[Entrevistada UFRGS] Isso, a criminalização da violência não parece uma pauta muito homogênea. Pelo menos, nunca debati isso com outras pessoas trans, assim, já vi outras pessoas LGBT defendendo que deve ser criminalizado a homofobia ou a transfobia.

[Renon] Você nunca viu uma pessoa trans especificamente?

[Entrevistada UFRGS] Nunca. Mas eu nunca tomei iniciativa pra isso. Eu geralmente defendo essas pautas pra trazer a visibilidade do debate da violência, pra que as pessoas reconheçam que existe uma violência e pra que elas pressionem o Estado a reconhecer que essa violência existe. Com o racismo, isso aconteceu, o Estado reconheceu, mas isso não é prático, né? Ele só reconheceu... Legalmente.

[Renon] Mas a mudança estrutural são outros quinhentos...

[Entrevistada UFRGS] É outros quinhentos. É muito mais profundo que o reconhecimento do estado, mas se a gente não alcançar o reconhecimento, também, a gente não alcança nada.

[Renon] Entendi agora o que você colocou. Então você acha que essas questões estão colocadas pra todas as pessoas trans de forma equivalente ou não?

[Entrevistada UFRGS] Se elas são colocadas pra todas as pessoas trans?

[Renon] É, dentro das outras questões identitárias, porque uma pessoa trans não se encerra só nessa questão de gênero. Essa pergunta é meio nesse intuito, que existem pessoas trans que estão em outras situações de opressão. Por exemplo, uma pessoa trans que seja negra, ela está em outra situação, um homem trans talvez não esteja na mesma situação que uma mulher trans. Essa pergunta foi mais ou menos nesse sentido, de entender se essas reivindicações, elas estão colocadas pra todas as pessoas trans de uma forma equivalente ou se existem especificidades?

[Entrevistada UFRGS] Ah, não, com certeza de forma equivalente, não. Até porque, por exemplo, essa é uma questão que me veio bastante na mente e deu uma grande questão recente que eu conversei com a minha amiga. A minha amiga, ela chegou e disse, ela disse pra mim que ela tava querendo levar uma pessoa trans pro trabalho, que ela trabalha numa casa de acolher mulheres em caso de violência. E ela queria levar uma pessoa trans pra que as mulheres que estão nessa casa de violência compreendessem o que é ser uma mulher trans também. E... Só que ela não queria me levar por duas questões, ela falou. Primeiro porque tu recém se assumiu e segundo porque tu tá na universidade, tu não vive na prostituição, tu é uma pessoa que tem condição por estar na universidade ou também. É diferente ser uma mulher trans negra que sofre com o racismo, também, ou ser uma mulher trans num setor de terceirizados, onde a exploração é muito maior, ou ser uma mulher trans que trabalha no Zaffari. Tem várias especificidades e condições de existência diferentes, onde há privilégios materiais a mais do que outros. Então eu acho que sim, eu acho que talvez essas pautas atinjam muito a todas as pessoas trans, mas com certeza existem muitas diferenças de como cada pauta vai atingir dada essa condição que a pessoa trans vive. Eu, por exemplo, eu sou branca, então a pauta do racismo não é uma pauta que atinge a minha vida, mas com certeza atinge uma mulher trans negra, então pra ela é muito importante essa pauta, assim como a pauta da transexualidade também. Ou, por exemplo, vai ter uma mulher trans que não vai ter, vai ter a oportunidade de só estudar, não vai ter trabalho, como é o caso meu e da Amanda, então das pautas em relação ao direito ao trabalho é muito diferente de uma mulher trans que está se prostituindo. Agora a questão da valorização do trabalho vai ser muito diferente pra uma mulher trans que está trabalhando no Zaffari também. Então, sei lá, acho que...

[Renon] O que é o Zaffari?

[Entrevistada UFRGS] É um mercado de Porto Alegre que explora bastante, paga muito mal. Mas acontece que muitos setores do mercado, como o Zaffari, que é um mercado, o Big, que é outro mercado, o telemarketing também, são setores que nos incluem, nos colocam a possibilidade de ter o nome social no trabalho, mas ao mesmo tempo são setores que pagam muito mal, que fazem as pessoas trabalharem que nem umas condenadas e grande parte das pessoas que trabalham lá são pessoas trans. Então isso também reflete as relações de trabalho que tem na própria sociedade, então a desigualdade que tá, a gente tá submetido a isso também. Então isso também traz uma pauta para essas pessoas, que é diferente de uma pauta de uma mulher trans que estaria estudando na universidade. Então, acho que, quando tu falou bastante de especificidade, eu tenho bastante acordo, acho que variam bastante mesmo.

[Renon] Entendi. Você acha que essas reivindicações que você me listou, do movimento trans, elas tem sido exploradas em frente de atuação? E aí, como frente de atuação, eu tô me referindo, por exemplo, à frente de atuação política, à frente de atuação jurídica, frente de atuação legislativa... É, enfim, esses tipos de frente de atuação. Você acha que o movimento acaba levantando essas reivindicações em alguma frente, em algumas frentes, ele se utiliza de várias frentes de diferentes, o movimento acaba se articulando em várias formas de atuar? Como é que você visualiza isso?

[Entrevistada UFRGS] Eu, eu vejo que existem muitas frentes parlamentares, parte do Jean Willys ali, né, que é um político gay que luta por direitos da população LGBT, assim. As questões jurídicas, eu não tenho muito conhecimento mesmo, mas sendo... eu acho que as coisas são bem diluídas com relação a isso, pelo menos não que eu não ache que elas não existam ou que elas não tem nenhuma efetividade, afinal o direito ao nome hoje, né? Coisa que há dez anos atrás seria quase que uma utopia. Mas, ao mesmo tempo, não consigo ver como uma frente coesa de luta pela, pelos nossos direitos, assim.

[Renon] Então o movimento vem se articulando em várias, várias frentes.

[Entrevistada UFRGS] Isso, não uma frente única, várias frentes.

[Renon] Que massa.

[Entrevistada UFRGS] Eu não sei, eu acho que às vezes, às vezes ter diversidade, ela é muito bom, mas às vezes eu acho que pensar demais pode trazer debilidades estratégicas pra alcançar algumas coisas que são para todos. Então acho que... Equilibrar isso no movimento de política é um desafio muito grande.

APÊNDICE F – Entrevista “Entrevistado UFRGS”

[Renon] Para começar a entrevista, eu começo com um momento em que você pode me dizer um pouco sua trajetória acadêmica, e aí é assim: o que você quiser me dizer sobre sua trajetória – e aí eu tô falando tanto dessa sua trajetória na universidade quanto dessa sua trajetória no ensino fundamental, no ensino médio, na escola também – como é que foi a passagem por esse espaço, essas experiências mesmo com outras pessoas, com os professores, com o corpo de funcionários das instituições e tudo o mais, como é que foi essa questão de querer estar na universidade também, de escolher um curso para estar na universidade, enfim, o que você achar que você deve me falar sobre isso, o que você pode me falar sobre isso.

[Entrevistado UFRGS] Tá... E com relação a isso não precisa necessariamente estar vinculado com minha identidade de gênero em si?

[Renon] Não. Hm... O que você quiser mesmo me falar sobre.

[Entrevistado UFRGS] Minha vida, sei lá, acadêmica, começou bem cedo, eu fui pra uma instituição, uma creche, que era, como se diz? Integral, de turno integral, manhã e tarde, desde um mês e sete dias, e de lá eu fui direto pro colégio, assim, primeira série já direto, e então a minha vida toda tem sido dentro de uma, de uma instituição, basicamente. Eu sou do interior, então lá eu fiz meu primeiro e segundo grau, depois eu vim pra cá pra Porto Alegre, pra capital, onde eu comecei a fazer faculdade, acho que fiz outras seis faculdades antes de entrar na UFRGS, não terminei nenhuma, na verdade, e fiz cursinhos também, e sempre tipo ficava um ano, um ano e pouco, sem estudar, sentia falta, tão acostumada a ficar dentro desse meio, sabe, que, e não fui muito feliz, sabe, nos cursos que eu escolhi, ou porque não era uma faculdade muito boa ou porque não era um curso que eu queria de fato, teve algumas problemáticas assim, mas atualmente o curso que estou tentando cursar, na verdade, é o curso que eu gosto muito e quero me formar...

[Renon] Qual curso que você tá fazendo agora?

[Entrevistado UFRGS] Eu faço engenharia metalúrgica agora. Eu já iniciei engenharia da computação, na UBRA, já fiz Letras, quase me formei, e comecei Cinema na PUC, que eu gosto muito, só que Cinema eu tive que escolher entre Cinema e engenharia, porque eu passei nos dois, tentei fazer os dois, mas não deu pra conciliar, foi bem pesado, assim... Então...

[Renon] Engenharia acho que não dá pra conciliar com muitas coisas, não, é bem difícil. Engenharia é muito pesado.

[Entrevistado UFRGS] É... A gente não tem turno fixo e, lá na PUC, Cinema, no primeiro semestre, tu é obrigado a fazer todas as cadeiras e era de tarde – se fosse de noite, eu até tentaria mesmo assim, nem que no segundo semestre eu fizesse menos cadeiras, mas aí não deu, primeiro semestre foi bem pesado assim... Então...

[Renon] Você tá em que semestre agora?

[Entrevistado UFRGS] Ah, boa pergunta... Entre o primeiro e o quarto semestre, na verdade.

[Renon] Te entendo.

[Entrevistado UFRGS] Ah e tua mãe pergunta: “bah, em que semestre que tu tá?” “Eu não sei” “Quando é que você vai se formar?” “Pois é!”.

[Renon] “Vai formar, vai, em algum momento vai acontecer...” O que importa é que vai acontecer...

[Entrevistado UFRGS] É, tá sendo um pouco isso, porque eu tô com uns problemas burocráticos com a universidade, na verdade, não é nem aquela dificuldade, “bah, eu não estou conseguindo acompanhar tal cadeira”, não, é que eu não consigo às vezes nem vaga nas cadeiras pra poder cursar, que foi o que aconteceu nesse semestre, eu tive que trancar porque eu não consegui me matricular em nenhuma cadeira, e agora, no próximo semestre, obrigatoriamente tenho que fazer

nem que seja uma pra mim não ficar dois semestres inativo, né, então tá bem complicado, tô aprendendo a fazer vestibular de novo pra melhorar o meu ordenamento, enfim, pra mim não ter tanta dificuldade de conseguir as cadeiras e poder ir pra frente, assim, então tô bem desanimado um pouco com relação a isso, por mais que queira fazer o curso, às vezes dá vontade de desistir porque tá bem difícil, na verdade...

[Renon] Você vai fazer o ENEM de novo?

[Entrevistado UFRGS] Vou fazer o ENEM de novo, o vestibular de novo...

[Renon] Ah, meu deus do céu...

[Entrevistado UFRGS] Tô fazendo cursinho, na verdade, acompanhando cursinho, daí semestre que vem tem que fazer a faculdade e o cursinho pra depois fazer a prova...

[Renon] Porra, velho, nem fala...

[Entrevistado UFRGS] É bem desanimador, na verdade: chega no cursinho e tem que ver as mesmas coisas, e tu sabe que tem que se preparar pra não chegar e fazer a prova do nada... Ai, tô bem...

[Renon] Alegria, alegria, "iê"... 2017, "uhu", melhor ano... Deixe eu te perguntar, você nunca, nunca, nuca pensou em fazer Direito?

[Entrevistado UFRGS] Já pensei, mas se eu sou mais voltado a fazer psicologia, assim, mas já pensei em fazer Direito...

[Renon] E por que não tentou optar por Direito?

[Entrevistado UFRGS] Não sei... Ficou só no querer... Assim, eu acabei não me, não me animando tanto... E, realmente, da parte das humanas, assim, eu acabo tendo uma facilidade maior em algumas áreas, mas... Acabei não indo, assim... Depois que eu entrei pra parte da engenharia, cinema e engenharia, eu acabei não indo mais, assim, não me vendo mais em outros, assim... Tantos cursos, sabe, que eu já fico meio, assim, "será que eu..."

[Renon] Interdisciplinaridade é isso.

[Entrevistado UFRGS] Exato, exato.

[Renon] Mas, olha, Direito teria sido massa se você tivesse feito... É... É bem legal... Deixe eu te perguntar: especificamente na UFRGS, como é que tem sido a experiência na universidade? E aí também com relação à identidade de gênero... Já que você tinha me perguntado, e agora eu realmente gostaria de...

[Entrevistado UFRGS] Ah, o quê que eu posso dizer?... É, na UFRGS tem sido, assim, bem difícil: primeiro porque a gente, tipo, que, quando iniciei, não tinha me identificado ainda como homem trans, então eu fazia parte do grupo, né, de mulheres negras, pobres, periféricas, era tipo... Era... Questão de preconceito é bem grande, tu não tem muita visibilidade, muita abertura, e... Tudo isso meio que pesou e agora que eu me identifico como homem trans eu, eu... As dificuldades que eu sinto são mais burocráticas, como, por exemplo, no atestado de matrícula eu não tenho nome social, direitinho, mesmo com toda a documentação, que é um saco a gente conseguir, e o atestado não sai com teu nome, não consegue, o cartão do (?), que é passagem escolar, né, o cartão vai sair com teu nome de registro, porque o atestado de matrícula tá com teu nome de registro... então as coisas assim são meio chatinhas, são meio... Pessoal às vezes não tem muita informação, quando tu vai pra pedir as coisas, você tem que já levar as informações, porque senão eles pedem... É mais em relação a isso... Em relação a preconceito em si, eu não vivenciei muito, até porque eu acabo não ficando tão próximo agora da universidade como eu gostaria, mas os meus colegas, assim, de curso, de mesma área e tal que me conheciam antes, sempre foram muito legais, assim, comigo, foram bem receptivos, mesmo não conhecendo muito, sempre foram bem atenciosos, assim... então os problemas que eu senti e sinto ainda na UFRGS é mais na verdade por ser negro, por ser pobre, na verdade, eu sinto mais

problemáticas em relação a isso, e mesmo sendo trans assim, não sinto tanto, mas talvez por eu não estar tão no meio como eu deveria talvez...

[Renon] Como assim?

[Entrevistado UFRGS] Então... Eu não tô conseguindo tipo ter muitas aulas, eu fui até maio, depois não fui mais, então acabo não conseguindo interagir tanto com o pessoal do meu curso ou da minha área como, talvez, deveria... Interajo mais com o pessoal realmente das humanas, das sociais, da psicologia, história, e esses geralmente são mais amistosos e tal, até porque, enfim, já conhecem essa situação, né, e a gente que o pessoal da engenharia é um pessoal mais fechado e tal, pessoal das exatas são mais fechados... Então, posso dizer assim, acho que não sofri tanto preconceito em relação a ser trans talvez por não ter convivido tanto com eles quanto deveria, mas eu espero que não, né, mas é uma coisa que eu não posso garantir, né... Sofro ainda muito por ser negro, por ser pobre, também e principalmente por ser pobre muitas vezes, mas por ser trans ainda não bateu ainda assim, pelo menos não lá assim, meu meio de engenharia em si ou as exatas em si, ainda não rolou assim...

[Renon] Você falou muito dos colegas e mesmo que você não tenha visto tantas aulas, o contato com os professores é, geralmente, é um contato que é tranquilo, é um contato em que você destaca alguma coisa que seja problemática?

[Entrevistado UFRGS] Não, eu sempre tive bastante contato com os professores, principalmente das engenharias, antes mesmo, já no curso, eu tinha uma bolsa na área dos laboratórios, que é o centro de tecnologia... Então eu já conhecia a maioria deles antes de entrar, e a gente, inclusive aqueles que tu sabe que são preconceituosos por ser negro, por ser pobre, e na época por ser mulher, enfim, senti isso também... Hm... A gente já sabia meio que lidar com eles, assim, eu tinha um professor que era meu chefe lá, ele meio que intermediava sempre, quase que ninguém tocava, assim, em mim, porque sabiam que eu trabalhava com fulano, então era meio que isso, sabe... Agora eu não tô tendo bolsa, então eu tô meio longe disso, assim, mas eu sei que, a gente tem prédios de engenharia diferentes lá no mesmo campus, né, tem campus diferentes, pela cidade, e que tem alguns campus, tipo central, que tem professores que são bem complicados, eu já perdi bolsa, por exemplo, em, não era nem uma bolsa paga, era... Hm... como se diz? Voluntário... Por ser quem eu sou, assim... Tipo, não sei te definir qual foi que pesou mais, mas, tipo, um colega meu, não de curso, mas de engenharia em si, foi e conseguiu a vaga que eu tinha, que eu tava tentando tipo há mais de um ano, assim, sabe, de tentar ficar lá... E o cara era um homem cis, branco, classe média, então... Tu sabe que pesa, né, então não sei definir por que exatamente é que eu não passei, mas eu não passei...

[Renon] É... Não rola, assim, um retorno...

[Entrevistado UFRGS] Mesmo eu sendo a pessoa mais capacitada para o cargo em si, mas não passei...

[Renon] É, tipo assim, “desculpa, existem outros critérios sendo utilizados pra você não ter passado”... E funcionários da unidade, do colegiado, secretaria, que trabalha na faculdade?

[Entrevistado UFRGS] Sempre tive mais contato com o pessoal terceirizado na verdade, uma pessoal em sua maioria legal. A sua maioria humilde e que geralmente tu conversa se tu dá um bom dia, um boa tarde eles até ficam felizes porque a maioria do pessoal passa por eles e finge que não enxerga. E o pessoal tipo que é contratado assim né, concursado em si, é aquela coisa meio burocrática, né. Às vezes eles estão te chamando como se fosse um número ali, às vezes nem olha na tua cara, só fazem o que tu pediu, enfim. Assim como tem outros que são mais legais e tal, que tu consegue conversar, mas não tive grandes problemas assim, nunca tive grandes problemas até porque já tinha um engajamento lá dentro mesmo antes de entrar, assim, não tive maiores problemáticas em relação a isso. Foi meio que tranquilo, mas eu sei que tem pessoas assim que são mais complicadas lá. Mas é muita questão de politicagem lá dentro também né, então eles meio que se pegam entre ele e a gente fica só assistindo muitas vezes.

[Renon] Você falou que você era do movimento de mulheres negras, pobres e periféricas. Você ainda tem aproximação com algum movimento dentro da UFRGS?

[Entrevistado UFRGS] Tenho, com algumas ainda tenho, mas depois que eu me identifiquei eu meio que me silencieei, obviamente, por perder esse local de fala. Acompanho sim, até por grupo no *facebook* ou alguma coisa assim, mas de longe. Mas não tô... Tenho amizade com o pessoal, mas não tô mais assim ativamente, na verdade. Meio que mudei o foco até a questão da militância. Agora tô com a militância com os homens trans e tal. A gente tem um grupo que a gente tá criando aqui, a gente já fazia parte do IBRAT, que é o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade e daí aqui no Sul a gente agora tá criando um grupo nosso, que vai ser vinculado com o IBRAT também, mas que a gente vai ter um pouco mais de autonomia pra poder fazer as nossas questões, nossas demandas né. Então meio que mudei um pouco o foco assim né. Me interessa muito em relação ainda à questão do feminismo em si porque a gente tenta politizar bastante os meninos que estão entrando agora. A gente sabe, né, que tem muitas problemáticas em relação ao machismo por que a gente sabe que tem muitos homens trans que são machistas. Eu não posso dizer que não sou, a questão é tu reproduzir ou não. Então a gente tenta dar uma conversada com eles, né, porque muitos têm aquela coisa de que buscar a masculinidade também é ser machista, “eu tenho que ser machista, porque agora eu sou um homem e tenho que vestir essa camiseta”. A gente tenta dizer que não, que não é bem assim. Tu não precisa ser machista pra ti ser um homem trans. Então eu busco muito fazer essa ligação de tentar conversar com eles e conversar ainda com o grupo das meninas pra ver se a gente entra em um consenso, pra não ter essa coisa radfem, meio radical. Então a gente tenta meio que apaziguar assim, sabe.

[Renon] É... “rad” é um negócio bem complicado mesmo. Às vezes a gente faz assim “olha miga, vamos deixar pra conversar depois, tô de boa, tô muito de boa de rad”. Deixa eu te perguntar, P.: esse grupo que vocês estão criando tá saindo de dentro da universidade ou vocês estão criando ele fora da UFRGS?

[Entrevistado UFRGS] É fora da universidade, apesar de todos que estão na parte da elite ali, todos serem universitários ou terem feito universidade, mas é fora, não tem vínculo com a universidade não.

[Renon] Ah, saquei, saquei, saquei. É importante saber. É... Eu vou te fazer agora a primeira pergunta da entrevista assim mesmo, a entrevista real. A primeira pergunta, P., é pra eu saber se você já utilizou algum serviço ou algum espaço de atendimento, dentro da universidade, tem que ser dentro da UFRGS mesmo, em razão de você ser uma pessoa trans e é exclusivamente por essa questão.

[Entrevistado UFRGS] Não, não, não necessariamente. Não cheguei a utilizar assim.

[Renon] Como assim “não necessariamente”?

[Entrevistado UFRGS] Me repete a pergunta e novo.

[Renon] Eu perguntei se você já utilizou algum serviço ou algum espaço de atendimento, que seja dentro da universidade, tem que ser dentro da UFRGS, em razão de você ser uma pessoa trans. E aí é o que você entender como dentro desse aspecto de, enfim, dessa condição, tá ligado? É, tipo, por exemplo, sei lá, se você precisou ir pra algum lugar pra ver a questão do nome ou o que você entender que faça parte disso.

[Entrevistado UFRGS] A coisa que eu pensei foi isso. Foi quando eu fui e pedi pra alterar o meu nome no sistema, que o máximo que deu pra fazer, com o nome social. Aqui já é pedido que tu tenha a tua carteira de identificação né, a carteira de nome social que aqui a gente tem né no Rio Grande do Sul ou o pedido dela e aí em cinco dias úteis tava pronto assim. Mas basicamente foi isso, assim só, a princípio.

[Renon] E foi onde na UFRGS que você fez isso?

[Entrevistado UFRGS] Foi na parte do, como é que a gente chama lá, o... Não chegou a ser no protocolo, mas foi no mesmo setor que a gente faz as matrículas na verdade, não sei se é o Decorde (?). Mas é... Não vou lembrar o nome da sigla agora pra te dizer, mas foi no mesmo setor...

[Renon] Na secretaria?

[Entrevistado UFRGS] Isso, isso exatamente. Que trata dos assuntos estudantis e tal. Aí eu fui lá, levei a documentação, falei do que precisava. O menino que me atendeu ele não sabia muito, mas falou com o superior e tal e daí eles conseguiram resolver. Daí dentro de 5 dias no sistema o meu nome já tava ok, mas tuas documentações não saem com o teu nome social.

[Renon] Pera aí... Vocês coloca o nome, mesmo no sistema, e não... Mas, por exemplo, não tá o seu nome?

[Entrevistado UFRGS] Não sai... Aí o quê que isso acontece: eles fazem, mas é pra tipo no sistema, quando tu tá acessando o sistema. E pra que saia, pelo menos é pra que sair, na chamada quando tu faz e tal, quando tu faz tuas matrícula ou tua caderneta é pra que sair na chamada. Mas nem sempre acontece de sair. Às vezes não sai, tu tem que ir lá pedir de novo.

[Renon] Não fica automático?

[Entrevistado UFRGS] Não. Era pra ser automático, mas dependendo do professor, o sistema que ele usa enfim, não sei como é que é pra eles lá, mas daí eu sei que pra alguns não acaba acontecendo.

[Renon] Meu deus do céu, aí vocês têm que passar sempre pelo negócio de falar “professor, é o seguinte, porque tal, meu nome é x”. Velho eu achava que era tudo bem assim: corrigiu no sistema, foi. Não tem mais problema nenhum. Além desse serviço, você nunca precisou de nenhum outro?

[Entrevistado UFRGS] Não, a princípio não. Como eu não tô tão ativamente lá, não precisei utilizar mais nada por enquanto. Futuramente provavelmente, até se acontecer alguma coisa lá. Mas é mais por essa questão mesmo de nome social e tal, pra provas e chamadas saírem com teu nome direitinho, tu não ter que estar passando por algum tipo de constrangimento mesmo.

[Renon] E, P., mesmo que você não tenha utilizado outros serviços ou utilizado outros espaços dentro da UFRGS, você conhece algum local dentro da universidade que tenha um atendimento voltado para as pessoas trans?

[Entrevistado UFRGS] Não. Não. Na nossa universidade, não.

[Renon] E fora da Universidade?

[Entrevistado UFRGS] Pra atendimento assim?

[Renon] É...

[Entrevistado UFRGS] Eu faço parte do PROTIG, por exemplo, que é... Faço parte do Clínicas que é um centro de referência para o tratamento transexualizador. Eu iniciei já faz uns 3 meses mais ou menos. Ele é vinculado com a universidade em si, tem a questão de cirurgias e tal, que é em caráter experimental, tem que ser vinculado a universidade, mas ele é autônomo e tal. E eu tô fazendo parte desse serviço agora e também aí tive que recorrer pra questão do nome social e tive que ir ao setor. É o mesmo setor onde a gente faz a carteira de identidade, é o mesmo lugar e gratuito. E fiz a carteirinha e pretendo fazer o pedido posteriormente da troca de nome mesmo no registro né, judicialmente né. Mas eu tô indo meio que no meu tempo né. Não tô meio tão acelerada como o pessoal as vezes vai. Tô tendo meio que o meu tempo, é um processo né, a transição né, então a gente tem que entender né, aos poucos, pra não atropelar muito.

[Renon] Esse serviço que você falou você utilizou foi como usuário mesmo ou você também faz parte, você trabalha nele?

[Entrevistado UFRGS] Não, não. Como usuário mesmo. Isso pelo SUS, pra gente poder, vai fazer a humanização e tal, daí tu tem toda uma junta médica lá, psicólogo, psiquiatra, ginecologista, urologista. Daí tu faz os exames. Tudo pelo SUS, mas daí pra tu participar do programa tu tem que ir pro posto de saúde, mas o posto de saúde já é uma problemática por que a maioria não sabe o que é ou pra onde encaminhar. Aí tu já leva as informações, explica como é que faz e aí a pessoa faz, aí depois dali tu espera de 3 meses a 3 anos às vezes pra ser chamado. Depende. A gente ainda não

conseguiu identificar, nós como grupo de militância, a gente tá tentando identificar como é que é o sistema de escolha que eles fazem porque tem gente que em 3 meses foi chamado. Eu fui chamado com 6 meses, dei sorte, mas tem gente que ficou dois anos, tem gente que tá a mais de um ano e não foi chamado ainda. Então a gente tá tentando investigar como é que tá funcionando isso. Mas aí também tem a questão do posto também, que o posto tem que colocar o CID, né, pra poder fazer o pedido dessa consulta lá no Clínicas e às vezes eles não colocam o CID correto. Então talvez seja um problema assim. Então a despreparação deles é bem grande na verdade, por isso que a gente tá sempre criando esse grupo dos meninos pra ensinar eles e orientar pra quando eles vão eles terem informação, porque acontece muito deles irem, as pessoas não terem informação e dizerem que não é lá e daí eles voltarem pra casa chateados, tristes, sem ter orientação nenhuma.

[Renon] Além desse lugar que você já utilizou, tem algum que você não tenha utilizado, mas que você conheça?

[Entrevistado UFRGS] Que eu conheça?

[Renon] Que já tenha ouvido falar de algum amigo, alguma amiga, de alguma pessoa, ou pesquisando ou passando pela cidade e já viu e tal...

[Entrevistado UFRGS] A gente tem, pela universidade... A gente tem – que é vinculada com a universidade – a gente tem o SAJU e o G8, que é o grupo, né? Do pessoal de Direito. Que é pra questão da troca de nome mesmo, que eles fazem mutirões, geralmente, dois ao ano. E, daí, lá tu consegue, né? Eles dão uma listagem da documentação direitinho. Não é cobrado; cobrado só a documentação em si, não o serviço. E pra poder fazer a troca de nome. Esse eu sei. Eu não fui ainda, mas eu sei que tem e é bem interessante. Eles até não fizeram o primeiro mutirão, esse ano, ainda, pela mudança que teve da lei de que tão pedindo, agora, o laudo médico – antes não pedia o laudo médico. É... Agora tão pedindo. Então, como nem todos tem um acompanhamento médico, é complicado de conseguir. Então eles não tão fazendo agora, mas tão tentando resolver essa situação. Mas ai é vinculado com o curso lá.

[Renon] E você conhece alguém que já foi no SAJU?

[Entrevistado UFRGS] Já, conheço, sim... Conheço.

[Renon] E o que foi que a pessoa comentou sobre o serviço? Como é que ele apresentou esse serviço? Ela disse se era bacana, se não era, se teve algum problema, se não teve problema?

[Entrevistado UFRGS] Não, a princípio, hm... Todo mundo gosta, assim... Até porque o pessoal é bem empenhado, assim... Eles já te dão toda a listagem do que precisa; tu vai procurando aquilo, tu não tem custo, assim... Do serviço em si, só da questão jurídica que tem que pagar – tem uns valores que tem que pagar –, a documentação... E o pessoal gosta muito, assim... Até é uma... Quando eles fazem e abrem a listagem pra ir pro mutirão, a gente sempre indica quem precisa e quem quer ir, porque é uma chance única de tu não precisar gastar pra isso. E a gente sabe que, infelizmente, o processo todo de transição é caro, assim... Se tu for ver. Então isso já é uma coisa que tu não precisa se preocupar, é um atendimento que tu vai ter jurídico de boa qualidade, com pessoas que tão ali preocupadas com a causa. Inclusive, às vezes, eu já fui até num seminário, no início desse ano, que eles foram, que é quando eles tavam entregando a documentação pro juiz. Daí eles fazem todas juntas, entregam todas juntas, daí, tem um peso maior pra conseguir, né? E já se pede, daí, com uma retificação do nome e do sexo também, pra gente conseguir. Que, apesar, de que talvez demore um pouco mais, mas é melhor de sair os dois juntos – é mais fácil do que tu pedir um e depois pedir o outro, né? Então, “bah”, o pessoal gosta muito, assim... Não conheço ninguém que tenha reclamado de alguma questão em relação a eles.

[Renon] A galera publiciza isso pela universidade, o pessoal do SAJU?

[Entrevistado UFRGS] Tenta ser bastante, sim. Pela universidade...

[Renon] É bem publicizado, né?

[Entrevistado UFRGS] Isso, isso... É bastante.

[Renon] Ai, eles fazem uma chamada pra galera, a galera vai lá, entrega a documentação e eles fazem e vão acompanhando?

[Entrevistado UFRGS] Isso, exatamente. O que acontece, às vezes, a parte da informação, na verdade, é com, sei lá... Com a pessoa, em si, às vezes, que não tem acesso a essa informação, à internet, enfim, né? As questões de baixa-renda, ou não tá dentro da universidade. Por isso que a gente, como grupo, tenta sempre divulgar em outros meios também, pro pessoal saber mais essas informações. Mas eles, em si, são bem, hm... São bem capazes, assim... Eles gostam do trabalho, trabalham de graça, né? E são bem competentes, na verdade.

[Renon] E é o SAJU, ou é o G8 que faz isso, ou é o SAJU junto com o G8?

[Entrevistado UFRGS] É que o G8... O G8 é o grupo, né? Em si. O G8 trata dessas questões de sexualidade, gênero, daí, tem bastante a questão das mulheres, também, que eles tratam. E, daí, fica esses grupos, né? Esse, no caso, é o 8, mas ai tem do 1 até não sei qual numeração, e todos são dentro do SAJU.

[Renon] Ah... Entendi. Ai o G8 é quem trabalha com isso.

[Entrevistado UFRGS] Isso, com a questão de sexualidade e gênero.

[Renon] E faz parte do SAJU.

[Entrevistado UFRGS] Exato, exato.

[Renon] Ah... Eu pensei que o G8 era um grupo separado, mas, enfim... Que tinha uma relação com o SAJU, mas não um grupo do SAJU mesmo.

[Entrevistado UFRGS] Isso, isso...

[Renon] Ah... Saquei. E fora da universidade, [Entrevistado UFRGS], você conhece algum outro serviço?

[Entrevistado UFRGS] Hm... Que eu lembre... Que eu lembre, não, só da questão, realmente, médica, mas ai é todo particular e tal, que a gente até faz uma listagem de... De médicos, né? E profissionais dessas áreas que tratam da questão de hormonização ou até mesmo advogados, que a gente chama, assim... Que são... Que são... Como é que se diz, né? São mais *friendly*, né?

[Renon] Ah... A galera parceira.

[Entrevistado UFRGS] É, exato! Então a gente já tem uma indicação, né? Quando a gente pega uma indicação, a gente vai no grupo, o pessoal: "Bah! Tu foi nesse, foi bom, ou não foi? Tu indicaria? "Ah! Eu indico". Daí, a gente já pega o nome, telefone e já... Então a gente tem uma listagem de pessoas assim que trabalham, até endócrino, por exemplo. Eu mesmo já fui em algum que não quis fazer o tratamento hormonal, por exemplo, não quis fazer. Nunca tinha feito e tal, ele não quis se arriscar. Então, ali, a gente já tem pessoas que fazem e que, sabe? São mais preocupados com aquilo, não é só te dar uma receita de hormônio e vai, deu. Não, ele se preocupa com a tua saúde, pede exames e, enfim... Então a gente tem isso, mas, ai, é particular, ai são... Por mais que a gente faça a indicação, eu acho, pelo menos, que ficam valores bem altos, assim... Tu tem que ter um valor considerável pra poder gastar.

[Renon] E serviço público, você não se recorda de nenhum outro?

[Entrevistado UFRGS] Não, só a questão realmente do...

[Renon] O que você me falou foi o PROSIG, não? O que você tinha me falado é o PROSIG?

[Entrevistado UFRGS] PROTIG! É...

[Renon] O PROTIG é público?

[Entrevistado UFRGS] É Programa Transexualizador, eu não lembro o nome, era mais antigo... Mas esse ainda é pelo SUS, é do Clínicas. Ele é um Centro de Referência aqui do estado, do Rio Grande do Sul, em si... Brasil, em si, é um centro de referência. Em outros lugares tem mais é...

[Renon] Sem nenhuma cobrança?

[Entrevistado UFRGS] Não, é tudo pelo SUS. Exatamente, tudo pelo SUS.

[Renon] Aí, você conhece algum outro, que seja público também?

[Entrevistado UFRGS] Público, daí... No estado tem. Em Porto Alegre, em si, não tem. Mas, no estado, tem, daí são ambulatórios que são criados, que, daí, eles fazem uma junta médica ali no ambulatório e tal e, daí, começam a atender só pessoas transgênero.

[Renon] Mas em Porto Alegre, não?

[Entrevistado UFRGS] Não. Em Porto Alegre, não tem. Como tem o Centro de Referência é mais difícil a gente, politicamente, conseguir um espaço e pessoal pra fazer. A gente até tava tentando fazer, mas na região metropolitana aqui, tipo... Canoas e tal... Porque, daí, desentope um pouco do PROTIG, porque, senão, todo mundo fica ali, daí enche demais, por isso demora pra ser chamado. Mas é meio difícil de conseguir, não é verdade? Tu conseguir profissionais que querem participar, hm... Politicamente, a gente tem o conhecimento de pessoal das secretarias aqui do estado. Alguns apoiam, outros não. Então é mais difícil, assim... Mas tem, tem esses outros sistemas que são ambulatórios que são criados especificamente pra isso.

[Renon] O que você chama de Centro de Referência é o PROTIG?

[Entrevistado UFRGS] É o PROTIG.

[Renon] Ah, beleza, entendi! Quando você foi no PROTIG, ou na Secretaria da faculdade, que você disse que foi fazer a retificação do nome, você diria que foi prestado um serviço de qualidade, um serviço bom? Como é que você avaliaria o atendimento que você teve?

[Entrevistado UFRGS] Hm... Na verdade, é... A falta de informação é bem complicado, é bem complicada, assim... Falta muita informação. Como eu disse pra ti, a gente tem que levar a informação, já de casa, tu tem que estudar antes pra poder ir tentar fazer o que tu quer fazer. Hm... Lá, no Centro de Referência, é bem complicado, porque eles, hm... Eles tendem a uma, como eu posso dizer... Uma tendência à normatividade. Então eles buscam muito a questão normativa, sabe? Homem trans, quando criança, deveria ter brincado, sei lá... Com brinquedos masculinos, como carrinho, jogar bola... Roupa, se vestir de forma masculina e assim vai... Então, antigamente, eles tinham muita aquela coisa... O pessoal não gostava de ir lá, porque sentia transfobia muito grande – ainda tem bastante, assim, infelizmente. E, se tu não tivesse dentro daquele padrão que eles meio que estipulavam, tu não podia fazer parte do programa. Por exemplo, se tu fosse não binário, era bem complicado; se tu não quer fazer cirurgia, também é complicado – tem que chegar lá, tem dizer que tu quer fazer cirurgia –; hormonização também... Então eles tinham meio que esse estigma. Agora, algumas coisas... Eu entrei agora e vi que algumas coisas, pelo que falavam, mudou. Mas, ainda assim, é bem desconfortável tu ir lá e, às vezes, ser chamado pra uma consulta e ser chamado pelo nome de registro, uma coisa bem básica, sabe? É bem complicado, sabe? Tu chegar num lugar, que é um Centro de Referência, que tu tá lá pra aquilo e a pessoa ainda errar, sabe? Daí, olha pra ti e: “Não, é porque as feições ainda muito femininas e tal...” Como se pra ti ser um homem trans, necessariamente, tem que ser todo masculino, sabe?

[Renon] Ai, meu deus...

[Entrevistado UFRGS] É muito retrógrado o negócio! Por isso que muita gente escolhe não fazer o tratamento lá, ou, sei lá... Trabalha, se esforça, paga do bolso, do que passar por esse tipo de constrangimento lá dentro.

[Renon] E, quando você foi na UFRGS, você teve algum problema desse tipo também?

[Entrevistado UFRGS] Não, na UFRGS foi mais tranquilo. No momento que eu falei... Nos momentos que eu fui e falei o nome, foi tranquilo, assim... Não passei maiores problemas, assim... Até então, não foi complicado. Foi tranquilo.

[Renon] Você diria que teve alguma interferência no atendimento, por você ser uma pessoa trans?

[Entrevistado UFRGS] Não... Não senti, pelo menos. Não senti. No meu caso, assim... Não senti. Mas, como eu disse pra ti, eu não tive tanto contato com as pessoas. A gente meio que fica na bolha às vezes, né? Até pra se proteger, assim... Então não dei maiores passos ainda, também, fiquei mais na minha... Mas, a princípio, assim... Na... Como é que eu vou dizer... Com a minha rede de amigos, assim, pelo menos, né... Com quem eu convivo mais e tanto pessoas que trabalham lá dentro, como alunos, foi tranquilo. Mas, como eu disse pra ti, a gente acaba meio até que se protegendo um pouco, pra não passar por nenhum tipo de constrangimento maior, assim...

[Renon] Pra não dar brecha, né?

[Entrevistado UFRGS] É, exato!

[Renon] Nessa próxima pergunta, [Entrevistado UFRGS], eu queria que você colocasse como é que você entende o movimento trans... E, aí, é a sua concepção mesmo do que é o movimento, de como o movimento dialoga, em que lógica ele se insere... Como você entende esse movimento amplamente.

[Entrevistado UFRGS] Olha, hm... Eu tô participando de algumas questões do movimento já desde o ano passado. É pouco tempo, eu não participei de muitas coisas. A gente tá formando o grupo nosso, então a gente tá meio que tentando ser mais ativo e tal. Mas teve alguns encontros que a gente fez em outras cidades, assim, tipo... Seminários e tal. Que, hm... Incluía mulheres trans, travestis e homens trans, assim... E a gente percebe que ainda a visibilidade é muito pequena para homens trans. Não tem uma participação muito grande, a gente não tem uma articulação também muito grande de grupos, não existe. A gente tá há mil anos atrás das meninas, porque elas já tão, sabe... Se organizando há muito mais tempo do que a gente. E a gente percebe, também, que a gente tem que criar o nosso meio de entrada pra isso, sabe? Pra começar a participar do movimento, em si. Porque elas têm já uns projetos que são vinculados ao estado, por exemplo, voltado pra questão da AIDS. Então são projetos que são destinados a isso, elas conseguem verba pra isso e conseguem fazer eventos e tal... E, pra gente, talvez não seja a porta de entrada como homens trans. Então a gente meio que tenha que buscar ainda isso. E a gente, pra isso, tem que conversar mais, o grupo tem que ter mais participação. E a gente ainda não consegue muito fazer isso. A gurizada ainda tá muito preocupada com a questão da hormonização, de cirurgia, demandas mais pessoas, mas, como grupo, a gente ainda não tá muito organizado. Então, por isso, que eu vejo que a invisibilidade acontece até por causa disso, pela nossa falta de interesse, às vezes, de um bem maior, mais comum, assim, sabe... Em vez de só procurar as nossas demandas do que eu quero e ponto, assim... Então eu percebi meio que isso, assim... Que a gente, às vezes, cobra que a gente não tem visibilidade, mas a gente também tem que perceber que a gente tem que criar esses espaços também, sabe? A gente tem que tentar abrir mão de uma questão mais pessoal, por uma questão mais de coletivo. E tá faltando isso pra gente, um pouco, a questão do coletivo, na verdade.

[Renon] E você acha que os homens trans, eles estão criando alguma espécie de dissidência do movimento? Ou você não visualizaria isso como uma dissidência, necessariamente?

[Entrevistado UFRGS] Eu acho que não, cara... Eu acho que não. Eu não sei... Aqui a gente tem grupos bem distintos, assim... Eu diria. Nós temos o nosso grupo, que busca bastante a questão mais da militância, mais voltada pros direitos e lutar pelos direitos e tal. E a gente também tem um grupo que é mais voltado para aquela questão mais do estereótipo, às vezes, e consegue uma visibilidade por isso. E eu não acho que seja ruim pelo contrário. Eu acho que seria interessante a gente usar essa visibilidade que eles conseguem, por participar de concurso de beleza e tal... E juntar com a nossa questão da militância, sabe... Pra tentar empoderar a gurizada mesmo. Eu acho que tipo, ah... Isso seria muito legal. Só que a gente anda meio que perdido ainda, sabe? A gente ainda não consegue dialogar. Eu não sei... A gente não consegue dialogar, assim... Porque tem o pessoal do

nosso grupo que já tá tentando essa militância já há um tempo, assim... Há mais de dois, três anos. E vem, aí, esse tempo todo eles já vinham sozinhos nisso. Então eles já tão cansados, na verdade, sabe... Uma coisa meio calejada de tentar e não conseguir. Porque, às vezes, a gente tenta juntar a gurizada: “Ah! Vamo fazer um churrasco? Vamo, sei lá... Pra conversar.” Mas não consegue juntar. A gente fez o nosso grupo, fez um primeiro encontro, que era pra apresentar o nosso grupo e tentar conversar com eles demandas, mas a gente tentou não formular demandas prontas, pra já chegar lá e dar um discurso. A gente pensou: “Não, vamos ouvir o que eles têm e trabalhar com essas demandas pra esse encontro e pros próximos.” A gente conseguiu fazer um encontro – foi muito pouca gente, assim, muito pouca gente mesmo – e a gente não conseguiu marcar um segundo. Então é muito difícil, sabe... É muito difícil reunir o pessoal.

[Renon] Às vezes, a parada acaba ficando “parada” antes de começar mesmo do que rola, né? Agora, o grupo que você fala... Você tá com um grupo de, mais ou menos, quantas pessoas?

[Entrevistado UFRGS] A cúpula mesmo são... Acho que a gente tá entre oito e dez, não sei se os outros tão ativos. Mas, tipo, de gurizada, assim... Que a gente tem no nosso grupo – que a gente tem dois grupos no *whats*, assim, um é só pra demanda mais militante, o outro é pra convivência, que a gente chama também, aí, a gente adiciona a gurizada, pra trocar umas ideias e tal, trocar vivência; nesse grupo a gente uma, acho que umas 120-130 pessoas, assim, é bastante gente. Mas, aí, tipo...

[Renon] De gente da universidade, ou de Porto Alegre?

[Entrevistado UFRGS] Não, daí é geral. Tem da universidade, tem fora da universidade. Daí é em geral. O grupo nosso de oito, dez todos são universitários, sim. Tem um até que não é mais – já foi, inclusive era da UFRGS também. Mas os outros, não. Os outros é bem aleatório, assim, né? Daí tudo pega já pessoas de classe baixa, de classe média, de classe alta, que faz faculdade, que não faz faculdade, gente que mora aqui, gente que mora, às vezes, fora, que viajou, enfim... Ainda é mais geral, assim... É bem mais geral.

[Renon] E, aí, vocês fazem tanto essa rede de militância, assim... Política, digamos, quanto uma rede de compartilhamento mesmo, né?

[Entrevistado UFRGS] Isso, isso. A parte que a gente tem, que a gente chama, que é o “HTA Convivência”, ele é mais pra vivências, assim... Pra gente trocar vivência, o pessoal, às vezes, tem alguma dúvida, uma coisa mais específica, ou tem vergonha de perguntar, ou não tem com quem conversar sobre isso... Então pode se abrir ali no grupo. A gente sempre tenta colocar, assim, um pouco de militância, convidar pra algum evento e tal... Fazer algum... Às vezes surte efeito, às vezes não surte. Mas a gente sabe que ali é mais mesmo pro pessoal se sentir mais à vontade, aquela coisa, “bah!”, a pessoa até se identificou ontem, aí escolheu um nome, mas não sabe com quem fala e tal; chega lá no grupo, daí a gente sempre fala. Às vezes, a pessoa tá com o nome, por exemplo, feminino ainda. Ai, a gente diz: “Tá, mas como é que você quer ser chamado? Se sente confortável assim, ou não? Quem sabe experimenta aqui, a gente pode chamar assim...” Então são coisas como: “Ah...Onde é que eu vou fazer o nome social? Como eu faço pra me inscrever no PROTIG?” Coisas bem básicas. Mas que eles não têm outras pessoas com quem conversar. Quem já passou aqui pode se ajudar e a gente meio que se ajuda assim.

[Renon] Ambos os grupos são no *whatsapp*?

[Entrevistado UFRGS] Uhum... *Whatsapp*, a gente tem no *face*, também. Temos o grupo e temos a página, mas essas conversas mais laterais é no *whats* mesmo que rola.

[Renon] como é o nome da página?

[Entrevistado UFRGS] É HTA, Homens Trans em Ação.

[Renon] E tem alguma coisa tipo Porto Alegre ou é “HTA”?

[Entrevistado UFRGS] É só aqui porque em princípio só tem aqui no sul, né.

[Renon] não, é só pra a gente dar uma pesquisada, ver depois a página mesmo. Você acabou falando um pouco da terceira pergunta, a terceira pergunta ela é voltada bem pra isso mesmo pra que você dentro da sua concepção de movimento diga quais são as suas concepções que questões no movimento que são pautadas pelo movimento trans.

[Entrevistado UFRGS] Olha, a gente, as mais básicas realmente a retificação de nome e gênero, aqui no sul a gente tem a certeza de nome social, então começa por aí primeiro né, quem tem interesse faz a carteirinha com o nome social que já ajuda bastante né, pra questões de apresentar e tal. A questão do acesso a, a questão da saúde né, do tratamento hormonal, então agente tem essa demanda também que é bem grande, a orientação a buscar esse serviço que é ofertado pelo SUS, então buscar o posto de saúde, como é que procura o posto de saúde, o que tu tem que falar, como é que se encaminha, como que funciona lá depois, o centro de referencia, o que é que eles vão pedir, o que não vão pedir, então é a gente passar pra eles e eles entenderem que tem esse direito, que é importante se eles têm interesse como pedir, como não pedir, e coisas básicas, às vezes, que vem como a utilização e o respeito ao nome social numa instituição de ensino, alguns estão estudando aí no primeiro grau, às vezes acontece deles pedirem e aconteceu de escolas que não queriam dar o nome social deles lá então a gente já interferiu, junto a secretaria de educação aqui do Estado, já conseguimos ir lá também, é uma demanda bem importante que a gente não tinha tido ainda, a questão que a gente também tá, tem algumas articulações aqui, separadas por enquanto de alguns agentes políticos em relação a demandas de emprego, por exemplo, poder inserir uma pessoa trans num ambiente de emprego tal, alguns oferecem inclusive cursos gratuitos, eu ate participei de um que era tipo um workshop pra ensinar por exemplo o que tu bota no currículo. Como se portar numa entrevista de emprego, era bem do partido político atual daqui, um cara que faz parte da diversidade e tal. Mas eu achei interessante, porque ele fez isso ali e já tinha algumas propostas de emprego, algumas vagas disponível que já podia encaminhar as pessoas já, infelizmente ainda tá muito parado, cada um faz um pouquinho, mas o pouquinho que se faz já ta ajudando, é interessante que juntassem as forças, mas já ta começando a funcionar pelo menos assim essa preocupação assim, até já atingiu bastante as mulheres trans travestis, alguns até moradores de Rua e profissionais do sexo, foi feito isso assim, foi uma abertura pelo menos, sabemos que não atingimos uma grande massa mas já foi um inicio.

[Renon] Tem mais alguma coisa que você quer falar? Já colocou a questão do nome, da saúde e da empregabilidade.

[Entrevistado UFRGS] Isto, exato, exato, a principio falo pelos homens trans porque tem demandas também dos não binários, que a gente tenta articular alguma coisa, mas também não posso falar por eles porque não entendo as demandas, mas tem outras questões também acho que envolvidas.

[Renon] você acha que essas reivindicações estão colocadas homogeneizadamente para o movimento.

[Entrevistado UFRGS] Essas que eu coloquei são mais básicas, acho que sim, mas acredito que tenha outras e que a gente até não consegue às vezes compreender muito bem por não serem as nossas demandas em si né, e a GENTE não ter essa articulação, a gente tem os grupos no *whatsapp* e a gente tem o nosso lá de homens trans e a gente tem também um de não binários, que a gente até deixa meio separado pra que eles tenham, sei lá, consigam ter mais liberdade e tal eles tem um grupo separado. No nosso grupo lá HTA, já foi perguntado, que antes era IBRAT, beleza, agora como Homens Trans em Ação, é só pra homens trans ou também pra não binários? Não, é aberto pra todo mundo, né, transgênero em geral, não tem uma, o nome ficou porque a gente seguiu o molde do próprio IBRAT, a gente não consegue se colocar e nem podemos nos colocar porque somos homens trans em si, a gente não entende bem as demandas, eles tão se organizando em relação a isso, acredito que sim, que tenham bastante assim

[Renon] Essas reivindicações que você me falou você acha que elas estão pra todas as pessoas trans de uma forma equivalente?

[Entrevistado UFRGS] Acredito que sim, eu acho que sim, mas daí vai da, como cada um entende que é necessário, conheço algumas mulheres que são travestis que n tem tanto problema em relação a nome, por exemplo, mas e uma questão deles de n ter esse interesse assim e de n se

incomodarem tanto, mas a GENTE acredita que é interessante deixar disponível pra quem quiser, se a pessoa não quiser beleza, mas que esteja disponível pra que todo mundo tenha.

[Renon] Seria mais a questão de deixar as viabilidades

[Entrevistado UFRGS] Exato, tipo, a GENTE falou do n binário, talvez n seja interessante pra alguns deles não fazer a hormonização, algum tipo de cirurgia, de intervenção né, de saúde, mas é interessante sempre deixar disponível pra quem interesse que possa ir lá livremente e ter acesso.

[Renon] É, P., você acha que essas questões elas tão sendo exploradas por que frente de atuação? Com frente de atuação eu quero dizer frente de atuação política, f de a jurídica, legislativa, enfim, de que forma você entende q tem sido pautada essas reivindicações?

[Entrevistado UFRGS] Acho que algumas de forma jurídica até, porque a gente teve alguns encontros em que a gente teve contato direto como pessoal da Defensoria Pública, a gente tá tentando pautar a questão da cirurgia pelo estado ou pelo plano de saúde, muitas vezes é negado. A hormonização também, q se consiga de uma forma gratuita. Política em si, felizmente a gente ta tendo uma visibilidade aqui grande em relação com isso, mas a preocupação deles não é necessariamente... A gente sabe, eles tão com a preocupação de conseguir ibope.

[Renon] Aô? Eita, travou, hm... Eita. Ai meu deus, vixe...

[Entrevistado UFRGS] Mas é meio que isso, tipo, a gente tá sentindo essa abertura da parte política aqui de alguns partidos, mas por uma questão mais pessoal deles assim, como tão dando esses tipos de abertura também a gente tá tentando aproveitar ao máximo, não pode também ignorar, tá tendo bastante disso aqui no sul, por exemplo, ontem teve uma festa da diversidade aqui num bairro bem boêmio aqui do sul, do partido atual que tá aqui na administração.

[Renon] Qual o partido que ta aí?

[Entrevistado UFRGS] Ai... É o Marchezan, mas não lembro qual é o partido dele, não sei se é tucano, se não é, é o prefeito, não sei te dizer agora. A gente tá com um problema aqui do prefeito e do governador, né, o prefeito que tá aqui agora que tá com essa questão da diversidade, teve festa ontem, daí tu vê que é muito confete, mas a militância, teve uns guris mister diversidade, um é do interior, outro daqui de Porto Alegre, mas é uma coisa muito pra português ver, parece que o corpo trans parece que é publico, já não gosto muito desse viés.

[Renon] E a galera que tá nos cargos, eles tentam tenta ter alguma relação com a galera do movimento, tipo chega no grupo HTA pra pensar “poxa, vamos construir isso aqui, de uma forma que seja coletiva”.

[Entrevistado UFRGS] A gente tem o coordenador da gestão atual e ele tá articulando algumas questões, tipo, do posto de saúde, de tu botar teu nome social no cartão do SUS, tá tentando, às vezes, sei lá, uma pessoa que tá em risco na rua, um profissional do sexo que tá com algum problema de saúde ele tenta ajudar levar no posto de saúde pra conseguir atendimento, aquela coisa, que tu sabe, poderia demorar um tempão, ele consegue articular mais rápido, mas é como disse, dá tudo mais visibilidade pro partido. Daí ele posta lá na página do *face* que o partido tal e o governo tal tá fazendo tal coisa. Não é uma coisa voltada necessariamente para o meio trans, é pra ganhar mais visibilidade pra eles assim. Daí pega um exemplo, aquele, e “ah, a gente faz e acontece”, sabe, tipo aqueles programas da Globo.

[Renon] E você acha que o movimento tem se inserido nessas criticas de que forma? Você disse pra mim q isso tem se estruturado muito nas pessoas que já estão nos cargo, obviamente n são pessoas trans. Mas a galera do movimento você entende que ela se insere de qual forma, tem travado a luta de que maneira?

[Entrevistado UFRGS] Olha, as pessoas que eu conheço e são mais mulheres trans e travestis e elas se posicionam, lutam bastante assim e, de certa forma, aproveitam assim essa visibilidade que eles acabam dando, eles querendo aproveitar ou não e elas aproveitam de uma forma bem positiva, isso eu acho bem interessante. Tem muita gente que se envolve no movimento e quer levar a causa, mas

não necessariamente é trans e isso desvincula um pouco, mas as que eu conheço tem aproveitado isso muito bem, trabalhado de uma forma bem dinâmica, inclusive de criar eventos assim, na região em outras cidades, juntando as pessoas fazendo mesas de debate, aproveitando a verba que ganham pra isso quando se ganha que muitas vezes não se ganha. Tratando isso de uma forma bem positiva assim, mas infelizmente é pouca, é pouca a galera que entra na militância mais seria a maioria é militância confete, aqui e ali aparece num evento ou outro infelizmente.

[Renon] Mas faz uma festinha, todo mundo se ama e, no dia seguinte, não ama mais ninguém.

[Entrevistado UFRGS] Nem te cumprimenta na rua.

[Renon] Acho que de uma forma, ou não... Se você for comparar com Salvador, o negócio tá barril. A gente até tem o Centro de Referência LGBT, mas de uma forma pontual, sempre, de uma forma não publicizada e quando é publicizada, assim, parece que tá se fazendo uma coisa mega, porque, enfim, existe e é sempre... É engraçado como as coisas são colocadas para a população trans, como se as mínimas iniciativas parecessem coisas maravilhosas, e são mínimas iniciativas, são básica e não tem uma representação com potencial, "ai meu deus", um potencial de modificação. Param no pouco, no básico, pouca abrangência, não tem a vontade de tornar aquilo amplo, que chegue pra população, tanto para a população trans, quanto para a população cis, que precisa entender como essas coisas são colocadas na realidade. Precisam entender que essas pessoas existem na face da Terra, que a gente tem que se relacionar com outras pessoas e que, às vezes, essas pessoas são bem diferentes da gente. P., essa foi a última pergunta que eu te fiz. Antes da gente encerrar gostaria de saber se você tem mais alguma coisa pra falar sobre e que, por acaso, as perguntas não te permitiram falar sobre. Se você quiser comentar algo, também, da entrevista, pode falar.

[Entrevistado UFRGS] Acho que foi bem tranquilo. Te falei também desse encontro, que nosso grupo fez esse encontro, que ele seria uma capacitação, nosso objetivo era fazer uma capacitação com os meninos mais novos e tal e essa capacitação se estender, por exemplo, pro pessoal da saúde, o pessoal da segurança, que é muito importante, a gente queria fazer um projeto com o pessoal das penitenciárias, também, pra fazer um levantamento, que a gente não tem ideia de quantas pessoas transgêneros tem lá dentro, de como funciona isso, se tem acesso a algum tipo de tratamento se não tem, como funciona. A gente, tipo, a gente tem grandes objetivos, o que a gente não tem é parceria, é o que a gente tá buscando, assim, vou ver se futuramente a gente consegue.